

# RELATÓRIO ANUAL

# 2015

Comissão de  
Seguridade Social  
e Família

Câmara dos Deputados  
Brasília - DF





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E**  
**FAMÍLIA**

**RELATÓRIO 2015**





# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

Presidente: Antonio Brito (PTB/BA)

1º Vice-Presidente: Zeca Cavalcanti (PTB/PE)

2º Vice-Presidente: Alexandre Serfiotis (PSD/RJ)

3º Vice-Presidente: Darcísio Perondi (PMDB/RS)



*Equipe Servidores da CSSF*

Bárbara Santos Vieira

Cláudia Ribeiro Vieira de Mello

Diógenis dos Santos

Elen Pedro Calvi Filho

Eliane de Souza Cavalcanti Gontijo

Elita Henrique de Sousa

Elizabeth Christina da C. Lopes Barbosa

Honejohnny Pereira da Silva

Maria Alves Garcia

Monica Souza Ferreira

Natalia Mateus Kawano Alves

Nayara Guedes de Sousa

Patrícia Silveira Cavalcante

Roberta de Aguiar Costa Mascarenhas

Ronaldo César da Silveira

Rubens Gomes Carneiro Filho

*Fotografias*

Diógenis dos Santos (CSSF)

Maria Garcia (CSSF)

Elen Pedro Calvi Filho(CSSF)

Ascom dep. Osmar Terra

Lúcio Bernardo Jr. (Banco de Imagens-  
CD)

Reginaldo Ipê (Banco de Imagens – CD)

Luís Macedo (Banco de Imagens- CD)

Comunicação Social/INCA-RJ

Nyll Pereira/ Assembléia da Paraíba



# SUMÁRIO

---

I.	APRESENTAÇÃO.....	9
II.	COMPOSIÇÃO .....	11
III.	ACORDO DE PROCEDIMENTOS.....	15
IV.	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES .....	19
V.	APRESENTAÇÕES .....	20
VI.	VISITAS AOS MINISTÉRIOS.....	21
VII.	NÚMEROS DA COMISSÃO EM 2015 .....	23
	7.1. Projetos.....	26
	7.2. Audiências.....	64
	7.3. Seminários, Simpósios e Fóruns .....	72
	7.4. Eventos Externos .....	74
	7.5. Emendas à LDO e LOA.....	75
VIII.	SUBCOMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO.....	82
	8.1. Especiais.....	83
	8.1.1. Subcomissão Especial destinada a tratar da Reestruturação da Organização, Funcionamento e Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).....	83
	8.1.2. Subcomissão Especial destinada a tratar da Carreira Médica.....	89
	8.1.3. Subcomissão Especial para tratar das políticas de Assistência Social e Saúde da População Negra do país .....	96
	8.2. Permanentes.....	107
	8.2.1. Subcomissão Permanente de Saúde .....	107
	8.2.2. Subcomissão Permanente de Assistência Social .....	114
	8.2.3. Subcomissão Permanente de Previdência Social .....	117
	8.3. Grupos de trabalho.....	119
	8.3.1. Grupo de Trabalho da Fosfoetanolamina Sintética .....	119
	8.3.2. Grupo de Trabalho da Microcefalia .....	122
	ANEXOS – Edições do Plenário 7 .....	125



# I. APRESENTAÇÃO

---

Ao iniciarmos o ano de 2015, o primeiro da 55ª Legislatura, fui designado para presidir a Comissão de Seguridade Social e Família, o segundo maior Colegiado da Câmara dos Deputados, com 104 (cento e quatro) membros titulares e suplentes.

Foi um ano de intenso trabalho, quando apreciamos 261 proposições, realizamos 57 Audiências Públicas e 18 Seminários.

Buscamos atuar com o objetivo de distribuir mais equanimemente a atuação da Comissão entre os quatro pilares de nosso Colegiado: Saúde, Previdência Social, Assistência Social e Família.

Dentro desse contexto, foram constituídas três Subcomissões Permanentes: uma de Saúde, uma de Previdência e outra de Assistência Social, além de três Subcomissões Especiais: do Financiamento do SUS, da Carreira Médica e da Saúde da População Negra, todas com grande atuação em Brasília e nos estados. Elas realizaram Audiências Públicas, Seminários e Visitas Técnicas, com o intuito de aproximar o Colegiado do cidadão e de dar respostas às suas reais necessidades. As três Comissões Especiais apresentaram relatórios com sugestões de ações a serem implementadas e as Subcomissões Permanentes trabalharam dentro de cada tema para a melhoria da vida dos brasileiros.

Ainda dentro dessa linha de atuação, foram criados três Grupos de Trabalho para analisar temas específicos de grande impacto sobre a população brasileira: o avanço da Microcefalia no país, a pesquisa da Fosfoetanolamina e a Endometriose.

Dando continuidade às atividades da Comissão e com o objetivo de agilizar as ações dos Parlamentares, reservamos um espaço antes da Ordem do Dia das reuniões ordinárias para que os membros pudessem fazer relatos de suas atividades, o que contribuiu para o bom andamento dos trabalhos, permitindo uma maior objetividade e agilidade na apreciação da pauta, ao mesmo tempo em que se instituiu um espaço para que os Deputados pudessem compartilhar seus estudos e ideias quanto às proposições e assuntos mais debatidos ou em foco no momento das reuniões.



Esse espaço também foi utilizado para receber quatro Ministros de Estado, a Diretoria da ANVISA, autoridades estrangeiras e especialistas em orçamento, constituindo um fórum de debates sobre questões em discussão no Congresso Nacional, como a redução da maioria penal, o financiamento da saúde e a ameaça de cortes orçamentários no Programa do Bolsa Família.

Além disso, os membros da Comissão tiveram uma atuação marcante junto aos Ministros de Estado, realizando diversos encontros para discutir soluções para o financiamento da saúde, o combate a ameaças epidemiológicas, como o zika vírus, relacionado com a microcefalia e a pesquisa da fosfoetanolamina.

O Colegiado encerrou suas atividades no Plenário da Comissão em dezembro de 2015. No entanto, os membros da Comissão continuaram a desenvolver suas atividades por meio dos Grupos de Trabalho da Fosfoetanolamina e da Microcefalia, perpassando o recesso parlamentar, devido à relevância dos temas envolvidos.

Assim, encerramos a Sessão Legislativa na certeza de ter realizado um árduo trabalho para melhorar as áreas de Saúde, Família, Previdência e Assistência Social no país, buscando soluções, encontrando novos caminhos e chamando o cidadão a vivenciar a atividade parlamentar.

Deputado Antônio Brito  
Presidente da Comissão

## II. COMPOSIÇÃO

No ano de 2015, a Comissão de Seguridade Social e Família teve seu número de parlamentares aumentado de 72 (setenta e dois) para 104 (cento e quatro) membros titulares e suplentes, tornando-se a segunda maior Comissão da Casa em número de integrantes, sendo superada apenas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Apresenta-se, a seguir, cada um dos membros do Colegiado:

### Titulares



ADELMO LEÃO  
(PT-MG)



ADELSON BARRETO  
(PTB-SE)



ALEXANDRE SERFIOTIS  
(PSD-RJ)



ANTONIO BRITO  
(PTB-BA)



ASSIS CARVALHO  
(PT-PI)



BENEDITA DA SILVA  
(PT-RJ)



CARLOS GOMES  
(PRB-RS)



CARLOS MANATO  
(SD-ES)



CARMEN ZANOTTO  
(PPS-SC)



CÉLIO SILVEIRA  
(PSDB-GO)



CHICO D'ANGELO  
(PT-RJ)



CONCEIÇÃO SAMPAIO  
(PP-AM)



DARCÍSIO PERONDI  
(PMDB-RS)



DIEGO GARCIA  
(PHS-PR)



DR. JOÃO  
(PR-RJ)



DR. JORGE SILVA  
(PROS-ES)



DR. SINVAL MALHEIROS  
(PV-SP)



DULCE MIRANDA  
(PMDB-TO)



EDUARDO BARBOSA  
(PSDB-MG)



FÁBIO MITIDIERI  
(PSD-SE)



FLAVIO NOGUEIRA  
(PDT-PI)



GERALDO RESENDE  
(PMDB-MS)



JANDIRA FEGHALI  
(PCdoB-RJ)



JEAN WYLLYS  
(PSOL-RJ)



JHONATAN DE JESUS  
(PRB-RR)



JOÃO MARCELO  
SOUZA  
(PMDB-MA)



JORGE SOLLA  
(PT-BA)



LAURA CARNEIRO  
(PMDB-RJ)



LEANDRE  
(PV-PR)



MANDETTA  
(DEM-MS)



MARCELO BELINATI  
(PP-PR)



MÁRIO HERINGER  
(PDT-MG)



MARCUS PESTANA  
(PSDB-MG)



MARX BELTRÃO  
(PMDB-AL)



MIGUEL LOMBARDI  
) (PR-SP)



MISAE VARELLA  
(DEM-MG)



ODORICO MONTEIRO  
(PT-CE)



OSMAR TERRA  
(PSDB-RS)



PAULO FOLETTTO  
(PSB-ES)



POMPEO DE MATTOS  
(PDT-RS)



**RONEY NEMER**  
(PMDB-DF)



**ROSÂNGELA CURADO**  
(PDT-MA)



**ROSÂNGELA GOMES**  
(PRBT-RJ)



**SHÉRIDAN**  
(PSDB-RR)



**SIBÁ MACHADO**  
(PT-AC)



**TONINHO PINHEIRO**  
(PP-MG)



**ZECA CAVALCANTI**  
(PTB-PE)



**ZENAIDE MAIA**  
(PR-RN)

## Suplentes



**ANDRÉ FUFUCA**  
(PEN-MA)



**ANGELA ALBINO**  
(PCdoB-SC)



**ANTÔNIO JÁCOME**  
(PMN-RN)



**ARLINDO CHINAGLIA**  
(PT-SP)



**ARNALDO FARIA DE SÁ**  
(PTB-SP)



**CARLOS ANDRADE**  
(PHS-RR)



**CRISTIANE BRASIL**  
(PTB-RJ)



**DÂMINA PEREIRA**  
(PMN-MG)



**DANILO FORTE**  
(PSB-CE)



**ELI CORRÊA FILHO**  
(DEM-SP)



**ERIKA KOKAY**  
(PT-DF)



**FLÁVIA MORAIS**  
(PDT-GO)



**FLAVINHO**  
(PSB-SP)



**GEOVANIA DE SÁ**  
(PSDB-SC)



**HEITOR SCHUCH**  
(PSB-RS)





HENRIQUE FONTANA  
(PT-RS)



JÉSSICA SALES  
(PMDB-AC)



JOÃO CAMPOS  
(PSDB-GO)



JORGE TADEU MUDALEN  
(DEM-SP)



JOSI NUNES  
(PMDB-TO)



JÚLIA MARINHO  
(PSC-PA)



JUSCELINO FILHO  
(PRP-MA)



LAÉRCIO OLIVEIRA  
(SD-SE)



LUCIANO DUCCI  
(PSB-PR)



LUIZ CARLOS BUSATO  
(PTB-RS)



MARIANA CARVALHO  
(PSDB-RO)



MENDONÇA FILHO  
(DEM-PE)



PROFESSORA DORINHA  
SEABRA REZENDE  
(DEM-TO)



RAIMUNDO GOMES DE  
MATOS  
(PSDB-CE)



RAQUEL MUNIZ  
(PSC-MG)



REJANE DIAS  
(PT-PI)



ROBERTO SALES  
(PRB-RJ)



RÔMULO GOUVEIA  
(PSD-PB)



SÁGUAS MORAES  
(PT-MT)



SARAIVA FELIPE  
(PMDB-MG)



SÉRGIO REIS  
(PRB-SP)



SERGIO VIDIGAL  
(PDT-ES)



SILAS CÂMARA  
PSD-AM



SÓSTENES CAVALCANTE  
PSD-RJ



TAKAYAMA  
(PSC-PR)



VINICIUS CARVALHO  
(PRB-SP)



VITOR LIPPI  
(PSDB-SP)



WALNEY ROCHA  
(PTB-RJ)



WILSON FILHO  
(PTB-PB)



ZECA DIRCEU  
(PT-PR)

## III. ACORDO DE PROCEDIMENTOS

---

Para garantir o bom andamento dos trabalhos da Comissão, foi discutido e aprovado, no dia 18 de março de 2015, o acordo de procedimentos que regulamentou o andamento das Reuniões Ordinárias, Audiências Públicas e Audiências com Ministros, além de normatizar a constituição e funcionamento de Subcomissões. No dia 25 de novembro, foi aprovado um adendo ao acordo de procedimentos regulamentando o funcionamento de Grupos de Trabalho no âmbito da Comissão.

### PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA OS TRABALHOS NA COMISSÃO (2015)

#### *I - REUNIÕES DA COMISSÃO*

##### 1) REUNIÕES ORDINÁRIAS

###### Dias e Horários:

As reuniões terão duração de 3 (três) horas, prorrogáveis por, no máximo, 1 (uma) hora e serão realizadas às quartas-feiras às **09h30** e, às quintas-feiras às **09h30**, a critério do Presidente, prioritariamente para deliberar proposições em que haja consenso.

###### Distribuição da Pauta:

A distribuição da pauta e da convocação para a reunião será feita, inclusive por meio eletrônico, para as Lideranças e para cada membro da Comissão todas as sextas-feiras anteriores às reuniões.

###### Inclusão de Requerimentos na Pauta:

A Comissão receberá pedidos de inclusão de requerimento (como complementação de pauta) até às 16h da terça-feira anterior à reunião.

###### Procedimentos:

Presença de Relator: Só serão apreciadas as matérias cujo Relator estiver presente na reunião. No entanto, caso não haja deliberação por ausência do relator, em duas reuniões, poderá ser indicado outro membro da Comissão para fazer a leitura.

Requerimentos sobre a mesa: Os requerimentos “sobre a mesa” (inclusão extra pauta, retirada, preferência, adiamento de discussão/votação) somente serão deliberados com a presença do respectivo autor.

Requerimentos de Preferência e Retirada: Os requerimentos de preferência e retirada somente serão recebidos até o início da Ordem do Dia da Comissão, limitados a 02 (dois) requerimentos por Deputado (a) ou a 02 (dois) requerimentos no caso de Líderes, e serão deliberados em bloco, ressalvados os destaques.

Voto em Separado: Na primeira vez em que a Comissão analisar matéria que contenha voto em separado (VTS), será exigida a presença do autor do respectivo voto. A partir da segunda vez em que a proposição entrar em pauta, não será necessária a presença do autor do VTS para a apreciação do projeto.

Retirada de Projetos: A retirada de pauta de projeto, por requerimento sobre a mesa, poderá ser solicitada no máximo por três vezes.

Uso da Palavra: O tempo destinado ao uso da palavra durante a discussão das matérias será limitado a 3 (três) minutos;

Subscrição de Requerimentos: O Parlamentar que desejar subscrever Requerimento deverá fazê-lo no microfone, pronunciando seu nome e a referida proposição, para que sua manifestação fique registrada em áudio.

Votação de Requerimentos: Os requerimentos para Audiências Públicas e eventos afins serão votados em bloco, ressalvando-se os destaques.

## 2) AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

### Dias e Horários:

As Audiências Públicas serão realizadas às terças-feiras às 10h00 e às 14h30, e às quintas-feiras às 9h30 e às 14h30.

### Presença de Autores:

Os autores ou coautores dos requerimentos devem estar presentes às suas Audiências Públicas, acompanhando-as até o final.

### Número de convidados:

Como regra geral, os requerimentos para as Audiências Públicas devem conter no máximo **4 (quatro) palestrantes**, com o objetivo de atender pedido da Administração da Casa, ressalvando o contraditório.



Uso da Palavra:

Os Deputados inscritos para interpelar o expositor deverão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de **3 (três)** minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Temas:

Os requerimentos para Audiências Públicas devem conter temas de abrangência e relevância nacional, com o intuito de estimular o debate e subsidiar os trabalhos da Comissão.

Temas correlatos serão agrupados e os requerentes deverão entrar em acordo quanto aos convidados.

**3) AUDIÊNCIA COM MINISTRO**Temas:

No caso do comparecimento à Comissão, o Ministro de Estado usará da palavra para expor assuntos da sua Pasta, de interesse da Casa e do País ou para falar de proposição legislativa em trâmite relacionada com o ministério sob sua direção.

Uso da Palavra:

Ser-lhe-á concedida a palavra durante quarenta minutos, podendo o prazo ser prorrogado por mais vinte minutos, por deliberação do Plenário, só sendo permitidos apartes durante a prorrogação.

Findo o discurso, o Presidente concederá a palavra aos Deputados, ou aos membros da Comissão, respeitada a ordem de inscrição, para, no prazo de três minutos, cada um, formular suas considerações ou pedidos de esclarecimentos, dispondo o Ministro do mesmo tempo para a resposta.

Serão permitidas a réplica e tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

**II- SUBCOMISSÕES**

Observando o disposto no art. 29, § 1º, do Regimento Interno, serão constituídas 3 (três) Subcomissões Permanentes e 3 (três) Subcomissões Especiais para funcionamento simultâneo.

**a. SUBCOMISSÕES PERMANENTES**

De acordo com o inciso I, do art. 29, do Regimento Interno, a Comissão reservará parte das matérias do seu campo temático às Subcomissões Permanentes.

**b. SUBCOMISSÕES ESPECIAIS**

De acordo com o inciso II, do art. 29, do Regimento Interno, estas Subcomissões poderão ser criadas para o desempenho de atividades específicas ou o trato de assuntos definidos no respectivo ato de criação.

**Duração:**

As Subcomissões Especiais terão a duração de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 90 (noventa).

**III- GRUPOS DE TRABALHO****Criação:**

Somente poderão ser criados grupos de trabalho para estudar ou formular propostas com relação a assuntos de relevância nacional, estritamente dentro do campo temático da Comissão de Seguridade Social e Família.

**Número:**

Serão permitidos até 3 (três) grupos de trabalho funcionando concomitantemente, salvo situações excepcionais conforme deliberação do Plenário da Comissão.

**Funcionamento:**

A estrutura necessária ao funcionamento dos grupos de trabalho será a do gabinete do autor do respectivo requerimento, com supervisão da Secretaria da Comissão.

O grupo de trabalho terá um coordenador e um relator, escolhidos por seus membros.

**Duração:**

Os Grupos de Trabalho terão a duração de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por mais 45 (quarenta e cinco) dias.

**IV- SOLICITAÇÕES**

Os parlamentares e as lideranças que desejarem solicitar a relatoria e a inclusão em pauta de projetos deverão fazê-lo por escrito ou através do email da Comissão (cssf@camara.leg.br).

## IV. COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

A Comissão de Seguridade Social e Família criou um espaço, antes do início da Ordem do Dia das Reuniões Deliberativas Ordinárias, para que fossem realizados debates sobre questões prioritárias ligadas às atividades dos membros da Comissão.



Este espaço foi amplamente utilizado pelos parlamentares para que pudessem trazer à Comissão temas relevantes ligados às suas atuações, bem como tratar dos acontecimentos que impactaram o país, tornando-se um foro de discussão democrática.

Além disso, o espaço foi utilizado para apresentações de órgãos governamentais, Ministros de Estado, consultores legislativos e de orçamento e autoridades internacionais, para subsidiar o desenvolvimento das atividades dos Deputados.

Este foi um momento de fundamental importância para o desenrolar dos trabalhos da Comissão, permitindo que, após o espaço de discussão inicial, a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia decorresse de maneira mais rápida e eficaz, concentrando-se, prioritariamente, nas discussões referentes aos itens constantes da pauta.

## V. APRESENTAÇÕES

Antecedendo a ordem do dia das reuniões deliberativas das quartas-feiras, foram realizadas apresentações de Ministros de Estado, especialistas em Orçamento Público e autoridades estrangeiras, conforme quadro abaixo.

DATA	ASSUNTO	AUTORIDADES
23/03	Apresentação sobre o Orçamento da Área da Seguridade Social.	<b>Consultores de Orçamento</b>
31/03	Exposição sobre as ações em desenvolvimento e metas a serem cumpridas no exercício de 2015, bem como os impactos sociais das novas disposições estabelecidas pelo MP nº664/2014.	<b>Carlos Eduardo Gabas -</b> Ministro de Estado da Previdência Social
29/04	Apresentação das perspectivas da gestão do Ministro da Saúde; informação e esclarecimento sobre a falta de vacinas nos centros de distribuição de diversos Estados.	<b>Arthur Chioro -</b> Ministro da Saúde
20/05	Apresentação da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	<b>Tereza Campello -</b> Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
16/09	Apresentação sobre a Dívida Pública Brasileira.	<b>Maria Lucia Fattorelli Carneiro -</b> Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
16/09	Apresentação sobre o Orçamento 2016.	<b>Mário Luís Gurgel de Souza –</b> Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados
07/10	Apresentação das autoridades internacionais sobre política de combate à tuberculose no mundo.	<b>Senhor Nick Herbert -</b> Deputado Britânico e ex-Ministro de Política e Justiça; <b>Senhor Jim O'Neill -</b> Economista; <b>Professora Dame Sally Davies,</b> Conselheira Chefe para assuntos científicos do Departamento de Saúde do governo Britânico
14/10	Apresentação sobre Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária 2016	<b>Sra. Esther Dweck –</b> Secretária de Orçamento Federal
02/12	Apresentação da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o Programa Bolsa Família.	<b>Tereza Campello -</b> Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

## VI. VISITAS AOS MINISTÉRIOS

Os trabalhos da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) não ficaram restritos às atividades realizadas no âmbito do Congresso Nacional. Além de visitas técnicas a unidades hospitalares e realização de seminários e audiências públicas em vários Estados da Federação, os membros da CSSF foram recebidos por Ministros de Estado para tratar de temas relacionados, principalmente, ao financiamento da Saúde.

No dia 29/04/2015, o Ministro da Saúde, Artur Chioro promoveu um café da manhã na sede do Ministério da Saúde para receber os parlamentares membros da Comissão de Seguridade Social e Família. O objetivo foi estreitar laços com o novo colegiado e estabelecer um canal de diálogo permanente em torno dos temas na área da saúde comuns tanto ao Ministério quanto à Comissão.

Em 09/09/2015, o Ministro Arhur Chioro voltou a receber os membros da Comissão, dessa vez para debater sobre a recriação da CPMF e possíveis alternativas à contribuição.



O mesmo tema foi objeto de encontro com o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, que, em reunião na sede do Ministério, no dia 01/10/2015, recebeu a Comissão de Seguridade Social e Família. Além de alternativas à CPMF, os presentes debateram sobre o corte orçamentário previsto para o orçamento da saúde em 2016, além da redução no orçamento do programa Farmácia Popular.



No dia 19/11/2015, os membros da Comissão foram recebidos pelo Ministro da Saúde, Marcelo Castro, para tratar do surto de microcefalia no país.



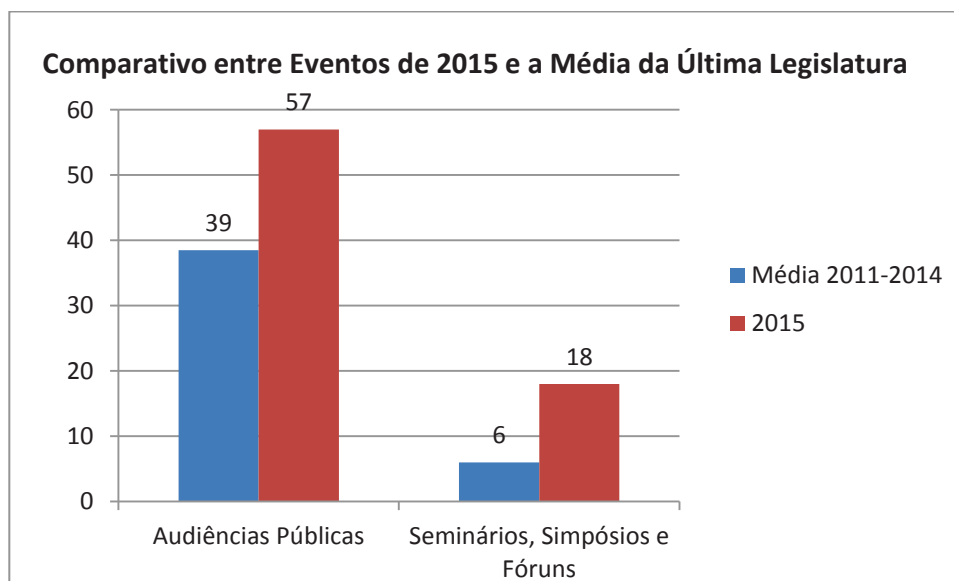
Ainda no mês de novembro, dia 25, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera, recebeu membros do Grupo de Trabalho e Representação sobre a Fosfoetanolamina, criado pela Comissão de Seguridade Social e Família para acompanhar as discussões acerca do tema.



## VII. NÚMEROS DA COMISSÃO EM 2015

O ano de 2015 foi pautado por um intenso trabalho dos membros da Comissão.

Em relação aos eventos realizados, observa-se que este Colegiado teve uma produção superior à média da última Legislatura.

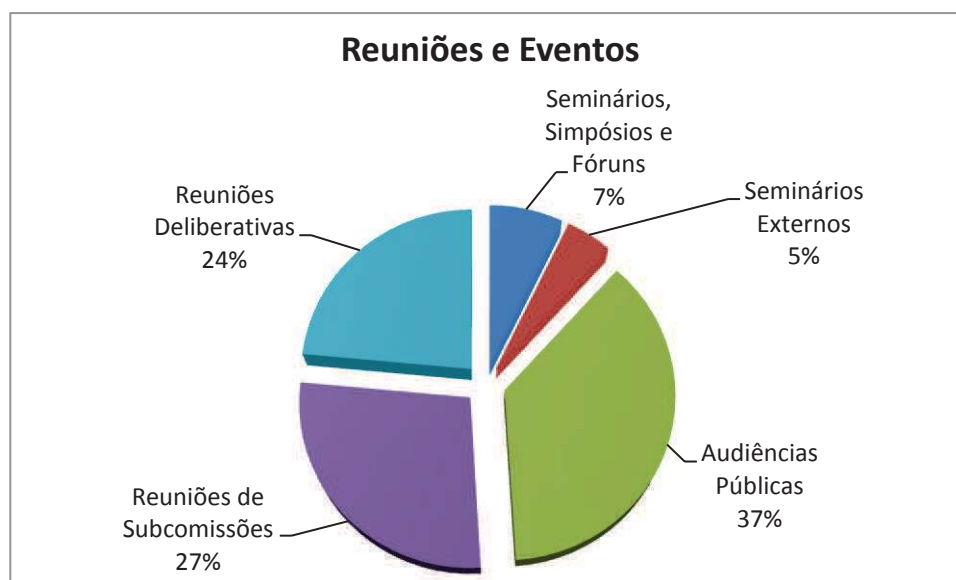


Foram realizados 18 Seminários, Simpósios e Fóruns, 57 Audiências Públicas, 42 Reuniões de Subcomissões, além de 36 Reuniões Deliberativas.

REUNIÕES				
Seminários, Simpósios e Fóruns	Seminários Externos	Audiências Públicas	Reuniões de Subcomissões	Reuniões Deliberativas
11	7	57	42	36

A maior parte de reuniões e eventos se concentrou entre Reuniões Deliberativas (24%), Reuniões de Subcomissões (27%) e Audiências Públicas (37%).





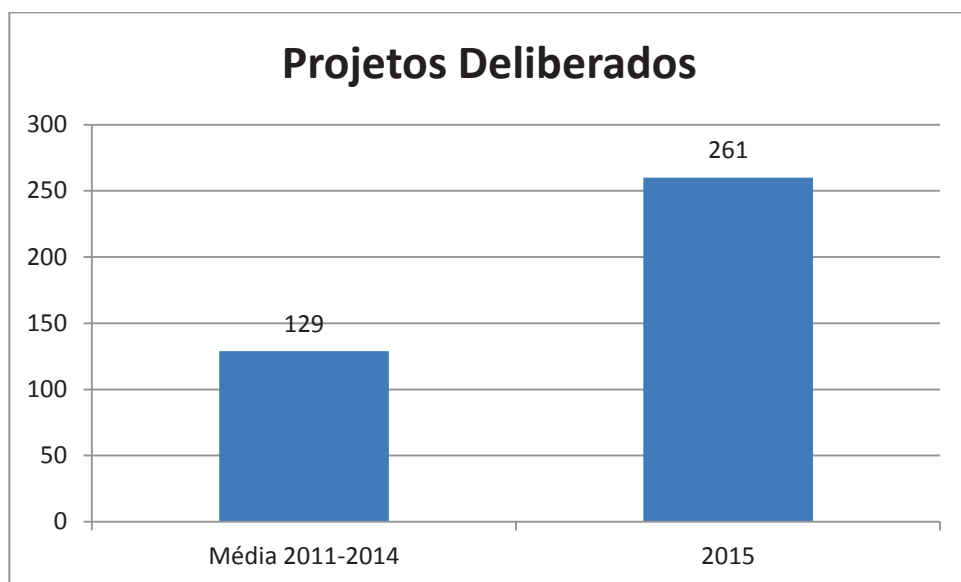
As reuniões de Subcomissões foram assim divididas:

SUBCOMISSÕES	REUNIÕES
Subcomissão Permanente de Saúde	5
Subcomissão Permanente de Previdência Social	2
Subcomissão Permanente de Assistência Social	3
Subcomissão Especial destinada a Avaliar as Políticas de Assistência Social e Saúde da População Negra	8
Subcomissão Especial da Carreira Médica	13
Subcomissão Especial destinada a tratar de Reestruturação da Organização, Funcionamento do SUS	11

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) é a terceira maior Comissão da Casa em número de proposições em tramitação, atrás apenas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Finanças e Tributação. Excluindo-se as proposições analisadas somente quanto aos aspectos terminativos daquelas Comissões, a CSSF torna-se a primeira Comissão da Casa em números absolutos. Tramita no Colegiado uma média de

1600 proposições (posição de dezembro de 2015), entre Projetos, Requerimentos e Relatórios.

Quanto às proposições analisadas, a produção legislativa foi muito significativa em 2015, com **261** projetos apreciados, superando a média da última legislatura, que foi de **129** projetos, como pode ser observado no Gráfico abaixo.



Entre os 261 projetos apreciados, 196 foram aprovados e 65 foram rejeitados.

Projetos		
Aprovados	Rejeitados	Total
196	65	<b>261</b>

Entre os **233** Requerimentos deliberados pelo Plenário da Comissão, **232** foram aprovados e apenas 1 foi rejeitado.

Requerimentos		
Aprovados	Rejeitados	Total
232	1	233

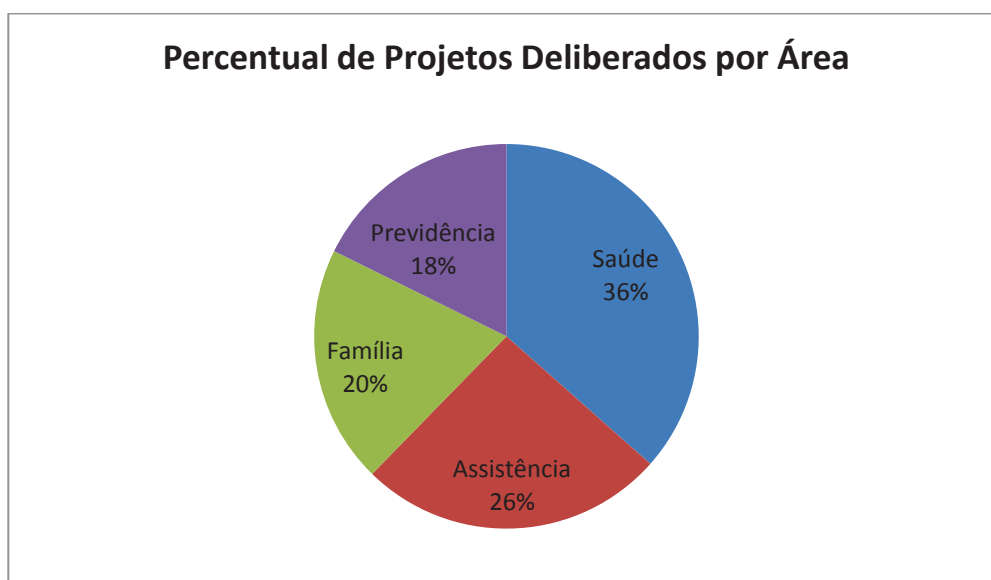
Ainda em relação às proposições que tramitaram na Comissão nesta Sessão Legislativa, foram designados 395 projetos, sendo apresentados 220 pareceres pelos Relatores.

Proposições	Número
Proposições Designadas	395
Pareceres Apresentados	220

A seguir, serão apresentados os projetos deliberados pela Comissão em 2015.

### 7.1. Projetos

Como se pode observar nos números a seguir, a Comissão de Seguridade Social não se restringiu à análise de projetos apenas na área de Saúde. Apesar de 36% das proposições apreciadas estarem nessa área, a Comissão analisou temas referentes a seus outros pilares de atuação: **Previdência Social** (18%), **Assistência Social** (26%) e **Família** (20%). Foram apreciados 95 projetos na área de Saúde, 47 projetos na área de Previdência Social, 67 projetos na área de Assistência Social e 52 projetos na área de Família.



## 7.1.1. Saúde

Na área da Saúde foram aprovados 74 projetos e rejeitados 21.

## SAÚDE

Nº	Proposição	Ementa	Autor	Relator	Data Deliberação	Situação
1	PL 7567/2010	Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, para atualizar o valor da bolsa auxílio para médicos residentes. Explicação: Fixa o valor da bolsa auxílio de médico residente em R\$ 2.658,11 (dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e onze centavos).	Vilson Covatti	Geraldo Resende	18/03/2015	Rejeitado
2	PL 7064/2010	Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, estabelecendo uma data para o reajuste das bolsas de residência médica.	Arlindo Chinaglia	Geraldo Resende	18/03/2015	Aprovado
3	PL 4767/2012	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir assistência integral e multiprofissional à criança e ao adolescente dependentes químicos e/ou com problemas decorrentes do uso de drogas.	Senado Federal - Eduardo Amorim	Benedita da Silva	18/03/2015	Aprovado
4	PL 6297/2013	Dispõe sobre o acompanhamento escolar para alunos em tratamento de doenças crônicas.	Liliam Sá	Mandetta	25/03/2015	Aprovado
5	PL 2049/2011	Dispõe sobre o acompanhamento psicológico nos hospitais públicos para pacientes com câncer de mama e/ou câncer do colo do útero.	Eliane Rolim	Mandetta	25/03/2015	Rejeitado
6	PL 3146/2012	Dispõe sobre a apresentação do Cartão da Criança ou da Caderneta de Saúde da Criança nas escolas públicas e privadas do Sistema Nacional de Educação.	Weliton Prado	Eduardo Barbosa	25/03/2015	Aprovado
7	PL 4415/2012	Dispõe sobre a garantia de escolaridade às crianças internadas para tratamento de saúde por tempo indeterminado e superior a 90 (noventa) dias.	Roberto de Lucena	Mandetta	25/03/2015	Aprovado

8	PL 861/2011	Dispõe sobre atendimento psicológico nos hospitais públicos para pacientes com vitiligo.	Missionário José Olimpio	Mandetta	25/03/2015	Rejeitado
9	PL 5623/2013	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que "Dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências". Explicação: Define equivalência terapêutica e equivalência farmacêutica.	Rogério Carvalho	Marcus Pestana	08/04/2015	Rejeitado
10	PL 3255/2012	Altera o art. 43 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para estabelecer a retenção da receita de medicamentos sob regime de controle sanitário especial.	Senado Federal - Vanessa Grazziotin	Jô Moraes	08/04/2015	Aprovado
11	PL 4828/2012	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para equiparar o controle de qualidade de medicamentos similares ao de medicamentos genéricos.	Senado Federal - Walter Pinheiro	Marcus Pestana	08/04/2015	Aprovado
12	PL 6858/2013	Estabelece diretrizes gerais para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.	Erika Kokay	Benedita da Silva	08/04/2015	Aprovado
13	PL 4148/2012	Dispõe sobre a criação da farmácia veterinária popular e dá outras providências.	César Halum	Geraldo Resende	08/04/2015	Rejeitado
14	PL 3445/2008	Determina a distribuição de fórmula láctea infantil aos lactentes de mães portadoras do vírus HIV.	Jô Moraes	Mandetta	15/04/2015	Aprovado
15	PL 4467/2008	Dispõe sobre a assistência à saúde da gestante e do nascituro portadores do vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana).	Aline Corrêa	Mandetta	15/04/2015	Aprovado
16	PL 5752/2009	Assegura a distribuição de leite aos nascituros de mães portadoras do vírus HIV.	Gorete Pereira	Mandetta	15/04/2015	Aprovado
17	PL 4461/2008	Determina a distribuição de fórmula láctea infantil a lactentes portadores de intolerância à lactose nas condições que especifica.	Henrique Afonso	Mandetta	15/04/2015	Rejeitado

18	PL 6717/2009	Altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que "dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS", para incluir o benefício do fornecimento de leite em pó para os filhos de mães portadoras do HIV ou doentes de AIDS. Explicação: A distribuição ocorrerá durante os dois primeiros anos de vida.	Senado Federal - Mauro Miranda	Mandetta	15/04/2015	Aprovado
19	PL 1951/2011	Obriga empresas fabricantes ou importadoras de óleo mineral a inserir nos rótulos e embalagens a advertência "Este produto, quando ingerido, pode causar pneumonia lipoídica".	Manato	Dr. Jorge Silva	15/04/2015	Aprovado
20	PL 6215/2013	Institui o dia 8 de maio como o "Dia Nacional da luta contra a Endometriose".	Roberto de Lucena	Geraldo Resende	15/04/2015	Aprovado
21	PL 7935/2014	Institui o "Dia Nacional de Combate às Doenças Neurodegenerativas" e dá outras providências.	Nelson Marquzelli	Geraldo Resende	15/04/2015	Aprovado
22	PL 6959/2010	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Naturista.	CLP	Mandetta	15/04/2015	Rejeitado
23	PL 969/2011	Dispõe sobre limpeza e inspeção de ar condicionado central, na forma que menciona.	Washington Reis	Francisco Floriano	16/04/2015	Aprovado
24	PL 2099/2011	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para garantir o oferecimento da vacinação contra a hepatite "A" e hepatite "B" na rede pública de saúde.	Janete Rocha Pietá	Jandira Feghali	23/04/2015	Aprovado
25	PL 780/2007	Dispõe sobre a prática de drenagem linfática manual nas unidades de assistência de saúde do país. Explicação: Inclui como beneficiário de drenagem linfática pacientes com quadro de linfedemas oriundos de mastectomia.	Nelson Marquzelli	Jô Moraes	23/04/2015	Aprovado
26	PL 2350/2007	Dispõe sobre a obrigatoriedade da vacinação contra hepatites A e B e campanha educativa para a Hepatite C	Felipe Bornier	Jandira Feghali	23/04/2015	Aprovado
27	PL 6745/2010	Altera o § 4º do art. 5º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e	Senado Federal - Osmar Dias	Jandira Feghali	23/04/2015	Aprovado

		aos imunoterápicos.				
28	PDC 24/2015	Aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) para o Funcionamento do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), assinado em Assunção, em 20 de abril de 2012.	Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL.	Jandira Feghali	13/05/2015	Aprovado
29	PL 1656/2011	Dispõe sobre a prioridade epidemiológica no tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora e dá outras providências.	Mara Gabrilli	Mandetta	13/05/2015	Aprovado
30	PL 2818/2011	Obriga a realização do Exame de Oximetria de Pulso em todos os recém-nascidos. Explicação: Teste do Coraçãozinho.	Eleuses Paiva	Eduardo Barbosa	27/05/2015	Aprovado
31	PL 5701/2013	Altera a Lei nº 12.303, de 2 de agosto de 2010, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas". Explicação: Torna obrigatório o teste do coraçãozinho.	Geraldo Resende	Eduardo Barbosa	27/05/2015	Aprovado
32	PL 6323/2013	Altera a Lei nº 8.068, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Explicação: Altera a Lei nº 8.069, de 1990.	Dr. Paulo César	Eduardo Barbosa	27/05/2015	Aprovado
33	PL 7497/2014	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização, em todo território nacional, das manobras de Barlow e Ortolani em bebês recém-nascidos - "teste do quadril".	Heuler Cruvinel	Eduardo Barbosa	27/05/2015	Aprovado
34	PL 824/2015	Dispõe sobre a realização do exame de capacidade auditiva em todos os recém-nascidos do país.	Felipe Bornier	Eduardo Barbosa	27/05/2015	Aprovado
35	PL 4555/2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Natureza Pública dos Bancos de Cordão Umbilical e Placentário e do Armazenamento de Embriões resultantes da Fertilização Assistida e dá outras providências. Explicação: Revoga o parágrafo	Henrique Fontana	Jorge Solla	27/05/2015	Rejeitado



		único do artigo 2º da Lei nº 10.205, de 2001 - Lei do Sangue.				
36	PL 7216/2006	Dispõe sobre incentivo à doação de cordões umbilicais em todo o Território Nacional, conforme específica e adota outras providências.	Carlos Nader	Jorge Solla	27/05/2015	Rejeitado
37	PL 2458/2007	Obriga o Sistema Único de Saúde a instalar bancos para coleta e manutenção de cordões umbilicais nas cidades que especifica.	Silas Câmara	Jorge Solla	27/05/2015	Rejeitado
38	PL 3322/2012	Institui o Programa de Incentivo à Doação de Sangue do Cordão Umbilical.	Enio Bacci	Jorge Solla	27/05/2015	Rejeitado
39	PL 3786/2012	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Natureza Pública dos Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário. Explicação: Revoga dispositivo da Lei nº 10.205, de 2001.	Henrique Fontana	Jorge Solla	27/05/2015	Rejeitado
40	PL 484/2011	Altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a realização de exames para diagnóstico ou triagem, em recém-nascidos, de anormalidades do metabolismo, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Explicação: Realização do teste do pezinho expandido.	Senado Federal - Eduardo Azeredo	Eduardo Barbosa	27/05/2015	Aprovado
41	PL 3055/2004	Cria o Programa Nacional de Coleta, Armazenamento, Exame e Transplante de células originárias de sangue de cordão umbilical e dá outras providências.	Neucimar Fraga	Jorge Solla	27/05/2015	Rejeitado
42	PL 7527/2014	Determina a obrigatoriedade de instalação de leitos e mobiliário para atendimento de pacientes obesos nos estabelecimentos de saúde das redes pública e privada.	Lourival Mendes	Jorge Solla	02/06/2015	Rejeitado

43	PL 1257/2007	Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2010 (nº 1257, de 2007, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.	Senado Federal	Conceição Sampaio	02/06/2015	Aprovado
44	PL 714/2007	Estabelece a obrigatoriedade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias consideradas "doping" no esporte.	Deley	Walney Rocha	02/06/2015	Aprovado
45	PL 7103/2014	Modifica a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para incluir o quesito cor ou raça nos prontuários, registros e cadastramentos do Sistema de Informação em Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).	Benedita da Silva	Erika Kokay	02/06/2015	Aprovado
46	PL 5696/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização dos testes de detecção da disfunção renal pelo Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências.	Marco Tebaldi	Jorge Solla	02/06/2015	Rejeitado
47	PL 6509/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, prontos-socorros, rodoviárias e aeroportos possuírem macas e cadeiras de rodas dimensionadas para pessoas obesas, em todo o território nacional.	Dimas Fabiano	Jorge Solla	02/06/2015	Rejeitado
48	PL 3783/2012	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Apoio à Saúde do Atleta - PNASA.	Paulo Magalhães	Carlos Manato	10/06/2015	Aprovado
49	PL 2529/2007	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que "Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica", para tornar obrigatória a presença de profissional de saúde nos voos comerciais. Explicação: Voos comerciais domésticos e internacionais com partida do Brasil.	Henrique Afonso	Conceição Sampaio	24/06/2015	Rejeitado

50	PL 6454/2005	Obriga as aeronaves a portarem equipamentos de primeiros socorros e dá outras providências. Explicação: Obrigando as aeronaves a portarem aparelho desfibrilador, balão de oxigênio, medicamentos anti-convulsivos e local adaptável para maca.	Milton Monti	Conceição Sampaio	24/06/2015	Aprovado
51	PL 3979/2012	Institui o sistema de prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal.	Francisco Floriano	Marx Beltrão	01/07/2015	Aprovado
52	PL 1932/2011	Ficam as empresas fabricantes de bebidas energéticas obrigadas a inserir nos rótulos e embalagens a informação "A mistura com bebida alcoólica pode causar doenças do fígado".	Sueli Vidigal	Paulo Foletto	01/07/2015	Aprovado
53	PL 673/2007	Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização, conservação, comercialização e fornecimento de canudos hermeticamente lacrados nos locais que especifica, e dá outras providências.	Jorge Tadeu Mudalen	Misael Varella	01/07/2015	Aprovado
54	PL 3964/2008	Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para estabelecer a obrigatoriedade de se anotar na carteira de trabalho o cartão de vacinação do empregado. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.	Valdir Colatto	Misael Varella	01/07/2015	Aprovado
55	PL 254/2011	Institui o sistema de prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal.	Sandes Júnior	Marx Beltrão	01/07/2015	Aprovado
56	PL 5856/2013	Institui o Dia Nacional de Doação de Cordão Umbilical.	Senado Federal - Inácio Arruda	Carlos Manato	01/07/2015	Aprovado
57	PL 7762/2014	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo.	Senado Federal - Eduardo Amorim	Jorge Solla	01/07/2015	Aprovado
58	PL 575/2015	Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre transferências de recursos destinadas à execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.	Antonio Brito	Jorge Solla	01/07/2015	Aprovado
59	PL 419/2011	Regulamenta a venda de compostos líquidos prontos para consumo Explicação: A venda de bebida energética deverá ser feita em farmácias e drogarias.	Aureo	Paulo Foletto	01/07/2015	Rejeitado

60	PL 3505/2012	Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados na exibição de filmes em terceira dimensão (3D).	Andre Moura	Osmar Terra	08/07/2015	Aprovado
61	PL 5456/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados em projeções em terceira dimensão - 3D.	Major Fábio	Osmar Terra	08/07/2015	Aprovado
62	PL 6718/2009	Altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, para garantir a todos os pacientes do Sistema Único de Saúde a disponibilização de sangue, componentes, hemoderivados, medicamentos e demais recursos necessários ao diagnóstico, à prevenção e ao tratamento de suas doenças.	Senado Federal - Marconi Perillo	Marcus Pestana	15/07/2015	Aprovado
63	PL 259/2011	Altera o caput do art. 1.822 e o art. 1.844 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Explicação: Estabelece que os bens arrecadados na declaração de vacância de herança passarão ao domínio das Santas Casas de Misericórdia.	Carlos Bezerra	Antonio Brito	15/07/2015	Aprovado
64	PL 2747/2011	Dispõe sobre a distribuição de medicamentos para o tratamento da mucopolissacaridose.	Junji Abe	Jorge Solla	15/07/2015	Aprovado
65	PL 2869/2011	Institui o Programa Nacional de Atenção aos Portadores de Mucopolissacaridose	Felipe Bornier	Jorge Solla	15/07/2015	Aprovado
66	PL 6849/2013	Dispõe sobre a criação do Cartão Odontológico Preventivo - COP.	Dr. Jorge Silva	Paulo Foletto	15/07/2015	Aprovado
67	PL 39/2015	Equipara a síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) às deficiências físicas e mentais, para os efeitos jurídicos em todo País.	Sergio Vidigal	Mário Heringer	15/07/2015	Aprovado
68	PL 8188/2014	Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Doenças Raras.	Senado Federal - Eduardo Suplicy	Carmen Zanotto	05/08/2015	Aprovado
69	PL 592/2015	Dispõe sobre a realização anual de atividades direcionadas ao enfrentamento do HIV/AIDS durante o mês de dezembro.	Erika Kokay	Odorico Monteiro	05/08/2015	Aprovado

70	PL 3490/2012	Dispõem sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, e da outras providências	Ricardo Izar	Sóstenes Cavalcante	12/08/2015	Aprovado
71	PL 8202/2014	Institui o Dia nacional de conscientização sobre as doenças reumáticas.	Felipe Bornier	Geraldo Resende	12/08/2015	Aprovado
72	PL 4852/2012	Estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas sintéticas. Explicação: Altera as Leis nº 9.782, de 1999 e nº 11.343, de 2006.	Eduardo da Fonte	Erika Kokay	19/08/2015	Aprovado
73	PL 8186/2014	Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo.	Senado Federal - Flávio Arns	Rosângela Gomes	19/08/2015	Aprovado
74	PL 232/2015	Dispõe sobre suplementação medicamentosa de ácido fólico, para prevenir má-formação fetal.	Marcelo Aro	Célio Silveira	19/08/2015	Aprovado
75	PL 395/2015	Dispõe sobre o tratamento e acompanhamento de mulheres acima de quarenta anos de idade portadoras de artrite e artrose.	Lelo Coimbra	Geraldo Resende	02/09/2015	Rejeitado
76	PL 2531/2011	Obriga os estabelecimentos de saúde da rede pública e privada a notificar os casos de atendimentos que envolvam acidentes, de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos.	Eduardo Barbosa	Darcísio Perondi	09/09/2015	Aprovado
77	PL 5430/2013	Institui a Semana de Conscientização, Prevenção e Combate à Verminose.	Giovani Cherini	Flávia Morais	09/09/2015	Aprovado
78	PL 337/2015	Dispõe que restaurantes e lanchonetes mantenham afixados cartazes que demonstrem a aplicação da manobra de Heimlich.	Rômulo Gouveia	Conceição Sampaio	09/09/2015	Aprovado
79	PL 2891/2011	Dispõe sobre incentivos ao fortalecimento da atenção primária, secundária e terciária de saúde e dá outras providências.	Nelson Marchezan Junior	Zeca Dirceu	30/09/2015	Aprovado
80	PL 7179/2014	Dispõe sobre a criação do programa de tele assistência ao idoso, e dá outras providências.	Marco Tebaldi	Shéridan	30/09/2015	Aprovado
81	PL 2665/2011	Cria o Cadastro de Pessoas Portadoras de Diabetes e dá outras providências	Manato	Darcísio Perondi	30/09/2015	Rejeitado

82	PL 3111/2012	Torna obrigatória a existência de ambulância de resgate e de profissional da área da saúde nos postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal	Roberto de Lucena	Darcísio Perondi	30/09/2015	Rejeitado
83	PDC126/2015	Aprova o texto da Decisão Nº 2/12 do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas, que decide aprovar o Estatuto do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, no âmbito do Conselho de saúde Sul-americano, adotada na Cúpula de Lima, em 30 de novembro de 2012.	Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL.	Jandira Feghali	14/10/2015	Aprovado
84	PL 371/2015	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos, fazendo incluir nos rótulos dos produtos imagens realistas sobre prejuízos à saúde causados pelos pesticidas sobre a saúde humana.	Jorge Solla	Marx Beltrão	21/10/2015	Aprovado
85	PL 461/2015	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos, fazendo incluir nos rótulos dos produtos imagens realistas sobre prejuízos à saúde humana causados pelos pesticidas.	Padre João	Marx Beltrão	21/10/2015	Aprovado
86	PL 6566/2013	Acrescenta § 3º ao art. 2º da Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, para garantir recursos para atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico de medicamentos, imunobiológicos, produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas.	Senado Federal - Eduardo Suplicy	Jorge Solla	21/10/2015	Aprovado
87	PL 49/2015	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos, fazendo incluir nos rótulos dos produtos imagens realistas sobre prejuízos à saúde causados pelos pesticidas sobre a saúde humana.	Carmen Zanotto	Marx Beltrão	21/10/2015	Aprovado
88	PL 6098/2013	Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências.	Laercio Oliveira	Pompeo de Mattos	28/10/2015	Aprovado

89	PL 37/2015	Estabelece a obrigatoriedade das farmácias de todo País que participam do Programa Federal "Farmácia Popular", a afixarem em suas dependências a relação de remédios contemplados por esse Programa.	Sergio Vidigal	Pompeo de Mattos	04/11/2015	Aprovado
90	PL 297/2015	Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências. Explicação: Estabelece a criação, pelo CNPq, de um cadastro nacional de pesquisadores que teriam liberação imediata de mercadorias destinadas à pesquisa científica e tecnológica.	João Fernando Coutinho	Eduardo Barbosa	11/11/2015	Aprovado
91	PL 521/2015	Cria o Dia Nacional da Consciência Vascular, a ser celebrado no dia dezessete de agosto.	Darcísio Perondi	Alexandre Serfiotis	02/12/2015	Aprovado
92	PL 1853/2015	Institui o dia 12 de junho como o Dia Nacional de Conscientização da Cardiopatia Congênita.	Manoel Junior	Raquel Muniz	03/12/2015	Aprovado
93	PL1861/2015	Cria a Política Nacional de Combate à Dengue, a Chikungunya e à febre Zika	Luiz Lauro Filho	Jorge Solla	09/12/2015	Aprovado

94	PL 428/2015	Dispõe sobre a inclusão obrigatória de assistentes sociais nas equipes do programa Saúde da Família.	Alice Portugal	Raimundo Gomes de Matos	15/12/2015	Aprovado
95	PL 1999/2015	Proíbe o uso de equipamento de proteção individual, por profissionais da área da saúde, fora do ambiente laboral.	Uldurico Junior	Conceição Sampaio	15/12/2015	Aprovado



## 7.1.2. Previdência Social

Na área da Previdência Social foram aprovados 25 projetos e rejeitados 22.

**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Nº	Proposição	Ementa	Autor	Relator	Data Deliberação	Situação
1	PL 920/2011	Dispõe sobre obrigatoriedade de informação de óbitos pelos cartórios de Registro Civil à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e dá outras providências.	Fabio Trad	Osmar Terra	08/04/2015	Rejeitado
2	PL 3914/2012	Dispõe sobre obrigatoriedade de informação de óbitos pelos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais à Caixa Econômica Federal, e dá outras providências.	Júlio Campos	Osmar Terra	08/04/2015	Rejeitado
3	PL 7205/2010	Acrescenta o § 3º ao art. 21 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a inclusão do empregado em aviso prévio em benefício decorrente de acidente de trabalho do Regime Geral de Previdência Social.	Ricardo Berzoini	Mandetta	08/04/2015	Rejeitado
4	PL 7342/2010	Acrescenta § 5º ao art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para determinar ao Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais a utilização da internet para a remessa, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do registro dos óbitos mensalmente ocorridos.	Senado Federal - Renato Casagrande	Osmar Terra	08/04/2015	Rejeitado
5	PL 7200/2010	Altera o § 1º do art. 42 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a ampliação da participação dos profissionais de saúde na perícia da Previdência Social.	Ricardo Berzoini	Eduardo Barbosa	16/04/2015	Aprovado
6	PL 3032/2011	Acrescenta o §5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, prevendo a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos. Explicação: Para orientar os segurados sobre os benefícios por incapacidade.	Aguinaldo Ribeiro	Benedita da Silva	16/04/2015	Aprovado

7	PL 4770/2012	Acrescenta art. 42-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que específica.	Senado Federal - Arthur Virgílio	Eduardo Barbosa	16/04/2015	Rejeitado
8	PDC 1666/2014	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2012.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Jandira Feghali	23/04/2015	Aprovado
9	PL 5035/2009	Altera a redação do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para suprimir o critério associado à dimensão do imóvel rural para fins de qualificação do produtor rural como segurado especial do Regime Geral de Previdência Social.	Carlos Bezerra	Marcus Pestana	23/04/2015	Rejeitado
10	PL 5975/2013	Acrescenta parágrafo único ao art. 101 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para vedar a suspensão dos benefícios concedidos por incapacidade com base em data programada de recuperação e sem a confirmação da perícia médica	Marcos Rogério	Mandetta	13/05/2015	Aprovado
11	PL 4845/2012	Introduz o § 5º ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Explicação: Estabelece a flexibilidade, para concessão ou fixação do início do auxílio-doença quando ficar caracterizado, ouvida a perícia médica, que o segurado estava impedido de agir no prazo aventado.	Luis Tibé	Mandetta	13/05/2015	Rejeitado
12	PL 5054/2013	Acrescenta o § 5º ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito ao auxílio-doença do segurado do Regime Geral de Previdência Social, na impossibilidade de realização de perícia médica.	Erika Kokay	Mandetta	13/05/2015	Rejeitado
13	PL 5197/2013	Dispõe sobre a concessão do Auxílio-doença para os trabalhadores, e dá outras providências. Explicação: Será concedido após cada período de doze meses consecutivos de licença para tratamento de saúde.	Andreia Zito	Mandetta	13/05/2015	Rejeitado

14	PL 2221/2011	Acrescenta § 5º ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para estabelecer a vedação de alta programada durante o período de concessão do auxílio-doença.	Senado Federal - Ana Amélia	Mandetta	13/05/2015	Aprovado
15	PL 7941/2010	Dispõe sobre o reajuste valor do das aposentadorias mantidas pela Previdência Social. Explicação: Fixa reajuste de 10% (dez por cento) a partir de 01 de janeiro de 2011.	Luiz Carlos Haully	Marcus Pestana	13/05/2015	Aprovado
16	PL 5659/2009	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estabelecendo para o portador de hepatopatia grave o direito à aposentadoria integral por invalidez permanente.	Senado Federal - Romeu Tuma	Dr. Jorge Silva	24/06/2015	Aprovado
17	PL 3525/2012	Concede pensão especial aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano.	Senado Federal - Marcelo Crivella	Carlos Gomes	24/06/2015	Aprovado
18	PL 7104/2010	Dispõe sobre a extensão do benefício do Auxílio-Acidente aos dependentes do segurado. Explicação: Estende o recebimento do benefício a seu dependente pelo prazo de cinco anos contados do óbito do segurado ou até que consiga sua autonomia financeira.	Márcio França	Mandetta	01/07/2015	Rejeitado
19	PL 7211/2010	Altera o § 1º e acrescenta § 6º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre os percentuais do auxílio-acidente.	Jô Moraes	Mandetta	01/07/2015	Rejeitado
20	PL 1057/2011	Dispõe sobre a extensão do benefício do Auxílio-Acidente aos dependentes do segurado. Explicação: Estende o recebimento do benefício ao dependente pelo prazo de cinco anos contados do óbito do segurado ou até que consiga sua autonomia financeira.	Dr. Ubiali	Mandetta	01/07/2015	Rejeitado
21	PL 1960/2011	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatória a comunicação de violência contra criança ou adolescente pelos estabelecimentos de saúde e de ensino.	Liliam Sá	Diego Garcia	01/07/2015	Rejeitado

22	PL 2091/2011	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a prever a notificação à autoridade competente, da suspeita ou confirmação da prática de maus-tratos, abuso sexual, violência doméstica ou bullying	Roberto de Lucena	Diego Garcia	01/07/2015	Rejeitado
23	PL 1083/2011	Estende ao catador de marisco e à marisqueira o recebimento do seguro-desemprego, concedido ao pescador profissional artesanal, conforme o disposto na Lei nº 10.779, de 2003.	Cleber Verde	Fábio Mitidieri	01/07/2015	Aprovado
24	PL 4134/2012	Altera o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor que o auxílio-acidente será concedido em valor nunca inferior ao de 1 (um) salário-mínimo.	Senado Federal - Paulo Paim	Mandetta	01/07/2015	Rejeitado
25	PL 7276/2014	Dispõe sobre regulamentação da profissão de Guarda-parque, e dá outras providências.	Marco Maia	Dr. Jorge Silva	15/07/2015	Aprovado
26	PL 5574/2009	Acrescenta alínea y ao § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para deixar expresso que não incide contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado.	Afonso Hamm	Christiane de Souza Yared	05/08/2015	Aprovado
27	PL 5619/2013	Dispõe sobre desconto de alimentos em parcela de seguro desemprego. Explicação: Altera a Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968.	Erivelton Santana	Assis Carvalho	19/08/2015	Aprovado
28	PL 2982/2008	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Explicação: Aumenta para até 90 (noventa) dias o prazo para requerimento da pensão por morte.	Ratinho Junior	Benedita da Silva	26/08/2015	Aprovado
29	PL 5824/2009	Altera a redação de dispositivos contidos no art. 74 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a data de início do pagamento da pensão por morte pelo Regime Geral de Previdência Social	Carlos Bezerra	Benedita da Silva	26/08/2015	Aprovado
30	PL 5788/2013	Altera a Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C.	Dr. Jorge Silva	Eduardo Barbosa	26/08/2015	Rejeitado

31	PL 6610/2009	Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária, determina outras providências e revoga a Lei nº 6.710, de 5 de novembro de 1979.	Senado Federal - Alvaro Dias	Dr. Jorge Silva	26/08/2015	Aprovado
32	PL 1671/2011	Altera o inciso I do art. 74 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para estabelecer que a pensão por morte será devida a contar da data do óbito quando requerida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data do falecimento do segurado.	Senado Federal - Paulo Paim	Benedita da Silva	26/08/2015	Aprovado
33	PL 6041/2013	Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, para estender aos portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C os benefícios especificados na referida Lei; altera o § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir aquelas doenças em seu rol de doenças graves, contagiosas ou incuráveis; e revoga as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988. Explicação: Revoga as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.670, de 1988.	Senado Federal - Alvaro Dias	Eduardo Barbosa	26/08/2015	Aprovado
34	PL 2388/2011	Acrescenta §§ 1º a 4º ao art. 3º-A da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar procedimento único e simplificado de inscrição de empregados domésticos junto aos órgãos públicos, e dá outras providências.	Senado Federal - Paulo Paim	Benedita da Silva	09/09/2015	Aprovado
35	PL 1660/2011	Acrescenta art. 22-C à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fazer incidir sobre a receita bruta proveniente do faturamento a contribuição patronal destinada à Seguridade Social e a contribuição para custeio do seguro de acidente do trabalho e das aposentadorias especiais devidas pelas empresas do setor de transporte público urbano e metropolitano de passageiros.	Senado Federal - Clésio Andrade (PR-MG)	Benedita da Silva	09/09/2015	Rejeitado

36	PL 1084/2011	Altera o § 4º do art. 22- A, acresce os arts. 22-C e 25-B na Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, já incluídas as alterações realizadas em decorrência da Lei nº 10.256, de 09 de julho de 2001, com a finalidade de estender à empresa de captura e indústria de pesca os benefícios concedidos à agroindústria no tocante ao valor da alíquota de contribuições previdenciárias recolhidas pelo empregador em favor da Previdência Social.	Cleber Verde	Fábio Mitidieri	23/09/2015	Aprovado
37	PL 2044/2011	Altera o art. 45 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências." Explicação: Estabelece um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no valor da aposentadoria do segurado que necessitar de assistência permanente.	Jesus Rodrigues	Marcus Pestana	07/10/2015	Rejeitado
38	PL 5053/2013	Altera o caput do art. 45 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre o valor da aposentadoria por invalidez em caso de agravamento da doença.	Onofre Santo Agostini	Marcus Pestana	07/10/2015	Rejeitado
39	PL 8094/2014	Altera o caput do artigo 45 da Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Explicação: Aumenta em 25% (vinte cinco por cento) o valor a aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar de assistência permanente.	Roberto Freire	Marcus Pestana	07/10/2015	Rejeitado
40	PL 167/2015	"Acrescenta parágrafo 1º ao art. 45 da Lei n.º 8.213, de 1991". Explicação: Estabelece que o valor do benefício concedido ao aposentado por idade ou por tempo de contribuição que vier a ficar inválido será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).	Arnaldo Faria de Sá	Marcus Pestana	07/10/2015	Rejeitado
41	PL 2155/2015	Altera a redação do art. 45, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar o acréscimo de 25% aos aposentados por idade, tempo de serviço e especial, que necessitem de assistência permanente de outra pessoa após a concessão da aposentadoria.	Marcelo Belinati	Marcus Pestana	07/10/2015	Rejeitado

42	PL 4282/2012	Altera o art. 45 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar de assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).	Senado Federal - Paulo Paim	Marcus Pestana	07/10/2015	Aprovado
43	PL 6000/2013	Dispõe sobre parcelamento de débito do produtor rural pessoa física referente às contribuições sociais de que tratam os arts. 21, 25 e 25-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.	Dr. Jorge Silva	Mandetta	07/10/2015	Aprovado
44	PL 811/2015	Altera a redação da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, dispondo sobre o efeito suspensivo dos recursos administrativos em matéria acidentária.	Jorge Côrte Real	Arnaldo Faria de Sá	07/10/2015	Aprovado
45	PDC 105/2015	Aprova o texto do Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, assinado em Madri, em 24 de julho de 2012.	CREDN	Jorge Solla	21/10/2015	Aprovado
46	PL 4082/2012	Altera o art. 186, da Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990 e o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Explicação: Acrescenta doenças ao rol de doenças especificadas em lei.	Arnaldo Faria de Sá	Carlos Manato	04/11/2015	Aprovado
47	PL 1044/2007	Acrescenta dispositivo na Lei nº 8.213, de 1991. Explicação: Limita a possibilidade de representação dos segurados perante os órgãos da Previdência Social, admitindo-se procuração por instrumento público apenas para cônjuge, companheiros, parentes legais até 3º grau, assistente social que represente a instituição onde está internado o beneficiário e advogado, impedindo a atuação de "agenciador".	Luiza Erundina	Pompeo de Mattos	02/12/2015	Aprovado



## 7.1.3. Assistência Social

Na área da Assistência Social foram aprovados 51 projetos e rejeitados 16.

**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Nº	Proposição	Ementa	Autor	Relator	Data Deliberação	Situação
1	PL 2989/2011	Altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, destinado à preparação doméstica de alimentos de consumo humano.	Mendonça Filho	Benedita da Silva	18/03/2015	Aprovado
2	PL 6740/2010	Dispõe sobre a inclusão do gás liquefeito de petróleo na cesta básica e dá outras providências. Explicação: Inclui o GLP na cesta básica. Altera a Lei nº 10.925, de 2004.	Vander Loubet	Benedita da Silva	18/03/2015	Aprovado
3	PL 231/2003	Dispõe sobre a criação de áreas específicas e a instalação de assentos para pessoas com deficiência e pessoas obesas em casas de diversão pública e outros estabelecimentos.	Senado Federal	Paulo Foletto	25/03/2015	Aprovado
4	PL 5090/2013	Institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.	Eduardo Barbosa	Benedita da Silva	25/03/2015	Aprovado
5	PL 1873/2011	Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a fim de instituir medida de apoio, na área da assistência social, a pessoas com deficiência e de atualizar a terminologia utilizada para designar os destinatários da norma.	Senado Federal - Cristovam Buarque	Osmar Terra	08/04/2015	Aprovado
6	PL 1784/2011	Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para inserir o incentivo ao empreendedorismo entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia da lei relativa a essa clientela.	Senado Federal - Paulo Paim	Osmar Terra	08/04/2015	Aprovado
7	PL 2487/2007	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Explicação: Faculta aos portadores de deficiência auditiva o ensino de língua estrangeira, desde que o estabelecimento de ensino utilize a Libras - Língua Brasileira de Sinais.	Augusto Carvalho	Eduardo Barbosa	16/04/2015	Rejeitado

8	PL 29/2015	Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), e dá outras providências.	Nilson Leitão	Jô Moraes	23/04/2015	Aprovado
9	PL 6091/2013	Dispõe sobre a indenização devida aos proprietários de terras a serem inundadas para a construção de usinas hidrelétricas, e dá outras providências.	Marco Tebaldi	Jô Moraes	23/04/2015	Rejeitado
10	PL 1486/2007	Dispõe sobre a obrigatoriedade da assistência social às populações de áreas inundadas e dá outras providências.	Antônio Roberto	Jô Moraes	23/04/2015	Aprovado
11	PL 2076/2011	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que "dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia". Explicação: Tipifica como crime qualquer tentativa para impedir ou dificultar entrada e permanência de cão-guia em ambientes de uso coletivo.	Jô Moraes	Darcísio Perondi	27/05/2015	Aprovado
12	PL 3444/2012	Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que "Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia". Explicação: Obriga pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pelos veículos ou estabelecimentos públicos ou privados de uso coletivo, a divulgarem a existência da Lei nº 11.126, de 2005.	João Paulo Cunha	Darcísio Perondi	27/05/2015	Aprovado
13	PL 5443/2013	Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.	William Dib	Darcísio Perondi	27/05/2015	Aprovado
14	PL 823/2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de fraldas descartáveis aos idosos. Explicação: Altera a Lei nº 10.741, de 2003.	Rubens Bueno	Cristiane Brasil	27/05/2015	Rejeitado
15	PL 6216/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade de o poder público fornecer fraldas descartáveis para idosos, portadores de necessidades especiais, e todos com comprovada indicação de uso contínuo.	Jose Stédile	Cristiane Brasil	27/05/2015	Rejeitado
16	PL 6872/2013	Altera o § 2º, do art. 15, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispensação de fraldas geriátricas por intermédio do Sistema Único de Saúde.	Ricardo Izar	Cristiane Brasil	27/05/2015	Rejeitado

17	PL 540/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de fraldas descartáveis aos idosos. Explicação: Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	William Woo	Cristiane Brasil	27/05/2015	Rejeitado
18	PL 1009/1999	Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011 (PL nº 1.009, de 1999, na Casa de origem), que "Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências". Dê-se ao Projeto a seguinte redação: Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para instituir medidas destinadas a facilitar o uso dos serviços de transporte coletivo pelas pessoas ostomizadas ou com limitações semelhantes.	Senado Federal	Eduardo Barbosa	27/05/2015	Aprovado
19	PL 3568/2008	Assegura o livre acesso do portador de deficiência visual a locais públicos e privados de quaisquer natureza, bem como em qualquer meio de transporte, acompanhado de seu cão guia. Explicação: Aplica a Lei nº 11.126, de 2005.	Eduardo Cunha	Darcísio Perondi	27/05/2015	Aprovado
20	PL 328/2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de fraldas descartáveis aos portadores de necessidade especial e idosos. Explicação: Altera a Lei nº 10.741, de 2003.	Hugo Leal	Cristiane Brasil	27/05/2015	Aprovado
21	PL 2712/2000	Dispõe sobre a assistência médico-hospitalar aos ex-combatentes que tenham participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, e aos seus dependentes.	Jair Bolsonaro	Professora Dorinha	02/06/2015	Aprovado
22	PL 4785/2009	Dispõe sobre a assistência médico-hospitalar aos ex-combatentes que tenham participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial.	Tadeu Filippelli	Professora Dorinha	02/06/2015	Aprovado

23	PL 2051/1996	Dispõe sobre a assistência médica, hospitalar e educacional gratuita aos ex-combatentes e a seus dependentes, prevista no inciso IV do artigo 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Regulamenta a Constituição Federal de 1988.	Ricardo Barros	Professora Dorinha	02/06/2015	Aprovado
24	PL 6470/2013	Altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para incluir o financiamento de iniciativas e projetos voltados à pessoa com deficiência entre as finalidades do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD.	Mara Gabrielli	Francisco Floriano	02/06/2015	Aprovado
25	PL 301/2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade de o poder público fornecer gratuitamente alimentos especiais, fraldas e outros meios para manutenção do conforto, da função e da saúde de pessoas carentes com quadros irreversíveis decorrentes de doenças crônicas, acidentes e outros, após alta hospitalar.	Marçal Filho	Mandetta	10/06/2015	Aprovado
26	PL 191/2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade de o poder público fornecer gratuitamente alimentos especiais, fraldas e outros meios para manutenção do conforto, da função e da saúde de pessoas carentes com quadros irreversíveis decorrentes de doenças crônicas, acidentes e outros, após alta hospitalar.	Weliton Prado	Mandetta	10/06/2015	Aprovado
27	PL 8254/2014	Concede pensão especial aos ex-integrantes do "Batalhão Suez".	Senado Federal - Humberto Costa	Jandira Feghali	10/06/2015	Aprovado
28	PL 6865/2010	Concede isenção de taxa de renovação da carteira nacional de habilitação aos maiores de sessenta anos.	Luiz Carlos Haully	Cristiane Brasil	24/06/2015	Aprovado
29	PL 432/2011	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 para acrescentar o art. 42-A.	Walter Tosta	Cristiane Brasil	24/06/2015	Aprovado
30	PL 5383/2009	Altera a Lei nº 9.503 de 23 setembro de 1997- Código de Trânsito Brasileiro - para determinar que o valor da taxa para renovação do Exame de Aptidão Física e Mental será gratuita ao condutor com mais de sessenta e cinco anos de idade.	Arnaldo Faria de Sá	Cristiane Brasil	24/06/2015	Aprovado
31	PL 2320/2011	Dispõe sobre o desconto de 50% (cinquenta por cento) para doadores regulares de sangue, nos casos que especifica.	Eliane Rolim	Paulo Foletto	01/07/2015	Rejeitado

32	PL 2560/2011	Institui a meia-entrada para doadores de sangue ou de medula óssea em estabelecimentos que promovam cultura, entretenimento e lazer, e dá outras providências.	Paulo Wagner	Paulo Foletto	01/07/2015	Rejeitado
33	PL 3780/2011	Institui meia entrada para doadores regulares de sangue e órgãos em locais público de cultura, esporte e lazer.	Márcio Macêdo	Paulo Foletto	01/07/2015	Rejeitado
34	PL 3816/2011	Dispõe sobre o desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais e artísticos para doadores de sangue.	Francisco Floriano	Paulo Foletto	01/07/2015	Rejeitado
35	PL 3330/2012	Isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos e vestibulares nas Universidades Federais de Ensino em todo Território Nacional e dá outras providências Explicação: O doador voluntário de sangue terá desconto de 50% (cinquenta por cento) nos preços dos ingressos de cinemas, exposições e teatros.	Onofre Santo Agostini	Paulo Foletto	01/07/2015	Rejeitado
36	PL 197/2011	Dispõe sobre o desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais e artísticos para doadores de sangue.	Sandes Júnior	Paulo Foletto	01/07/2015	Rejeitado
37	PL 3397/2012	Garante a realização de cirurgias reparadoras e reconstrutivas e assistência social e psicológica, gratuitamente, às vítimas de escarpelamento.	Janete Capiberibe	Shéridan	15/07/2015	Aprovado
38	PL 1879/2007	Dispõe sobre a Seguridade Social, cirurgias reparadoras e direitos trabalhistas às vítimas de escarpelamento nos acidentes com eixos dos motores de embarcações em todo Território Nacional. Explicação: Assistência à mulher escarpelada.	Sebastião Bala Rocha	Shéridan	15/07/2015	Rejeitado
39	PL 48/2007	Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009 (nº 48, de 2007, na Casa de Origem), que "Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente".	Senado Federal	Flávia Morais	05/08/2015	Aprovado
40	PL 7934/2014	Altera o art. 44, § 1º e inclui parágrafo § 6º no art. 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições Explicação: Estabelece que os debates transmitidos na televisão deverão utilizar, obrigatoriamente, a Língua Brasileira de Sinais (Libra) e o recurso de legenda.	Nelson Marquezelli	Paulo Foletto	09/09/2015	Aprovado

41	PL 7950/2014	Altera a Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995) e a Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997), para estabelecer o uso simultâneo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e de legendas nas propagandas eleitoral e partidária veiculadas na televisão, inclusive nas inserções.	Erika Kokay	Paulo Foletto	09/09/2015	Aprovado
42	PL 4537/2012	Modifica o art. 44, §1º da Lei nº 9.504, 30 de setembro de 1997, para tornar obrigatório, em programas eleitorais, debates e quaisquer outras informações a propósito das candidaturas, veiculadas na televisão no período de propaganda eleitoral gratuita, o uso simultâneo da Linguagem Brasileira de Sinais e da legenda.	Rosinha da Adefal	Paulo Foletto	09/09/2015	Aprovado
43	PL 5112/2013	Altera os parágrafos únicos dos arts. 3º e 5º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para incluir entre os seus beneficiários, os idosos com mais de 50 anos de idade.	João Campos	Mário Heringer	30/09/2015	Rejeitado
44	PL 7850/2014	Acrescenta o Capítulo V-A à Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a Educação do Idoso.	Junji Abe	Mário Heringer	30/09/2015	Rejeitado
45	PL 6350/2013	Altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior.	Senado Federal - Cristovam Buarque	Mário Heringer	30/09/2015	Aprovado
46	PL 1994/2015	Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a emissão e apresentação de carteira de identidade para crianças a partir de seis anos como condicionalidade para o pagamento do Bolsa-Família.	Mariana Carvalho	Geovania de Sá	21/10/2015	Aprovado
47	PL 6853/2013	Altera o art. 10 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir, entre os beneficiários do Projovem Adolescente Serviço Socioeducativo, os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos em situação de rua.	Senado Federal - Expedito Júnior	Erika Kokay	28/10/2015	Aprovado
48	PL 1386/2015	Altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1997, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, a fim de obrigar as empresas de transporte a manter funcionários treinados para auxiliar o idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do	Sérgio Reis	Carlos Gomes	28/10/2015	Aprovado

		sistema de transporte coletivo.				
49	PL 295/2015	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas", aperfeiçoando o cálculo da renda familiar para efeitos de definição dos beneficiários do Programa. Explicação: Exclui do cálculo da renda familiar os benefícios da Previdência Social decorrentes de problemas de saúde.	Valmir Assunção	Benedita da Silva	04/11/2015	Aprovado
50	PL 1882/2015	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas", aperfeiçoando o cálculo da renda familiar para efeitos de definição dos beneficiários do Programa.	Tia Eron	Benedita da Silva	04/11/2015	Aprovado
51	PL 239/2015	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas", aperfeiçoando o cálculo da renda familiar para efeitos de definição dos beneficiários do Programa.	Luiz Couto	Benedita da Silva	04/11/2015	Aprovado
52	PL 3696/2012	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para pessoas com deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).	Senado Federal - Pedro Taques	Eduardo Barbosa	11/11/2015	Aprovado
53	PL 1042/2015	Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, a fim de dispensar de novas avaliações médicas, para usufruto do benefício de isenção de IPI na aquisição de carros, o contribuinte que comprove ser portador de deficiência permanente e irreversível.	Antonio Carlos Mendes Thame	Eduardo Barbosa	11/11/2015	Rejeitado



54	PL 2104/2011	Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios, para permitir a transmissão do benefício aos dependentes hipossuficientes.	Diego Andrade	Dr. Sinval Malheiros	25/11/2015	Aprovado
55	PL 2962/2011	Altera a Lei nº 11.520 de 18 de setembro de 2007, para conceder pensão especial aos filhos separados dos genitores atingidos pela hanseníase, isolados e internados compulsoriamente.	Sarney Filho	Dr. Sinval Malheiros	25/11/2015	Aprovado
56	PL 3303/2012	Institui pensão especial aos "Filhos Órfãos de Pais Vivos" Explicação: Concede pensão especial aos filhos de pessoas atingidas pela hanseníase.	Edivaldo Holanda Junior	Dr. Sinval Malheiros	25/11/2015	Aprovado
57	PL 4907/2012	Acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei nº 11.520 de 18 de setembro de 2007, para dar direito à pensão especial aos filhos separados dos genitores atingidos pela hanseníase, isolados e internados compulsoriamente.	Domingos Dutra	Dr. Sinval Malheiros	25/11/2015	Aprovado
58	PL 1929/2015	Altera o artigo 1º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 para estender a concessão de pensão especial às pessoas atingidas por hanseníase que foram submetidas a isolamento nos seringais e/ou a isolamento domiciliar.	Angelim	Dr. Sinval Malheiros	25/11/2015	Aprovado
59	PL 2330/2015	Altera a Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. Explicação: Concede pensão especial e vitalícia às pessoas acometidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento domiciliar e autoriza o Poder Executivo a indenizar os filhos dessas pessoas.	César Messias	Dr. Sinval Malheiros	25/11/2015	Aprovado
60	PL 3963/2008	Dispõe sobre a consideração do trabalho voluntário em instituições de assistência educacional e social para fins de integralização curricular dos cursos de graduação.	Valdir Colatto	Leandre	09/12/2015	Aprovado

61	PL 1396/2015	Acrescenta parágrafo ao art. 47 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o cômputo da carga horária de serviço voluntário como parte do estágio curricular obrigatório de cursos de graduação.	Angelim	Leandre	09/12/2015	Aprovado
62	PL 1840/2015	Altera a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, para prever o aproveitamento de serviços prestados a esse título como créditos acadêmicos de cursos de nível superior.	Sergio Souza	Leandre	09/12/2015	Aprovado
63	PL 4558/2012	Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas aquisições de automóveis de passageiros, veículos de uso misto ou ambulâncias feitas pelas instituições de assistência social, sem fins lucrativos, inclusive as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).	Valdir Colatto	Eduardo Barbosa	15/12/2015	Aprovado
64	PL 5457/2013	Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos adquiridos por entidades de assistência social sem fins lucrativos, nas condições que especifica.	Major Fábio	Eduardo Barbosa	15/12/2015	Aprovado
65	PL 6991/2013	Cria benefício financeiro mensal, no valor de meio salário mínimo, destinado às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que tenham, em sua composição, pessoas em tratamento de tuberculose ou hanseníase.	Antonio Brito	Benedita da Silva	15/12/2015	Aprovado

66	PL 7381/2014	Institui isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI para aquisição de veículos pelas Associações de Pais Amigos dos Excepcionais - APAE. Explicação: Altera a Lei nº 8.989, de 1995.	Alceu Moreira	Eduardo Barbosa	15/12/2015	Aprovado
67	PL 601/2015	Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (Prouni), e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para criar política de oferta de oportunidades de estudo para indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos.	Conceição Sampaio	Roney Nemer	15/12/2015	Aprovado

#### 7.1.4. Família

Na área da Família foram aprovados 46 projetos e rejeitados 6.

### FAMÍLIA

Nº	Proposição	Ementa	Autor	Relator	Data Deliberação	Situação
1	PL 7650/2010	Altera Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Explicação: Estabelece que a pena é duplicada se o crime é praticado por ascendente, descendente, irmão, cônjuge, ex-cônjuge, companheiro, ex-companheiro ou por quem tenha o dever de cuidado.	Márcio Marinho	Eduardo Barbosa	25/03/2015	Aprovado
2	PL 2398/2011	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) e dá outras providências. Explicação: Aplica sanção civil e aumenta a pena para o crime contra idosos praticado por funcionário ou dirigente de clínicas de longa permanência.	Nelson Bornier	Eduardo Barbosa	25/03/2015	Aprovado

3	PL 2425/2011	Altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do idoso e o art. 136 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena estabelecida no caso de maus-tratos a idosos.	Davi Alcolumbre	Eduardo Barbosa	25/03/2015	Aprovado
4	PL 6074/2013	Dá nova redação ao art. 136 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), que tipifica a conduta de maus-tratos, agravando as penas cominadas, dentre outras providências.	Mendonça Filho	Eduardo Barbosa	25/03/2015	Aprovado
5	PL 6195/2013	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.	Leopoldo Meyer	Eduardo Barbosa	25/03/2015	Rejeitado
6	PL 6430/2009	Altera a redação do art. 136 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro. Explicação: Aumenta a pena para o crime de maus tratos praticados contra crianças, idosos ou pessoas indefesas, agravando quando o crime é praticado por quem assumiu a obrigação de cuidado, proteção ou vigilância por meio da prestação remunerada de serviço.	José Airton Cirilo	Eduardo Barbosa	25/03/2015	Aprovado
7	PL 2914/2011	Dá nova redação ao caput do art. 214 da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para reverter ao Fundo gerido pelos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente os valores oriundos das condenações fixadas em sede de ação de dano moral coletivo envolvendo estagiários, adolescentes e empregados menores aprendizes.	Carlos Bezerra	Benedita da Silva	25/03/2015	Aprovado
8	PL 7966/2010	Altera o § 1º do art. 1.516 e o art. 1.532 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para ampliar os prazos para o registro civil do casamento religioso e de eficácia do certificado de habilitação para o casamento.	Senado Federal - Valdir Raupp	Silas Câmara	15/04/2015	Aprovado
9	PL 3243/2012	Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências" tipificando como crime a exposição de criança ou adolescente a perigo em certas circunstâncias.	Roberto de Lucena	Eduardo Barbosa	16/04/2015	Aprovado

10	PL 4207/2012	Altera o art. 217-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para dispor sobre a prisão temporária e agravar a pena para quem tiver conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com pessoa com deficiência física, mental ou intelectual.	Romário	Jandira Feghali	23/04/2015	Aprovado
11	PL 8037/2014	Prevê aumento de pena em crimes sexuais praticados contra vulnerável. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	CPI turismo sexual e exploração sexual	Jandira Feghali	23/04/2015	Aprovado
12	PL 1213/2011	Altera o § 1º do art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Considera estupro de vulnerável o crime cometido contra pessoa que está impossibilitada de manifestar sua vontade ou de oferecer resistência.	Carlos Bezerra	Jandira Feghali	23/04/2015	Aprovado
13	PL 5114/2013	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para aperfeiçoar a legislação no que tange à violência doméstica contra a mulher.	Manuela D'ávila	Erika Kokay	06/05/2015	Aprovado
14	PL 7025/2013	Altera a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal e o Código Penal; e dá outras providências. Explicação: Altera os Decretos-leis nºs 2.848, de 1940 e 3.689, de 1941.	Iara Bernardi	Erika Kokay	06/05/2015	Aprovado
15	PL 7056/2014	Altera o § 9º do art. 129 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena mínima aplicável ao crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como os arts. 9º, 11º e 22º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	José Mentor	Erika Kokay	06/05/2015	Aprovado

16	PL 5097/2013	Altera os arts. 129 e 145 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Eleva a pena mínima do crime de lesão corporal em situação de violência doméstica e estabelece que a ação penal de crime de violência contra a mulher é ação pública incondicionada.	Aline Corrêa	Erika Kokay	06/05/2015	Aprovado
17	PL 7118/2010	Altera a o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, que dispõe sobre o Código Penal Brasileiro. Explicação: Aumenta a pena do homicídio qualificado em crime cometido no período em que a vítima estiver sob as medidas protetivas estabelecidas na Lei Maria da Penha.	Marcos Montes	Célio Silveira	27/05/2015	Aprovado
18	PL 8020/2014	Acresce inciso ao art. 1.814 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.	Lincoln Portela	Erika Kokay	02/06/2015	Rejeitado
19	PL 867/2011	Altera o Capítulo V do Título I e o Capítulo X do Título III, ambos do Livro V da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação.	Senado Federal - Maria do Carmo Alves	Erika Kokay	02/06/2015	Aprovado
20	PL 6855/2013	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.	Senado Federal - Rodrigo Rollemberg	Erika Kokay	02/06/2015	Aprovado
21	PL 7075/2014	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto a Criança e do Adolescente.	Benedita da Silva	Dâmina Pereira	24/06/2015	Aprovado
22	PL 1295/2015	Altera o Decreto-Lei nº 3688, de 03 de outubro de 1941 para estabelecer como contravenção penal importunar, impedir, obstar, constranger ou atrapalhar o aleitamento materno em locais públicos ou privados.	Maria do Rosário	Dâmina Pereira	24/06/2015	Aprovado
23	PL 1909/2011	Acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Explicação: Tipifica o ato de atrapalhar ou constranger o aleitamento materno.	Carlos Bezerra	Dâmina Pereira	24/06/2015	Aprovado

24	PL 7728/2010	Institui em toda a rede de ensino público e privado a obrigatoriedade aos servidores de notificar pessoalmente ou por meio da Instituição, os casos de violência contra a criança e o adolescente, às secretarias de segurança pública.	Francisco Rossi	Diego Garcia	01/07/2015	Rejeitado
25	PL 1941/2011	Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Explicação: Estabelece como infração administrativa deixar de comunicar por escrito e sob sigilo à autoridade policial e ao Ministério Público qualquer caso envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.	Márcio Macêdo	Diego Garcia	01/07/2015	Rejeitado
26	PL 7306/2014	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências), para estabelecer o uso da medida de monitoração eletrônica no regime de semi-liberdade e internação com atividades externas como meio de fiscalizar o cumprimento das medidas socioeducativas que obrigam o adolescente.	João Campos	Carlos Manato	01/07/2015	Aprovado
27	PL 173/2015	Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas da Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.	Alceu Moreira	Célio Silveira	01/07/2015	Aprovado
28	PL 4237/2008	Obriga os funcionários de creches particulares e outras entidades de atendimento conveniadas com o Poder Público a notificação dos casos de violência contra a criança e adolescente aos Conselhos Tutelares, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.	Sandes Júnior	Diego Garcia	01/07/2015	Rejeitado



29	PL 5432/2013	Regulamenta a Emenda Constitucional nº 66/2010, referente ao novo tratamento do divórcio, dando nova redação aos arts. 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1584, 1601, 1695, 1700, 1701, 1702, 1703, 1707, 1708 e 1723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "Institui o Código Civil", e aos arts. 1120, 1121, 1122, 1123, 1124 e 1124-A da Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que "Institui o Código de Processo Civil", acrescentando a esta o art. 1102-D, revogando dispositivos e dando outras providências. Explicação: Regulamenta a Emenda Constitucional nº 66/2010, referente ao novo tratamento do divórcio. Revoga a Lei nº 6.515, de 1977.	Takayama	Marcus Pestana	26/08/2015	Rejeitado
30	PL 6197/2009	Altera a redação do art. 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estender aos casamentos celebrados na vigência da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, a possibilidade de alteração do regime de bens.	Senado Federal - Demóstenes Torres	Marx Beltrão	26/08/2015	Aprovado
31	PL 232/2011	Altera os arts. 120 e 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Explicação: Torna obrigatório o teste vocacional na escolarização e profissionalização do menor em regime de semiliberdade.	Sandes Júnior	Eduardo Barbosa	26/08/2015	Aprovado
32	PL 7030/2014	Altera o art. 1.601 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estender a todo pai o direito de contestar a paternidade presumida ou aquela decorrente de reconhecimento expresso.	Senado Federal - Pedro Tanques	Marcus Pestana	26/08/2015	Aprovado
33	PL 7797/2014	Dispõe sobre a concessão de prêmio e de auxílio especial mensal a atletas olímpicos e paraolímpicos.	Mara Gabrielli	Carmen Zanotto	26/08/2015	Aprovado
34	PL 8330/2015	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22".	Senado Federal - Humberto Costa	Geraldo Resende	02/09/2015	Aprovado

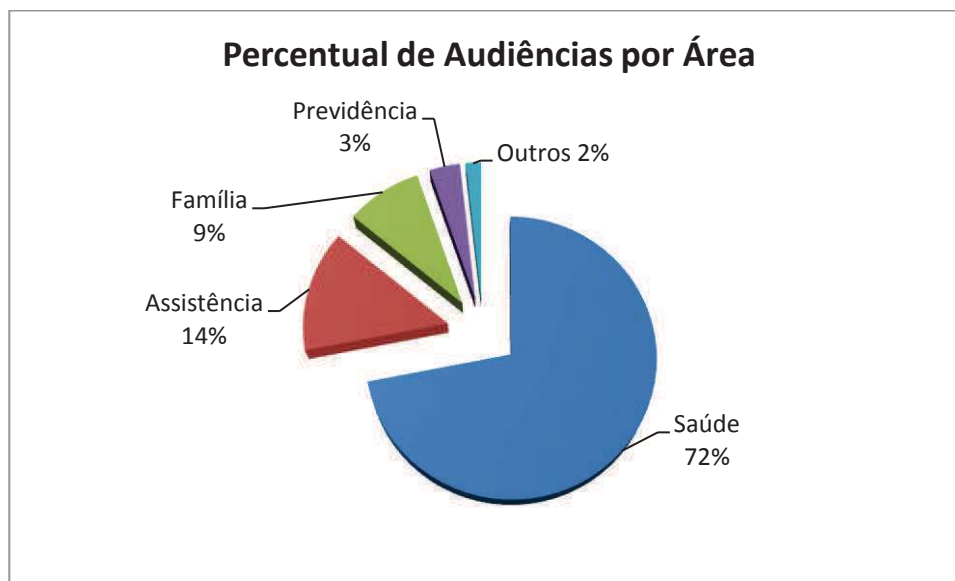
35	PL 5562/2009	Acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências". Explicação: Possibilita ao genitor, separado judicialmente ou divorciado, cujo o nome tenha sido alterado, alterar a certidão de nascimento do filho incluindo a retificação.	Carlos Bezerra	Geovania de Sá	16/09/2015	Aprovado
36	PL 6058/2009	Dispõe sobre a alteração no registro de nascimento dos filhos para a averbação do nome de sua mãe ou de seu pai que, após a separação judicial, voltou a usar o nome de solteira(o).	Cleber Verde	Geovania de Sá	16/09/2015	Aprovado
37	PL 7752/2010	Acrescenta § 5º ao art. 110 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), a fim de facilitar a substituição, no registro civil do filho, do nome dos pais alterado em virtude do casamento ou de sua dissolução ou separação judicial, bem como pela formação da união estável ou sua dissolução.	Senado Federal - Serys Shessarenko	Geovania de Sá	16/09/2015	Aprovado
38	PL 3875/2012	Altera os arts. 1.557, 1.559 e 1.560 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, estabelecendo nova hipótese para a anulação do casamento.	Manato	Marcus Pestana	16/09/2015	Aprovado
39	PL 3248/2012	Acrescenta § 2º ao art. 2º-A da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para permitir, em sede de ação de investigação de paternidade, a realização do exame de pareamento do código genético (DNA) em parentes do suposto pai, nos casos em que especifica. Explicação: Em caso de morte do suposto pai.	Senado Federal - Marisa Serrano	Carmen Zanotto	30/09/2015	Aprovado
40	PL 6856/2013	Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher.	Senado Federal - Ana Rita	Benedita da Silva	21/10/2015	Aprovado

41	PL 347/2015	Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar e dá outras providências.	Rosângela Gomes	Dâmina Pereira	21/10/2015	Aprovado
42	PL 1789/2015	Define como hediondo o crime de corrupção ou facilitação da corrupção de menor de 18 (dezoito) anos para a prática de infração penal Explicação: Altera Lei 8072, de 1990.	Leo de Brito	Shéridan	28/10/2015	Aprovado
43	PL 8043/2013	Acrescenta o § 5º ao art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Tipifica o estupro de vulnerável independentemente do consentimento da vítima ou desta já ter mantido relações sexuais anteriores.	CPI exploração sexual	Eduardo Barbosa	28/10/2015	Aprovado
44	PL 1234/2015	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 e a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, para conferir tratamento mais rígido ao crime de corrupção de menor.	Laerte Bessa	Shéridan	28/10/2015	Aprovado
45	PL 5547/2013	Altera dispositivos do art. 50 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Explicação: Torna obrigatória a consulta pela autoridade judicial dos cadastros estaduais e nacional de crianças e adolescentes nos processos de adoção.	Flávia Morais	Pompeo de Mattos	04/11/2015	Aprovado
46	PL 42/2015	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para reconhecer o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.	Sergio Vidigal	Rosângela Gomes	04/11/2015	Aprovado
47	PL 5431/2009	Dispõe sobre a prescrição das multas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Explicação: Altera a Lei nº 8.069, de 1990, fixando em cinco anos o prazo para prescrição das multas administrativas aplicadas pelo Estatuto.	Antonio Bulhões	Eduardo Barbosa	15/12/2015	Aprovado
48	PL 5976/2013	Acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para inserir as mulheres em situação de violência doméstica ou familiar entre os destinatários prioritários do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).	Márcio Macêdo	Benedita da Silva	15/12/2015	Aprovado

49	PL 7546/2014	Acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), de modo a inserir entre os atendimentos prioritários os emigrantes brasileiros retornados ao País.	Eduardo Barbosa	Benedita da Silva	15/12/2015	Aprovado
50	PL 8017/2014	Acrescenta inciso V ao art. 2º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, de forma a assegurar condições de capacitação profissional aos adolescentes entre dezesseis e dezoito anos, atendidos em programas de acolhimento familiar ou institucional.	Iara Bernardi	Benedita da Silva	15/12/2015	Aprovado
51	PL 8051/2014	Modifica o art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção nos quais os adotandos forem irmãos, negros ou tiverem mais de quatro anos de idade.	Pastor Marco Feliciano	Takayama	15/12/2015	Aprovado
52	PL 2182/2015	Acrescenta §5º ao art. 2º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para dar atendimento preferencial a estudantes em regimes de acolhimento institucional.	Dulce Miranda	Benedita da Silva	15/12/2015	Aprovado

## 7.2. Audiências

Foram realizadas cinquenta e sete Audiências Públicas, sendo quarenta e uma na área de Saúde, uma na área de Previdência Social, oito na área de Assistência Social, cinco na área de Família, uma na área de Saúde e Previdência e uma relacionada a outro tema. Assim, observa-se que, em relação às Audiências Públicas, os eventos concentraram-se na Área da Saúde.



A seguir, serão apresentadas as Audiências Públicas em ordem cronológica.

Nº	COMISSÃO	DATA	ASSUNTO	AUTORES	TEMA
1	CCSF	19/mar	Conhecer as ações e propostas da ANVISA	Dep. Antônio Brito	Saúde
2	CSSF	24/mar	Debater a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 – PROSUS	Dep. Antônio Brito / Subscrito pelos Deputados Carlos Gomes e Benedita da Silva	Saúde
3	CSSF	26/mar	Discutir alimentação saudável nas escolas	Dep. Jorge Solla / Subscrito pelos Deputados Mandetta, Misael Varella, Adelmo Carneiro Leão, Dr. João, Flávia Moraes e Luiz Carlos Busato	Saúde
4	CSSF / CTASP	31/mar	Expor as ações em desenvolvimento e metas a serem cumpridas no exercício de 2015, bem como os impactos sociais das novas disposições estabelecidas pelo MP nº664/2014	Dep. Pompeo de Mattos / Subscrito pelos Deputados Carlos Busato e Flávia Moraes	Previdência

5	CSSF	31/mar	Debater o reajuste da tabela do SUS aplicável aos hospitais filantrópicos.	Dep. Misael Varella / Subscrito pelos Deputados Diego Garcia, Leandre, Carmen Zanotto, Geraldo Resende, Luiz Carlos Buzato, Jorge Solla e Carlos Gomes	Saúde
6	CSSF	07/abr	Discussão de ações para a redução da Mortalidade Materna no Brasil	Dep. Adelmo Carneiro Leão / Subscrito pelas Deputadas Carmem Zanotto e Benedita da Silva	Saúde
7	CSSF	14/abr	Discutir o parto normal no âmbito do Sistema Único de Saúde	Dep. Flávia Morais e Adelmo Carneiro Leão / Subscrito pelos Deputados Carmen Zanotto, Assis Carvalho, Odorico Monteiro, Misael Varella, Geraldo Resende, Carlos Gomes e Benedita da Silva	Saúde
8	CSSF	28/abr	Debater o problema do paciente renal crônico	Deputado Alexandre Serfiotis e subscrito pelos Deputados Dulce Miranda, Carmen Zanotto, Diego Garcia, Carlos Gomes e Misael Varella	Saúde
9	CSSF	29/abr	Apresentação das perspectivas da gestão do Ministro da Saúde	Dep. Jandira Feghali e Osmar terra e demais membros da CSSF	Saúde
10	CSSF / CE / CCTCI	05/mai	Discutir as políticas públicas de apoio e incentivo ao ensino e assistência, às pesquisas, ao intercâmbio de experiências dos Hospitais Universitários e de Ensino	Dep. Jorge Solla, Alice Portugal e Luciana Santos / Subscrito pela Deputada Leandre	Saúde
11	CSSF	12/mai	Instruir apresentação de projeto de lei instituindo o dia 27 de agosto como o Dia do Psicólogo	Dep. Jorge Silva	Saúde
12	CSSF / CPD	12/mai	Discutir o PRONON e o PRONAS/PCD	Dep. Eduardo Barbosa / Subscrito pelos Deputados Adelson Barreto, Benedita da Silva, Leandre, Dulce Miranda, Carmen Zanotto, Zenaide Maia, Jorge Solla, Christiane Yared, Conceição Sampaio, Pompeo de Mattos, Alexandre Serfiotis e Misael Varella	Saúde

13	CPD/CSSF	13/mai	Discutir os pisos de financiamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica e da proteção social especial, voltados para as pessoas com deficiência	Dep. Eduardo Barbosa, Otavio Leite Zenaide Maia, Rejane Dias, Carmen Zanotto, Misael Varella, Leandre, Carmen Zanotto, Carlos Gomes, Adelson Barreto, Jorge Solla, Conceição Sampaio	Assistência
14	CSSF	21/mai	Debater as possibilidades de articulação das ações de combate à obesidade do Ministério da Saúde e outras políticas públicas, bem como as ações de prevenção de tratamento desenvolvidas	Dep. Adelmo Carneiro Leão	Saúde
15	CSSF	26/mai	Debater o uso de drogas lícitas e ilícitas na infância e na adolescência	Dep. Carmen Zanotto / Subscrito pelos Deputados Célio Silveira, Diego Garcia, Odorico Monteiro, Dr. João, Zenaide Maia, João Marcelo Souza, Adelmo Carneiro Leão, Jean Wyllys, Mandetta e Geraldo Resende	Família
16	CSSF	28/mai	Discutir a epidemia de dengue no País e o desenvolvimento de vacina contra a doença	Dep. Mandetta / Subscrito pelos Deputados Célio Silveira, Carmen Zanotto, Chico D'Ángelo, Adelmo Carneiro Leão e Miguel Lombardi	Saúde
17	CSSF	09/jun	Debater a prescrição e os efeitos decorrentes do uso de anticoncepcionais hormonais	Dep. Geovania de Sá, Mariana Carvalho, Bruna Furlan, Shéridan, Mara Gabrilli / Subscrito pelos Deputados Diego Garcia, Leandre, Christiane Yared, Jô Moraes, Conceição Sampaio, Zenaide, Jandira Feghali e Dulce Miranda	Saúde
18	CSSF	11/jun	A importância da Atenção Básica na linha do cuidado nas ações de DST/AIDS	Dep. Odorico Monteiro e Érica Kokay / Subscrito pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Jorge Solla, Odorico Monteiro, Alexandre Serfiotis, Carmen Zanotto, Shéridan e Misael Varella	Saúde
19	CSSF	16/jun	Debater o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil	Dep. Jean Wyllys / Subscrito pelos Deputados Darcísio Perondi, Benedita da Silva, Conceição Sampaio e Adelmo Carneiro Leão	Família

20	CSSF	18/jun	Debater as atividades desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, o papel de suas ações a serem desenvolvidas no novo cenário de atenção básica de saúde com ênfase na saúde preventiva da população brasileira	Dep. Raimundo Gomes de Matos, Jorge Sola e Odorico Monteiro / Subscrito pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Dr. Jorge Silva, Pompeo de Matos, Geraldo Resende, Benedita da Silva, Leandre, Carmen Zanotto, Célio Silveira, Carlos Gomes, Dr. João, Mandetta e Alexandre Serfiotis	Saúde
21	CSSF	23/jun	Debater a regulamentação e os efeitos da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, que estabelece o novo marco regulatório das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil	Dep. Eduardo Barbosa	Assistência
22	CSSF	02/jul	Debater o papel do Estado e o direito à saúde, sua fundamentalidade e relevância pública	Subcomissão Permanente de Saúde	Saúde
23	CSSF	14/jul	Debater a importância e a viabilidade da citologia em meio líquido para o rastreamento e diagnóstico do câncer uterino no SUS	Dep. Conceição Sampaio / Subscrito pelos Deputados Odorico Monteiro, Benedita da Silva, Dr. Jorge Silva, Zenaide Maia e Mandetta	Saúde
24	CSSF	06/ago	Apresentação do Relatório de Atividades 2014 e da Agenda Regulatória 2015/2016 da ANVISA	Toda a CSSF	Saúde
25	CSSF	11/ago	Instruir o PL 7179/14, que dispõe sobre a criação do programa de teleassistência ao idoso, e dá outras providências	Dep. Shéridan / Subscrito pelos Deputados Darcísio Perondi, Raquel Muniz e Christiane de Souza Yared	Assistência
26	CSSF	13/ago	Instruir sobre a apreciação de matéria constante do Projeto de Lei nº 3875/2012	Dep. Jean Wyllys / Subscrito pelo Deputado Odorico Monteiro	Família
27	CSSF	18/ago	Debater aspectos relacionados à doença linfangioleiomiomatose - LAM.	Dep. Diego Garcia e Alan Rick / Subscrito pelos Deputados Odorico Monteiro, Carlos Gomes e Leandre	Saúde



28	CSSF	20/ago	Debater o PL nº 1738/11, que institui a Política Nacional de Vacinação contra a Leishmaniose Animal, com o objetivo de prevenir e controlar a doença	Dep. Odorico Monteiro	Saúde
29	CSSF	25/ago	Debater sobre Oncologia – SUS, Idéias e Soluções	Dep. Antonio Jácome / Subscrito pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Leandre e Carmen Zanotto	Saúde
30	CSSF	27/ago	Discutir questões relacionadas às pessoas portadoras da doença de Parkinson	Dep. Eduardo Barbosa, Darcísio Perondi, Raquel Muniz, Conceição Sampaio, Leandre Eduardo Barbosa, subscrito pelos Deputados Darcísio Perondi, Raquel Muniz e Conceição Sampaio e Requerimento nº 131 da Deputada Leandre.)	Saúde
31	CSSF	01/set	Discutir a esclerose lateral amiotrófica e novas perspectivas de tratamento	Dep. João Campos e Mara Gabrilli	Saúde
32	CSSF	03/set	Discutir a regulamentação das profissões de saúde que ainda não sejam contempladas com o supracitado benefício. (PL. 3804/12)	Dep. Odorico Monteiro / Subscrito pelos Deputados Assis Carvalho, Benedita da Silva, Carmen Zanotto, Paulo Foletto, Marcus Pestana, Carlos Andrade, Jorge Solla, Mandetta, Roney Nemer e Rômulo Gouveia	Saúde
33	CSSF / CDEICS / CTASP	03/set	Debater a situação das permissões lotéricas anteriores à publicação da Lei nº 12.869/13	Dep. Pompeo de Mattos e Odorico Monteiro / Subscrito pelos Deputados Paulo Foletto, Dr. Jorge Silva, Roney Nemer, Carmen Zanotto e Miguel Lombardi	Outros
34	CSSF / Comissão Especial do Pacto Federativo	08/set	Debater sobre as questões da saúde no Pacto Federativo	Dep. Leandre / Subscrito pelos Deputados Odorico Monteiro, Carmen Zanotto e Dulce Miranda	Saúde
35	CSSF	10/set	Debater sobre a produção de hemoderivados e fatores recombinantes no Brasil	Dep. Paulo Foletto / Subscrito pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão	Saúde

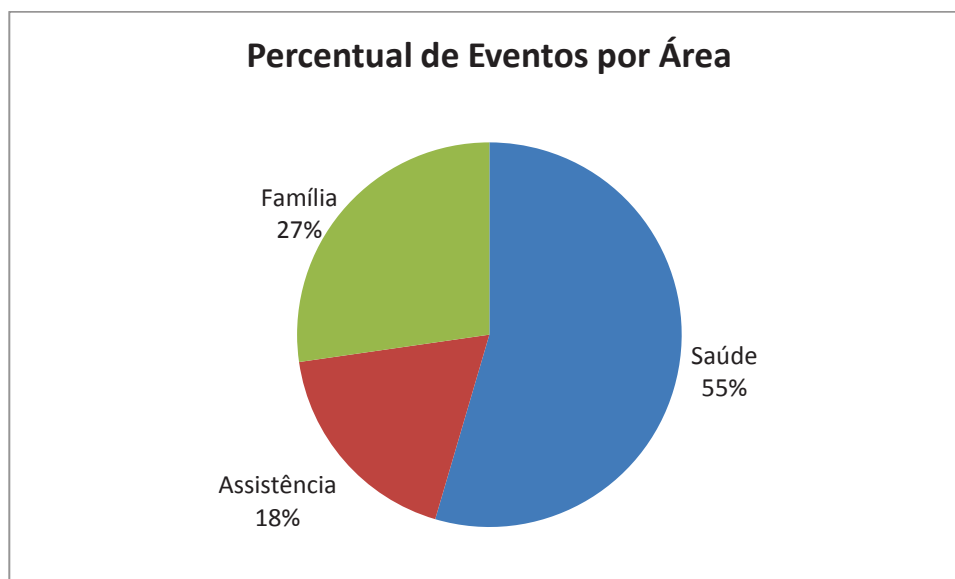
36	CSSF	15/set	Analisar e discutir a descriminalização do uso e posse da maconha para consumo próprio, com a presença de especialistas e autoridades convidadas	Dep. Assis Carvalho / Subscrito pelos Deputados Zenaide Adeldo Carneiro Leão, Miguel Lombardi, Dr. Jorge Silva, Zenaide Maia, Odorico Monteiro, Dulce Miranda, Carlos Andrade, Arnaldo Faria de Sá, Benedita da Silva e Jean Wyllys	Saúde
37	CSSF / CREDN	15/set	Debater os preparativos para a Segunda Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito	Dep. Christiane Yared / Subscrito pelos Deputados Odorico Monteiro, Leandre e Raquel Muniz	Saúde
38	CSSF	17/set	Debater sobre os desafios e a necessidade de priorização do câncer de intestino no Brasil	Dep. Carmen Zanotto e Marcus Pestana / Subscrito pelos Deputados Odorico Monteiro, Miguel Lombardi, Raquel Muniz, Dulce Miranda e Benedita da Silva	Saúde
39	CSSF	29/set	Discutir a crise da assistência farmacêutica no SUS, especialmente o desabastecimento de penicilina benzatina nas unidades de saúde do País	Dep. Jorge Silva e Mario Heringer / Subscritos pelos Deputados Dr João, Zenaide Maia e Leandre	Saúde
40	CSSF / CPD	06/out	Debater a consulta pública nº 19, proposta pela CONITEC, que recomenda excluir medicamento de alto custo do tratamento da esclerose múltipla do subtipo RR no SUS	Dep. Alexandre Serfiotis / Subscrito pelos Deputados Jorge Solla, Adeldo Carneiro Leão, Marx Beltrão e Flavinho	Saúde
41	CSSF	08/out	Debater o papel do parlamento em consonância com a luta contra a tuberculose no mundo	Dep. Antonio Brito / Subscrito pelos Deputados Carlos Gomes, Benedita da Silva e Geraldo Resende	Saúde
42	CSSF	13/out	Debater o impacto das despesas decorrentes dos acidentes de trânsito no Orçamento da União, especificamente nas áreas de saúde e previdência social, e ainda, as políticas públicas que estes órgãos têm implantado com vistas à minimização desse impacto	Dep. Christiane Yared / Subscrito pelos Deputados Arnaldo Faria de Sá, Zenaide Maia, Odorico Monteiro, Adeldo Carneiro Leão, Dulce Miranda e Carmen Zanotto	Saúde / Previdência

43	CSSF	15/out	Discutir o Sistema S de Saúde	Dep. Jorge Solla e Luciano Ducci / Subscrito pelo Deputado Flavinho	Saúde
44		20/out	Dia Nacional do Aleitamento Materno	Dep. Dulce Miranda	Saúde
45	CSSF / CPD / CTASP	21/out	Aprofundar as discussões sobre a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e instruir sobre o Projeto de Lei nº6144 de 2013.	Deputados Carmen Zanotto e Eduardo Barbosa e subscrito pelos Deputados Flávia Moraes, Cristiane Yared, Zenaide Maia, Leandre, Odorico Monteiro, Benedita da Silva e Dr. Jorge Silva	Assistência
46	CSSF	22/out	Discutir a aplicação da Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014, que altera os artigos 1583, 1584, 1585 e 1634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação	Dep. Arnaldo Faria de Sá	Família
47	CSSF	27/out	Discutir sobre o direito de acesso a medicamento de alto custo no âmbito do SUS	Dep. Assis Carvalho / Subscrito pelos Deputados Zenaide Maia e Odorico Monteiro	Saúde
48	CSSF	03/nov	Discutir Projeto de Lei que dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa idosa	Deputada Benedita da Silva, Luis Carlos Busato e Leandre / Subscrito pelos Deputados Arnaldo Faria de Sá, Jorge Solla, Adelmo Carneiro Leão, Conceição Sampaio, Geovânia de Sá, Raquel Muniz, Carmen Zanotto e Zenaide Maia e Christiane Yared	Assistência
49	CSSF	10/nov	Discutir o PL 4389/2004 do Deputado João Campos que dispõe sobre a gratuidade do traslado interestadual de cadáveres ou restos mortais humanos, bem como de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante, por empresas brasileiras de transporte aéreo	Dep. Darcisio Perondi	Saúde
50	CSSF	11/nov	Tratar sobre a idade que a pessoa com deficiência deva ser considerada idosa	Dep Eduardo Barbosa e Carmen Zanotto	Assistência

51	CSSF	12/nov	Discutir sobre os efeitos da fosfoetanolamina no tratamento do câncer	Deputado Adelmo Carneiro Leão, Reginaldo Lopes, Diego Garcia, Carlos Andrade, Carlos Manato, Silas Camara, Raquel Muniz e Osmar Terra / Subscrito pelos Deputados Leandre, Odorico Monteiro, Carmen Zanotto, Jean Wyllys, Leandre, Dulce Miranda, Arnaldo Faria de Sá, Jorge Solla, Eduardo Barbosa, Zenaide Maia, Conceição Sampaio e Carlos Mandetta	Saúde
52	CSSF	24/nov	Instruir o PL 8324/14 que altera a Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente	Deputados Shéridan e Osmar Terra	Família
53	CSSF	26/nov	Debater as condições técnicas de trabalho e a valorização do exercício profissional da categoria dos assistentes sociais	Deputado Raimundo Gomes de Matos e subscrito pelo Deputado Odorico Monteiro	Assistência
54	CCSF / CCTCI	03/dez	Debater Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo no âmbito do SUS	Deputado Odorico Monteiro / Subscrito pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Benedita da Silva	Saúde
55	CSSF	10/dez	Debater a Síndrome de <i>Burnout</i>	Deputada Geovania de Sá / Subscrito pela Deputada Carmen Zanotto	Saúde
56	CSSF	10/dez	Discutir os cortes de recursos no Programa Farmácia Popular do Brasil	Deputada Flávia Morais e Sérgio Vidigal / Subscrito pelos Deputados Paulo Foletto, Arnaldo Faria de Sá, Paulo Foletto, Mandetta, Toninho Pinheiro, Arnaldo Faria de Sá, Rosangela Gomes e Leandre	Saúde
57	CSSF / CPD	16/dez	Discutir as perspectivas futuras para a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais	Deputado Eduardo Barbosa / Subscrito pelo Deputado Mandetta	Assistência

### 7.3. Seminários, Simpósios e Fóruns

Dos 11 eventos realizados na Capital Federal, 55% se concentraram na área de Saúde, 27% na área de Família e 18% na área de Assistência Social.



Foram realizados 6 Seminários, 1 Simpósio e 4 Fóruns em Brasília, além de outros Seminários Externos, como se pode observar a seguir.

Nº	EVENTO	DATA	ASSUNTO	AUTORES	TEMA
1	Seminário / BSB	07/mai	IV Seminário Renais Crônicos e Transplantados	Deputada Carmen Zanotto / Subscrito pelos Deputados Geraldo Rezende, Benedita da Silva, Leandre, Dulce Miranda, Zenaide Maia, Eduardo Barbosa, Raquel Muniz, Jorge Solla, Odorico Monteiro, Conceição Sampaio e Misael Varela	Saúde
2	Simpósio / BSB	17 / 18 jun	Simpósio Nacional de Saúde	Deputada Jandira Feghali/ Subscrito por todos os demais membros da CSSF	Saúde

3	Seminário / BSB	30/ jun 01/02 jul	III Seminário Internacional sobre o Marco Legal da Primeira Infância	Deputado Osmar Terra / Subscrito pelos Deputados Assis Carvalho, Odorico Monteiro, Benedita da Silva, Adelmo Leão, Leandre, Geraldo Resende, Carmen Zanotto, Diego Garcia, Eduardo Barbosa, Shéridan, Carlos Gomes, Christiane Yared, Pompeo de Mattos, Darcísio Perondi, Raquel Muniz, Conceição Sampaio, Alexandre Serfiotis, Leandre, e e Misael Varella	Família
4	Seminário da Frente Parlamentar de Assistência Social / BSB	13/ago	Debater os 10 anos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	Dep. Raimundo Gomes de Matos	Assistência
5	Seminário / BSB	08 / 09 set	Semana de Valorização da Vida	Deputados João Campos, Givaldo Carimbão, Alan Rick, Flavinho e Leandre / Subscrito pelos Deputados Diego Garcia, Mandetta, Adelmo Carneiro Leão, Christiane de Souza Yared e Jean Wyllys	Família
6	Fórum / BSB	29/set	Epilepsia Fora das Sombras	Deputado Darcísio Perondi	Saúde
7	Fórum / BSB	08/out	Saúde do Casal	Deputado Dr. Jorge Silva	Saúde
8	Seminário / BSB	21/out	Semana de Valorização da Família	Deputados Diego Garcia, Alan Rick e Conceição Sampaio / Subscrito pelo Deputado Roney Nemer	Família
9	Fórum / BSB	17/nov	VIII Fórum de Políticas Públicas e Saúde do Homem	Deputado Dr. Jorge Silva / Subscrito pelos Deputados Carlos Gomes e Raquel Muniz	Saúde
10	Fórum / BSB	01/dez	Fórum Internacional de Sistemas de Saúde Comparados	Deputado Odorico Monteiro / Subscrito pela Deputada Carmen Zanotto	Saúde
11	Seminário / CLP	08/dez	Debater a nova lei de Fomento e de Colaboração com Organizações da Sociedade Civil - OSCs e os próximos passos da agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)	Dep. Eduardo Barbosa	Assistência

#### 7.4. Eventos Externos

Foram realizados 7 Seminários Externos, como se pode observar a seguir:

##### SEMINÁRIOS

Nº	LOCAL	DATA	ASSUNTO	AUTORES	TEMA
1	Fortaleza/CE	10/jul	Debater a crise na saúde pública, com ênfase no setor hospitalar	Deputado Raimundo Gomes de Mato	Saúde
2	Salvador/BA	10/ago	População Negra sobre Anemia Falciforme	Dep. Benedita da Silva	Saúde
3	Salvador/BA	10/ago	Debater o reconhecimento da profissão de tecnólogo	Dep. Jorge Solla / Subscrito pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão	Saúde
4	Rio de Janeiro/RJ	14/ago	Analisar a crise pela qual passa o INCA	Dep. Alexandre Serfiotis, Dr. João, Mandetta, Carmen Zanotto e Jorge Solla	Saúde
5	Rio de Janeiro/RJ	24/ago	Seminário sobre Anemia Falciforme	Dep. Benedita da Silva	Saúde
6	Goiânia/GO	22/set	Debater os 10 anos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	Dep. Flavio Morais / Subscrito pelo Deputado Mário Heringer	Saúde
7	João Pessoa/PB	19/out	Discutir a situação da saúde pública e soluções para os seus problemas	Dep. Wilson Filho	Saúde

## 7.5. Emendas à LDO e LOA

A Comissão de Seguridade Social e Família apreciou Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias no dia 8 de julho de 2015, sendo aprovadas 3 Emendas de Inclusão de Meta e 8 Emendas ao Texto da Lei. Já em relação às Emendas à Lei Orçamentária, foram aprovadas 4 propostas no dia 14 de outubro de 2015. Apresentam-se, a seguir, as emendas aprovadas pela Comissão.

### 7.5.1. Emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016

- *Emendas de Inclusão de Metas*

- 1) Emenda: Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) -Programa: 2015

Ação: 4525 Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde

Acréscimo de meta: 20

*Justificativa:*

Esta emenda visa dar apoio às unidades de Saúde que necessitam de reestruturação para um melhor atendimento da população

- 2) Emenda: Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Programa: 2037

Ação: 2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica

Acréscimo de meta: 5

*Justificativa:*

O envelhecimento populacional, como uma revolução silenciosa, mudou a face das populações de todo o mundo. Em praticamente todos os países, desenvolvidos, emergentes ou em desenvolvimento, a população está ficando mais velha. Em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial sem precedentes. Segundo a ONU, em 1950, a população com mais de 60 anos correspondia a 8,1% da população mundial. Em 2010, passa a representar 11% de toda a população e, em 2050, este segmento deverá corresponder a 21,9% de toda a população. A população idosa está aumentando, não apenas em sua totalidade, mas também em seus segmentos mais avançados. A população mundial com mais



de 100 anos deverá aumentar 15 vezes entre 1999 e 2050: de 145 mil para 2,2 milhões (IBGE, 2002)

3) Emenda: Desenvolvimento Produtivo - Programa: 2055

Ação: 8636 Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde

Acréscimo de meta: 100

*Justificativa:*

A política nacional de atenção integral às pessoas com doenças raras e as diretrizes para a atenção integral a esse público com doenças raras no âmbito do sistema único de saúde, publicadas via portaria 199/2014, é um passo importante em direção a um sistema de saúde cada vez mais igualitário e para todos os brasileiros.

• *Emendas de Texto da Lei*

1) Emenda: Corpo da Lei art 53 - Altera condições para as transferências para o setor privado – capítulo IV.

*Texto Proposto:*

Art. 53. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, quando tais entidades:

I - sejam constituídas sob a forma de fundações incumbidas regimental e estatutariamente para atuarem na produção de fármacos, medicamentos e insumos estratégicos na área de saúde; ou

II - prestem atendimento direto ao público.

III - selecionada em processo público de ampla divulgação promovido pelo órgão ou entidade concedente para execução de ações, programas ou serviços em parceria com a administração pública federal, nas seguintes áreas:

a) atenção à saúde dos povos indígenas;

b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;

c) combate à pobreza extrema;

d) atendimento às pessoas com deficiência; e

e) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária

*Justificativa:*

Com o advento da Lei nº 13.019, de 2014, que instituiu o marco regulatório das organizações da sociedade civil, o Estado brasileiro passou a considerar um novo entendimento sobre as parcerias voluntárias que envolvam transferências de recursos públicos para a realização de projetos de interesse público. Dentre os aspectos considerados na referida lei, a exigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos da lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, dá-se somente para os casos em que é possível a dispensa do chamamento público. Assim, não faz sentido a LDO 2016 criar condições que não condizem com o novo regime jurídico que irá reger a firmação de parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil.

2) Emenda: Corpo da Lei art 56 - Altera o inciso I do art 56.

Texto Proposto:

I de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação e sejam voltadas para a:

- a) educação especial; ou
- b) educação básica

*Justificativa:*

Com o advento da Lei nº 13.019, de 2014, que instituiu o marco regulatório das organizações da sociedade civil, o Estado brasileiro passou a considerar um novo entendimento sobre as parcerias voluntárias que envolvam transferências de recursos públicos para a realização de projetos de interesse público. Dentre os aspectos considerados na referida lei, a exigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos da lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, dá-se somente para os casos em que é possível a dispensa do chamamento público. Assim, não faz sentido a LDO 2016 criar condições que não condizem com o novo regime jurídico que irá reger a firmação de parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil.

3) Emenda: Anexo II – item 63 - Distribuição de medicamentos e materiais aos portadores de diabetes.

Texto Proposto:

Item 63-A (novo) Distribuição de medicamentos para o tratamento e materiais necessários

à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes. (Lei nº 11.347, de 27/09/2006).

*Justificativa:*

O Anexo III da LDO enumera as despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do Art. 9º, § 2º, da LRF. O referido dispositivo estabelece: "§ 2º Não serão objeto de limitação, as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias." A Lei nº 11.347 de 27 de setembro de 2006 determina que os portadores de diabetes receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde - SUS, os medicamentos necessários para o tratamento de sua condição e os materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar. A condição estabelecida pela lei para o exercício desse direito é o portador estar inscrito em programa de educação especial para diabéticos.

- 4) Emenda: Corpo da Lei art 35 - Estipula que o piso da saúde em 2016 não poderá ser inferior ao valor calculado conforme regra da LC nº 141/2012

Texto Proposto:

Art. 36. No exercício de 2016, a União aplicará em ações e serviços públicos de saúde de que tratam o §2º do art. 198 da Constituição Federal e o inciso I do art. 2º da Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015, valor não inferior ao montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro de 2015, acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no exercício de 2015. § 1º. A regra de que trata o caput não poderá representar, em qualquer caso, montante inferior, em termos reais, ao aplicado em 2014. § 2º. Para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde de que trata o caput, considerar-se-á a metodologia de cálculo prevista na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, observados o § 10 do art. 166 da Constituição Federal e o art. 3º da Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015.

*Justificativa:*

2016 será o primeiro exercício de vigência da nova regra para o mínimo Constitucional da Saúde para União, previsto na Emenda Constitucional nº 86. De acordo com essa regra, no primeiro exercício o mínimo será fixado em 13,2% da Receita Corrente Líquida da União. Porém, o cenário macroeconômico recessivo tem mostrado que esse novo mínimo para

primeiro ano de vigência da emenda tende a ser inferior ao que seria o mínimo, se aplicada a regra anterior contida na Lei Complementar nº 141 de 2012. Dessa forma, a presente emenda pretende garantir que não haja retrocesso nos recursos da Saúde, visto que o espírito da EC nº 86 era garantir recursos extras para o setor. A proposta é que seja garantido que a nova regra não implique redução dos recursos frente a regra até então em vigor

5) Emenda: Corpo da Lei art 35 - Inclui dotações do Fundo do Regime Geral de Previdência social.

Texto Proposto:

§ 7º O Poder Executivo deverá incluir recursos nas dotações do Fundo do Regime Geral de Previdência Social suficientes para garantir a todos os benefícios previdenciários o mesmo reajuste, com aumento real do piso do Regime Geral de Previdência Social

*Justificativa:*

A população formada pelos beneficiários da Previdência Social constitui-se de cidadãos de baixa renda, aqueles que, de outra forma, não conseguiram garantir amparo financeiro para suas necessidades básicas. Soma-se a essa realidade os altos índices de inflação que atingem nosso País para se chegar a um estado de penúria dessa parcela sofrida da população brasileira.

6) Emenda: Corpo da Lei art 57 - Insere alínea “c”, inciso I do art. 57.

Texto Proposto:

c) ampliação e construção

*Justificativa:*

As entidades sem fins lucrativos, que atuam na área de assistência social, saúde e educação, há tempos vêm acumulando déficits financeiros e orçamentários em razão das sérias dificuldades para a obtenção de receitas para a manutenção do atendimento aos usuários, prejudicando gravemente a provisão de recursos a serem aplicados nas suas instalações físicas, ação diretamente ligada à qualidade do atendimento e à oferta das políticas públicas.

7) Emenda: Corpo da Lei art 53 parágrafo Único – Saúde do Idoso.

Texto Proposto:

Atenção à saúde da pessoa idosa e prevenção de acidentes domésticos

*Justificativa:*

Esta emenda visa proporcionar programas de prevenção de acidentes domésticos envolvendo pessoas idosas e de outras ações relacionadas à saúde do idoso, contribuindo com a diminuição dos gastos do Governo Federal relacionados à reabilitação da saúde do idoso.

8) Emenda: Corpo da Lei art 53 Inciso II - Transferências para o Setor Privado/Subvenções Sociais.

Texto Proposto:

f) prevenção de acidentes e diminuição da mortalidade infantil

*Justificativa:*

Esta emenda visa ações para a diminuição da mortalidade infantil, especialmente da mortalidade causada por acidentes, que é a maior causa de mortalidade de crianças

#### **7.5.2. Emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual – LOA 2016**

1) Instalação de Unidade de Funcionamento do INSS – Nacional – Ação: 116V - Funcional: 09.271.2061.116V - Valor: 200 milhões

*Justificativa:*

A presente emenda visa melhorar a infraestrutura do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, nos locais onde o mesmo não dispõe de imóvel próprio ou adequado ao desenvolvimento das atividades de suas unidades de atendimento e/ou administrativas, pois a dependência de locação ou de cessão de imóveis de terceiros é um fator limitante à uniformização da melhoria de atendimento. Os recursos disponíveis permitirão a execução do Plano de Expansão de unidades de atendimento do INSS, por meio do qual serão criadas 40 (quarenta) novas unidades de atendimento em municípios com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes e que não possuam Agência de Previdência Social. As referidas unidades serão padronizadas com itens de segurança para servidores e segurados, proporcionando, assim, maior comodidade ao cidadão usuário que busca os serviços previdenciários.

2) Estruturação da Rede de Serviço de Proteção Social Básica – Nacional – Ação: 2B30 - Funcional: 08.244.2037.2B30.0001 Valor: 250 milhões

**Justificativa:**

A presente emenda objetiva ampliar e melhorar os serviços ofertados pela Rede de Proteção Social Básica, com ênfase à pessoa idosa.

- 3) Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento – Nacional – Ação: 2015 - Funcional: 10.302.2015.20YS - Valor: 883 milhões

**Justificativa:**

A presente emenda destina-se à manutenção do Programa Farmácia Popular pelo Sistema de Co-pagamento para o exercício de 2016.

- 4) Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde – Nacional – Ação: 4525 - Funcional: 10.122.2015.4525 - Valor: 1 bilhão

**Justificativa:**

Esta emenda visa um aporte de recursos para a manutenção de unidades de saúde de Média e Alta Complexidade - MAC, dada a escassez de recursos para a melhoria nos serviços oferecidos à população que mais necessita do Sistema Único de Saúde - SUS, com ênfase para as pessoas com doenças raras.

## VIII. SUBCOMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

O Art. 29 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados prevê que as Comissões Permanentes poderão constituir, sem poder decisório, Subcomissões Permanentes e Subcomissões Especiais, estas para o desempenho de atividades específicas, aquelas para o trato de parte das matérias do respectivo campo temático ou área de atuação.

Em obediência ao mandamento regimental, os membros da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) deliberaram, dentre 15 (quinze) propostas apresentadas, pela criação de três Subcomissões Permanentes e três Subcomissões Especiais.

As Subcomissões Especiais criadas foram:

- Subcomissão Especial destinada a tratar da Reestruturação, Organização, Funcionamento e Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Subcomissão Especial para tratar da Carreira Médica;
- Subcomissão Especial para tratar das Políticas de Assistência Social e Saúde da População Negra do País.

Também foram criadas as seguintes Subcomissões Permanentes, de acordo com os eixos temáticos da CSSF:

- Subcomissão Permanente de Saúde;
- Subcomissão Permanente de Assistência Social;
- Subcomissão Permanente de Previdência Social.

Em outro momento, foram criados também dois Grupos de Trabalho, a partir de demandas da sociedade e em atendimento à necessidade da Comissão de se inserir no dia a dia dos cidadãos de maneira a atender ao seu papel institucional.

Um deles, coordenado pelo Deputado Arlindo Chinaglia, tem acompanhado o desenvolvimento da substância fosfoetanolamina, comumente conhecida na mídia como pílula do câncer, tendo sido feitas reuniões inclusive com Ministros de Estado.

O outro grupo, coordenado pelo Deputado Osmar Terra, foi criado para acompanhar e propor ações acerca das notificações crescentes de microcefalia associada ao vírus zyka transmitido pelo mosquito *aedes aegypti*.

## 8.1. Especiais

### 8.1.1. Subcomissão Especial destinada a tratar da Reestruturação da Organização, Funcionamento e Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).



**Presidente:** Osmar Terra (PMDB-RS)

**Vice-Presidente:** Dr. Jorge Silva (PROS-ES)

**Relator:** Paulo Foletto (PSB-ES)

TITULARES	Gab.	SUPLENTES	Gab.
Dep. Christiane Yared – PTN/PR	201	Dep. Rômulo Gouveia – PSD/PB	411
Dep. Geovânia de Sá – PSDB/SC	606	Dep. Professora Dorinha – DEM/TO	432
Dep. Marx Beltrão – PMDB/AL	474	Dep. Flávia Morais – PDT/GO	738
Dep. Dr. João – PR/RJ	911	Dep. Carmem Zanotto – PPS/SC	240
Dep. Zenaide Maia – PR/RN	439	Dep. Miguel Lombardi – PR/SP	835
Dep. Jandira Feghali – PCdoB/RJ	622	Dep. Dr. Sinval Malheiros – PV/SP	520
Dep. Assis Carvalho – PT/PI	909	Dr. Dr. Jorge Silva – PROS/ES	227
Dep. Darcísio Perondi – PMDB/RS	518	Dep. Conceição Sampaio PP/AM	515
Dep. Toninho Pinheiro –PP/MG	584	Dep. Arnaldo F. de Sá – PTB/SP	929
Dep. Luiz Carlos Busato – PTB/RS	570		
Dep. Paulo Foletto – PSB/ES	839		
Dep. Misael Varella – DEM/MG	721		
Dep. Danilo Forte – PMDB/CE	384		



Dep. Heitor Schuch – PSDB/RS	277		
Dep. Carlos Gomes – PRB/RS	285		
Dep. Walney Rocha – PTB/RJ	585		
Dep. Osmar Terra – PMDB/RS	927		

A subcomissão foi criada no dia 15 de abril de 2015, a partir da aprovação do Requerimento nº 18/2015 CSSF, de autoria do Deputado Odorico Monteiro, com o objetivo de ampliar o debate sobre temas pertinentes ao Sistema Único de Saúde (SUS) e contribuir com o seu fortalecimento, tendo por finalidade discutir, avaliar, propor e sugerir ao Poder Executivo medidas e modelo que transformem o SUS.

A partir dessa diretriz, os trabalhos da subcomissão buscaram subsidiar o Congresso Nacional no debate da PEC 01/2015 (altera o art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, de forma escalonada em cinco exercícios: 15%, 16%, 17%, 18% e 18,7%) e do Plano Plurianual – 2016/2019, bem como a sociedade, com destaque para a Conferência Nacional de Saúde realizada em dezembro/2015.

Foram resgatadas informações coletadas em trabalhos prévios de três comissões temporárias da Câmara sobre o SUS (de 2011 a 2014) e foi utilizada tipologia da Organização Pan Americana da Saúde (OPAS) para organizar os debates, segundo funções dos sistemas de saúde: a) Garantia de acesso b) Gestão, c) Financiamento e d) Prestação de serviços.

Foram realizadas as seguintes audiências públicas:

DATA	ASSUNTO	CONVIDADOS
12/ago	PEC 01/2015 e o financiamento do SUS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Deputado Vanderlei Macris – Autor da PEC 01/2015;</li> <li>Mário Luís Gurgel de Souza (Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados)</li> </ul>
19/ago	Garantia de acesso/asseguramento e gestão do SUS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maria do Socorro de Souza (Presidente do Conselho Nacional de Saúde - CNS);</li> <li>Jurandir Frutuoso (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS);</li> <li>Mauro Guimarães Junqueira (Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS)</li> </ul>

26/08	Gestão do SUS/planejamento e controle.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jorge Abrahão de Castro (Diretor do Departamento de Temas Sociais da Secretaria de Planejamento e Investimentos);</li> <li>• Ana Maria Alves Ferreira (Diretor da 3ª Secretaria de Controle Externo da Saúde – SecexSaúde – do Tribunal de Contas da União – TCU);</li> <li>• Rogério Carvalho (Secretário Substituto do Distrito Federal).</li> </ul>
02/09	Prestação de serviços do SUS/judicialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edvaldo Batista de Sá (Coordenador de Saúde da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA);</li> <li>• Jairo Bisol (Promotor de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal - MPDF).</li> </ul>
09/09	Recursos humanos para o SUS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Donizetti Dimer Giamberardino Filho (Conselheiro do Conselho Federal de Medicina – CFM);</li> <li>• Ângelo D’Agostini (Diretor do Departamento de Gestão e Regulação do trabalho em Saúde do Ministério da Saúde);</li> <li>• Newton Lima (Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh).</li> </ul>
16/09	Exposição na CSSF sobre a dívida do Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maria Lúcia Fattorelli (coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida).</li> </ul>

O relatório final<sup>1</sup> da Subcomissão foi apresentado aos membros da Comissão pelo Relator, Deputado Paulo Foletto, no dia 11/11/2015, e aprovado na reunião do dia 18/11/2015, com recomendações, análises do contexto atual do SUS, além da apresentação de três Propostas de Emendas à Constituição (PEC) relacionadas à conjuntura atual.

## RESUMO DO RELATÓRIO

O relatório apresenta avanços e desafios do SUS e também recomendações em todas as áreas relevantes para o desenvolvimento do sistema, não apenas restringindo-se a debater o

<sup>1</sup><http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/conheca-a-comissao/subcomissoes/subcomissoes-2015/subsus/relatorio-final-da-subcomissao-subsus>

subfinanciamento. Destaca-se a identificação do deficiente planejamento das ações de saúde em todos os níveis da federação, dificultando a regionalização das ações de saúde.

Entre as várias recomendações presentes no relatório, destacam-se a seguir algumas, segundo temas de debate.

- **Acesso:**

- Priorizar a saúde como política pública, poupando-a de cortes orçamentários e ampliando os recursos necessários ao cumprimento de metas, ainda que com sacrifícios em outras atividades de governo, para as quais a sociedade considerar menos necessária a atuação de governo;

- Orientar o SUS para funcionar tendo os cidadãos-usuários no centro de sua atuação, acolhendo-os, preferencialmente, a partir das portas de entrada da atenção primária (principalmente a Estratégia Saúde da Família) e fortalecendo as referências para as ações e serviços de maior especialização, de modo a favorecer a universalidade, a integralidade e a equidade do sistema;

- Inserir na Constituição Federal previsão para que lei complementar disponha sobre a “responsabilidade”, as “atribuições” e as “competências” dos entes federados em relação à saúde.

- **Gestão:**

- Ampliar adesão dos entes federados ao COAP, favorecendo a regionalização, o detalhamento dos papéis e responsabilidades de cada ente federado e a vinculação de recursos suficientes para as pactuações previstas nesse instrumento, por meio do apoio à aprovação de matéria em tramitação na CSSF (o PL 1645/2015, do Deputado Odorico Monteiro, e seu apensado, o PL 2748/2015, do Deputado Betinho Gomes) na forma de um Substitutivo a ser sugerido ao Relator da matéria na CSSF;

- Incluir no Plano Plurianual (PPA) e no Plano Nacional de Saúde (PNS) objetivos e metas que enfrentem os gargalos do SUS na área de financiamento, gestão, acesso, oportunidade (inclusive sobre tempos de espera para procedimentos e leitos), efetividade e qualidade na prestação de serviços, com foco na satisfação das necessidades de saúde dos usuários;

- Demandar a execução integral do orçamento autorizado para o Ministério da Saúde, particularmente na área de investimentos na estrutura do SUS, que tem sido afetada por cortes orçamentários.

- Indicar ao Executivo federal, no campo dos recursos humanos: a) criar carreira para atenção básica em regiões de vazio assistencial (em período integral e com mobilidade intermunicipal, para fortalecer equipes da Estratégia Saúde da Família), b) instituir estímulo financeiro para profissionais que superarem metas pactuadas no COAP, para valorizar a eficiência; c) criar carreira para auditores do SUS, para estruturar o Sistema Nacional de Auditoria do SUS, d) aproveitar os 11 mil médicos brasileiros inscritos no Programa Mais Médicos em 2015, que não foram selecionados, por meio de vagas de trabalho não precarizadas, e) avaliar a experiência recente da EBSEH na contratação de recursos humanos na saúde.

- **Financiamento:**

- Ampliar a participação da União no financiamento do SUS, por meio do apoio à aprovação da PEC 01/2015, como demandado pela sociedade, sem a inclusão de percentuais para determinados níveis de complexidade de serviços (para manter a coerência do apoio à pactuação regional, flexibilizada segundo necessidades locais);

- Criar um Fundo de Apoio ao COAP, para destinar recursos adicionais voltados para: a) compensação para Municípios que executarem ações e serviços públicos de saúde para residentes em outros Municípios, b) atendimento de demandas de judicialização não previstas na programação regular, c) financiar carreira na atenção básica em região de vazio assistencial, para fortalecer a Estratégia Saúde da Família.

- **Recomendações Legislativas:**

- Sugerir à CSSF que divulgue periodicamente a situação de saúde e da execução orçamentária federal no setor, a partir dos dados dos relatórios quadrimestrais a serem apresentados pelo Ministro da Saúde no Congresso Nacional;

- Sugerir à CSSF que divulgue periodicamente a situação de tramitação na Câmara dos Deputados de proposições legislativas estruturantes para o SUS;

- Proposições Legislativas anexadas ao relatório:

I) PEC para que as emendas parlamentares não sejam computadas para fins do piso mínimo para aplicação em saúde pela União;

II) PEC para que lei complementar disponha sobre a responsabilidade, as atribuições e as competências dos entes federados em relação à saúde;

III) Substitutivo aos PL nº 1.645, de 2015 e 2.748, de 2015, a ser sugerido ao Relator da matéria na CSSF, para instituir em lei o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP) e o Fundo de Apoio ao COAP (FCOAP).

## 8.1.2. Subcomissão Especial destinada a tratar da Carreira Médica



**Presidente:** Mandetta (DEM-MS)

**Relator Geral:** Alexandro Serfiotis (PSD-RJ)

TITULARES	Gab.	SUPLENTES	Gab.
Dep. Alexandre Serfiotis – PSD/RJ	554	Dep. Antônio Jácome PMN/RN	230
Dep. André Fufuca – PEN/MA	945	Dep. Carmen Zanotto PPS/SC	240
Dep. Célio Silveira – PSDB/GO	565	Dep. Chico D'Ángelo PT/RJ	542
Dep. Eduardo Barbosa – PSDB/MG	540	Dep. Conceição Sampaio PP/MA	515
Dep. Geraldo Resende – PMDB/MS	905	Dep. Dr. Jorge Silva PROS/ES	227
Dep. Jandira Feghali – Pcdob/RJ	622	Dep. Dr. Sinval Malheiros PV/SP	520
Dep. Jorge Solla – PT/BA	571	Dep. Josi Nunes PMDB/TO	950
Dep. Juscelino Filho – PRP/MA	370	Dep. Mariana Carvalho PSDB/RO	508
Dep. Leandre – PV/PA	454	Dep. Mário Heringer PDT/MG	211
Dep. Luciano Ducci – PSB/PA	427	Dep. Raquel Muniz PSC/MG	444
Dep. Mandetta – DEM/MS	577	Dep. Ságuas Moraes PT/MT	371
Dep. Marcelo Belinati – PP/PA	268	Dep. Zeca Cavalcanti PTB/PE	318
Dep. Marcus Pestana – PSDB/MG	715		
Dep. Paulo Foletto – PSB/ES	839		
Dep. Raimundo Gomes de Matos – PSDB/CE	725		
Dep. Sérgio Vidigal – PDT/ES	812		
Dep. Silas Câmara – PSD/AM	532		
Dep. Takayama – PSC/PA	910		

A criação da Subcomissão decorreu da aglutinação dos requerimentos nºs 3/2015, do Deputado Geraldo Resende, 27/2015, do Deputado Marcelo Belinati e 40/2015, do Deputado Alexandre Serfiotis, e foi instalada no dia 16 de abril.

O foco do grupo foi a Carreira Médica, dividido em três eixos de monitoramento: Carreira Médica (geral), Graduação e Pós-Graduação. Foram foco de avaliação os cursos de graduação e pós-graduação de medicina no Brasil, o mercado de trabalho dos profissionais médicos e os planos de carreiras e cargos no Sistema Único de Saúde (SUS).

A Subcomissão realizou 12 (doze) reuniões, até a data de 6 de outubro, incluídas entre essas 3 (três) reuniões de audiência pública, conforme abaixo:

DATA	ASSUNTO	CONVIDADOS
11/jun	Exposição de entidades da sociedade civil ligadas à formação e à carreira médicas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dr. Antônio Jorge Salomão (Secretário-Geral da Associação Médica Brasileira - AMB);</li> <li>• Dr. Eglif de Negreiros Filho (Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Médicos - FENAM);</li> <li>• Dr. Arthur H. Danila (Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes - ANMR)</li> </ul>
07/jul	Exposição de representantes do Governo na área de formulação de políticas relacionadas à formação em Medicina.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dr. Alexandre Medeiros de Figueiredo (Diretor do Departamento de Gestão da Educação na Saúde - DEGES - MS);</li> <li>• Dr. Vinicius Ximenes Muricy da Rocha (Diretor de Desenvolvimento da Educação em Saúde do Ministério da Educação (DDES-ME) e presidente em exercício da Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM).</li> </ul>
22/09	Discutir sobre os critérios de acesso à Residência Médica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• DR. Felipe Proença de Oliveira (Diretor do Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde do Ministério da Saúde e Coordenador Nacional do Projeto Mais Médicos para o Brasil);</li> <li>• Dr. Vinicius Ximenes Muricy da Rocha (Diretor de Desenvolvimento da Educação em Saúde do Ministério da Educação - DDESME);</li> <li>• Dr. Arthur Hirschfeld Danila (Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes - ANMR);</li> </ul>

O relatório final, aprovado no âmbito da Subcomissão, demonstra um diagnóstico completo da carreira médica e orienta os parlamentares na análise de projetos de lei que tramitam na Câmara Federal, segundo a melhor conveniência com a reestruturação da profissão.

## RESUMO DO RELATÓRIO

Além dos dados colhidos nas audiências públicas e nas reuniões específicas com órgãos do Ministério da Educação, também foram utilizados dados dos estudos solicitados à Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, e das respostas enviadas à CSSF aos Requerimentos de Informação enviados ao Ministério da Educação (RIC 591/2015 - CSSF) e da Saúde (RIC 592/2015 - CSSF).

Os trabalhos da Subcomissão reforçaram a necessidade de reavaliação, pela Câmara dos Deputados, da situação em que se encontra hoje o ensino médico, as escolas médicas, a Residência Médica e o mercado de trabalho do profissional médico em nosso País, sem no entanto desvincular-se da realidade na qual se encontram milhões de brasileiros, sem atendimento básico de saúde de qualidade.

Abriram-se vários questionamentos relativos aos três eixos temáticos definidos, destacando-se, entre outros:

- Como construir, de forma responsável, os critérios de abertura de novos cursos de graduação em medicina, garantindo qualidade na formação dos futuros médicos?
- Como viabilizar, de forma mais permanente e rigorosa, as avaliações das escolas médicas de graduação em medicina?
- Como fortalecer politicamente a Comissão Nacional de Residência Médica?
- Que iniciativas podem ser tomadas para fortalecer a carreira, em especial no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS?

Considerando-se os eixos definidos, o relatório compõe-se das três partes temáticas já citadas, além das recomendações à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) as quais dependem, conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), da aprovação do plenário da Comissão para que tenham seguimento.

Os relatórios setoriais e respectivas recomendações foram incorporados no Relatório Final, nos termos do texto apresentado.



## RECOMENDAÇÕES

Frente a atual conjuntura e na tentativa de, como representantes do povo, com responsabilidade de ampliar os espaços democráticos de participação e fiscalização da gestão, e implementação das políticas públicas de saúde, de respeito às demandas da categoria médica e, priorizando sempre o bem estar individual e coletivo recomendamos, o que segue:

### A) QUANTO A GRADUAÇÃO

1 - Aprovação, pela Câmara dos Deputados, do PL 7.841/2014 (PLS 399/2011) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras, mediante processo de avaliação que observe, inclusive, acordos internacionais de reciprocidade e equiparação, bem como parâmetros de qualidade e prazos definidos, em colaboração com o órgão responsável pela avaliação dos cursos de graduação no País. O projeto está em tramitação na CSSF com parecer pela aprovação e é importante para que programas como o Revalida, o processo de Revalidação de Diplomas de Médicos formados no Exterior transforme-se em política de Estado, e não apenas de governo, ao ser elevado ao status de lei.

2 - Alteração das Leis nº 12.871/2013 (Mais Médicos) e nº 10.861/2004 (SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), por meio de Projeto de Lei que:

2.1 - insira determinação de que, para abertura de novos cursos deve-se respeitar os critérios já existentes no Decreto nº 5.773, de 2006 (vigente), o qual prevê que a criação de cursos de graduação em medicina deverá ser submetida à manifestação do Conselho Nacional de Saúde antes da autorização pelo Ministério da Educação (art. 28, § 2º);

2.2 - atenda ao que dispõe a Portaria do Ministério da Educação - ME nº 147, de 2007 (vigente), que dispõe sobre “a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina” e, inclusive, no caso específico dos cursos de Medicina, os processos de autorização não decididos em virtude da ausência de parecer favorável do Conselho Nacional de Saúde tenham sua instrução complementada com elementos específicos de avaliação, nos termos do art. 29 da Lei nº 9.784/1999 (que Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal), indicados em diligência da Secretaria de Educação

Superior (SESu), de forma a subsidiar a decisão administrativa quanto aos seguintes aspectos:

I — demonstração da relevância social, com base na demanda social e sua relação com a ampliação do acesso à educação superior, observados parâmetros de qualidade;

II — demonstração da integração do curso com a gestão local e regional do Sistema Único de Saúde (SUS);

III — comprovação da disponibilidade de hospital de ensino, próprio ou conveniado, por período mínimo de dez anos, com maioria de atendimentos pelo SUS;

IV — indicação da existência de um núcleo docente estruturante, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e desenvolvimento, composto por professores:

i) com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*;

ii) contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso; e

iii) com experiência docente

2.3 - preveja a instrução dos processos diligenciada pela SESu, que poderá, se necessário, contar inclusive com a colaboração de especialistas externos, com conhecimentos reconhecidos nos campos profissional e acadêmico na área de medicina.

2.4 - inclua dispositivos que endureçam a avaliação dos cursos de graduação em Medicina e estabeleçam punições às instituições que não cumprirem os protocolos de compromisso, determinando que:

- a avaliação dos cursos de graduação inclua, obrigatoriamente, visita de comissão de especialistas a todos os cursos, com periodicidade trienal;

- o protocolo de compromisso de que trata o art. 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, abrangerá período máximo de quatro anos.

- se não sanadas as insuficiências detectadas será automaticamente cassada a autorização de funcionamento ou a renovação de reconhecimento, sendo assegurada aos alunos matriculados transferência para curso de outra instituição em processo conduzido pelo Ministério da Educação;
- durante a vigência do protocolo fica vedada a realização de processo seletivo para admissão de novos alunos
- a negativa de renovação de reconhecimento de curso de graduação em Medicina em função de descaracterização da necessidade social não excluirá a garantia do direito de conclusão do curso aos estudantes matriculados por um período de seis anos, vedada a realização de processo seletivo para admissão de novos alunos.

2.5 - condicione a adesão ao SINAES para que as instituições de educação superior vinculadas aos sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal recebam recursos ou benefícios da União;

2.6 - determine, por parte das instituições de educação superior, a obrigatoriedade de notificar individualmente, ao menos uma vez por ano, todos os seus estudantes sobre o conceito obtido pela instituição nas avaliações do SINAES; e,

2.7 - defina a aplicação do ENADE, para os cursos de Medicina, anualmente para todos os alunos ao final do segundo, do quarto e do último ano de curso; diferenciando-os dos demais cursos, para os quais o ENADE só é aplicado ao final do primeiro e do último ano e mantendo-se a utilização dos procedimentos amostrais para todos os cursos, inclusive Medicina.

## B) QUANTO A PÓS-GRADUAÇÃO

1. Alteração da Lei nº 12.871/2013, por meio de Projeto de Lei que, entre outras questões:

- inclua determinação de competência à Comissão Nacional de Residência Médica para normatizar, regular e implementar vagas de RM;
- aumente a quantidade das especialidades de acesso direto a Programas de Residência Médica, adicionando-se Medicina Interna (Clínica Médica); Pediatria; Ginecologia e Obstetrícia; Cirurgia Geral; Psiquiatria; Medicina Preventiva e Social; Neurocirurgia; Ortopedia; Anestesiologia; Medicina de Urgência; Geriatria; Oftalmologia e Infectologia;

- modifique os critérios do Programa de Residência em Medicina Geral de Família e Comunidade para corresponder a somente 30% do total de vagas ofertadas entre as especialidades de acesso direto, e a partir de 2019, sendo coordenado pelo Ministério da Saúde no âmbito da rede saúde na escola.
- modifique os termos da avaliação específica para os programas de RM, prevendo instituição dessa, pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), com a participação preferencial de pelo menos 1 (um) médico da respectiva especialidade, para todos os Programas de Residência Médica, com periodicidade máxima de 5 (cinco) anos. Propõe-se que a participação seja preferencial e não obrigatória porque algumas sociedades de especialidades não têm estrutura ou disponibilidade para acompanhar a avaliação e programas de RM. Por outro lado, se se toma por base instituições como a USP, que tem uma infinidade de programas, torna-se insustentável os custos de visita. Por exemplo, se forem 100 programas em diversas especialidades, seriam necessárias 100 pessoas diferentes, no mínimo, para visitar os programas, o que quebra qualquer regra de economicidade.
- inclua o conteúdo disposto no Decreto nº 8.516, de 10 de setembro de 2015 - formação do Cadastro Nacional de Especialistas -, de forma a elevá-lo ao status de lei, garantindo mais segurança jurídica ao texto, que é fruto de esforço concentrado das entidades médicas, governo e parlamento para prover de mais transparência o acesso, pela sociedade, aos dados sobre profissionais médicos, bem como de constituição de um banco de informações confiáveis e atualizadas, que pode ser fonte segura de planejamento e implementação de políticas públicas de saúde.

2. Envio de Indicação ao Poder Executivo relativa à necessidade de isonomia entre os valores de bolsa para RM e remuneração do Mais Médicos, sendo a RM realizada em instituição pública.

### C) QUANTO À CARREIRA MÉDICA

1. Aprovação, pela Câmara dos Deputados, da PEC 454, de 2009, que já está pronta para deliberação do Plenário;
2. envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo apresentação de Projeto de Lei (minuta anexa) que disponha sobre Carreira Especial Nacional para Profissionais de Nível Superior na Atenção Básica no SUS, voltada para atender as demandas dos serviços de saúde em áreas socialmente vulneráveis e de difícil provimento de profissionais médicos; e

3. recomendação de rediscussão, pelo Congresso Nacional, dos vetos apostos à Lei nº 12.842, de 2013 – Lei do Ato Médico e, caso seja oportuno, a apresentação de Projeto de Lei que reinsira no texto os dispositivos vetados pela Presidente da República.

#### 8.1.3. Subcomissão Especial para tratar das políticas de Assistência Social e Saúde da População Negra do país



**Presidente:** Benedita da Silva (PT-RJ)

**Relator:** Antonio Brito (PTB-BA)

TITULARES			
	Gab.		Gab.
Dep. Adelmo Carneiro Leão – PT/MG	231	Dep. Jean Wyllys –PSOL/RJ	646
Dep. Antonio Brito – PT/BA	479	Dep. João Marcelo – PMDB/MA	639
Dep. Benedita da Silva – PT/RJ	330	Dep. Jorge Solla – PT/BA	571
Dep. Carmem Zanotto – PPS/SC	240	Dep. Rosangela Gomes – PRB/RJ	438
Dep. Diego Garcia – PHS/PR	745	Dep. Zeca Dirceu – PT/PR	613

Criada no dia 16 de abril de 2015 a partir do requerimento nº 28/2015, de autoria da Deputada Benedita da Silva, a Subcomissão iniciou seus trabalhos no dia 06 de maio de 2015 com a presença da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Nilma Lino Gomes.

Buscou-se, com o grupo, monitorar as políticas existentes para a população negra para as áreas de Assistência Social e da Saúde. Segundo o relator, Deputado Antonio Brito, “o enfoque da Assistência Social é indispensável para compor o panorama de apoio a essa significativa parcela da população brasileira. No âmbito da assistência social, o objetivo que propomos à Subcomissão é mapear as situações de vulnerabilidade que afetam com maior incidência a população negra, bem como a adequação e abrangência da resposta que o Poder Público apresenta a esses problemas”. A assistência à maternidade também foi constado como prioridade.

Foram realizados os seguintes eventos:

DATA	ASSUNTO	CONVIDADOS
06/mai	Apresentação da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nilma Lino Gomes – Ministra da SEPPIR).</li> </ul>
09/jun	Audiência pública em conjunto com a Secretaria da Mulher da Câmara Federal sobre mortalidade materna e o impacto sobre a vida das mulheres negras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rurany Ester (Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres);</li> <li>• Maria Ester de Albuquerque Vilela (Coordenadora-geral da Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde);</li> <li>• Larissa Amorim Borges (Diretora de Programas da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPIR);</li> <li>• Arlete Leandro Martins (Representante da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - ANMB);</li> <li>• Isabel Cruz (representante do Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra da Universidade Federal Fluminense);</li> <li>• Jurema Werneck (Representante da ONG Criola – Na Luta pela Mulher Negra).</li> </ul>
10/ago	Seminário na Câmara Municipal de Salvador/BA, para discutir a anemia falciforme.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gildásio Daltro (ortopedista);</li> <li>• Olívia Santana (Secretária estadual de Políticas para Mulheres);</li> <li>• Fernando Araújo (hematologista);</li> <li>• Antônio Carlos Lemos (Superintendente do Complexo Hospitalar Professor Edgar Santos);</li> <li>• Bruno Castelo Branco (oftalmologista);</li> <li>• Altair Lira (Coordenador-Geral da Associação Baiana das Pessoas com Doenças Falciformes - ABADFAL);</li> <li>• Rogério Gomes (Coordenador do Instituto Baiano de Reabilitação);</li> <li>• Flávia Citônio (Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Maceió);</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maurício Dias (Representante das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas da Bahia).</li> </ul>
24/ago	Seminário na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro sobre políticas públicas de assistência social e saúde da população negra.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tereza Campello (Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome);</li> <li>• Nelma Azeredo (Subsecretária de estado de Desenvolvimento Social e Descentralização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos);</li> <li>• Arnaldo Campos (Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS);</li> <li>• Jurema Werneck Werneck (Representante da ONG Criola – Na Luta pela Mulher Negra);</li> <li>• Artur Custódia (Representantes do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase);</li> <li>• Márcia Alvez (Pesquisadora do Departamento de Odontologia Social e Preventiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro – DOSP/UFRJ);</li> <li>• Luiz Felipe Pietro (representante do Instituto Nacional do Câncer).</li> </ul>

O relatório final da Subcomissão foi apresentado pelo relator, Deputado Antonio Brito, e aprovado pelos membros da Comissão de Seguridade Social e Família, no dia 25 de novembro de 2015. Constam do relatório indicações ao Executivo e requerimentos relacionados às políticas públicas de assistência social e saúde da população negra.

#### RESUMO DO RELATÓRIO

Tendo em vista que os indicadores sociais apontam que a população negra apresenta, de modo geral, menor renda, menor escolaridade, menor acesso às condições ideais de moradia, saneamento, trabalho, transporte, saúde, a Comissão de Seguridade Social e Família acreditou ser importante trazer à tona essas questões. Desse modo, a Subcomissão teve como objetivo verificar as principais ações, avanços e desafios nas diversas esferas de



governo, bem como as articulações extrassetoriais, para políticas de assistência social e saúde da população negra do país.

Visando atingir o seu objetivo, a Subcomissão realizou diversas reuniões e audiências públicas, onde compareceram ministros de Estados e autoridades, além de encaminhar solicitação de informações a órgãos públicos, e questionários para as secretarias estaduais de Saúde e de Assistência Social e as secretarias municipais das capitais, também de Saúde e de Assistência Social.

No âmbito das políticas de saúde, a despeito de a anemia falciforme e a morte materna terem ocupado o foco inicial da Subcomissão, muitos outros agravos despontaram como pontos importantes a acompanhar, entre eles glaucoma, diabetes, hipertensão, morte materna, e questões relacionadas ao racismo institucional.

Com base na documentação recebida, dos órgãos, no retorno dos questionários, das audiências públicas realizadas, ficou evidente que a anemia falciforme é a principal doença genética do país que atinge prioritariamente a população negra, alcançando incidência nesta população de 1 para cada 1.000 crianças nascidas (cerca de 3000/anos), sendo que no estado da Bahia, essa incidência é ainda maior, de 1 para cada 650. Sem tratamento, esta enfermidade atinge um percentual de 25% de mortalidade nos primeiros 5 anos e redução na expectativa de vida para cerca de 40 anos, causando, na sua manifestação grave, crises dolorosas, síndrome torácica aguda, acidente vascular cerebral, infarto ósseo e necrose, priapismo, suscetibilidade a infecções, úlceras de pele, risco gestacional, dentre outros problemas.

Foi verificado que existe uma predominância entre a população negra, e com manifestações mais severas ou precoces, do glaucoma, da diabetes e da hipertensão artéria, trazendo sequelas graves como cegueira, insuficiência renal, acidente vascular cerebral, entre outras.

Com relação à morte materna, ficou constado que 60% dos casos acometem mulheres negras, por diversos fatores, como maior incidência de diabetes, hipertensão artéria, infecções, gravidez precoce e impossibilidade em obter melhores níveis de atendimento. Parte desses problemas são em razão dessa população encontrar-se predominantemente nas faixas de renda menos favorecidas, o que ainda às torna mais vulneráveis as doenças perpetuadoras da pobreza, como hanseníase, tuberculose e helmintíases.



No decorrer dos trabalhos da Subcomissão, se verificou que a maior ocorrência de sequelas ou mortes relacionadas à saúde da população negra é devido à falta de acesso a serviços de qualidade e humanizados, a medidas de prevenção e a intervenções oportunas.

Outro ponto abordado, foi o racismo institucional, que apesar da existência de norma legal, Estatuto da Igualdade Racial, bem como a criação de órgão dentro da estrutura do Ministério da Saúde para esta finalidade, ainda é necessário se continuar avançando no tema, como preconiza a legislação.

Vemos que existe uma infinidade de disciplinamentos que estimulam a equidade, o acesso universal, a humanização do atendimento, em harmonia com princípios que vêm desde a Constituição Federal e da Lei Orgânica da Saúde. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra fez, há seis anos, diagnóstico abrangente da situação e apontou eixos de atuação para que o racismo no SUS fosse eliminado, incentivando a participação do Movimento Social Negro nas instâncias de controle social, a produção de conhecimento científico e tecnológico, respeito ao saber popular, inclusive religioso. Pode-se constatar que ainda resta muito a ser feito, especialmente quanto à formação dos Comitês Técnicos em todos os níveis.

A despeito de ter sido determinado o aprimoramento da qualidade dos sistemas de informação do SUS, de modo a possibilitar a análise de dados desagregados por raça, cor e etnia, constata-se pelas respostas recebidas que o monitoramento desses indicadores permanece muito aquém do esperado. Em sendo uma Política transversal, a determinação de que todas as políticas de promoção de saúde, controle de agravos, atenção e cuidado em saúde assimilem as especificidades da raça negra permanece pouco considerada. É urgente que se disponha de métodos de avaliação sistemática de impacto e qualidade das ações desenvolvidas, inclusive por sexo, raça, faixa etária para orientar o desenvolvimento das políticas de saúde.

Da mesma forma, a interconexão com outros sistemas de informação da Seguridade Social proporcionará uma visão bem mais concreta das repercussões de agravos de saúde relegados sobre a previdência e a assistência social. Por exemplo, permitiria a avaliação do impacto social da morte materna sobre as demandas da família e dos órfãos.

A expansão marcante da Estratégia Saúde da Família se dá no intuito de possibilitar o acesso mais amplo às ações de saúde. Porém, são relatadas dificuldades mesmo quanto ao acesso à atenção básica. Permanecem profundas disparidades, em especial nas condições de vida que determinam a saúde. A priorização de áreas de pobreza para a alocação de profissionais

do Programa Mais Médicos é bastante favorável. Estratégias de redução de desigualdade, como o Programa Bolsa-Família e Brasil sem Miséria certamente afetam positivamente as condições de vida importantes para determinar o estado de saúde das populações atendidas. Chamar a atenção para grupos como quilombolas e priorizá-los é iniciativa louvável, mas os progressos alcançados ainda não são identificados com facilidade.

No que tange a assistência social, os dados sobre o público beneficiário dos programas de governo mostram que 75% das famílias (10 milhões) atendidas pelo Bolsa-Família se autodeclararam pretas e pardas, 68% das 724 mil famílias já atendidas pelo Minha Casa, Minha Vida são chefiadas por negros ou pardos, 63% das crianças atendidas pelo bolsa-família na faixa etária de 0 a 48 meses estão matriculadas em creches, índice superior à população não atendida, e 50% das 1,75 milhões de matrículas do Pronatec são de pessoas negras.

Este panorama da assistência social, demonstra que existe uma forte correlação entre a pobreza e as questões raciais, que estão imbricadas de tal forma que o público majoritário dos programas sociais seria a população negra. Assim, embora as estratégias de intervenção não sejam concebidas com base em um recorte racial, o público beneficiário seria majoritariamente composto por pretos e pardos. De um lado, os indicadores sociais mostraram a iniquidade no acesso a serviços públicos, bem como na distribuição de renda, revelando-se um forte viés racial. De outro, no entanto, conforme as informações apresentadas em audiência pública e dados disponíveis sobre os programas, pode-se afirmar que os programas têm, de fato, alcançado a população negra.

O fato de tais programas assumirem que a pobreza é um fenômeno multifacetário que não se resume à insuficiência de renda constitui uma estratégia de intervenção com potencial de romper os mecanismos de reprodução da pobreza. A inserção produtiva por meio do acesso ao microcrédito, à formalização de microempreendedores e à qualificação para o trabalho são exemplos de ações que trabalham a dimensão não monetária da miséria. Os dados apresentados acerca da participação da população negra no público beneficiário dessas políticas indicam que o país está na direção de reduzir as iniquidades de renda e de acesso a serviços públicos. Evidentemente, ainda são muitos os desafios que se colocam na agenda, sobretudo no que se refere à superação do racismo institucional. Contudo, é preciso enaltecer que as estratégias desenhadas lograram atingir a população negra.

No âmbito dos Estados, a pesquisa realizada por meio de questionários mostrou que a assistência social reconhece a população negra como público preferencial da política, dada a vulnerabilidade historicamente associada a esse público. Por isso, quanto à pergunta acerca

da existência de programas específicos para a população negra, a resposta mais frequente foi no sentido de ressaltar o arcabouço conceitual da assistência, como decorrência de naturalidade na associação entre população negra e vulnerabilidade. Acrescente-se que, quanto à questão acerca da existência de diagnóstico elaborado sobre as principais vulnerabilidades que acometem a população negra, as respostas dos estados e municípios foram no sentido de não haver tal diagnóstico, de forma prévia, ou de apresentar indicadores extraídos do sistema de informação.

Com base nisso, é importante chamar atenção para o fato de que a percepção de que não há uma distinção da população negra no que se refere à concepção da política de assistência social – por ser historicamente o público mais vulnerável – não impede o desenho de estratégias específicas para esse público, sobretudo no que se refere ao diagnóstico e conhecimento das principais demandas no âmbito da proteção básica e especial. Por isso, salientamos a necessidade de o governo federal orientar e induzir os entes subnacionais a construir metodologias de planejamento que contemplem diagnóstico situacional da população negra.

A questão da representatividade da população negra nos conselhos gestores de políticas merece aprofundamento por parte da Comissão de Seguridade Social e Família, em outra oportunidade. Isso porque as respostas apresentadas ao ofício encaminhado aos estados aponta haver baixa representatividade nos conselhos, mas, por razões metodológicas da pesquisa, não há base para afirmar que se trata de uma constatação. Por isso, além de a Comissão ter de se debruçar sobre essa questão novamente, cabe a recomendação para que o agora Ministério da Cidadania proceda a um diagnóstico da representatividade das entidades da população negra nos conselhos gestores de políticas públicas, nos entes subnacionais.

Nas audiências públicas, tanto na explanação das Ministras, quanto na fala dos expositores, restou clara a necessidade de integrar programas e ações de superação da pobreza com o acesso a bens e serviços públicos, sendo que a assistência social é estratégica para fazer essa articulação. Nesse sentido, registre-se a fala da Ministra Tereza Campello no sentido de que foi por meio da busca ativa realizada na assistência social que se conseguiu que o Pronatec chegasse à população extremamente pobre, além da importância do cadastro único. Dessa forma, em vista da necessidade de integrar os programas e ações, cabe a recomendação de se fazer um diagnóstico acerca da efetividade das ferramentas que compõem o Protocolo Integrado de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, devendo-se ainda integrar as ações e

serviços de saúde. A capilaridade do SUAS, do Programa Bolsa-Família, bem como do Programa Saúde da Família, constitui um importante potencial para oferta de seus integrados à população mais pobre.

Em relação às políticas habitacionais, é meritório o fato de 68% dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida ser composto por pessoas que se autodeclararam pretos e pardos. Contudo, em razão de ainda ser significativo o déficit habitacional e, ainda, na linha do que preceitua o Estatuto da Igualdade Racial, sugere-se a elaboração de metodologia de análise de projetos de financiamento habitacional de interesse social que contemple a população negra.

Quanto à educação infantil, também chama a atenção o número de crianças de famílias que estão no programa Bolsa-Família e que têm acesso à creche – em torno de 63%. No entanto, cabe incentivar os municípios para que adotem o cadastro único como critério de focalização das vagas nas unidades de educação infantil, de forma a potencializar o impacto do acesso à educação infantil na redução da pobreza. Além disso, estudar a possibilidade de antecipar a meta prevista no PNE de matricular 50% das crianças em idade de 0 a 3 anos na educação infantil.

Constatamos que em nosso país existe uma profusão de direitos legislados e não efetivados, como pontua depoimento apresentado. É essencial que as leis já aprovadas entrem efetivamente em força, que sejam apoiadas política e financeiramente.

As contribuições recebidas pela Subcomissão Especial Destinada a Avaliar as Políticas de Assistência e Saúde da População Negra foram muito ricas e parece impossível abordar apropriadamente cada uma delas no prazo definido para seu funcionamento. Procuramos sistematizar as demandas mais prementes em proposições legislativas apresentadas a seguir. Todavia, é essencial a colaboração de toda a sociedade para aperfeiçoar, burilar, aprofundar os rumos que identificamos como importantes para impulsionar a definitiva incorporação da equidade no Sistema Único de Saúde.

Vemos a partir da análise das iniciativas destinadas à saúde e assistência social da população negra que um papel primordial da Comissão de Seguridade Social e Família é defender a todo custo a continuidade do SUS e do SUAS e a garantia de seu financiamento.

Ao mesmo tempo, desejamos que nossas ações se reflitam em contribuição para os debates da próxima 15ª Conferência Nacional de Saúde neste primeiro ano da Década Internacional

dos Afrodescendentes, instituída pela Organização das Nações Unidas, com a tônica “Povos afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”.

As questões que afligem a saúde da população negra são questões que atingem a humanidade como um todo. Assim, mais do que tentar dar destaque a uma situação ou agravo particular, o objetivo maior de nossa luta deve ser alcançar a harmonia, a justiça social, a equidade, a cultura de paz no convívio das pessoas.

Contudo, em decorrência dos resultados obtidos e das conclusões chegadas, a Subcomissão apresentou as seguintes proposições:

- Projeto de Lei:

Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que “cria o Programa Bolsa Família”, para estender o acompanhamento da saúde de crianças e jovens até dezessete anos.

- Requerimento de prioridade de tramitação:

Projeto de Lei nº 7.103, de 2014, da Deputada Benedita da Silva, que “modifica a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para incluir o quesito cor ou raça nos prontuários, registros e cadastramentos do Sistema de Informação em Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS)”.

- Indicações:

- Ministério da Saúde:

- Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
- Exigir o preenchimento do quesito raça/cor em todos os formulários;
- Aprimorar o gerenciamento da rede e dos sistemas de informação com interoperabilidade no âmbito da seguridade social;
- Garantir em todos os níveis o reconhecimento do perfil epidemiológico e de especificidades da população negra;
- Combater o racismo institucional e suas manifestações, promovendo a efetiva responsabilização;
- Aprimorar o acompanhamento pré-natal, ao parto e puerpério, com classificação de risco e humanização;

- Dimensionar o problema e aprimorar o acompanhamento à anemia falciforme e suas manifestações;
  - Investigar a ocorrência de agravos à saúde da população negra, como glaucoma, HTLV, lúpus, câncer, resposta diversa a medicamentos;
  - Incentivar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à saúde da população negra;
  - Proporcionar educação continuada para profissionais de saúde a respeito da saúde da população negra
  - Instituir instância organizacional para gerir a Saúde da População Negra; e
  - Estimular a formação de Comitês de Saúde da População Negra em todas as instâncias.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:
    - Diagnóstico junto aos municípios para verificar a Implementação do Protocolo Integrado de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda, tomar medidas para aperfeiçoá-lo ou reduzir obstáculos de operacionalização;
    - Diagnóstico das situações de vulnerabilidade mais incidentes na população negra, no âmbito da proteção social básica e especial, quando da formulação e revisão de políticas e programas da assistência social;
    - Teste para anemia falciforme quando da inscrição no CadÚnico;
    - Acompanhamento da Pressão Arterial como condicionalidade; e
    - Integração dos sistemas de informação da seguridade social.
  - Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos:
    - Orientar, em articulação com o MDS, os entes subnacionais a incluir diagnóstico das vulnerabilidades e violações de direitos da população negra quando da formulação e revisão das políticas da proteção social básica e especial;
    - Elaborar, em conjunto com o Ministério das Cidades, metodologia de análise de projetos de financiamento habitacional de interesse social que contemple a população negra, em cumprimento ao Estatuto da Igualdade Racial;

- Estudar, junto ao MEC, a possibilidade de antecipar o atingimento da meta prevista no PNE, relativa à inclusão de crianças de 0 a 3 anos de idade em creches, beneficiando-se mulheres e crianças negras; e
- Incentivar, em conjunto com o MEC, os municípios a adotar critérios de focalização das vagas nas unidades de educação infantil, como o Cadastro Único, que beneficiem mulheres que exerçam atividade econômica.



## 8.2. Permanentes

### 8.2.1. Subcomissão Permanente de Saúde



**Presidente:** Odorico Monteiro (PT/CE)

**Vice-Presidente:** Sérgio Vidigal (PDT/ES)

**Relatora:** Carmen Zanotto (PPS/SC)

TITULARES	Gab.	SUPLENTES	Gab.
Dep. Odorico Monteiro – PT/CE	582	Dep. Mandetta – DEM/MS	577
Dep. Carmem Zanotto – PPS/SC	240	Dep. Misael Varela – DEM/MG	721
Dep. Célio Silveira – PSDB/GO	565	Dep. Takayama – PSC/PR	910
Dep. Leandre – PV/PR	454	Dep. Diego Garcia – PHS/PR	745
Dep. Marx Beltrão- PMDB/AL	474	Dep. Juscelino Filho – PRPMA	370
Dep. Dr. João – PR/RJ	911	Dep. Marcos Pestana – PSDB/MG	715
Dep. João Marcelo – PMDB/MA	639	Dep. Luciano Ducci – PSB/PR	427
Dep. Zenaide Maia – PR/RN	439	Dep. Walney Rocha – PTB/RJ	585
Dep. Sérgio Vidigal – PDT/ES	812	Dep. Raquel Muniz – PSC/MG	444
Dep. Raimundo Gomes de Matos– PSDB/CE	725	Dep. Jessica Salles – PMDB/AC	952
Dep. Paulo Foletto – PSB/ES	839	Dep. Jorge Solla – PT/BA	571
Dep. André Fufuca – PEN/MA	945	Dep. Mariana Carvalho – PSDB/RO	508
Dep. Assis Carvalho – PT/PI	909	Dep. Ságua Moraes – PT/MT	371
Dep. Darcísio Perondi – PMDB/RS	518	Dep. Alexandre Serfotiotis – PSD/RJ	554
Dep. Marcelo Belinati – PP/PR	268	Dep. Zeca Cavalcanti – PTB/PE	318
Dep. Toninho Pinheiro – PP/MG	584	Dep. Dr. Sinval Malheiros – PV/SP	520
Dep. Luiz Carlos Busato – PTB/RS	570	Dep. Adelmo Carneiro LeãoPT/MG	231
Dep. Adelson Barreto – PTB/SE	937	Dep. Miguel Lombardi – PR/SP	835



A Subcomissão Permanente de Saúde foi criada no dia 16 de abril de 2015, conforme requerimento nº 19/2015 do Deputado Odorico Monteiro. Em sua primeira reunião, realizada no dia 19 de maio de 2015, foi apresentado o plano de trabalho pela relatora, Deputada Carmen Zanotto.

## **Atividades**

### **Audiência pública para discutir o papel do Estado e o Direito à saúde, sua fundamentalidade e relevância pública.**

O debate contou com as presenças de um dos maiores juristas do Brasil, Dalmo Dallari, professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e de Lenir Santos, coordenadora do curso de especialização em Direito Sanitário do Instituto de Direito Sanitário Aplicado – Idisa.

A audiência tratou de uma série de desafios a serem enfrentados pelo SUS com vistas a garantir a saúde como um direito de todos e dever do Estado, conforme previsto na Constituição de 1988.

O principal tópico abordado pelo professor Dalmo Dallari, foi que o maior desafio é assegurar que o direito à saúde, previsto na Carta Magna, torne-se realidade no cotidiano dos cidadãos e cidadãs.

Como resultado prático da Audiência Pública, fica o engajamento para que a saúde se torne de fato um direito fundamental de todas as pessoas, de toda a cidadania, e que é importante lutar para que esses direitos aconteçam na prática, e não somente numa universalidade formal.

### **Audiência pública para discutir o Sistema Único de Saúde e as proposições citadas na Nota Técnica do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde – CEBES, à 15ª Conferência Nacional da Saúde.**

Os principais pontos abordados foram o financiamento e a defesa do SUS, e a audiência teve como debatedores Jurandi Frutuoso – Secretário Executivo do CONASS, Maria do Socorro de Souza – Presidente do CNS, Mauro Junqueira – Presidente do CONASEMS, Rogério Carvalho – Ministério da Saúde e Heleno Rodrigues – diretor do CEBES.

### **Reuniões técnicas com Conass e Conasems**

O deputado Odorico Monteiro, presidente da Subcomissão de Saúde da Câmara dos Deputados reuniu-se por diversas vezes com o Ministro da Saúde e seu corpo técnico para tratar de assuntos relativos à Leishmaniose, produção de vacina contra a dengue e para tratar dos Projetos de Lei referentes a implantação das Regiões de Saúde e do Plano Decenal de Saúde.

### **Fosfoetanolamina**

Sob coordenação da Subcomissão Permanente de Saúde, foi realizada audiência pública que discutiu a eficácia da fosfoetanolamina para o tratamento de câncer

O produto foi desenvolvido pelo professor e pesquisador da Universidade de São Paulo, Gilberto Chierice nos anos 90, e o mesmo defende seu uso para o tratamento do câncer.

Foram discutidos na audiência pública soluções para o impasse que envolve o clamor da população para a utilização da droga, o ativismo do judiciário na concessão de liminares permitindo o uso em alguns pacientes e a vigilância sanitária que tem o papel institucional de observar todos os protocolos existentes hoje em torno do produto.

Como resultado, os membros da Comissão presentes ao evento aprovaram proposta do deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) sobre a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhamento das discussões acerca das questões em torno do uso dessa substância.

Os deputados Mandetta, Leandre e Odorico Monteiro realizaram visita técnica à Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária buscando informações acerca do registro da Fosfoetanolamina por parte daquele órgão.

A Anvisa informou que não há barreiras burocráticas que impossibilitem o registro da substância, mas que há sim, para que se efetue o registro, a observância de padrões internacionais de segurança, eficácia, qualidade e pureza do produto, além de estudos clínicos para a concessão.

## **Microcefalia**

### Reunião na Casa Civil – Plano Nacional de Combate a Microcefalia

O deputado Odorico Monteiro, presidente da Subcomissão de Saúde da Câmara dos Deputados reuniu-se com a Secretária-Executiva da Casa Civil Eva Maria Chiavon, para tratar da questão da microcefalia no Brasil. Os deputados Antonio Brito, presidente da Comissão de Seguridade, Jorge Solla e Osmar Terra também participaram da reunião, juntamente com a presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro.

Foi manifestada a preocupação com o aumento do número de casos da doença, principalmente no Nordeste, onde o governo precisa definir como deve ser o combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor do Vírus Zika, estudar mecanismos de proteção e transmissão, além de trabalhar no desenvolvimento de uma vacina contra a doença.

A Secretária afirmou que o governo está elaborando um Plano Nacional de Combate à Microcefalia, envolvendo o Governo Federal, Estados e Municípios. O plano atuará em diversos eixos desde o combate ao mosquito, a pesquisa de vacinas e medicamentos até o cuidado com as crianças e as famílias.

Foram realizadas reuniões na sala da presidência da Subcomissão com intuito de formar um Grupo de Trabalho exclusivo para debater o tema, bem como analisar, estudar e elaborar um plano de ação eficaz para combater a epidemia.

## **VII Fórum Internacional de Inovação Tecnológica em Saúde**

Participação do Deputado Odorico Monteiro como expositor, por meio da Subcomissão Permanente de Saúde, no VII Fórum Internacional de Inovação Tecnológica em Saúde, organizada pelo Interlegis do Senado Federal.

## **10º Congresso HIV/Aids e 3º Congresso de Hepatites Virais do Ministério da Saúde, em João Pessoa/PB**

O Deputado Odorico Monteiro, Presidente da Subcomissão Permanente de Saúde, representou a Câmara dos Deputados no 10º Congresso de HIV e Aids e o 3º Congresso de

Hepatites Virais que trouxe como tema os “Novos Horizontes, Novas Respostas”. Foram abordados no Congresso trocas de informações e experiências entre os organismos internacionais, o governo brasileiro e a sociedade civil sobre os grandes desafios que estão colocados para a prevenção, diagnóstico e tratamento dessas doenças.

Outros temas destacados nas apresentações foram relacionados à eliminação dos níveis epidêmicos de HIV até 2030; o desafio de implementar a Profilaxia de Pré-Exposição como política pública; e a discussão em torno da própria cura da Aids.

### **Fórum Internacional de Sistemas de Saúde Comparados**

O foco central do referido Fórum foi o financiamento adequado para a sustentabilidade dos serviços em saúde, além de trazer para o Parlamento as discussões que permearam a 15ª Conferência Nacional de Saúde, debatendo questões importantes, como o desafio de garantir o direito humano à saúde, o financiamento adequado do SUS e a gestão sistêmica dos sistemas universais de saúde.

Também foi debatido que o grande legado da 15ª Conferência será a mobilização e a pressão social em torno do aumento de recursos para a saúde, como por exemplo, o retorno da CPMF para a saúde com distribuição tripartite dos recursos para União, Estados e Municípios.

### **Participação no Seminário Internacional Política, Planejamento e Gestão das Regiões e Redes de Atenção à Saúde no Brasil**

Representando a Subcomissão Permanente de Saúde, Deputado Odorico Monteiro participou em São Paulo, no Auditório Paula Souza, da Faculdade de Saúde Pública da USP, deste importante evento que tratou do planejamento e gestão regional do Sistema Único de Saúde para os próximos anos.

## Eventos Externos

### 10/07/2015 – Visitas técnicas a unidades hospitalares de Fortaleza/CE, seguidas de Seminário na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.



Diogenis dos Santos/CSSF

A Subcomissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou na manhã do dia 10 de julho do ano em curso, visitas in loco a hospitais públicos de Fortaleza, com objetivo de verificar a situação da saúde pública no Ceará.

A comitiva composta pelos deputados federais Dr João, Raimundo Gomes de Matos e Geovania de Sá visitou a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, o Hospital Municipal Instituto Dr. José Frota (IJF) e o Hospital Geral de Fortaleza (HGF).

Dentre todos os problemas diagnosticados o principal deles é a insuficiência de recursos para o custeio da saúde no Estado.

O deputado Odorico Monteiro afirmou que o Governo do Estado fez um conjunto de investimentos estruturantes na saúde, com construção de novos hospitais ampliação do número de leitos e policlínicas, mas não houve repasse correspondente do governo federal.

O deputado ressaltou, ainda, o compromisso da bancada federal do Ceará com a ampliação do Instituto dr. José Frota, maior hospital de traumas do estado, pois estão lutando para garantir os recursos para a construção do IJF 2, que hoje convive com uma epidemia de acidentes de trânsito e opera com número de pacientes maior que da sua capacidade.

### 14/08/2015 – Visita técnica ao INCA/RJ, seguida de seminário na Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Comunicação Social / INCA-RJ



Parlamentares da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados, sob coordenação do deputado federal Odorico Monteiro (PT-CE), presidente da Subcomissão Permanente de Saúde, e do Deputado Alexandre Serfiotis (PSD-RJ),

2º Vice-Presidente da CSSF, realizaram visita técnica às instalações do Hospital do Câncer 1, do Instituto Nacional de Câncer (INCA), para avaliar as condições de funcionamento, após denúncias veiculadas na imprensa de que o Instituto passa por crise de abastecimento de insumos, o que estaria prejudicando o atendimento à população.

Participaram da visita os deputados federais Darcísio Perondi (PMDB-RS), Benedita da Silva (PT-RJ), Paulo Foletto (PSB-ES), Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), Alexandre Serfiotis (PSD-RJ), Dr. João (PR-RJ) e Antonio Jácome (PMN-RN), presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Câncer. A visita ao INCA foi provocada pelos deputados federais Dr. João e Alexandre Serfiotis, os quais são autores de requerimento, aprovado na CSSF.

Além da visita às instalações do Hospital do Câncer 1, os parlamentares realizaram reunião com a diretoria do INCA e audiência pública na Câmara Municipal do Rio de Janeiro com o objetivo de discutir os principais problemas vividos pelo Instituto.

### **19/10/2015 - Audiência em João Pessoa discute serviços de saúde pública do estado**

Nyll Pereira/Assembleia Legislativa da Paraíba



Os serviços de saúde pública na cidade de João Pessoa/PB foram tema de audiência pública conjunta com a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), no auditório do Ministério Público Estadual.

Antes, na parte da manhã, os deputados Antonio Brito, Odorico Monteiro, Mandetta, Wilson Filho, André Fufuca e Manoel Junior, visitaram o Hospital Geral Santa Isabel, o Complexo Hospitalar Mangabeira (Trauminha) e o Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto de Lucena.



## 8.2.2. Subcomissão Permanente de Assistência Social



**Presidente:** Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

**Vice-Presidente:** Flávia Morais (PDT/GO)

**Relatora:** Shéridan (PSDB/RR)

TITULARES			
	Gab.		Gab.
Dep. Diego Garcia – PHS/PR	745	Dep. Josi Nunes – PMDB/TO	950
Dep. Geovânia de Sá – PSDB/SC	606	Dep. Flávia Morais - PDT/GO	738
Dep. Dulce Miranda – PMDB/TO	530	Dep. Raquel Muniz – PSC/MG	444
Dep. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	725	Dep. Miguel Lombardi – PR/SP	835
Dep. Eduardo Barbosa – PSDB/MG	540	Dep. Adelson Barreto – PTB/SE	937
Dep. Benedita da Silva – PT/RJ	330	Dep. Dr. Sinval Malheiros	520
Dep. Silas Câmara – PSD/AM	532	Dep. Shéridan	246

Resultado da aglutinação do requerimento nº 22/2015, do Deputado Eduardo Barbosa, e do requerimento nº 29/2015, da Deputada Benedita da Silva, a Subcomissão Permanente de Assistência Social foi criada no dia 16 de abril de 2015. Em sua primeira reunião, realizada no dia 27 de maio de 2015, foi escolhida da Deputada Shéridan como relatora e aprovado o plano de trabalho.

O Plano de Trabalho definiu as prioridades de atuação da Subcomissão Permanente, focando na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a oferta aos usuários, o financiamento, a relação com as entidades de atendimento, e a transferência de renda.

## Eventos

**12/05/2015** – Audiência Pública com o tema “PRONON e PRONAS / PCD”.

**13/05/2015** – Audiência Pública com o tema “os pisos de financiamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica e da proteção social especial, voltados para as pessoas com deficiência”.

**20/05/2015** – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, apresentou na Comissão de Seguridade Social números referentes ao Programa Bolsa Família, ao Plano Brasil Sem Miséria e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

**23/06/2015** – Realização de audiência pública para debater a minuta do decreto de regulamentação da Lei 13.019/2014

**30/06/2015** – Reunião para debater o PL 680/2015, que altera a Lei nº 13.019/14, com a presença do Relator (Deputado Marcus Pestana), representantes de gestores de assistência social (Congemas e Fonseas) e de saúde (Conass, Conasems). Participaram, ainda, representantes da Secretaria Geral da Presidência da República (atual Secretaria de Governo); e de organizações da sociedade civil. A reunião destinou-se a identificar as modificações necessárias na Lei, a serem introduzidas no Substitutivo a ser oferecido pelo Relator. Com a edição da Medida Provisória 684/2015, acordou-se que o Relator aguardaria a conversão da MP em lei para, então, definir sobre a tramitação do PL 680/2015.

Em decorrência da edição da Medida Provisória nº 684/2015, cuja relatoria coube ao Presidente (Deputado Eduardo Barbosa), a questão das entidades de assistência social e dos outros segmentos de atuação da sociedade civil organizada, foi amplamente discutida no que se refere às parcerias entre estas e o Estado brasileiro. Para viabilizar a discussão foram realizados inúmeros encontros com representantes da sociedade civil e das três esferas de governo.

Especificamente para a área de assistência social, o Projeto de Lei de Conversão nº 21/2015 propôs as seguintes principais alterações na Lei 13.019/14: garantir a possibilidade de o chamamento público conter cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais,



assegurando as características de política pública organizada com base no território; dispensa do chamamento público para a parceria com organizações que desenvolvam ações continuadas na área de assistência social. Inaplicabilidade do chamamento público para os repasses decorrentes de emendas parlamentares.

**09/07/2015** – Aprovação de emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, para acréscimo de meta à LDO 2016, no Programa de “Fortalecimento do SUAS”, para “Estruturação, Implantação e Aparelhamento de Centros de Convivência de Idosos”.

**13/08/15** – Realização do Seminário “Os 10 Anos do Sistema Único De Assistência Social – SUAS”, em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social.

**08/10/2015** – Realização da Oficina de Orientação Técnica sobre Emendas Parlamentares, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Comissão de Seguridade Social e Família, na Sala da Presidência da Comissão. Essa Oficina foi desdobramento da exposição da Ministra Tereza Campelo, de 21/05/2015, quando os parlamentares se manifestaram sobre as dificuldades encontradas por ocasião de elaboração das emendas ao Orçamento Anual da União, para incrementar o financiamento da política de Assistência Social.

**14/10/2015** – Aprovação de emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, ao Orçamento 2016, no valor de R\$ 250 milhões, para “Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica”.

- Realização de audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com vistas a consolidar a concepção da assistência social baseada na transversalidade de ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência para a sua inclusão na vida familiar e comunitária.

**21/10/2015** – **apresentação do Parecer à MP 684/2015 aos membros da Comissão de Seguridade Social e Família**

A Medida Provisória 684/2015 foi aprovada na Câmara dos Deputados em 28/10/2015; no Senado Federal em 11/11/2015; remetida à sanção em 13/11/2015 e reenviada em 24/11/2015.

**25/11/2015** – Participação do Presidente Eduardo Barbosa na reunião mensal da Comissão Intergestores Tripartite – CIT da Assistência Social, para apresentar as modificações propostas no PLV 21/2015 (Medida Provisória 684/2015) para a área da assistência social.

**08/12/2015** – Realização de Seminário, em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa - CLP e com a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil - OSCs, para debater a nova lei de Fomento e de Colaboração com Organizações da Sociedade Civil - OSCs e os próximos passos da agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

**02/12/2015** – Discussão sobre a possibilidade de cortes no Orçamento 2016, do Programa Bolsa Família, com a presença da Ministra Tereza Campelo.

### 8.2.3. Subcomissão Permanente de Previdência Social



**Presidente:** Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)

TITULARES			
	Gab.		Gab.
Dep. Christiane Yared – PTN/PR	201	Dep. Flavinho – PSB/SP	379
Dep. Roney Nemer – PMDB/DF	572	Dep. Antônio Brito – PTB/BA	479
Dep. Heitor Schuch – PSB/RS	277	Dep. Adelmo Carneiro Leão PT/MG	231
Dep. Rômulo Gouveia – PSD/PB	411	Dep. Francisco Floriano – PR/RJ	719
Dep. Arnaldo Faria de Sá – PTB/SP	929		

A Subcomissão Permanente de Previdência Social foi criada no dia 16 de abril de 2015 a partir do requerimento nº 13/2015, do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

## Atuações

### Emenda Aditiva à Medida Provisória 664/14, proposta sobre a fórmula 85/95.



Banco de Imagens/Câmara

Proposta de regra alternativa ao fator previdenciário para o cálculo da aposentadoria quando a soma da idade com o tempo de contribuição for 85 para mulher, 95 para homem, 80 para professora e 90 para professor, quando o trabalhador receberá seus proventos integrais.

### Projeto de Lei Complementar 124/2015 – Aposentadoria compulsória dos servidores públicos aos 75 anos de idade.



Banco de Imagens/Câmara

A nova determinação será válida para servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A medida decorreu da Emenda Constitucional 88/2015, que aumentou de 70 para 75 anos a idade limite para aposentadoria de ministros do

Supremo Tribunal Federal (STF), dos demais tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU).

### 31/03/2015 – Audiência Pública com a presença do Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas.

Banco de Imagens/Câmara



O ministro abordou os impactos sociais das novas disposições estabelecidas pela Medida Provisória nº 664/2014 e negou que as novas regras na concessão de benefícios criadas pela MP 664/14 tenham sido impostas em decorrência de problemas de caixa do governo federal. As mudanças atingiram principalmente o benefício da pensão por morte, mas também o auxílio-reclusão, o auxílio-doença e outros, como o seguro-desemprego.

**15/07/2015 – Lançamento do livro “Análise da Seguridade Social em 2014”, pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP.**



ANFIP

Desconstruindo os diagnósticos mais pessimistas de déficit na previdência social, a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) reafirmou a sua posição de que o orçamento da Seguridade Social no Brasil é superavitário. As análises das contas do Estado brasileiro do último ano foram esmiuçadas no livro Análise da Seguridade Social 2014, lançado nesta quarta-feira (15) em reunião deliberativa da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

### **8.3. Grupos de trabalho**

#### **8.3.1. Grupo de Trabalho da Fosfoetanolamina Sintética**



**Coordenador:** Arlindo Chinaglia (PT-SP)

Criado em 18 de novembro de 2015 e instalado no dia posterior, o Grupo de Trabalho da Fosfoetanolamina Sintética foi uma das resoluções de Audiência Pública sobre o tema na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

O grupo busca acompanhar o processo de registro nos órgãos governamentais da Fosfoetanolamina Sintética, substância alardeada por pacientes com câncer como a cura da doença. A síntese desse elemento químico é estudada há 20 anos pelo pesquisador



aposentado da Universidade de São Paulo (USP), Gilberto Chierice. Desde a sua distribuição gratuita a pacientes, o produto, que ainda não conta com licença da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), é fruto de observação e judicialização, dividindo opiniões.

Até o dia 26 de fevereiro, houve sete reuniões do GT da Fosfoetanolamina, grande parte realizada na sede da Comissão de Seguridade Social e Família. Alguns destes, também, contaram com a presença de autoridades importantes para agilizar o processo de estudo e liberação da substância para uso no tratamento contra o câncer.

Os parlamentares já fizeram encontros com:

Maria Garcia



**25/11/2015 – Ministro Celso Pansera, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.**

O encontro ocorreu na sede do ministério em Brasília. No momento, o grupo também dialogou com pesquisadores e representantes do MCTI, do Ministério da Saúde e da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) para conhecer o procedimento

de pesquisa da substância.

Tanto o coordenador quanto outros parlamentares pontuaram o quão importante é o instrumento político no processo de registro da substância. Para eles, diante das tecnicidades dos estudos, a CSSF representa o clamor da população brasileira pela agilidade das etapas.

**15/12/2015 - Defensor público federal Daniel Macedo e chefe do Laboratório de Imunologia do Instituto Butantan, Durvanei Augusto Maria**

Ambos os convidados pelo GT da Fosfoetanolamina trouxeram informações técnicas e jurídicas a respeito do caminho a ser percorrido para o licenciamento da substância pela Anvisa. O diálogo possibilitou abrir um novo horizonte de conhecimento e resultou em compromissos.

**27/01/2016 – Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin**



Informados de que o governo do Estado de São Paulo tocava um experimento próprio da Fosfoetanolamina Sintética, o Grupo de Trabalho desembarcou em São Paulo (SP) a fim de obter mais informações das ações

desenvolvidas e as perspectivas do processo. O encontro ocorreu no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista.

O Governador Geraldo Alckmin destacou a Comissão de Seguridade Social e Família como uma das mais importantes da Câmara dos Deputados.

**02/02/2016 - Diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Cláudio Maierovitch**



A pedido também da comissão da microcefalia, Maierovitch participou de uma reunião com o GT na sede da Comissão de Seguridade Social e Família. O momento foi ensejo para que o coordenador do grupo, deputado Arlindo Chinaglia, solicitasse futuramente uma audiência pública com o ministro

da Saúde, Marcelo Castro, para tratar especificamente do estudo da Fosfoetanolamina Sintética.

<b>MEMBROS</b>	<b>Gab.</b>
Dep. Adelmo Carneiro Leão – PT/MG	231
Dep. Alexandre Serfiotis – PSC/RJ	554
Dep. Antônio Jácome – PMN/RN	230
Dep. Arlindo Chinaglia – PT/SP	4-1
Dep. Carmen Zanotto – PPS/SC	240
Dep. Chico D'Angelo – PT/RJ	542
Dep. Darcísio Perondi – PMDB/RS	518
Dep. Diego Garcia – PHS/PR	745
Dep. Dr. João – PR/RJ	911
Dep. Dr. Sinval Malheiros – PV/SP	520
Dep. Dulce Miranda – PMDB/TO	530
Dep. Eduardo Barbosa – PSDB/MG	540
Dep. Flávio Nogueira – PDT/PI	811
Dep. Laura Carneiro – PMDB/RJ	437
Dep. Leandre – PV/PR	454
Dep. Miguel Lombardi – PR/SP	835
Dep. Misael Varella – DEM/MG	721
Dep. Odorico Monteiro – PT/CE	582
Dep. Paulo Foletto – PSB/ES	839
Dep. Raquel Muniz – PSC/MG	444
Dep. Rosangela Gomes – PRB/RJ	438
Dep. Zeca Cavalcanti – PTB/PE	318
Dep. Zenaide Maia – PR/RN	439

### 8.3.2. Grupo de Trabalho da Microcefalia



**Coordenador:** Osmar Terra (PMDB-RS)

O Grupo de Trabalho (GT) da microcefalia da Comissão de Seguridade Social e Família foi criado em 25/11/2015. A partir desta data, os membros se mobilizaram a favor da formação de uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados também dedicada à discussão do tema.

O GT é responsável por avaliar e acompanhar informações a respeito da epidemia de recém-nascidos com microcefalia, condição neurológica em que a cabeça e o cérebro da criança são significativamente menores do que os de outras crianças da mesma idade. O surto foi notificado pelo Ministério da Saúde em setembro de 2015, e continua até o momento sem causa definida. A principal hipótese do Executivo seria a relação com a epidemia do vírus Zika.

Até o momento, o grupo se reuniu com:

Rondon Vellozo/ Min. da Saúde



**19/11/2015 – Ministro da Saúde, Marcelo Castro**

Os parlamentares se dirigiram até a sede do Ministério da Saúde, em Brasília, para um encontro com o ministro. Castro trouxe informações preliminares, na época, sobre

as principais medidas da pasta para confirmar a relação entre a epidemia de microcefalia em recém-nascidos e o vírus Zika. Isso significou o investimento em estudos e pesquisas, inclusive com especialistas internacionais.

**02/02/2016 - Diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Cláudio Maierovitch**

Parlamentares aproveitaram o momento com o diretor para fazerem questionamentos e pontuações a respeito da condução do Ministério da Saúde em relação ao combate ao mosquito transmissor do Zika. A decisão da Organização Mundial de Saúde (OMS) de considerar uma epidemia como uma situação de emergência mundial também foi tratada entre os parlamentares.

**17/02/2016 – Secretário de Atenção à Saúde (SAS) do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame**

Alberto Beltrame foi convidado pela comissão da microcefalia para atualizar os parlamentares quanto às medidas que o Ministério da Saúde estaria tomando na área de atenção às famílias com recém-nascidos microcéfalos, além das técnicas utilizadas para identificar a má-formação congênita.

Ele comentou que a pasta realiza atualmente um procedimento de estimulação precoce para atenuar os danos neurológicos da criança. Também informou que os agentes de saúde estão trabalhando para lidarem com as questões psicológicas destas famílias, a fim de reduzir impactos psicológicos.

<b>MEMBROS</b>	<b>Gab.</b>
Dep. Adelmo Carneiro Leão – PT/MG	231
Dep. Alexandre Serfiotis – PSC/RJ	554
Dep. Carmen Zanotto – PPS/SC	240
Dep. Darcísio Perondi – PMDB/RS	518
Dep. Mário Heringer – PDT/MG	211
Dep. Jorge Solla – PT/BA	571
Dep. Pompeo de Mattos – PDT/RS	704
Dep. Célio Silveira – PSDB/GO	565
Dep. Alexandre Serfiotis – PSD/RJ	554
Dep. Rômulo Gouveia – PSD/PB	411
Dep. Mandetta – DEM/MS	577
Dep. Osmar Terra – PMDB/RS	927

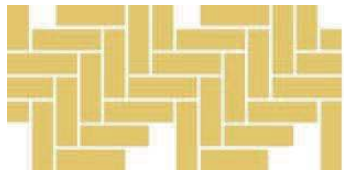




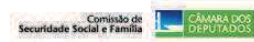
## **ANEXOS – Edições do Plenário 7**

---





# PLENÁRIO 7



## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 01

Brasília, 18 de março de 2015

### Antonio Brito é o novo presidente da CSSF



O deputado baiano Antonio Brito (PTB) foi eleito, no dia 4 de março, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Nesta legislatura a CSSF contará com 104 integrantes, tornando-se a segunda maior comissão da Casa e contando com 52 membros titulares e igual número de suplentes.

“Vou buscar, com a minha experiência, atuar pelo melhor financiamento para a saúde, bem como ampliar o debate sobre a situação da nossa previdência e da assistência social no âmbito desta comissão com os vice-presidentes e demais membros. Um debate amplo e com a participação da sociedade civil”.

### CSSF elege vice-presidentes

Na primeira reunião deliberativa de 2015 foram eleitos os três vice-presidentes da CSSF.



*Zeca Cavalcanti (PTB-PE), 1º vice-presidente.*

“É uma satisfação estar na CSSF, que tem importância ímpar no Congresso. Vim de Pernambuco, sou médico de formação, já fui prefeito de Arcoverde, na entrada do sertão. Tenho a satisfação de ter sido indicado para estar aqui. Posso contribuir como um médico que conheceu de perto as dificuldades dos municípios. Devemos conversar, debater e, dessa forma, podemos

avançar muito nesse caminho de melhorias para a área da saúde.”



*Alexandre Serfiotis (PSD-RJ), 2º vice-presidente*

“Vim de uma cidade pequena do interior do Rio de Janeiro, Porto Real, também sou médico e servidor público. Então, já vivi os dois lados da saúde. Lá na minha cidade, chegamos a investir 30% do orçamento em saúde. Mas, cabe à União incrementar os investimentos na área de acordo com a variação nominal do PIB. Só que, com a queda do PIB nos últimos 4 anos, somado ao que o governo deixou de investir, entre 2008 e 2012, segundo o TCU, deixou-se de investir

20 bilhões em saúde. Então considero a questão do refinanciamento da saúde muito importante para que tenhamos uma saúde fortalecida”.



*Darcísio Perondi (PMDB-RS), 3º vice-presidente.*

“Vamos trabalhar! O presidente Antonio Brito é preparado e conhece o tripé da seguridade como poucos. Conhece o SUS, a filantropia e a previdência e tem um suporte extraordinário do seu partido, além de saber comandar. E proponho fazermos sessões às quintas-feiras pela manhã. Que tenhamos todos um excelente trabalho em 2015.”

---

## CSSF convida ministros para audiências

A Comissão de Seguridade Social e Família definiu, ainda na primeira reunião deliberativa, convidar três Ministros de Estado para comparecerem em audiências públicas. Há previsão de comparecimento do Ministro da Saúde, Arthur Chioro, para apresentar as perspectivas de sua gestão no Ministério; o Ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, para expor as ações em desenvolvimento e metas a serem cumpridas no exercício de 2015 e a Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello.

A CSSF também decidiu sobre a realização de audiências públicas.

Entre os temas que entrarão na pauta da Comissão estão o reajuste da tabela do SUS aplicável aos hospitais filantrópicos, o parto normal no âmbito do Sistema Único de Saúde, o papel do parlamento em consonância com a luta contra a tuberculose no mundo, a alimentação saudável nas escolas e as ações para a redução da mortalidade materna no Brasil.



### Calendário das audiências

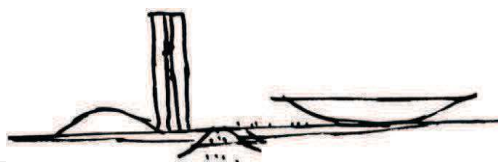
-Dia 24 de março, 14h30, para debater a Lei 12.873, que trata do

Prosus. Devem participar o Ministério da Saúde, Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, Receita Federal e Banco do Brasil. Requerimento de autoria do Deputado Antônio Brito.

-Dia 26 de março, 9h30, para discutir a alimentação saudável nas escolas, com a participação do MEC, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Ministério da Saúde, entre outros. Requerimento de autoria do Deputado Jorge Solla.

---

## Prioridades, Subcomissões e Orçamento da Seguridade Social

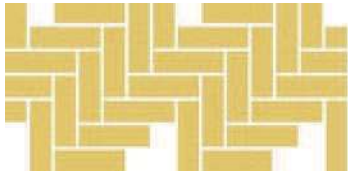


O presidente da CSSF, deputado Antonio Brito, destaca que o foco da Comissão deverá ser manter o equilíbrio de debates entre as propostas que envolvem os três pilares da seguridade social: saúde, previdência e assistência social. “Vamos integrar esses pilares e trazer o equilíbrio da intersectorialidade para a comissão”, afirmou. O trabalho do colegiado será distribuído em seis subcomissões temáticas, que serão formadas a partir de temas importantes que estão em evidência no cenário nacional e propostas pelo(a)s deputado(a)s

membros. “Esperamos ter um ano de muitas decisões e votações de Projetos de Leis que possam influenciar positivamente a vida dos cidadãos. Além disso, em audiências públicas e seminários buscaremos ouvir a sociedade civil organizada. É o Congresso cumprindo seu papel”, concluiu o deputado.

No próximo dia 25 de março, quarta-feira, às 9:30, no Plenário 7 do Anexo II da Câmara dos Deputados, a Comissão de Seguridade Social e Família receberá, previamente à reunião deliberativa, Consultores de

Orçamento que prestam assessoramento institucional dentro da área de saúde, assistência e previdência social nesta Casa, com a finalidade de apresentar diversos temas ligados à área de financiamento do campo temático da Comissão.



# PLENÁRIO 7



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 02

25 DE MARÇO DE 2015

## Anvisa apresenta na CSSF desafios para 2015



As ações e desafios da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foram apresentados à Comissão de Seguridade Social e Família pela diretoria colegiada da Agência. Entre as atribuições da Anvisa, estão a fiscalização de medicamentos, cosméticos e alimentos, fiscalização em portos, aeroportos e fronteiras, além de atuar na regulação de normas que ajudem a diminuir os danos provocados pelo uso da tabaco, bem como atuar na regulação de normas relacionadas ao uso de sangue e seus derivados. O diretor-presidente interino, Jaime

César de Moura Oliveira, apontou entre os desafios, aprimorar permanentemente os mecanismos de controle de qualidade sanitária de produtos e serviços e aumentar o acesso da população a esses mesmos produtos e serviços. Ele destacou ainda a necessidade de revisão do modelo regulatório da vigilância sanitária brasileira, criado no final dos anos sessenta. Nesse sentido, pediu apoio dos parlamentares. “O Brasil é um grande “player” do setor de alimentos. Temos um mercado grande e complexo, que vai de ações de pré-mercado a alterações pós-registro. Rever o marco regulatório seria um avanço”, observa Jaime.

José Carlos, da Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, lembrou que a Anvisa é uma das grandes agências

sanitárias do mundo, presente em 5.570 municípios brasileiros. Ele também apontou outros desafios da Anvisa. “Queremos um conceito global de vigilância, porque também somos responsáveis pela saúde das pessoas que consomem produtos brasileiros exportados para o exterior, e temos que acompanhar o crescimento da indústria brasileira, as de alimentos e cosméticos, por exemplo, que já estão entre as maiores do mundo”, afirmou. Também participaram do encontro Renato Alencar Porto, da Diretoria de Regulação Sanitária e Ivo Bucaresky, da Diretoria de Gestão Institucional. Durante a reunião foi anunciada a realização, este ano, de um ciclo de debates sobre desafios e tendências na vigilância sanitária.

## Atenção: novos procedimentos

A CSSF aprovou uma série de medidas para os trabalhos deste ano. Entre as medidas aprovadas, as reuniões terão a duração 3 horas prorrogáveis por no máximo uma hora e serão realizadas às quartas-feiras às 09h30 e às quintas-feiras às 09h30. A distribuição da pauta e da convocação para a reunião será feita para as Lideranças e para cada membro da Comissão todas as sextas-feiras anteriores às reuniões.

A Comissão receberá pedidos de inclusão de requerimento até às 16h da terça-feira anterior à reunião e só

serão apreciadas as matérias cujo relator estiver presente na reunião (no caso de matérias em que haja consenso, poderá ser indicado outro membro da Comissão para fazer a leitura). O tempo destinado ao uso da palavra durante a discussão das matérias será limitado em 3 minutos. Quanto às audiências públicas, serão realizadas às terças-feiras às 10h00 e às 14h30, e às quintas-feiras às 9h30 e às 14h30. Os autores e coautores dos requerimentos

devem estar presentes em suas Audiências Públicas, acompanhando até o final, e o número de convidados será no máximo 4 palestrantes. A lista completa com todos os novos procedimentos está disponível no endereço eletrônico da CSSF ([cssf@camara.leg.br](mailto:cssf@camara.leg.br))

Às quartas-feiras, antes da votação de requerimentos e Projetos de Lei, até a formação de quórum, os integrantes terão tempo para debater e expor temas livres.

## Comissão aprova PL sobre reajuste das bolsas de residência médica

A CSSF aprovou o PL 7.064/10 do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, estabelecendo uma data para o reajuste das bolsas de residência médica. O Projeto foi relatado pelo deputado Geraldo Resende (PMDB-MS). Também foi aprovado o PL 4.767/12 do senador

Eduardo Amorim (PSC-SE), que garante assistência integral e multiprofissional à criança e ao adolescente dependente químico e/ou com problemas decorrentes do uso de drogas. O Projeto foi relatado pela Deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

Outro PL aprovado foi o 6.740/10

do deputado Vander Loubet (PT-MS), que inclui gás liquefeito de petróleo na cesta básica, relatado por Benedita da Silva (PT-RJ).

Os Projetos de Lei foram debatidos e aprovados na sessão deliberativa de 18 de março.

## Parlamentares médicos discutem problemas da categoria



Deputados e representantes dos médicos se reuniram na Comissão de Seguridade social e Família da Câmara dos Deputados, nesta quinta-feira, para discutir propostas para uma agenda parlamentar para a categoria. A principal delas foi o plano de carreira no serviço público. O encontro foi

solicitado pelo deputado Mandetta (DEM-MS), integrante da CSSF. Os representantes do Conselho Federal de Medicina, da Federação Nacional dos Médicos e da Associação Médica Brasileira mostraram preocupação com o aumento no número de instituições que oferecem cursos de graduação em medicina, com o déficit no número de vagas na residência e com a falta de um plano de carreira para a categoria. Segundo Mandetta, todos os colegas de profissão foram convidados de

forma suprapartidária para definir uma agenda política na Casa que trate sobre a formação, o mercado de trabalho desses profissionais e as residências. “Esta reunião representou um passo importante para que possamos ter a medicina no local de destaque que ela merece. Vamos montar um pacto suprapartidário pela carreira médica de estado para organizar o mercado de trabalho de uma maneira definitiva.”, destacou.

## AGENDA CSSF

**31 de março, terça-feira, 10h, plenário 7**

-Audiência pública conjunta com a CTASP para receber o ministro da Previdência Carlos Eduardo Gabas. O ministro vai expor as ações em desenvolvimento e metas a serem cumpridas no exercício de 2015 e

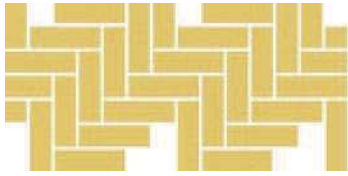
os impactos sociais das novas disposições estabelecidas pelo MP nº664/2014.

**31 de março, terça-feira, 14h30, plenário 7**

-Audiência pública para debater o reajuste da tabela do SUS aplicável aos hospitais filantrópicos. Devem participar o Ministério da Saúde,

Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, Federação de Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais e Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais.





# PLENÁRIO 7



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 03

31 DE MARÇO DE 2015

## Seguridade reúne consultores para debater orçamento do setor



Consultores de Orçamento da Área da Seguridade Social da Câmara apresentaram um panorama sobre a situação da previdência, saúde e assistência social no país.

Mário Gurgel, consultor, destacou que não há,

formalmente, um piso para o orçamento da saúde em 2015, o que vai depender das emendas apresentadas pelo Legislativo dentro do Orçamento Impositivo.

Entre vários temas, os consultores também abordaram o tamanho da Previdência, que

atualmente tem aproximadamente 58% da população economicamente ativa na condição de segurado e paga aproximadamente 22 milhões de benefícios, entre aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social e dos regimes próprios do funcionalismo público de todas as esferas de governo. O Brasil é o país que mais gasta no mundo com pensões de todos os tipos de regime. Cerca de 3,2 por cento do PIB.

Para os consultores, um dos principais desafios da Previdência Social brasileira continua sendo a inclusão de trabalhadores do mercado informal e o financiamento do sistema. Também participaram os consultores Elisângela Batista e Leonardo Rolim.

## CSSF aprova Subcomissões e Projetos para crianças, adolescentes e idosos

Na reunião de quarta-feira (25), a CSSF aprovou o PL 4.415/12, do ex-deputado Roberto de Lucena, que garante escolaridade às crianças internadas para tratamento de saúde por tempo indeterminado e superior a 90 dias. Também foi aprovado o PL 2.914/11, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que prevê a reversão dos valores oriundos das condenações fixadas em ação de dano moral coletivo envolvendo estagiários, adolescentes e empregados menores aprendizes ao Fundo gerido pelos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente. Outro projeto

aprovado foi o PL 3.146/12, do deputado Weliton Prado (PT-MG), que dispõe sobre a apresentação do Cartão da Criança ou da Caderneta de Saúde da Criança nas escolas públicas e privadas do Sistema Nacional de Educação. Por último, foi aprovado o PL 6.430/09, do deputado José Airton Cirilo (PT-CE), que aumenta a pena para o crime de maus tratos praticados contra crianças, idosos ou pessoas indefesas, agravando quando o crime é praticado por quem assumiu a obrigação de cuidado, proteção ou vigilância por meio da prestação remunerada de serviço.

O plenário também decidiu convidar o ministro da Saúde, Arthur Chioro, para uma audiência pública, com data ainda a ser agendada. Entre os temas da reunião, está a situação financeira da saúde no país.

Ainda na reunião de quarta-feira (25), foi aprovada a criação de três subcomissões permanentes nas áreas de saúde, assistência social e previdência social, além de três subcomissões especiais que irão estudar o financiamento da saúde no SUS, os problemas que afetam a população negra brasileira e a situação dos profissionais de medicina no país.



## Audiência Pública debate a Lei do Prosus

Audiência pública da CSSF discutiu a reabertura do prazo para que Santas Casas, hospitais e entidades filantrópicas se cadastrem no Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde (Prosus). Criado em 2013, o programa permite a moratória e a remissão das dívidas tributárias.

O prazo para cadastros das entidades ao Prosus entrou em vigor após publicação de portaria do Ministério da Saúde em abril do ano passado. De acordo com a lei, as entidades tinham três meses após publicação de portaria do órgão, feita em maio do ano

passado, para se cadastrarem e participar do benefício. Das 265 que entraram com processo, apenas 8 tiveram o pedido indeferido, por não cumprir os requisitos.

Segundo o Ministério da Saúde, apenas 265 das 600 instituições esperadas pediram adesão ao Prosus. A Lei 12.873/13, que cria o benefício, tem como objetivo promover a recuperação econômica e financeira, e a estruturação de entidades que atuam na área da saúde e participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

O presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia,



Hospitais e Entidades Filantrópicas, Edson Rogatti, afirmou que a dívida de todos eles acumulada chega a cerca de R\$ 17 bilhões. As principais razões, segundo Rogatti, são a defasagem da tabela de referências de valores do SUS, a falta de investimentos dos governos estaduais em novos hospitais e as irregularidades administrativas.

## Audiência Pública debate Alimentação Saudável

Deputados e especialistas pediram a aprovação de projetos de lei que regulamentam a oferta de merenda escolar. Alguns estados e municípios já aprovaram leis que regulamentam a oferta de alimentos em escolas públicas e particulares. Daniela Frozi, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, defende a aprovação de leis para garantir o acesso ao que ela chama de “comida de verdade”, especialmente nas escolas particulares. A última

geração de brasileiros trocou alimentos tradicionais como o arroz com feijão pelas atraentes comidas industrializadas. Por causa disso, metade dos adultos e um terço das crianças entre 5 e 9 anos estão acima do peso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

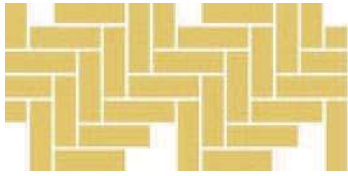
Representantes dos ministérios da Educação e Saúde mostraram programas nas escolas públicas que atuam em várias frentes, como a seleção do cardápio e o incentivo à

atividade física. Também informaram que já foram feitos acordos com 18 mil escolas particulares com o objetivo de oferecer alimentos de qualidade aos alunos.

Outro assunto foi a necessidade de regulamentar a publicidade de alimentos para crianças. Rosane Silva, do Conselho Federal de Nutricionistas, lembrou que em 2010 a Anvisa publicou uma regulação da publicidade de alimentos, mas a Justiça Federal entendeu que a agência não tem competência legal para isso.

## Agenda CSSF

*-Terça, 7/4, 14h30 : Audiência pública para discussão de ações para a redução da Mortalidade Materna no Brasil*



# PLENÁRIO 7

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 04

8 DE ABRIL DE 2015

## Ministro da Previdência e deputados analisam MP em audiência pública



milhões de beneficiários. Ele afirmou, por exemplo, que a prorrogação do prazo para trabalhador requerer o auxílio-doença no INSS para 30 dias permite que ele tenha mais tempo para se recuperar, com a garantia de sua renda e sem ter que passar por perícia médica. Quanto às pensões, Carlos Gabas ressaltou que, no ano passado, foram pagos R\$ 400 bilhões em benefícios, sendo R\$ 100 bilhões em pensões. Agora, a pensão por morte do cônjuge, companheiro ou companheira é concedida

O ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, participou de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família. Ele falou sobre as ações em desenvolvimento e metas a serem cumpridas este ano. A audiência pública foi realizada em conjunto com a Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público. O ministro abordou os impactos sociais das novas disposições estabelecidas pela Medida Provisória nº 664/2014. O ministro negou que as novas regras na concessão de benefícios criadas pela MP tenham sido impostas em decorrência de problemas de caixa do governo federal. “Não tem nenhuma relação com fechar conta, não é um problema de contabilidade do governo. O que está na medida provisória é um conjunto de medidas que integra o

ajuste econômico para que o País volte a investir e a crescer”, disse o ministro. As mudanças atingiram principalmente o benefício da pensão por morte, mas também o auxílio-reclusão, o auxílio-doença e outros, como o seguro-desemprego. “As mudanças que estamos fazendo vêm acontecendo desde janeiro de 2003, como eliminar as diferenças entre as aposentadorias dos servidores públicos e privados”, informou Carlos Gabas. De acordo com o ministro, as alterações nas regras para a concessão dos benefícios trabalhistas e previdenciários garantirão uma economia de R\$ 18 bilhões por ano ao Governo Federal, cerca de 0,3% do PIB previsto para o próximo ano, segundo dados do Ministério do Planejamento. As mudanças não atingem os atuais beneficiários e serão válidas apenas daqui para frente. Hoje existem cerca de 32

desde que o casamento tenha ocorrido dois anos antes do episódio que resultou no falecimento do segurado. Segundo o ministro, as novas propostas anunciadas pelo Governo tornam a Previdência brasileira mais justa e equilibrada. Em dez anos, com as novas regras, deverão ser economizados R\$ 12,5 bilhões. Os parlamentares levantaram problemas como a dificuldade para obter aposentadorias, mudanças no fator previdenciário, e a redução das pensões das viúvas. Pediram mais tempo para discutir as mudanças. E as economias com as medidas. O ministro afirmou que as mudanças não retiram, mas modulam direitos e que o conjunto de regras da MP 664 deve ser avaliado e analisado no Congresso para possíveis melhorias. Ele disse que está à disposição das Comissões para mais informações.

## Tabela de reajuste do SUS para filantrópicas em debate na CSSF

Representantes das entidades filantrópicas discutiram na Câmara a defasagem no reajuste da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) aplicável aos hospitais filantrópicos, afirmando que tem inviabilizado o setor. O debate foi promovido pela CSSF. O diretor da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, Mário Medeiros, afirmou que há uma defasagem de 110% na tabela do SUS. Medeiros sugeriu a adoção da remuneração por meio de contratos no lugar da tabela. De acordo com a Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, a cada um real gasto em um procedimento médico, o SUS repassa, em média, R\$ 0,65. Além disso, a entidade estima que o pagamento chega com atraso médio de 60 dias. Durante audiência pública o Ministério da Saúde reconheceu a importância da parceria, mas ressaltou a

necessidade de encontrar maneiras de incentivar os filantrópicos, mas respeitando os limites dos recursos previstos no orçamento. Segundo a diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas da pasta, Elaine Maria Giannotti, o orçamento é bastante apertado e precisa ser levado em conta, uma vez que aumentos de repasses causariam impacto significativo. Ela explicou que, paralelamente à tabela do SUS, o governo também oferece incentivos às instituições. Segundo a diretora, em 2014 foram transferidos ao setor filantrópico mais de R\$ 2 bilhões por meio do incentivo de adesão à contratualização.

Já o vice-presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais defende a reavaliação imediata da tabela do SUS. Fábio Augusto de Castro Guerra disse que hospitais estão sendo



fechados porque não conseguem se manter com essa tabela, já que a última revisão ocorreu em 1996. Francisco de Assis Figueiredo, presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais, entidade que reúne 300 unidades hospitalares, lembrou que o reajuste da tabela é discussão antiga.

Figueiredo assinala que a tabela é letra morta porque não passa de uma referência. Para o deputado Misael Varella (DEM-MG), a situação das instituições filantrópicas é insustentável e deve ser debatida amplamente com o governo.

## Seguridade Social aprova orientação escolar sobre vacinas



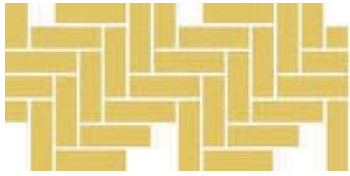
A CSSF aprovou proposta que permite às escolas públicas e privadas solicitar aos pais de alunos até do 5º ano do ensino fundamental a apresentação do cartão de vacinação da criança durante a matrícula. O objetivo é orientar as famílias cujos cartões estejam desatualizados sobre a importância da vacinação e os cuidados à saúde necessários às crianças. A medida está prevista no Projeto de Lei 3146/12 do deputado Weliton Prado (PT-MG). O relator na Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-

MG), defendeu a aprovação da proposta. Ele lembrou que o texto não condiciona a matrícula dos estudantes à apresentação do cartão de vacinação.

## Agenda CSSF

**-16 de abril, 9h30 , IV Seminário de Renais Crônicos e Transplantados.** Devem participar representantes da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil e da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplantados; Ministério da Saúde e Associação Nacional de Enfermagem em Nefrologia





# PLENÁRIO 7



## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 05

15 DE ABRIL DE 2015

### Aprovado PL sobre controle de qualidade de medicamentos e convite ao ministro da Fazenda

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, o Projeto de Lei 6.858/13 da deputada Erika Kokay (PT-DF) que estabelece diretrizes gerais para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica. O PL foi relatado pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

A CSSF debateu e aprovou ainda o PL 3.255/12 da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que estabelece a retenção da receita de medicamentos sob regime de controle sanitário especial. Relatado pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).



Já o PL 4.828/12 do senador Walter Pinheiro (PT-BA), pede a equiparação do controle de qualidade de medicamentos similares ao de medicamentos genéricos. O deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) relatou este PL.

A CSSF aprovou também o PL 1.784/11, do senador Paulo Paim (PT-RS) que propõe inserir o incentivo ao

empreendedorismo entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia da lei relativa a essa clientela. Também foi aprovada a realização de audiências públicas para, entre outros temas, debater as políticas públicas de apoio aos Hospitais Universitários e de Ensino, a endometriose e políticas de saúde para o enfrentamento das DST/HIV/AIDS. A CSSF também deve convidar para uma audiência o ministro da Fazenda Joaquim Levy.

Na mesma reunião a Comissão aprovou a continuidade do grupo de trabalho sobre endometriose para conclusão do relatório.

### Comissão aprova mais recursos para Fundo Especial para Infância e Adolescência



O Projeto de Lei 2914/11 do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que destina ao Fundo Especial para Infância e Adolescência (FIA) as indenizações pagas em razão de ação judicial

por dano moral coletivo envolvendo estagiários, adolescentes e empregados menores aprendizes, foi aprovado pela CSSF. Atualmente, esses valores são revertidos para Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A relatora, deputada Benedita da Silva (PT-RJ), acredita que esse cenário prejudica o adolescente aprendiz. “Esses recursos são destinados genericamente a todos os trabalhadores, por meio do FAT, quando, na verdade,

deveriam ser revertidos para atividades vinculadas à criança e ao adolescente”, defende. O fundo é administrado pelos conselhos municipais da criança e do adolescente e recolhe multas pagas por descumprimento ao ECA e as chamadas “doações subsidiadas”, que podem ser deduzidas do Imposto de Renda dos doadores até o limite legal de 1% para pessoa jurídica e 6% para pessoa física.

## Especialistas discutem mortalidade materna e procedimentos de parto na CSSF



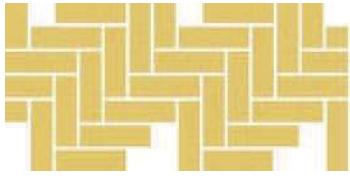
Atualmente, morrem no Brasil 69 mulheres a cada 100 mil partos de nascidos vivos, mas pelas metas da Organização das Nações Unidas (ONU), esse número deveria ser de no máximo 30 mulheres. Durante audiência pública sobre esse tema, na CSSF, a deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) pediu a retomada do trabalho de uma subcomissão que analisou a mortalidade materno-infantil no ano passado e produziu um relatório com diversas sugestões para combater o problema no país. "A mortalidade materna é uma mortalidade evitável. Gravidez não é doença. A gente precisa aprimorar, buscar garantia de recursos financeiros para que as unidades hospitalares que acolhem as mulheres possam ter como reformar suas estruturas físicas para ter acompanhante no

trabalho de parto." Os participantes defenderam ainda a criminalização dos erros obstétricos e a presença de um acompanhante como forma de garantir mais segurança para a mulher na hora do parto. Desde 2011, a Rede Cegonha do Ministério da Saúde vem implementando uma rede de cuidados para assegurar às mulheres atenção humanizada durante a gravidez e o parto. A coordenadora geral de saúde da mulher do Ministério da Saúde, Maria Esther de Albuquerque, destacou que é preciso rever métodos e qualificar as práticas de cuidados com a mulher. O consultor nacional da Organização Panamericana da Saúde (Opas), Adriano Tavares, afirmou que o País já avançou muito no acesso das mulheres

aos serviços de saúde, agora precisa investir na qualidade desse atendimento. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) o Brasil foi um dos países latino americanos que alcançou avanços significativos na redução de mortes relacionadas à gravidez ou parto de 1990 a 2013. A taxa de redução de mortes maternas foi de 43% da década de 90 até 2014, no entanto a OMS alerta que o país não tem condições de alcançar a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de reduzir 75% da taxa de mortalidade. Nos países desenvolvidos, a taxa de mortalidade materna fica em torno de 10 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos; em comparação, nos países menos desenvolvidos, ela pode alcançar 1 mil mortes maternas ou mais por 100 mil nascidos vivos.

### Agenda CSSF

**28 de abril, 14h30** : audiência pública debate a situação dos pacientes renais crônicos, participam Ministério da Saúde, Sociedade Brasileira de Nefrologia e Associação dos Doentes Renais e Transplantados do Estado do Rio de Janeiro.



# PLENÁRIO 7



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 06

22 DE ABRIL DE 2015

## Seguridade agiliza votações com duas reuniões ordinárias na mesma semana



A CSSF fez duas reuniões deliberativas na mesma semana para agilizar o debate e votação de Projetos de Lei e requerimentos. Foram aprovados o PL 7.966/10 do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que amplia os prazos, de 90 para 180 dias, para o registro civil do casamento religioso e de eficácia do certificado de habilitação para o casamento. O Projeto foi relatado pelo deputado Silas Câmara (PSD-AM). O PL 6.215/13 do deputado Roberto de Lucena institui o dia 8 de

maio como o "Dia Nacional da luta contra a Endometriose". Relatado pelo deputado Geraldo Resende (PMDB-MS).

Já o Projeto de Lei 7.935/14 do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) institui o "Dia Nacional de Combate às Doenças Neurodegenerativas" e foi relatado pelo deputado Geraldo Resende (PMDB-MS). O PL 1.951/11 do deputado Manato (SD-ES), obriga empresas fabricantes ou importadoras de óleo mineral a inserir nas embalagens a advertência "Este produto, quando ingerido, pode causar pneumonia

lipídica", relatado pelo deputado Dr. Jorge Silva (PROS-ES). O PL 6.717/09 do senador Mauro Miranda pede o fornecimento de leite em pó para os filhos de mães portadoras do HIV ou doentes de AIDS. Distribuição durante os dois primeiros anos de vida. Relatado pelo deputado Mandetta (DEM-MS), que sugeriu a troca do leite em pó pela chamada fórmula infantil. Ainda no esforço da CSSF foi aprovado o PL 3.243/12 do deputado Roberto de Lucena, que tipifica como crime a exposição de criança ou adolescente a perigo. Relatado pelo deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG). O PL 969/11 do deputado Washington Reis (PMDB-RJ) dispõe sobre limpeza e inspeção de ar condicionado central. Relatado por Francisco Floriano (PR-RJ). O PL 3.032/11 do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) quer a atuação do Serviço Social para orientar os segurados sobre os benefícios por incapacidade. Relatado por Benedita da Silva (PT-RJ). O PL 7.200/10 do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) propõe ampliar a participação atuação de profissionais de saúde na perícia da Previdência Social. Relatado pelo deputado Eduardo Barbosa.

## Instaladas oficialmente seis subcomissões na CSSF

Foram criadas oficialmente as seis subcomissões da CSSF para 2015. A subcomissão permanente de saúde será presidida pelo deputado Odorico Monteiro (PT-CE). A subcomissão permanente que vai tratar da previdência social terá como presidente Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). A subcomissão especial da população negra tem como presidente a deputada Benedita da Silva (PT-RJ). Já o grupo que vai estudar a reestrutura, funcionamento e

financiamento do SUS, será conduzido pelo deputado Osmar Terra (PMDB-RS). A subcomissão especial que trata da formação de médicos no país será presidida pelo deputado Mandetta (DEM-MS). E a subcomissão permanente de assistência social tem como presidente o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG). Os vice-presidentes e relatores serão escolhidos em audiências de cada subcomissão a partir da próxima semana.



## Especialistas destacam medidas para humanização do parto

A CSSF promoveu audiência pública para debater o parto no Brasil com ênfase ao parto normal no âmbito do SUS. A cesárea, cirurgia de médio porte, é recomendada em casos de complicações reais para a mulher e para o bebê e necessita, portanto, de indicação médica. Conforme a OMS, o índice aceitável de cesarianas fica em torno de 15%. Mas hoje, no Brasil, 56% dos partos realizados no Brasil são cesarianas. O índice – que é de 38% no SUS – chega a 88% na rede privada. Para reduzir esses números o Ministério da Saúde anunciou, em janeiro, uma série de medidas para estimular a realização de partos normais e reduzir o alto índice de cesáreas desnecessárias no País.

Maria Vilela, do Ministério da Saúde, destacou que a mortalidade materna vem diminuindo no país e que o modelo brasileiro corrobora para isso. A criação da Rede Cegonha, segundo ela, é uma das iniciativas que ajudam a melhorar a situação. Além disso, o Ministério está investindo na qualificação da assistência ao parto. Temos o desafio de implementar uma rede de cuidados para assegurar às

mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e

assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis”, ressalta. Para Edi Alves, da Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros, urge reduzir o quadro de violência obstétrica. Ele ressaltou que hoje existem 58 cursos de especialização em enfermagem obstétrica e, na maioria deles, a orientação é para humanizar cada vez mais o parto. “A maioria dos partos acontece em ambiente hospitalar e porque ainda assim morrem tantas mulheres? É porque falta privacidade para gestante, o modelo é intervencionista, tecnocrático e masculino. Precisamos mudar, dar mais ênfase na importância do diálogo, nas metodologias não farmacológicas e qualificar a preparação profissional de quem trabalha na área”, destacou.



Já Carmen Grilo Diniz, docente da Faculdade de Saúde Pública da USP alertou que estudos mostram que a cesariana pode ter consequências como doenças crônicas como asma, obesidade, diabetes tipo 1 ou até alguns tipo de câncer como leucemia.

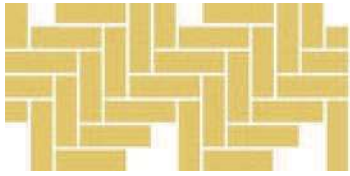
O médico João Batista Lima lembrou que na Inglaterra no início dos anos 90 foram feitas uma série de mudanças em condutas para realização de partos, surgidas no Parlamento daquele país. Deputados afirmaram que, apesar de todos os avanços, há muito que fazer para ajustar o país aos procedimentos para um parto humanizado e que essa discussão seja tratada de forma sistêmica. No Congresso.

## Agenda CSSF

**-6 de maio, 9h30:** audiência pública com a ministra Nilma Lino Gomes da SEPIR, Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial .

**-7 de maio, 9h30:** IV SEMINÁRIO RENAI CRÔNICOS E TRANSPLANTADOS, participam Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil; Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplantados, entre outros.





# PLENÁRIO 7



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 07

29 DE ABRIL DE 2015

## CSSF aprova Projeto que torna obrigatória vacina contra hepatites A e B



O Plenário da Comissão de Seguridade Social e Família aprovou relatórios aos seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 2.350/2007, do Deputado Felipe Bornier (PSD-RJ), relatado pela Deputada Jandira Feghalli (PCdoB-RJ), que torna obrigatória a vacinação contra hepatites A e B e a campanha educativa para a Hepatite C; Projeto de Lei nº 1.486/2007, do Deputado Antônio Roberto (PV-MG), relatado pela

Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), que trata da obrigatoriedade da assistência social às populações de áreas inundadas; Projeto de Lei nº 1.213/2011, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), relatado pela Deputada Jandira Feghalli (PCdoB-RJ), que considera estupro de vulnerável o crime cometido contra pessoa que está impossibilitada de manifestar sua vontade ou de oferecer resistência; Projeto de Lei nº 6.745/2010, do senador Osmar

Dias (PSDB-SP), também relatado pela Deputada Jandira Feghalli (PCdoB-RJ), que propõe revogar a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos. A CSSF aprovou, ainda, a realização de uma audiência pública para debater a prescrição e os efeitos decorrentes do uso de anticoncepcionais hormonais. Outra medida foi a aprovação do texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo do Brasil e o Governo da República da Coreia, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2012, que estende aos trabalhadores de cada país residentes no território do outro o acesso ao sistema de Previdência local, de modo a permitir aos que contribuíram para os dois sistemas que somem os períodos de contribuição para atingirem o tempo mínimo para aposentadoria e demais benefícios previdenciários.

## Seguridade entra na luta contra o alcoolismo entre os jovens



Recentemente o Congresso aprovou um Projeto de Lei que tipifica como crime a venda de bebida alcoólica para menores de 18 anos. Mas, entre jovens de 18 e 24 anos, quase 19% deles são dependentes do álcool e 78% já experimentaram bebidas alcoólicas. O levantamento, disponível há uma década, foi o último realizado pela Secretaria Nacional Antidrogas do Ministério da Justiça. Para debater este problema que coloca em risco a saúde de uma geração, a CSSF vai promover uma audiência pública para debater acerca da distância mínima entre uma escola e um bar. Devem parti-

cipar a Associação Brasileira de Alcoolismo e Drogas e especialistas.

## Comissão aprova PL que obriga SUS a tratar síndrome de fibromialgia



A proposta do Projeto de Lei 6858/13 garante ao paciente atendimento multidisciplinar com médicos, psicólogos, nutricionistas e fisioterapeutas, além de assegurar o acesso a exames, assistência farmacêutica e outras terapias. A

doença causa dor difusa e crônica nos músculos e ossos, mas a pessoa também pode apresentar fadiga, distúrbios do sono, rigidez matinal e paralisia de extremidades, entre outros sintomas. A relatora, deputada Benedita da Silva (PT-RJ), assinalou que a fibromialgia é uma síndrome dolorosa extremamente incômoda para aqueles por ela acometidos. “Como não causa alterações em exames complementares, de imagem ou laboratoriais, era comum que os pacientes ficassem sem diagnóstico, ou pior, que fossem rotulados como simuladores.” Ela lembrou que como a enfermidade acomete somente entre 2% e 4% da população, as

medidas não representarão impacto significativo sobre o SUS, seja sob o aspecto financeiro seja sob o aspecto de pessoal. A autora do projeto, deputada Erika Kokay (PT-DF), acredita que, além do reconhecimento da doença, a expansão desse atendimento ao SUS possibilitará que o tratamento da síndrome possa, inclusive, transformar-se em política pública de saúde. De acordo com a Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR), a fibromialgia é uma das doenças reumatológicas mais frequentes que afeta principalmente mulheres, cerca de 90% dos diagnósticos.

## CSSF aprova mais rigor no controle da venda de remédios

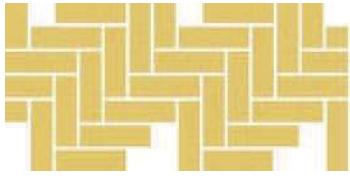
O PL 3255/12 prevê a retenção, pelas farmácias, da receita de medicamento sob regime de controle sanitário especial. Segundo o texto, caberá à Anvisa determinar as substâncias e os medicamentos sujeitos a esse controle e as condições para sua venda. Atualmente, a Anvisa já obriga as farmácias a reter receitas médicas de antibióticos e dos remédios de tarja preta. Segundo a relatora, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), a proposta dá mais segurança jurídica ao controle sanitário, atualmente baseado quase sempre em atos administrativos. “A utilização de normas regulamentares para disciplinar quais substâncias devem se sujeitar ao controle especial tem gerado questionamentos”, disse. A autora da proposta, é a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Segundo a Organização Mundial de Saúde, mais de 50% das prescrições de antibióticos no mundo são inadequadas.



## Agenda CSSF

**12 de maio, 9h30:** audiência pública para debater PL que institui dia 27 de agosto como o dia do Psicólogo.

**12 de maio, 14h30:** audiência pública conjunta com a CPD, debate o PRONON e o PRONAS/PCD.



# PLENÁRIO 7



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 08

6 DE MAIO DE 2015

## Ministro da Saúde apresenta investimentos e iniciativas para melhorar a saúde dos brasileiros



As Comissões de Seguridade Social e Família, Fiscalização Financeira e Controle, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, promoveram uma audiência pública com o ministro da Saúde, Arthur Chioro. O ministro destacou o Programa Mais Médicos no atendimento à atenção básica na saúde para a população brasileira. Chioro disse que a iniciativa chegará a um total de 18.247 médicos em mais de 4 mil municípios, 72% de todas as cidades do país, ampliando a assistência em atenção básica para 63 milhões de brasileiros. O Programa é formado por médicos brasileiros e estrangeiros. O ministro destacou que este ano aumentou a participação de médicos brasileiros no Programa. “Na expansão realizada este ano por meio de novo edital, foram disponibilizadas mais 4.146 vagas para médicos, e 92% delas foram preenchidas por médicos

brasileiros, a maior adesão desses profissionais desde o início do Programa”, ressalta. Chioro disse ainda que o Mais Médicos também prevê investimento na infraestrutura e formação profissional. São R\$ 5,6 bilhões para o financiamento de construções, ampliações e reformas de 26 mil UBS e R\$ 1,9 bilhão para construções e ampliações de 943 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), além de outras medidas como ampliação de 11.500 vagas nas faculdades de medicina. Arthur Chioro apresentou também os dados de uma pesquisa realizada com 14 mil pessoas sobre a chegada dos profissionais do Programa Mais Médicos. As entrevistas para o estudo foram realizadas entre novembro e dezembro de 2014 em 699 municípios atendidos pela iniciativa por meio de parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Ipespe. Do total de entrevistados, 85% disseram que a qualidade do atendimento médico está melhor ou muito melhor

após a chegada dos profissionais do Programa Mais Médicos. Um índice de 87% disse que a atenção do profissional durante a consulta melhorou e 82% afirmaram que as consultas passaram a resolver melhor os seus problemas de saúde, 41% dos entrevistados citaram o aumento do número de consultas e 35% disseram que os médicos estão mais atenciosos. Arthur Chioro informou ainda sobre outros programas a serem implantados, como o de atenção ambulatorial especializada através do Programa Mais Especialidades, com várias modalidades, atualmente em fase de planejamento. Oftalmologia, cardiologia e ortopedia serão as primeiras áreas a serem atendidas. Além da ampliação de outras iniciativas como a Rede de Cuidado Integral à Saúde da Mulher, de atenção Psicossocial e Rede Cegonha. Os deputados destacaram a presença do ministro na audiência e levantaram temas como programas de atenção à anemia falciforme, campanhas mais constantes, a situação das Santas Casas, a humanização do parto, a demora para cirurgias eletivas, falta de procedimentos pelo SUS, custeio das unidades básicas de saúde, questionamentos sobre os gastos com o Mais Médicos e a diminuição dos gastos do Governo Federal na saúde. A CSSF é presidida pelo deputado Antonio Brito (PTB-BA). A CFFC pelo deputado Vicente Cândido (PT-SP) e a CREDN pela deputada Jô Moraes (PC do B-MG). Dia 28 de maio o ministro participa de uma Comissão Geral.



## CSSF aprova projeto que amplia prazo para registro civil de casamento religioso



O PL 7966, do Senado, amplia de 90 para 180 dias a validade da habilitação de casamento e o prazo para registrar o casamento religioso no cartório. O pedido de habilitação é a primeira etapa do casamento civil, momento em que os noivos apresentam ao cartório os documentos que comprovam

desimpedimento para casar. Decorrido o prazo de 15 dias, se não existir nenhum impedimento, o cartório fornece uma certidão de habilitação. Hoje, esta certidão é válida por 90 dias, pelo projeto passará a valer 180 dias. Já o registro do casamento religioso é etapa necessária para equipará-lo ao casamento civil, caso contrário, será considerado união estável. Hoje, o prazo para registro em cartório é de 90 dias após a cerimônia religiosa. Ao ampliar o prazo do registro para 180 dias o projeto de lei beneficia noivos que moram em municípios

interiores como exemplifica o relator da proposta deputado Silas Câmara (PSD-AM) "Quem está, por exemplo, em Atalaia do Norte, e de repente se casou no município de Palmeira dos Índios e adoce, não vai dar tempo de a pessoa viabilizar. Sem contar com o fator financeiro. Às vezes essa pessoa está na comunidade e vai esperar que o Bolsa Família se acumule dois ou três meses para poder compensar e vir receber e fazer um registro. Isso tudo é um empecilho para a pessoa ter esse direito social tão importante para a sua família e para a dignidade dele."

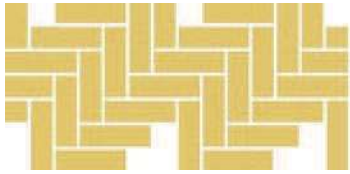
## Aprovadas regras para reparação de famílias atingidas por barragens

A proposta cria a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), que determina a reparação das famílias impactadas pela construção. O texto aprovado tem por base uma cartilha de mesmo nome elaborada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Além de definir em lei os direitos das populações atingidas, a proposta estabelece regras para os investimentos sociais a cargo do empreendedor. Entre os direitos previstos está a reparação do impacto provocado pela barreira, assegurado o reconhecimento da diversidade de situações, experiências, culturas e especificidades das comunidades, famílias e indivíduos envolvidos. As opções de reparação são: reposição da infraestrutura destruída ou prejudicada; a indenização financeira; a compensação, quando se oferece outro bem considerado satisfatório em termos materiais ou morais; e, por fim, a compensação social, quando assume a forma de benefício material adicional às três formas de reparação anteriores. Relatora na CSSF, a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) decidiu propor um substitutivo para unificar em um só texto diversos dispositivos previstos nos Projetos de Lei 1486/07, do ex-deputado Antônio Roberto (MG), e 29/15, do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT). "Além de prever a compensação pelos impactos socioambientais promovidos pelo empreendedor, é indispensável a mobilização do estado e da sociedade para a redução de riscos e prevenção de danos que eventualmente possam ocorrer com as populações que tenham sua vida de alguma maneira afetada pela construção de empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e outros", justificou a relatora.

## Agenda CSSF

**-7 de maio, 9h30:** Seminário Rins Saudáveis, abordando temas como Aspectos da Portaria 389, Prevenção das Doenças Renais no Brasil, Sustentabilidade dos Serviços de Hemodiálise e o papel na Patologia Renal e outros Pleitos. Devem participar o Ministério da Saúde, a Sociedade Brasileira de Nefrologia e Associação Brasileira de Enfermagem em Nefrologia.

**-12 de maio, 9h30:** audiência pública para instruir apresentação de Projeto de Lei instituindo o dia 27 de agosto como o dia do Psicólogo.



# PLENÁRIO 7



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 09

13 DE MAIO DE 2015

## Seguridade aprova aumento da pena para crime de violência doméstica



A CSSF aprovou O PL 5.097/13 da deputada Aline Corrêa, que altera o Código Penal para elevar a

pena mínima do crime de lesão corporal em situação de violência doméstica e estabelece que a ação penal de crime de violência contra a mulher é ação pública incondicionada. Relatado por Erika Kokay (PT-DF).

A CSSF ainda aprovou a realização de audiências públicas sobre temas como o uso de drogas lícitas e ilícitas na infância e adolescência, o direito de acesso a medicamento de alto custo no âmbito do Sistema Único de Saúde, financiamento da saúde pública no Brasil e a epidemia de dengue no país e o desenvolvimento de vacina contra a doença.

## Subcomissão debate ações e desafios da Seppir com Ministra da Igualdade Racial



A CSSF promoveu encontro com a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Nilma Lino Gomes, para abordar as ações da Seppir, principalmente, sobre as políticas de assistência social e saúde da população negra. A iniciativa faz parte do trabalho da subcomissão especial destinada a avaliar as políticas de assistência social e saúde da população negra. A ministra falou, entre vários temas, sobre a Caravana Pátria Educadora pela Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo. O objetivo é ampliar o diálogo e firmar parcerias com os entes federados e a sociedade civil, a fim de fortalecer a pauta da igualdade racial

em todo o país. Entre os objetivos da Caravana está o incentivo para que estados e municípios façam a adesão voluntária ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Sinapir, estimulando a criação e fortalecimento dos organismos de promoção da igualdade racial em âmbito municipal e estadual. A ministra ressaltou que uma das prioridades da Secretaria é aprimorar os sistemas de informação de saúde como a inclusão do quesito cor nos formulários de atendimento. Isso ajudaria a combater problemas como o diabetes, a morte materna, as contaminações HIV-Aids e a anemia falciforme através da observação específica da relação entre raça e doenças. “Também queremos a instalação de comitês técnicos para acompanhar a saúde da população negra em estados e municípios”. Nilma explicou ainda que a Seppir trabalha através de políticas transversas com trabalhos de articulação com outros ministérios e a sociedade civil. Entre as ações desenvolvidas com o Ministério da Saúde, está uma cooperação com a ONU para o mapeamento de pesquisadores e gestores de saúde da população negra em todo país, a distribuição de uma cartilha sobre racismo, um protocolo de intenções que prevê a criação de um grupo entre jovens e mulheres negros, e a realização da campanha “Racismo faz mal à saúde”.

## Seguridade debate nova forma de cuidar do paciente renal crônico



O coordenador-geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde, José Eduardo Fogolin, explicou que a Portaria 389/14, publicada pelo ministério em março do ano passado, mudou a forma de cuidar do paciente renal crônico no Brasil. Durante audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família, Fogolin assinalou que o cuidado não está sendo mais pautado especificamente para a hemodiálise. "É uma mudança no paradigma do cuidado, que antes era pautado especificamente para hemodiálise. Agora o cuidado se ampliou para a

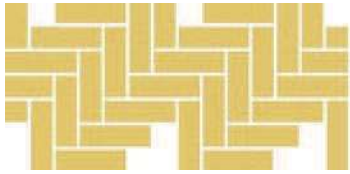
pessoa que ainda não tem necessidade de hemodiálise, na fase pré-dialítica que a gente chama, e também aos que estão em hemodiálise, podendo ter oferta de outros serviços e não apenas a hemodiálise, na máquina de diálise, mas também a diálise peritoneal." Para o presidente da Associação dos Renais e Transplantados do Estado do Rio de Janeiro, Gilson Nascimento da Silva, a portaria é muito bonita no papel. No entanto, acredita que faltou um pacto efetivo do Ministério da Saúde com os estados e um bom

planejamento de implementação da política pública. "Acho que tem que partir do ministério uma conversa séria com os atores envolvidos, para que a gente possa realmente avançar. Não adianta só estar no papel, isso tem que ser implementado, com base em uma construção. A construção de participação de todas as pessoas da sociedade nefrológica do Brasil." O deputado Mandetta (DEM-MS) pediu a José Eduardo Fogolin que apresentasse à comissão o que precisa ser feito para que a portaria seja totalmente implementada. Segundo a Sociedade Brasileira de Nefrologia, 100 mil pessoas fazem diálise no Brasil e existem 750 unidades cadastradas no país, sendo 35 apenas na cidade de São Paulo. Hoje, existem três modalidades de tratamento da doença renal crônica: a hemodiálise, a diálise peritoneal e o transplante de renal. A principal diferença entre os dois primeiros procedimentos é que a diálise peritoneal pode ser feita em casa.

## Agenda CSSF

— **21 de maio, 9h30:** audiência pública para debater as políticas públicas de prevenção, tratamento e combate à obesidade.





# PLENÁRIO 7



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 10

20 DE MAIO DE 2015

## A cada ano 35 mil pessoas começam a fazer diálise no Brasil



Para discutir a situação dos pacientes renais e transplantados, formas de tratamento e prevenção desse tipo de doença, a CSSF promoveu o seminário “Rins Saudáveis”. Para o médico Hélio Vida Cassi, presidente da ABCDT (Associação Brasileira de Centros de Diálise e Transplante) o maior problema é a falta de acesso ao tratamento. Faltam vagas nas clínicas, os recursos repassados pelo SUS são insuficientes e a correção dos valores inadequada, não acompanha a inflação. De acordo com a portaria 389 do Governo Federal, são repassados por consulta com médico nefrologista, dez reais. “No Brasil o governo paga cerca de 60 dólares por sessão de diálise, na Argentina ou Equador, são 80 dólares. Nos Estados Unidos o repasse chega a 260 dólares”, exemplifica Hélio. Ele alerta que a cada ano 35 mil pessoas passam a fazer diálise no Brasil. Hélio informou que, em Natal, por exemplo, não há mais leitos para pacientes de diálise. Ele estimou que, abrir uma clínica de

diálise, pode custar R\$ 4 milhões, e este custo inviabilizaria novos estabelecimentos.

O especialista sugere readequar os valores dos exames, diálises e reunir pacientes, médicos e até indústria farmacêutica para encontrar soluções para o problema. Renúncia fiscal e a desoneração das folhas de pagamento das clínicas são ideias para beneficiar o setor. A médica Carmen Branco Martins, da Sociedade Brasileira de Nefrologia, afirmou que atualmente 100 mil pessoas fazem diálise no Brasil e existem 750 unidades cadastradas no país, sendo 35 apenas na cidade de São Paulo. Informou que existem três modalidades de tratamento da doença renal crônica: a hemodiálise, a diálise peritoneal e o transplante de renal. A principal diferença entre os dois primeiros procedimentos é que a diálise peritoneal pode ser feita em casa. “Sabemos que as principais causas de doença renal crônica no Brasil, são a hipertensão arterial e o diabetes mellitus e que cerca de 2/3 dos pacientes em diálise tem menos de 65 anos, e isso pode

e deve ser combatido com prevenção. Reduzir o sal na dieta (brasileiros ingerem em média 12,5 g/dia), aumentar a atividade física e consequentemente reduzir o sobrepeso e a obesidade, são atitudes simples mas que ajudam de forma decisiva na saúde renal” afirma Carmen Martins. Ela esclarece ainda que, para evitar problema renal, é necessário evitar fumo e álcool. Alguns sintomas podem indicar doença nos rins, como cansaço, insônia, inchaço nos pés e tornozelos, inchaço nos olhos e mal-estar. A médica ressaltou que metade da população economicamente ativa do país está acima do peso. Para Renato Padilha, presidente da Fenapar (Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil), a realização do seminário no Congresso foi um momento importante para reunir quem trata ou vive com a doença renal. “Estamos construindo uma saúde e um país melhores”, ressaltou. Entre as demandas dos pacientes renais, de acordo com Padilha, está a continuidade do PL 155/15 da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), em tramitação no Congresso. Para a enfermeira Aline Gullo, a detecção tardia é um grande problema, se deve priorizar a prevenção da doença, a atenção à saúde e viabilizar os investimentos corretos para o setor. Também participaram do seminário representantes da sociedade civil, entidades, pacientes e familiares. No final, houve debate e a indicação de novos encontros para avançar e agilizar soluções para o problema. A Comissão de Seguridade Social e Família deve realizar outros encontros semelhantes para ajudar a encontrar soluções para essa situação.



## CSSF aprova Projeto que reajusta valor das aposentadorias



A CSSF aprovou o parecer do deputado Marcus Pestana (PSDB/MG) ao PL 7.941/10 do deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), nos termos do voto em separado do deputado Flavinho (PSB-SP), que trata sobre o reajuste do valor das aposentadorias mantidas pela Previdência Social e fixa reajuste de

10% a partir de 01 de janeiro de 2011. Outro projeto também aprovado pela Comissão, foi o PL 2.221/2011, da senadora Ana Amélia (PP-RS), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para vedar a alta programada durante o período de concessão do auxílio-doença, relatado pelo deputado Mandetta (DEM-MS). Ainda foi aprovado o PL 1.656/11, da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que propõe prioridade epidemiológica no tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora, também relatado pelo deputado Mandetta (DEM-MS). Já o Projeto de Decreto Legislativo 24/15, da

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) para o funcionamento do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), assinado em Assunção, em 20 de abril de 2012, relatado pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). A CSSF aprovou ainda, nessa quarta-feira, a realização de várias audiências públicas. Entre os temas a serem abordados, o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, a terceirização dos serviços de saúde e a contratação de servidores concursados e questões relacionadas às pessoas portadoras da doença de Parkinson.

## Regulamentação da data do Dia do Psicólogo deve valorizar atuação profissional

O Dia do Psicólogo já é comemorado no dia 27 de agosto, porém ainda não está regulamentado em lei federal. Para isso, é necessária a aprovação de um Projeto de Lei que só pode ser apresentado após o Congresso ouvir as partes envolvidas. Com esse objetivo, foi realizada audiência pública solicitada pelo deputado Jorge Silva (Pros-ES). O dia 27 de agosto de 1964 é a data que marca a regulamentação da profissão de Psicólogo, por meio da Lei 4.119/62. “Essa audiência pública foi além dos limites da orientação do PL. Ficou claro o tamanho que a profissão de psicólogo seguiu, com o crescimento das áreas de atuação e a importância que adquiriu para a sociedade”, disse o deputado. A presidente do Conselho Federal de Psicologia, Mariza Monteiro Borges, destacou que a profissão é reconhecida



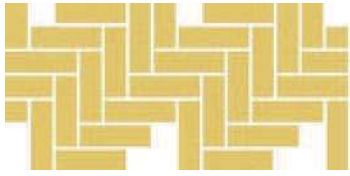
há 53 anos e cresceu muitos nesse período, com a institucionalização do psicólogo em vários setores da comunidade.” A psicologia não se restringe às questões de saúde e doença. Mas ainda carrega o estereótipo de que cuida da saúde mental, apesar de também cuidar do trabalho, da educação e cidadania, por exemplo. É, antes de tudo, uma análise da interação das pessoas com o mundo delas”,

ressaltou. O diretor do Instituto de Psicologia da UnB, Hartmut Gunter, lembrou que a psicologia não é só para tratar, mas também para prevenir seja nas escolas, hospitais ou nas ruas. Por exemplo, no exame neonatal, nas provas escolares, com a população de rua e até questões de trânsito. “Estamos interagindo com outros profissionais como professores, pedagogos, engenheiros e advogados, integrando várias pontas da comunidade”, ressaltou. A coordenadora do Curso de Psicologia do CEUB, Simone Roballo, destacou a importância da audiência pública para a categoria. Para ela, as demandas atuais da profissão como psicologia das emergências, do trânsito e do esporte mostram a evolução do trabalho dos psicólogos.

## Agenda CSSF

**-dia 21 de maio, 9h30:** audiência pública para debater as possibilidades de articulação das ações de combate à obesidade do Ministério da Saúde e outras políticas públicas, bem como as ações de prevenção de tratamento desenvolvidas.

**-dia 26 de maio, 14h :** audiência pública para Debater o uso de drogas lícitas e ilícitas na infância e na adolescência.



# PLENÁRIO 7



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 11

27 DE MAIO DE 2015

## Tereza Campello apresenta ações de desenvolvimento social



A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, apresentou na Comissão de Seguridade Social as ações e metas do ministério. É o quarto ministro que se reúne com os integrantes da CSSF este ano. Tereza Campello destacou que são quase 600 mil trabalhadores envolvidos nos programas do Ministério, que atende aproximadamente 14 milhões de famílias só através do Programa Bolsa Família. Ela ressalta ainda o Cadastro Único que tem 80 milhões de pessoas. O Cadastro traz especificidades que ajudam a incluir os beneficiários nos

cerca de 20 programas de políticas sociais do Governo Federal. O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que atende famílias pobres, com renda mensal por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154, e extremamente pobres com renda mensal por pessoa de até R\$ 77. São vários tipos de benefícios, usados para compor a parcela mensal que os beneficiários recebem. Esses benefícios são baseados no perfil da família registrado no Cadastro Único. Entre as informações consideradas, estão: a renda mensal por pessoa, o número de integrantes, o total de crianças e adolescentes de até 17 anos, além da existência de gestantes. A ministra destacou que 17 milhões de estudantes são acompanhados através do controle de frequência escolar do Bolsa Família, em 155 mil escolas de todo país. Outro dado mostra que os jovens de 15 anos estão permanecendo mais tempo na escola,

passando do ensino fundamental para o médio. O índice chega a 55 %. Tereza Campello informou também que o MDS incentiva a inclusão através da formação profissional e, atualmente, 1 milhão e 700 mil pessoas ligadas ao Bolsa Família frequentam cursos de qualificação profissional. A ministra ressaltou também ações no campo, como a construção de 823 mil cisternas domésticas e 110 mil para produção, e a distribuição de sementes crioulas, mais resistentes para o cultivo no semiárido. Afirmou ainda, que a situação de pobreza da população tem diminuído nos últimos anos. No Nordeste, por exemplo, em 2002, quase 18% da população estava em situação de extrema pobreza, hoje o índice é de 1,9%. A ministra ainda alertou que, municípios e estados que não usam os recursos repassados, estão com os depósitos suspensos. Os parlamentares questionaram a ministra sobre temas como atraso no repasse dos recursos, garantia de orçamento para políticas públicas, liberação de emendas parlamentares e elogiaram as conquistas sociais dos últimos anos.

## CSSF aprova drenagem linfática manual pelo SUS

O Projeto de Lei 780/07, torna obrigatória na rede hospitalar e ambulatorial do Sistema Único de Saúde (SUS) a prática da drenagem linfática manual. Pelo texto, de autoria do deputado Nelson Marquazzelli (PTB-SP), o procedimento deve ser priorizado nos casos de recuperação pós-cirúrgica de mastectomia (retirada da mama). O procedimento será realizado por profissionais capacitados segundo regulamentação, devidamente habilitados. Segundo a relatora, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), a medida representa uma conquista para as mulheres brasileiras que tiveram as mamas retiradas, assim como o oferecimento de

cirurgia plástica reparadora, que já é obrigação do SUS. O texto foi aprovado com complementação de voto. Quanto à prática da drenagem linfática manual, nos casos de pós-mastectomia, com quadro de linfoedemas, a deputada substituiu a frase “com formação superior em Fisioterapia, devidamente habilitados pelo respectivo conselho profissional” pela frase “capacitados segundo regulamentação, devidamente habilitados pelos respectivos conselhos profissionais”. E acrescentou que o Ministério da Saúde regulamentará esta lei no âmbito da linha de cuidados em oncologia.

## Recursos da LDO para assistência social são debatidos em audiência conjunta



O dispositivo incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano que destina recursos por meio de emendas parlamentares ao Sistema Único de Assistência Social (Suas) foi um dos temas discutidos na audiência pública realizada em conjunto pelas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Seguridade Social e Família. A dúvida dos deputados era se a quantia oriunda das emendas seria ou não um acréscimo à área. O secretário nacional

secretário afirmou que a incerteza da continuidade desse recurso advindo das emendas parlamentares é um problema. "Para que possamos garantir que além da emenda parlamentar que acresce àquele recurso, a gente tenha mecanismos que garantam nos anos subsequentes a manutenção daquela entidade e daquele serviço, nós avançamos na regulamentação desse dispositivo da LDO que pode ser bastante importante para o financiamento da assistência social."

adjunto de Assistência Social, José Dirceu Galão Júnior, explicou que o Executivo já encaminha ao Legislativo um orçamento para suprir as necessidades do Suas e que as emendas parlamentares serão um valor adicional desde que não exista nenhuma emenda que diminua a quantia solicitada pelo ministério. Mas

Durante a audiência, a representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Mariana Neris, explicou de que maneira funciona o piso para financiamento de residências inclusivas. "Hoje esse piso, o valor do cofinanciamento federal, fundo a fundo, é de R\$ 10 mil para uma capacidade de atendimento de até dez pessoas com deficiência em situação de dependência que moram nessa casa. É uma moradia para essas pessoas, onde elas ali realizam atividades da vida diária, da vida prática e tem uma equipe de referência da assistência social que conduz uma atividade para a aquisição de autonomia e independência." Ainda segundo a representante do ministério, existem 80 Residências Inclusivas em funcionamento e 104 em processo de implantação. A intenção era que fossem criadas 204, mas 20 tiveram que ser canceladas por problemas operacionais.

## Seguridade Social promove Simpósio Nacional de Saúde



A CSSF promove nos dias 17 e 18 de junho o Simpósio Nacional de Saúde, com o tema "Saúde: direito de todos, dever do Estado". O objetivo é promover uma discussão crítica e ampla sobre a gestão, o financiamento e a política de recursos humanos do Sistema Único de Saúde.

de. As conclusões do Simpósio vão servir de contribuição à 15ª Conferência Nacional de Saúde. O evento acontece no auditório Nereu Ramos. No dia 17, quarta-feira, a partir das 9h, acontece a primeira mesa de debates com o tema "SUS: COMPROMISSO CONSTITUCIONAL E RELAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS". Em discussão o papel do Estado, a natureza pública dos serviços e modelos de gestão. Devem participar o ministro da Saúde Arthur Chioro, o Conselho Nacional de Saúde, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e o economista Márcio Pochmann. No mesmo dia, a partir das 14h, é a vez das discussões em torno do tema "FORMAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO", com a participação de Lelio Ben-

tes Correa, ministro do Tribunal Superior do Trabalho, representantes do DIEESE e Fiocruz, e Heider Aurélio Pinto, secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

Na quinta-feira, dia 18, pela manhã, a mesa de debates aborda "POLÍTICA INDUSTRIAL: Superação da dependência externa, inovação, assistência farmacêutica e acesso universal". Devem participar Jorge Bermudez (Fiocruz) e representantes dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Também participa dessa rodada, a Associação Brasileira da Indústria de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA).

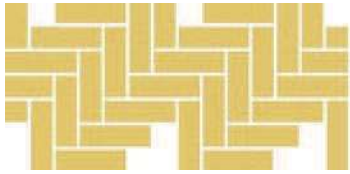
Também na quinta-feira, a partir das 14h, o tema das discussões é "FINANCIAMENTO: pacto federativo e novas fontes". Estão convidados o ministro Nelson Barbosa, do Planejamento, Orçamento e Gestão e representantes do movimento do Saúde +10, CONASS e CONASEMS.

O requerimento para realização do Seminário Nacional de Saúde é da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). A CSSF é presidida pelo deputado Antonio Brito (PTB-BA).

## Agenda CSSF

**-28 de maio, quinta-feira, 9h30:** audiência pública para discutir a epidemia de dengue no país e o desenvolvimento de vacina contra a doença, participam Anvisa, Programa Nacional de Controle da Dengue do Ministério da Saúde, Instituto Butantan e Sanofi Pasteur.





# PLENÁRIO 7



## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 12

2 DE JUNHO DE 2015

### Aprovado PL que garante acesso de deficiente visual a locais públicos e privados com cão guia

A CSSF aprovou o PL 3.568/08 do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que assegura o livre acesso do portador de deficiência visual a locais públicos e privados e em qualquer meio de transporte, acompanhado do cão guia. Relatado por Darcísio Perondi (PMDB-RS). Outros projetos aprovados como o PL 328/11 do deputado Hugo Leal (PROS-RJ), obriga o fornecimento de fraldas descartáveis aos portadores de necessidade especial e idosos. Relatado por Cristiane Brasil (PTB-RJ). O PL 7.118/10 do deputado Marcos Montes (PSD-MG) aumenta a pena do homicídio qualificado em crime cometido no período em que a vítima

estiver sob as medidas protetivas estabelecidas na Lei Maria da Penha. Relatado por Célio Silveira (PSDB-GO). Já o PL 484/11 do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) torna obrigatória a realização de exames para diagnóstico ou triagem, em recém-nascidos, de anormalidades do metabolismo, pelo SUS. Relatado por Eduardo Barbosa (PSDB-MG). O mesmo deputado relatou o PL 1.009/99 do deputado Enio Bacci (PDT-RS), que autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte coletivo. A CSSF também aprovou atividades em várias regiões do país, como um seminário no Ceará para debater a crise na saúde pública com visitas técnicas a hospitais de Fortaleza,

audiências em Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ) para discutir a anemia falciforme,



mesas redondas em Porto Alegre (RS) e em Manaus (AM) para debater o alto índice de suicídio nesses estados, além de uma visita técnica em Rio Branco (AC) para analisar a situação do Hospital de Câncer do Acre. Foram aprovadas ainda, audiências públicas para discutir temas como a defasagem de 84,61% no valor dos benefícios pagos desde 1993.

### Metade da população brasileira está acima do peso



O Ministério da Saúde divulgou uma pesquisa que revela que quase metade da população brasileira está acima do peso. Segundo o estudo, em 2006 o percentual era de 42,7%. Em 2011, esse número passou para 48,5%. Para discutir essa situação, a Comissão de Seguridade Social e Família promoveu, nesta quinta-feira (21), uma audiência pública com especialistas. O debate foi solicitado pelo deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG). Eduardo Augusto Nilson, da Coordenação de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, destacou as políticas públicas de combate à obesidade. Ele afirmou que em todos os grupos populacionais se registra aumento de peso, desde as crianças e adolescentes aos adultos. Para ele, a causa seria o padrão alimentar dos brasileiros, com o aumento no consumo de alimentos processados. Cerca de R\$ 106 milhões são gastos, por ano, com tratamentos da obesidade mórbida, por exemplo. Entre as ações do governo, acompanhamento e programas de merenda escolar saudável, o Programa Academia da Saúde que foi criado em 2011, vem promovendo a implantação e implementação de polos nos municípios brasileiros, espaços físicos dotados de equipamentos, estrutura e profissionais qualificados, com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde e produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da

população. Além disso, são desenvolvidas linhas de cuidados específicas para diabéticos e hipertensos, por exemplo. Daniel Ferreira, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, médico clínico, alertou que a obesidade aumenta em todo o mundo. No Brasil, os índices de massa corporal atingem 25% e, em alguns casos até 40%, é um problema que está ligado à renda familiar e forma de como as pessoas se alimentam. Os fatores podem ser genéticos, metabolismo, doenças da tireoide e até culturais. Ele também ressaltou que mais da metade da população não come frutas e verduras na alimentação diária. Outro ponto é a falta de exercícios físicos, já desde a infância. Solange Castro, do Ministério da Educação, alertou para o crescente aumento de crianças obesas, que já é considerado uma epidemia. Ela apresentou o Programa de Alimentação Escolar, como é feito o cardápio, com ênfase em frutas e verduras, produtos da agricultura familiar, com pouco açúcar e proibição de produtos industrializados. Alunos com necessidades específicas devem ter atendimento a partir do final do ano com a criação de protocolos voltados para este público. Nos últimos anos, a abrangência do atendimento do PNAE aumentou de pouco mais de 33 milhões em 1995 para mais de 43 milhões de escolares em 2013. Elisabeta Recine, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, destacou as características da alimentação adequada, como livre de transgênicos e com respeito à cultura regional, por exemplo. Elisabeta também ressaltou que é preciso diminuir o preço dos alimentos saudáveis, regular a publicidade de alimentos e valorizar o patrimônio alimentar brasileiro.

## Especialistas querem regras mais rígidas para reduzir consumo de álcool por jovens

Debatedores defenderam em audiência pública da CSSF, regras mais rígidas para a venda e a publicidade de bebidas alcoólicas como alternativa para redução do consumo de álcool entre crianças e adolescentes. O pediatra e coordenador do projeto antitabagista da Universidade de São Paulo (USP), João Lotufo, afirmou que o consumo de álcool e cigarro já é considerado doença pediátrica. Ele apresentou dados de uma pesquisa da USP, feita com três mil crianças do ensino fundamental e médio da região do Butantã em São Paulo, que mostram percentuais crescentes de crianças que bebem uma vez ou mais por semana, passando de 1%, no sétimo ano do ensino fundamental, para 19%, no terceiro ano do ensino médio. João Lotufo destaca que o Brasil foi bem

sucedido na política de redução ao fumo, que poderia ser aplicado à bebida. "Diminuí de 30% de fumantes no País para 11,8%. Nós somos o quarto país em número de ex-fumantes. O que foi feito para o tabaco precisa ser feito para o álcool", destacou. O secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Vitore Zilio Maximiano, afirmou que quanto mais cedo começa o uso de drogas lícitas mais prováveis são as chances de dependência de drogas ilícitas no futuro.

Ele destacou mudanças na legislação que contribuíram para diminuição do consumo de álcool, como a criminalização da venda de bebidas para menores (13.106/15) e a Lei Seca (11.705/08) para quem dirigir. As políticas preventivas, segundo o



secretário, especialmente nas escolas, é prioridade para o governo. "Nós capacitamos nos últimos três anos 500 mil pessoas, usando a técnica do ensino a distância; foram 200 mil professores mais profissionais da saúde, da assistência social, lideranças comunitárias, religiosos, enfim, sociedade civil e governo que trabalham com o tema", ressaltou.

## Comissões debatem prorrogação de programa para pacientes com câncer



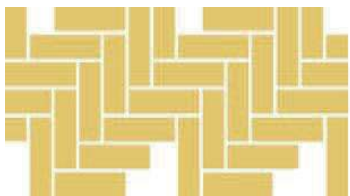
Em audiência pública promovida pela CSSF em conjunto com a CPD, deputados e representantes de entidades beneficentes pediram a prorrogação do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde (Pronas) para além de 2016, quando os dois programas serão encerrados como manda a lei. A coordenadora-geral de Saúde da Pessoa Com Deficiência do Ministério da Saúde, Vera Lúcia Mendes,

entende que ambos os programas, Pronon e Pronas, têm funcionado e que há potencial de crescimento. No entanto, ela ressalta que o mais importante é que essas ações tenham, de fato, impacto na sociedade. "Teremos de verificar o impacto social dessas ações. Para dizermos que esse impacto social se fez, vamos ter de construir indicadores que meçam isso a partir dos projetos executados. Esse impacto tem de ser algo que não seria atingido sem a existência do programa." De acordo com o site do Ministério da Saúde, foram aprovados projetos do Pronon na ordem de R\$ 77 milhões e R\$ 237 milhões, em 2013 e 2014, respectivamente; e do Pronas/PCD os projetos aprovados somaram R\$ 16 milhões e R\$ 88 milhões, em 2013 e 2014, respectivamente. As comissões de Seguridade Social e Família e de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência vão formalizar um pedido a Presidência da República e ao Ministério da Saúde para que o Pronon e o Pronas sigam funcionando depois de 2016, a exemplo das leis Rouanet e de incentivo ao esporte, que não têm prazo de validade.

## Agenda CSSF

**-9 de junho, terça, 14h30:** audiência pública para debater a prescrição e os efeitos decorrentes do uso de anticoncepcionais .

**-11 de junho , quinta, 9h30 :** audiência pública discute enfrentamento das DST/ Aids e a laicidade do Estado Brasileiro.



# PLENÁRIO 7



**Boletim Informativo Nº 13**  
**Comissão de Seguridade Social e Família**

**30 de junho de 2015**

Gabriela Korossov/ Câmara dos Deputados



## Requerimentos Subcomissões preparam audiências

As subcomissões já receberam o aval da CSSF para fazer as suas audiências públicas no intuito de discutirem temas da área de saúde. Uma delas, inclusive, já tem data marcada para a sua realização. A Subcomissão Permanente de Saúde promove nesta quinta-feira, às 9h30, a audiência “Papel do Estado e o Direito à Saúde, sua Fundamentalidade e Relevância Pública”.

Estão convidados para o debate o jurista e professor Emérito da Faculdade de Direito de São Paulo (USP), Dalmo Dallari, o juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Alvaro Ciarlini, e a Coordenadora do Curso de Especialização em Direito Sanitário do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa), Lenir Santos. Os palestrantes darão um tom jurídico à análise da saúde e o seu acesso, garantido na constituição e pelos direitos humanos.

Com a aprovação dos requerimentos ns. 123, 124 e 125, a Subcomissão Especial destinada a Avaliar as Políticas de Assistência Social e Saúde da População Negra fará audiências sobre o impacto psicológico do racismo na saúde mental, saúde da população negra em geral, obesidade, étnico-botânica e atenção às mulheres em privação de liberdade.

## CSSF aprova cinco projetos em reunião; dois são do Senado

Parlamentares da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aprovaram no último dia 24 o total de cinco projetos de lei em reunião deliberativa. O mais antigo tramita na Câmara dos Deputados desde 2005.

Os destaques são o Projeto de Lei (PL) n 3.525/12 (PLS 66/2010), que concede pensão especial aos ex-servidores da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) afetados por contaminação do DDT, o PL n 6454/05 que visa obrigar as aeronaves a portarem equipamentos de primeiros socorros, e o PL n 1.909/11 que tipifica o ato de atrapalhar ou constranger o aleitamento materno.

Está previsto no PL n 3.525, do senador Marcelo Crivella (PRB/

RJ), o benefício de R\$ 2,5 mil. O projeto contou com relatoria do deputado Carlos Gomes (PRB/RS), que deu o parecer favorável. Consumido largamente pelo mundo no combate a vetores, inclusive no Brasil pela Sucam, o DDT entrou em desuso na década de 70 após evidências comprovarem seus danos tanto a saúde quanto ao ecossistema.

Os demais projetos cujos pareceres conseguiram ser aprovados e também seguem para a próxima comissão são os de n 5383/09, que dispensa valor na taxa de renovação da carteira de motoristas para maiores de 65 anos, e o PL n 5.659/09 (PLS 450/2008), que garante ao portador de hepatopatia grave o direito à aposentadoria integral por invalidez permanente.



## CSSF discute decreto para Marco Regulatório das ONGs

Luiz Alves/ Câmara dos Deputados

Com a finalidade de trazer mais clareza, uniformizar e instituir exigências como a ficha limpa, o marco regulatório das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSC) tem previsão de entrar em vigor em julho deste ano. A CSSF realizou uma audiência pública no último dia 23, sob a presidência do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), para discutir o decreto que regulamenta a lei.

De acordo com a Fundação Grupo Esquel Brasil – cujo diretor, Sílvio Sant’ana, participou do evento –, existem 300 mil organizações civis no Brasil. Do total da receita aplicada nestes grupos, 20% são provenientes da parceria com o setor público. Assim como



Sant’ana, também explanaram representantes da Presidência da República, consultores de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, e a representante da Associação Brasileira de ONGs (Abong), Vera Maria Ribeiro.

Os palestrantes consideram

um avanço o Marco Regulatório e o decreto. Contudo, alguns se revelaram apreensivos quanto à possibilidade da nova lei prejudicar a continuidade das parcerias já firmadas, ou acreditam que os municípios menores poderão sofrer com as adaptações à norma.

## Combate ao Trabalho Infantil

### Participantes pedem educação e distribuição de renda

Mais de três milhões de jovens brasileiros entre 10 e 17 anos são vítimas do trabalho infantil (Censo 2010). Os convidados da audiência pública promovida no último dia 16 acreditam que, para a total erradicação da atividade, a educação é fundamental – principalmente para desnaturalizar o problema.

O evento, presidido pelo deputado Jean Willys (PSOL/RJ), baseou-se no Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, comemorado no dia 12 de junho também pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Distribuição de renda, escola inte-

Zeca Ribeiro/CD



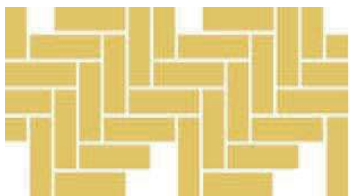
gral e fiscalização também foram medidas elencadas pelos convidados para encarar a atividade.

“O trabalho infantil mantém um círculo vicioso de pobreza. A

pessoa que trabalha na infância dificilmente consegue romper este círculo”, declarou uma das participantes e ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Kátia Arruda.

Também expuseram suas opiniões o ministro do TST, Lélcio Bentes, a secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Maria Oliveira, a pesquisadora da ONG Repórter Brasil, Fernando Sucupira, e a atriz Cristina Pereira.

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, é proibido o trabalho a menores de 14 anos salvo em programa aprendiz.



# PLENÁRIO 7



**Boletim Informativo Nº 14**  
**Comissão de Seguridade Social e Família**

**8 de julho de 2015**

## Evento da CSSF lança desafios para a Primeira Infância

III Seminário Internacional Marco Legal da Primeira Infância reúne diversas nacionalidades na Câmara

Foto: Luis Macedo/ Câmara dos Deputados



### Saiba os destaques do Marco Legal da Primeira Infância (PL n 6.998/2013)

- Cria uma Política Nacional Integrada para a primeira infância, formulada pela coordenação intersetorial
- Inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a atenção à gestante
- Na CLT, permite abono de falta ao pai que acompanha as consultas médicas
- Estende por 15 dias a duração da licença –paternidade além dos cinco já estabelecidos por lei
- Inclui no Código de Processo Penal a coleta de informações sobre a existência de filhos, respectivas idades, além do contato de eventual responsável indicado pela pessoa presa

Uruguai, México, Peru, Bolívia e EUA. Não apenas estas nacionalidades, mas uma gama esteve representada no III Seminário Internacional Marco Legal da Primeira Infância, promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e a Frente Parlamentar da Primeira Infância. Entre os dias 30 de junho e 2 de julho, parlamentares trocaram informações sobre as medidas legislativas para a Primeira Infância, fase que abrange os primeiros cinco anos da criança e significa um alto desenvolvimento psicológico e cognitivo em todos os indivíduos.

#### Projeto de Lei Canarinho

A Rede Hemisférica de Parlamentares e ex-Parlamentares pela Primeira Infância chegou a apresentar os desafios aos seus membros para institucionalizar e fiscalizar a legislação para a estapa da vida. “É muito amplo e ambicioso, mas é para isso que estamos reunidos”, comentou a peruana-americana Gaby Fujimoto ao dissecar cada item do Plano de Trabalho 2016-2017 da associação. No Brasil, a base legislativa é defendida pelo Projeto de Lei (PL) (ver no quadro ao lado), de autoria da Fren-

te Parlamentar da Primeira Infância. Aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto chega no Senado com a numeração PLC 14/2015, e ainda aguarda pela apreciação em comissões da Câmara Alta (Assuntos Sociais; Educação, Cultura e Esporte e Direitos Humanos). As primeiras edições do seminário, que ocorrem anualmente desde 2013, garantiram justamente a participação popular no aprimoramento do PL.

#### Presença supranacional

Organizações internacionais como o *Instituto Interamericano del Niño, Niña e Adolescentes* (INN/OEA), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e o Centro de Referência Latino-americana para a Educação Pré-Escolar (Celep), contribuíram para ampliar o leque de políticas para a Primeira Infância.

Para o diretor do INN/OEA, Victor Giorgi, o órgão trabalha na perspectiva de desnaturalizar os meios de violência dentro do ambiente familiar. “Cria-se, com isso, um efeito psicológico perverso. A violência é vista como um instrumento rápido para resolver conflitos”, opinou durante a primeira mesa-redonda do seminário.

Yes! Nós temos  
rede social



Comissão de  
Seguridade Social e  
Família



@Cssf\_seguridade

## CSSF aprova comercialização de canudos apenas fechados

Canudos em boates, danceteria e bares podem ser oferecidos aos clientes somente se embalados hermeticamente. O Projeto de Lei (PL) n 673/2007, de autoria do deputado Sr. Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP), foi aprovado na última quarta-feira em reunião deliberativa da CSSF. É

prevista uma multa no valor de R\$ 5 mil ao estabelecimento infrator ou responsável pelo evento. O valor poderá ser ajustado levando em conta a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A medida busca evitar que o cliente utilize um canudo con-

sumido por outra pessoa, evitando qualquer risco de contaminação.

A transmissão de doenças como leptospirose e hepatite por meio do contato do utensílio contaminado também é uma preocupação dos parlamentares.

Confira abaixo mais destaques da reunião.:

Albinos do Meu Brasil



### Outros projetos aprovados:

- APRESENTADO PELO EX-SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCDoB/CE), O PL N 7.762/14 (PLS 250/2012) INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM ALBINISMO. A NORMA VISA FORMULAR UM CADASTRO NACIONAL DA POPULAÇÃO ALBINA E CAPACITAR PROFISSIONAIS DO SUS PARA ATENÇÃO À SAÚDE DO GRUPO, ENTRE OUTRAS MEDIDAS.

Bahia Recôncavo



- O PL N 1.083/11, DE AUTORIA DO DEPUTADO CLEBER VERDE (PRB/MA), ESTENDE AO CATADOR DE MARISCO E À MARISQUEIRA O RECEBIMENTO DE SEGURO-DESEMPREGO. O BENEFÍCIO É CONCEDIDO AO PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL DURANTE O PERÍODO DEFESO DE ATIVIDADE PESQUEIRA PARA A PRESERVAÇÃO DAS ESPÉCIES

## Audiência Pública

### Constitucionalista defende judicialização da saúde

O professor da USP, Dalmo Dallari, foi um dos convidados de evento para discutir sobre direito à saúde

O professor emérito da Universidade de São Paulo (USP) e constitucionalista Dalmo Dallari defendeu, em audiência pública na última quinta-feira, um ponto considerado polêmico por gestores de saúde do país. Durante evento promovido pela Subcomissão Permanente da Saúde, Dallari argumentou que a judicialização da saúde – ou a medida de cidadãos comuns entrarem na justiça para garantir a cobertura do SUS em algum procedimento médico – é uma prática necessária.

“Normalmente, quando há esta busca da proteção do judiciário para a garantia de um direito à saúde, foi porque houve essa tentativa e não se obteve sucesso”, afirmou o jurista durante a audiência pública “Papel do Estado e o Direito à Saúde, sua Fundamentalidade e Relevância Pública”.

As ações para o acesso à saú-

Antônio Cruz/ Agência Brasil

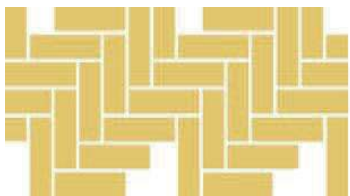


de, ainda segundo o professor da USP, são as únicas consideradas de relevância pública pela Constituição Federal brasileira (CF). “É uma medida expressa de acordo com o artigo 197”, informou.

O âmbito do direito à saúde abre a possibilidade para se discutir, também, as diversas políticas públicas propostas na Câmara dos Deputados. Uma destas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 451 – de autoria do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB/RJ) – foi citada e avaliada pela Coordenadora do Curso de Especialização em Direito Sanitário do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa), Lenir Santos. “A PEC é muito sedutora. É bom para o trabalhador, para o sindicato e até para a União, que se desafoga de um ônus. Mas o risco é grande, pois vai fracionar o direito a saúde”, comentou.

O evento foi presidido pelos presidentes da Subcomissão de Saúde, Odorico Monteiro (PT-CE), e da CSSF, Antonio Brito (PTB-BA).





# PLENÁRIO 7

**Boletim Informativo Nº 15**  
**Comissão de Seguridade Social e Família**

**15 de julho de 2015**

## Parlamentares visitam Ceará para debater sobre saúde

Comitiva da CSSF visitou centros de saúde e realizou seminário na Assembleia Legislativa do estado

Em um discurso uníssono, deputados federais e estaduais concluíram que o governo federal deve repassar um volume maior de verbas para a saúde pública do Ceará. Segundo eles, o recurso atual não é o suficiente. A comitiva da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), composta por Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), Geovânia de Sá (PSDB-SC), Dr. João (PR-RJ) e Odorico Monteiro (PT-CE), realizou na última sexta-feira um seminário em Fortaleza em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Saúde da Assembleia Legislativa do Ceará (AL-CE).

O itinerário de visitas a três unidades de saúde da capital cearense, pela manhã, fundamentou a queixa dos parla-

mentares. A comissão esteve na Santa Casa de Misericórdia, no Instituto José Frota e no Hospital Geral de Fortaleza. Entre as visitas, o governador do Ceará, Camilo Santana, recebeu a comitiva no Palácio da Abolição, sede do governo estadual.

### Capital sobrecarregada

A secretária de Saúde de Fortaleza, Socorro Martins, corroborou com a proposta dos deputados no seminário e revelou que, mesmo com 26% dos recursos de Fortaleza sendo encaminhados para a área, o valor ainda não é satisfatório. “É insuficiente. Nenhuma capital do país tem sob sua gestão dez hospitais municipais”, ponderou. O próximo passo dos parlamentares

será a gestão junto ao governo federal para aumentar o montante pago ao estado pelos chamados procedimentos de média e alta complexidade.

Enquanto no Nordeste as práticas custam R\$ 135 *per capita*, o repasse ao Ceará para a mesma categoria é de R\$ 40,2. Cobram, também, o ressarcimento dos passivos de 2013 e 2014, no valor de R\$ 236 milhões.

Outra tema tratado pela comitiva foi o reajustamento da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), com relação aos valores pagos pelo governo federal por procedimento. A medida não é realizada desde 2012. Os deputados querem fortalecer os consórcios regionais e incluir o profissional médico nas carreiras típicas do Estado.

Fotos: Diógenes dos Santos/CSSF



Em conversa com o provedor da Santa Casa de Misericórdia, Dr. Luiz Marques, parlamentares conhecem a ociosidade nos atendimentos



O superintendente do Instituto José Frota, Walter Frota de Paiva, alerta sobre a epidemia de politraumatizados por acidentes de moto



As instalações do Hospital Geral de Fortaleza, sob a direção do cirurgião Romero de Matos, foram visitadas pelos deputados



Pela tarde, o seminário realizado na Assembleia Legislativa do Ceará tratou da situação precária da saúde nos centros do estado

## Comissão aprova propostas de emenda para a LDO

Parlamentares também dão aval a parecer favorável em PL sobre higienização de óculos 3D

Foto: Luis Macedo/ Câmara dos Deputados



A CSSF aprovou, na reunião deliberativa da última quarta-feira, três emendas de meta e oito emendas ao texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. As propostas seguem para a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Uma das emendas parlamentares, de autoria da deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO), propõe o acréscimo a 100 projetos de inovação e produ-

ção de insumos energéticos para a saúde. Em sua justificativa, a parlamentar se baseou na Política Nacional de Atenção Integral para as Pessoas de Doenças Raras no intuito de incentivar projetos modernos para a área. Já o deputado Diego Garcia (PHS-PR) teve aprovada a sua proposta de emenda que destina adicionalmente o apoio e manutenção de 20 unidades de saúde. Centros de convivência de idosos pode-

rão contar com apoio em sua estruturação após a aprovação pela CSSF da emenda da deputada Flávia Moraes (PDT-GO). São previstas a adequação, implantação e aparelhamento de pelo menos 5 mil unidades do tipo. Segundo a deputada, o envelhecimento do país pede mais políticas públicas de assistência social para a faixa etária.

Outras oito sugestões de emendas ao texto da lei foram apresentadas pela Deputada Flávia Moraes e pelos Deputados Arnaldo Faria de Sá, Diego Garcia, Eduardo Barbosa e Mandetta; todas aprovadas.

### Óculos limpos para 3D

Além das emendas parlamentares, os deputados aprovaram o Projeto de Lei (PL) n 3.505/2012, de autoria do deputado André Moura (PSC-SE) e relatado pelo deputado Osmar Terra (PMDB-RS), que obriga a higienização dos óculos utilizados durante a exibição de filmes 3D. É garantido na norma que os óculos não estejam apenas esterilizados, mas também devidamente embalados. O PL segue para a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

## Audiência Pública

## Gestores apontam deficiência de médicos no atendimento básico

Investimento em infraestrutura e abertura de novas vagas na graduação de medicina são principais metas

Diante de um quadro insuficiente de médicos no Brasil, principalmente na área de atenção básica, gestores do Ministério da Saúde apresentaram as metas para os próximos anos em audiência pública do último dia 7. O evento faz parte do programa de atividades da Subcomissão Especial para a Carreira Médica.

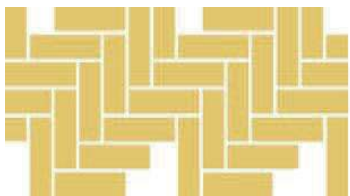
O número de médicos por 1 mil habitantes no Brasil é quase a metade da média dos 34 países que compõem a Organização para a Cooperação

e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – um total de 1,8 médicos/1 mil hab em comparação a 3,2 médicos/10 mil hab. Já o índice de vagas de medicina no país corresponde a 0,95 por 10 mil habitantes, muito aquém se comparado a países como a Inglaterra (1,61), Espanha (1,71) e até a vizinha Argentina (3,38).

De acordo com o diretor do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges) do Ministério da Saúde (MS), Alexandre de Figueiredo, somen-

te nos últimos quatro anos, um total de R\$ 4,1 bilhões foi investido nos hospitais universitários. Entre as metas estipuladas pelo gestor, estão a abertura de pelo menos 11,5 mil novas vagas até 2017, oferta de maior número de vagas em residências e ampliação na infraestrutura de saúde.

O presidente da Comissão Nacional de Residência Médica, Vinícius da Rocha, ainda pontuou a expectativa de aumentar o índice de 1,8 médicos/ 1 mil habitantes para 2,7/1 mil habitantes até 2026.

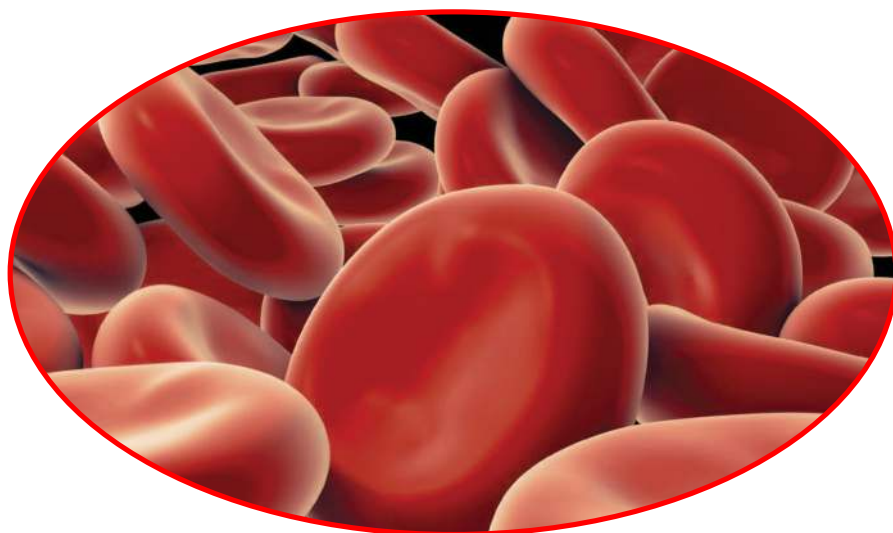


# PLENÁRIO 7



**Boletim Informativo Nº 16**  
**Comissão de Seguridade Social e Família**

**5 de agosto de 2015**



## Comissão aprova projeto que garante sangue e medicamentos a hemofílicos

Além deste Projeto de Lei, mas sete tiveram os seus pareceres aprovados pela CSSF

Hemofílicos poderão ter garantidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) os suprimentos necessários para o seu tratamento. O Projeto de Lei (PL) n. 6.781/2009 (PLS 416/2009), de autoria do ex-senador Marconi Perillo, foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) no último dia 15. Assim como este, mais sete PLs contaram com aprovação de seus pareceres.

Com a relatoria a cargo do deputado Marcus Pestana (PSDB/MG), o PL 6.718 garante a todos os pacientes a disponibilização de sangue, componentes hemoderivados, medicamentos e demais recursos necessários ao diagnóstico, prevenção e tratamento das doenças. A matéria tramita em caráter conclusivo, ou seja, não precisa passar pelo Plenário da Casa.

O PL segue para a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC). De acordo com a Federação Brasileira de Hemofilia, aproximadamente 11,8 mil sofrem com a doença (2010).

Entre os destaques, está também

a aprovação do PL n. 6849/2013, que dispõe sobre a criação do Cartão Odontológico Preventivo (COP). Para melhorar a qualidade da saúde bucal da população, o cartão seria um instrumento de atenção odontológica, identificando as crianças e registrando consultas e de participação em palestras e assinaturas dos agentes de saúde. A impressão poderá ser de responsabilidade do Ministério da Saúde, e distribuída nos postos de saúde e em instituições de ensino fundamental da rede pública. O PL foi relatado pelo deputado Paulo Foletto (PSB/ES).

### Guarda-parque

Obrigatoriedade de diploma, plano de carreira e adicional de periculosidade são algumas das medidas que podem ser regulamentadas na profissão de guarda-parque após aprovação do PL 6.144/2013. O projeto é de autoria do deputado Marco Maia (PT/RS) e relatado pelo deputado Dr. Jorge Silva (PROS/ES). Segue para a Comissão de Educação.

## Nº de Projetos apreciados já ultrapassa média de quatro anos

O último balanço da presidência da CSSF revela a alta produtividade nesta nova legislatura. O número de Projetos de Lei apreciados, somente no primeiro semestre, já ultrapassou a média dos últimos quatro anos da comissão. Enquanto a quantidade quadrienal foi de 129 projetos, os parlamentares já analisaram neste ano 155.

Apenas nos primeiros 100 dias, o número era 110. Também nesta primeira metade do ano, já foram designados relatores para 297 PLs. Os dados dos 100 primeiros dias são destaque do nosso último boletim especial: 17 audiências públicas, 1 seminário, 1 simpósio, 21 reuniões das Subcomissões Permanentes e Especiais, além da média de 51 parlamentares a cada encontro, quase o número de membros titulares do Colegiado (que é 52).

Com a nova configuração, a Comissão de Seguridade Social e Família se tornou a segunda maior da Casa. São 52 titulares e igual número de suplentes. Proporcionalmente, também, conta com uma presença maior de mulheres quando comparado a outras comissões.

Convide seus amigos para:

Curtir



Comissão de Seguridade Social e Família

Seguir



@Cssf\_seguridade

Twitter: @cssf\_seguridade



## Seguridade Social é superavitária, afirma Anfip

CSSF abre mais uma vez o plenário para a associação lançar livro sobre análise da Seguridade Social

Foto: Previdência Social.gov



ciárias é inexpressiva. O índice ficou em 14,5% em 2014, se ignoradas as renúncias fiscais, o que significa que o aporte de recursos para o RGPS ainda é feito com fontes próprias da Seguridade Social. O orçamento integra os gastos também com assistência social e saúde pública.

A Seguridade Social fechou 2014 em superávit, com um saldo positivo de aproximadamente R\$ 54 bilhões. “É preciso que todo cidadão tenha certeza de que a Seguridade Social é viável, mas incompreendida diante de um mercado privado avassalador ou até mesmo do governo que tira dela muitos recursos que garantem o presente e futuro de milhões de brasileiros”, disse Margarida Araújo, presidente da associação.

A Anfip acredita que o fêlegerado “rombo” da previdência social pode ocorrer com a aprovação da PEC 87/15, que visa prorrogar a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e permitir o aumento da alíquota para 30% das receitas de contribuições sociais.

A Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) reafirmou a sua posição de que o orçamento da Seguridade Social no Brasil é superavitário durante o lançamento do livro *Análise da Seguridade Social 2014*, em última reunião

deliberativa da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). O evento contou mais uma vez com a iniciativa do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)

Segundo a Associação, a parcela de benefícios que não é financiada exclusivamente pelas contribuições previden-

## Citologia em Meio Líquido

## Especialistas entram em desacordo sobre método para rastrear câncer

Apesar de médica garantir mais eficiência, técnico do Ministério da Saúde diz que é a mesma do Papanicolau

Convidados para audiência pública divergiram no último dia 14 sobre a eficácia do método de citologia em meio líquido para diagnosticar o câncer uterino, em detrimento do exame Papanicolau (convencional). A citologia em meio líquido é considerada por ginecologistas uma metodologia mais sensível que a tradicional e 100% automática – o que significaria uma incidência menor de testes falso-negativos, ou seja, aqueles com diagnósticos errôneos.

O técnico da coordenação-geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde (MS), Marcelo Pellizzaro, porém, afirmou que a pasta não considera o exame mais eficiente que o convencional Papanicolau, utilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O MS se baseia em pesquisas que comprovam a mesma sensibilidade entre os

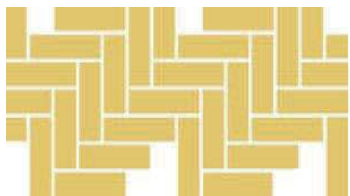


Foto: Roberval Martins/ Gabinete Conceição Sampaio

métodos. A afirmativa foi contestada pela médica ginecologista Mônica de Melo.

Presidida pela deputada Conceição Sampaio (PP/AM), a mesa contou com forte representação do estado do Amazonas, considerando também a incidência preocupante do câncer uterino na região. Dados do Instituto Nacional

do Câncer (INCA) mostram que este é o tipo que mais afeta as amazonenses. Também foram convidados a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Amazonas, Isis Neves, e o secretário executivo adjunto de Atenção Especializada da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, Wagner William.



# PLENÁRIO 7



**Boletim Informativo Nº 17**

**Comissão de Seguridade Social e Família**

**12 de agosto de 2015**

## Eventos marcam ida de membros da CSSF para Salvador

Anemia Falciforme e questões relacionadas à profissão de tecnólogo tiveram espaço em eventos na Bahia

Parlamentares da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) desembarcaram em Salvador, na última segunda-feira, com a missão de promover dois eventos constantes na pauta de discussões em Brasília. Enquanto a Subcomissão Especial para tratar de Assistência Social e Saúde da População Negra discutiu a Anemia Falciforme, o Deputado Jorge Solla (PT-BA) encarou o desafio de esquematizar as dificuldades dos profissionais tecnólogos da área de saúde no mercado de trabalho.

Pela manhã, a anemia falciforme foi o centro das discussões na Câmara Municipal de Salvador (CMS). O tema do evento afeta pelo menos um em cada 650 indivíduos nascidos vivos na Bahia. Os parlamentares defenderam o acesso da população negra aos programas de assistência social e de tratamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A doença é genética e se caracteriza por uma alteração nos glóbulos vermelhos. Eles adquirem o aspecto de uma foice e endurecem, o que dificulta a passagem do sangue pelos vasos. É na população negra que há o maior número de casos da enfermidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Salvador é a capital com o maior número de negros, à frente com quase 744 mil habitantes, seguida de São Paulo e Rio de Janeiro.

### Acesso ao SUS

O debate foi conduzido pela presidente da Subcomissão Especial de Assistência Social e Saúde da População Negra, deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ). “Assim como a doença falciforme, a nossa comissão busca atendimento especial para a população negra em relação à obesidade, HIV e tuberculose, enfermidades que afetam a população negra de um modo especial. Propomos ao go-



Foto: Reginaldo Ipê/ Câmara Municipal de Salvador

verno federal a realização de estudos para saber por que elas acometem os negros e como combatê-las”, destacou a parlamentar. Também compareceram à sessão o presidente da CSSF, Antônio Brito (PTB-BA) e o deputado Jorge Solla (PT-BA).

### Tecnólogos e o mercado

Profissionais tecnólogos e representantes do Sindicato dos Tecnólogos do Estado da Bahia (Sindtecno) apontaram a falta de reconhecimento por parte dos con-

selhos profissionais e o impedimento de prestarem determinados concursos como as principais barreiras para se inserirem no mercado de trabalho. A sessão ocorreu na Assembleia Legislativa da Bahia (Al-Ba).

Há no Brasil um total de 6 mil cursos de graduação tecnológica. Apesar de tramitar na Câmara Federal um Projeto de Lei (PL) para regulamentar a profissão de tecnólogo – PL 2245/2007 – a proposta aguarda há dois anos para entrar na pauta de votação.



Foto: Diógenes Santos/ Ascom CSSF



## CSSF aprova Dezembro Vermelho

Mês pode reunir atividades para o enfrentamento ao vírus HIV/AIDS

Enquanto o mundo dedica o 1º de dezembro à comemoração do Dia Mundial da Luta contra o vírus HIV/AIDS, parlamentares da CSSF querem que o momento de conscientização no Brasil seja estendido para todo o mês. Foi aprovado em reunião da última quarta-feira o Projeto de Lei (PL) 592/2015, de

autoridade da deputada Érika Kokay (PT-DF), que institui o *Dezembro vermelho*.

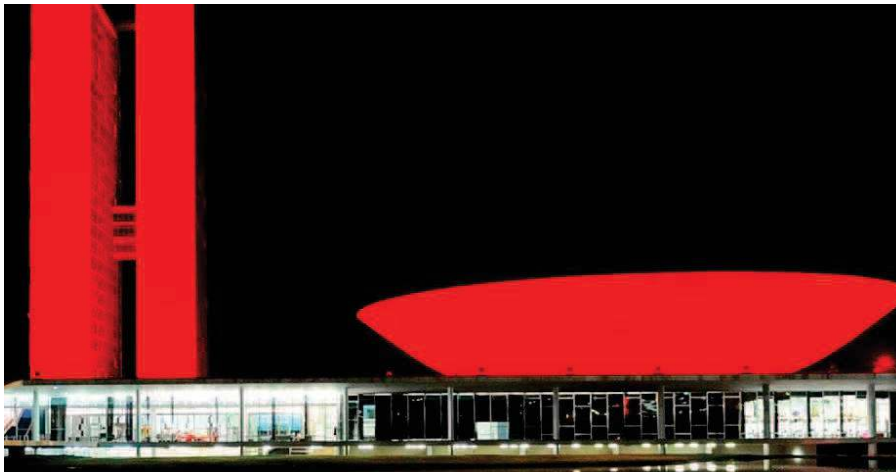
A proposta visa criar um período de iniciativas no mês de dezembro a fim de alertar a sociedade para os danos do vírus e, assim, enfrentar a epidemia. O PL contou com relatoria do deputado Odorico Monteiro (PT-CE).

## Agenda

### 14/08 - visita técnica ao INCA (Rio de Janeiro)

Uma comitiva da Comissão de Segurança Social e Família desembarcará no Rio de Janeiro nesta sexta-feira, onde planeja realizar uma visita técnica às instalações do Instituto do Câncer (Inca). De acordo com relatos da imprensa e de outros setores, o centro de pesquisa e controle de neoplasias passa por uma profunda crise interna.

Logo após o evento, os parlamentares irão se dirigir para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), onde farão uma audiência pública tratando sobre a questão.



## Anvisa

### Agência aumenta arrecadação própria e revisa normas

Relatório de Atividades 2014 e agenda para 2016 do órgão contaram com espaço da CSSF para divulgação

O ano de 2014 para a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi de superávit econômico e mudanças. A receita oriunda das arrecadações próprias aumentou em 22% no comparativo entre os anos 2010 e 2014. Neste último ano avaliado, somente de taxa de fiscalização de vigilância sanitária, a agência arrecadou 85,9% do total.

Esses e outros dados estão presentes no *Relatório de Atividades 2014 da Anvisa*, apresentado no último dia 6 pelo órgão em audiência pública da Comissão de Segurança Social e Família (CSSF). Também foi divulgada a agenda de planejamento do órgão para o ano de 2016.

O orçamento das receitas próprias da Anvisa ficou em aproximadamente R\$ 396,5 milhões, mais do que os quase R\$ 301,3 em 2010. No total, em



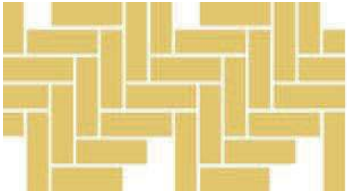
Luis Bernardo Jr/ CD

2014, a agência contou com o aporte de aproximadamente R\$ 792,5 milhões, inclusa a complementação do tesouro nacional. Isso significou um ano de su-

perávit, já que as despesas empenhadas foram registradas em R\$ 749,9 milhões.

Além dos resultados financeiros, a agência ainda deu posse a 314 servidores e instituiu um marco legal que determina a priorização da análise técnica. O evento, sob o comando do presidente da CSSF, Antônio Brito (PTB-BA), contou com a presença do novo diretor-geral da agência Jarbas Barbosa (foto). Ele tomou posse no cargo no último dia 5.

A Anvisa passa por reformulação. Para os atuais gestores, é necessário que o órgão revise as normas a fim de torná-las mais claras e eficientes - ação denominada como "guilhotina regulatória". Além disso, o novo planejamento determina como um desafio para 2016 a ampliação da participação popular nas decisões do órgão.



# PLENÁRIO 7



**Boletim Informativo Nº 18**  
**Comissão de Seguridade Social e Família**

**19 de agosto de 2015**

## Deputados querem que orçamento do INCA supere inflação

Visita técnica de comitiva ao Instituto do Câncer, no Rio de Janeiro, faz parlamentares criarem diagnósticos

Após visita técnica às instalações do Instituto do Câncer (Inca), no Rio de Janeiro, parlamentares da comitiva da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) criticaram o fato do orçamento do instituto não ter sofrido alterações neste ano em relação ao anterior. Se considerada somente a inflação que incide sobre os insumos hospitalares, o crescimento das receitas do instituto deveria ser de pelo menos 18%.

Outras questões apontadas no dia 14 pelos deputados, em audiência pública na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, foram problemas de gestão e desabastecimento vividas pelo instituto. Além do tipo de coordenação ainda não estar claro entre os funcionários, o Inca sofre com fal-

ta de materiais hospitalares básicos para atendimento aos pacientes, denúncia feita pelo núcleo sindical. Sindicalistas, também, pleitearam a redução de carga horária – de 40h por semana para 30h – diante de um quadro de funcionários enxuto.

### Gestão e regulação

Um dos requerentes da visita, o deputado Dr. João (PR-RJ), afirmou que o atual sistema de regulação (Sisreg) do instituto chega a dificultar o atendimento. “A regulação precisa passar pelos técnicos do Inca para mudar o protocolo indicado. O sistema não necessariamente é feito por aqueles que têm conhecimento da área da saúde”, argumentou o deputado. Já Alexandre Serfotis (PSD-RJ), também

um dos autores do requerimento, reconheceu que o instituto é um centro de excelência e referência de pesquisa e formação para todo o Brasil, mas sua estrutura complexa sofre com o subfinanciamento do SUS assim como outras unidades do país. “A matriz de financiamento da saúde precisa ser revista no país. Não fecha nenhuma conta em nenhum hospital. Essa questão faz parte dos três pilares para mudanças na qualidade de saúde do Brasil, além da mudança de gestão e combate à corrupção”, declarou o deputado.

O novo diretor do Inca desde maio, Paulo Mendonça, garantiu que a nova direção já sinalizou o diálogo com os servidores e busca uma aproximação com o governo federal.

Fotos: Ascom CSSF





## Previsão orçamentária para assistência social é defendida

Entre especialistas e parlamentares, convidados comemoram os 10 anos do Suas com presença de ministra

Luis Bernardo Jr/ Câmara dos Deputados

Deputados federais e especialistas defenderam, no último dia 13, a previsão obrigatória de dinheiro no orçamento para a assistência social no País. É necessário garantir verbas para o setor sem sufocar os municípios, na visão dos parlamentares. O financiamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) também foi alvo de debate durante o seminário em comemoração dos dez anos do sistema, promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). O Suas teve suas bases de implantação consolidadas em 2005.

Para o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da Subcomissão Permanente de Assistência Social, a vinculação orçamentária trará maior capacidade de planejamento para o setor, resultando em solidez e qualidade para o usuário. “Hoje, a gente vê os asilos, por



exemplo, na penúria, passando o chapéu. É a sociedade que sustenta”, afirmou Barbosa.

O financiamento do Suas é feito em conjunto pela União, estados e municípios. A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello,

lamentava que hoje não se saiba no Brasil quanto se gasta com assistência social. “Faltam informações do que efetivamente se gasta. Sabemos o que o governo federal gasta, mas não o que se gasta no Brasil”, avaliou a ministra.

### Reunião Deliberativa

## Seguridade debate novo projeto de lei para a ‘carrocinha’

Segundo projeto de lei aprovado, cães e gatos não podem ser sacrificados por órgãos de controle de zoonose

Ambientado no imaginário brasileiro, o recolhimento de cães e gatos das ruas para eliminação – a conhecida carrocinha – pode ser proibido no país. Parlamentares da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aprovaram no último dia 12 o Projeto de Lei (PL) 3.490/2012, de autoria do Deputado Ricardo Izar (PSD-SP), que

impede a ação dos órgãos de zoonoses e canis públicos de sacrificarem os animais.

A exceção da proposta seria em casos de enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde humana e a de outros animais. Coube ao Deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ) a relatoria do PL. Houve manifesta-

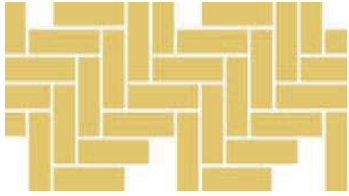
ção de cidadãos favoráveis à aprovação durante a reunião deliberativa. Apesar de a discussão entre parlamentares revelar divergências quanto ao conteúdo do PL, este foi aprovado por unanimidade.

### Doenças reumáticas

O Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Reumáticas também está mais próximo de ser instituído pelo PL 8.202/2014, aprovado na CSSF. O projeto é uma resposta à demanda antiga da sociedade brasileira especialmente formalizada pela Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumáticos (Anapar) e pela Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR). Segundo o autor do PL, deputado Marcelo Aro (PHS-MG), o Ministério da Saúde já tem estabelecida uma data de comemoração do Dia da Luta contra o Reumatismo – dia 30 de outubro –, mas ela não propicia a necessária divulgação ao tema. A relatoria foi do Deputado Geraldo Resende (PMDB/MT).



Reprodução/Animais da Cidade



# PLENÁRIO 7



**Boletim Informativo Nº 20**

**Comissão de Seguridade Social e Família**

**26 de agosto de 2015**

## Subcomissão faz no Rio balanço de políticas públicas para negros

Segundo Censo 2010, negros representam 71% da população em situação de extrema pobreza no Brasil

Não apenas a anemia falciforme, mas políticas públicas para o combate à hanseníase, obesidade e assistência social foram o eixo de suscitações em audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), nesta segunda-feira (25). O foco se dirigiu à população negra, raça declarada de 75% das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família segundo a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. O evento foi promovido pela Subcomissão Especial de Assistência Social e Saúde da População Negra (Subpasne), em parceria com a Comissão de Saúde da Alerj.

De acordo com dados do Censo 2010, os negros representam 71% da população em extrema pobreza no Brasil - 60% dela concentrada no Nordeste. Diante deste cenário de visível desigualdade social, profissionais da saúde e da assistência social, além de representantes do movimento, trouxeram suas observações e reivindicações para aprimorar o atendimento às doenças que mais atingem o grupo. Estiveram presentes o presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), Antonio Brito, e a presidente da Subpasne, Benedita da Silva. “O que estamos buscando é fazer uma aproximação para que, no Estado



Maria Garcia/Ascom CSSF

do Rio de Janeiro, se possa tocar esses debates e dar uma contribuição ao Ministério da Saúde”, afirmou a parlamentar.

### Saúde da população negra

De acordo com a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Márcia Alves, o Estado não recomenda aos portadores de anemia falciforme qualquer ação além do uso do flúor na abordagem odontológica. “Qualquer alteração emocional pode afetar a saúde dos que têm anemia falciforme, e a experiência odontológica pode ser estressante”, disse.

Já o representante do movimento de combate à hanseníase – Morhan, Artur Custódio, afirmou que a doença ainda não é controlada no Brasil e afeta bastante a população negra. “Não houve sequer uma comunidade quilombola onde nós (grupo Morhan) visitamos que não identificamos mais casos de hanseníase do que a média brasileira”, alarmou Custódio.

Outros palestrantes também contribuíram para o panorama da audiência: a representante da ONG Criola, Jurema Werneck, e o representante do Hospital do Câncer (Inca), Luiz Felipe Pietro.



Foto: Maria Garcia/ Ascom CSSF

Twitter: @cssf\_seguridade



## CSSF aprova desconto de pensão alimentícia em seguro-desemprego

Parlamentares aprovaram no último dia 19 um Projeto de Lei (PL) que faz do seguro-desemprego uma das opções em caso de desconto da pensão alimentícia. O PL do deputado Erivelton Santana (PSC-BA), e relatado pelo deputado Assis Carvalho (PT-PI), seria mais uma oportu-

nidade para o devedor ter como pagar pela pensão. De acordo com a Lei 5.478/68, o descumprimento das medidas judiciais resulta em prisão do réu. A proposta segue para a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC). Outra proposta que recebeu aval dos parlamentares foi o

PL 232/2015, que propõe instituir como obrigação do Sistema Único de Saúde (SUS) a oferta de ácido fólico. A suplementação com ácido fólico às gestantes – ou às mulheres que já planejam engravidar – pode prevenir a má-formação fetal. *Confira abaixo mais destaques da reunião:*

### Câmara Legislativa/DF



### Projetos aprovados:

- DE AUTORIA DO SENADO, O PL 8186/2014 ESTABELECE A DATA 2 DE ABRIL COMO O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O AUTISMO. O DIA É CELEBRADO PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) DESDE 2007. SEGUNDO O CENTER OF DISEASES CONTROL AND PREVENTION (CDC), HÁ UMA CRIANÇA COM AUTISMO PARA CADA 110. A RELATORIA DO PROJETO É DA DEPUTADA ROSANGELA GOMES (PRB-RJ)

- O PL 4852/2012, DO DEPUTADO EDUADO DA FONTE (PP-PE) ESTABELECE DIRETRIZES PARA O COMBATE À PRODUÇÃO E AO TRÁFICO DE DROGAS SINTÉTICAS ILÍCITAS. A PROPOSTA FOI APROVADA COM SUBSTITUTIVO DA RELATORA ÉRIKA KOKAY (PT-DF) E IMPEDE BRECHAS NA LEGISLAÇÃO DE CONTROLE DE DROGAS.



Reprodução/G1

## Reunião Deliberativa

## Participantes e convidados criticam gestão do SUS em audiências

LAM e relação do sistema de saúde com os municípios foram centros de debate nos eventos da comissão

Tanto o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto a pouca atenção ao quadro de doenças raras foram pontos de críticas ao sistema em audiências públicas da semana passada. A Subcomissão Especial destinada a tratar da Reestruturação da Organização, Fun-

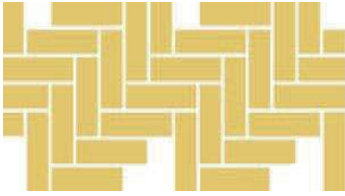
cionamento e Financiamento do SUS fez mais uma rodada de discussões sobre a garantia de acesso à gestão do sistema no último dia 19. Já a audiência do último dia 18 discutiu aspectos sobre a enfermidade rara linfangioleiomiomatose (LAM), que afeta pelo menos 200 mulheres no Brasil.

### Antonio Augusto/Câmara dos Deputados



Chamados para o evento da subcomissão, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) se mostraram preocupados com os prognósticos da Agenda Brasil, de iniciativa do Senado Federal, e com o contingenciamento de pelo menos R\$ 13 bilhões do orçamento da União para a Saúde. Para o presidente do Conasems, Mauro Guimarães, decisões judiciais e legislativas lançam novos encargos financeiros aos municípios, que não possuem suficiente fonte de financiamento. A presidência do Conselho Nacional de Saúde (CNS) esteve presente.

Com foco na LAM, participantes no dia 18 aproveitaram a presença da representante do Ministério da Saúde, Carla Daher, para expressar as dificuldades dos portadores de doenças raras em adquirir as medicações necessárias por meio do SUS.



# PLENÁRIO 7



**Boletim Informativo Nº 21**  
**Comissão de Seguridade Social e Família**

**2 de setembro de 2015**

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



## Oncologia .....

### Modelo de saúde passa por avaliação

Especialistas das áreas de oncologia se mostraram céticos quanto às condições do Sistema Único de Saúde (SUS) de combater o câncer. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) estima que o ano de 2015 feche com o registro de 576 mil novos casos no Brasil.

De acordo com o diretor do instituto, Paulo Eduardo Mendonça, ainda faltam à população medidas de detecção precoce do câncer tais como a realização de exames para localizar o tumor ainda cedo e cuidados paliativos. Nesse último caso, seria um complexo emaranhado de medidas que refletem na qualidade de vida – o que inclui exercícios físicos, alimentação saudável e garantia de atendimento básico. “Não dá para pensar em combate ao câncer sem pensar nesta segunda agenda que é de responsabilidade desta Casa, não do Inca”, disse.

#### ‘Leis são perversas’, diz diretor

Nos últimos 14 anos, o investimento no combate às neoplasias no SUS cresceu em 357%. Para Mendonça, porém, isso não significou o aumento da sobrevida dos pacientes. O diretor geral do Hospital do Câncer de Barretos, Henrique Prata, mostrou-se indignado com decisões do Estado que supostamente colaborariam para a desigualdade da distribuição de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). “As leis são perversas e injustas neste país”, enfatizou o diretor.

Um dos alvos de sua reclamação foi o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi), pois o projeto daria vantagens a certas entidades de saúde em detrimento de outras. Também esteve presente a representante da Coordenação Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde (MS), Heide Gauche.

## Participantes se emocionam ao comentar sobre convivência com Mal de Parkinson

Cuidado com a doença integra políticas para a terceira idade

Os olhos marejados de Ana Maria Bernardes não a impediram de entoar um discurso emocionado, fruto de sua experiência com a doença de Parkinson. “Eu levo com alegria. Quando chego à associação e vejo aquelas senhoras bem debilitadas, cuja voz já não é a mesma, eu lhes digo: eu amo vocês”, disse a presidente da Associação Paranaense dos Portadores de Parkinson. Além de Ana Maria, participantes relataram a convivência com a enfermidade em audiência pública da última quinta-feira, realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Coronel Patto convive com a doença de Parkinson há 25 anos. Sua rotina já inclui profissionais de saúde e um rol de medicamentos para controlar os tremores. “Passei pelas fases da negação, da revolta, da depressão, e agora estou na fase de aceitação. A doença continua avançando e há momentos em que eu não tenho controle, o que afeta o meu orçamento”, relatou o coronel, agora presidente da Associação Parkinson Brasília.

#### Terceira idade

O Mal de Parkinson se desenvolve a partir

da diminuição de pelo menos 60% da dopamina, substância que controla os movimentos do corpo humano. As causas do problema ainda não foram efetivamente encontradas. Por acometer em maior parte os maiores de 65 anos, a doença é atribuída à terceira idade. De acordo com a coordenadora de Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde (MS), Maria Cristina Hoffman, idosos representam 15% da população brasileira.

“O envelhecimento, com todas as características implicadas, significa uma conquista da humanidade. É indispensável avaliar como podemos aperfeiçoar ações e programas já desenvolvidos e que podem ofertar uma atenção integral”, declarou a coordenadora.

Também foram convidados o médico Nasser Allan, da Academia Brasileira de Neurologia e os presidentes de Associações ligadas ao Parkinson Samuel Grossman (SP) e Milton Ferraz Henemam (RS). O presidente da CSSF, Antônio Brito (PTB-BA) realizou a abertura da audiência e posteriormente coube ao deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) conduzir o restante do debate.

## Projeto de Lei inspirado na atleta Laís Souza é aprovado

Atletas que sofrerem lesões permanentes durante treino para Jogos Olímpicos podem receber prêmio

O trágico acidente sofrido pela atleta Laís Souza em janeiro de 2014, durante os treinamentos para os Jogos Olímpicos de Inverno, foi o ponto de partida da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) para apresentar o Projeto de Lei (PL) aprovado no último dia 26 pela CSSF. O PL 7797/2014 concede prêmio no valor de R\$ 100 mil e auxílio especial mensal a atletas olímpicos e paralímpicos que sofrerem qualquer lesão permanente durante período de preparação ou participação em quaisquer competições das Olimpíadas.

O projeto contou com relatoria da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC). Para receber o auxílio, o atleta deve ser fi-



Rafael Ribeiro/CBF

nanceiramente carente e não-beneficiário de seguro de vida ou contra acidentes pessoais. Laís Souza se acidentou quando se preparava para a competição em Sochi, na Rússia. A ex-ginasta competia na modali-

dade de esqui aéreo. Laís sofreu uma lesão na terceira vértebra (C3) da coluna cervical e lesão completa na medula, ficando tetraplégica. Atualmente, a atleta recebe uma pensão vitalícia do governo brasileiro.

### Mais projetos aprovados



- FOI APROVADO O PL 232/2011, QUE TORNA OBRIGATÓRIO O TESTE VOCACIONAL NA ESCOLARIZAÇÃO DO MENOR EM REGIME DE SEMILIBERDADE. É PREFERÍVEL QUE, NESSE CASO, O INSTITUTO ARQUE COM OS CUSTOS. SEGUE PARA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, DE JUSTIÇA E DE CIDADANIA

- O PL 6610/2009, DE AUTORIA DO SENADO FEDERAL, REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA. EXIGE DIPLOMA OU CERTIFICADO DE CURSO TÉCNICO E OBRIGA O REGISTRO NO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA.

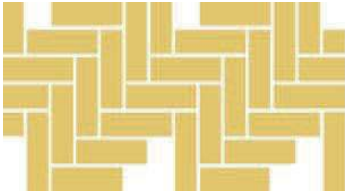


- PAIS PODEM TER O DIREITO DE CONTESTAR MEDIDA JUDICIAL PARA RECONHECIMENTO EXPRESSO DE PATERNIDADE POR MEIO DO PL 7030/2014, SENDO TAL AÇÃO IMPRESCRITÍVEL. A PROPOSTA SEGUE PARA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, DE JUSTIÇA E DE CIDADANIA

- DE AUTORIA DO SENADO FEDERAL, O PL 6041/2013 ESTENDE BENEFÍCIOS ATUALMENTE SALVAGUARDADOS SOMENTE AOS SOROPOSITIVOS - POR MEIO DA LEI 7670/1988 - TAMBÉM PARA OS PORTADORES DAS FORMAS CRÔNICAS DE HEPATITE B E C.







# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 22

Comissão de Seguridade Social e Família

9 de setembro de 2015

Reprodução/FENTAC



## Radioterapia .....

### Plano para Saúde é questionado

Parlamentares questionaram na última quarta-feira o Plano de Expansão de Radioterapia, projeto do Ministério da Saúde (MS). Apresentada em reunião deliberativa, a estratégia não contempla estados como Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. “O tipo de escolha já se mostrou com preferências, na minha impressão”, declarou o deputado Mário Heringer (PDT-MG), um dos insatisfeitos.

Com o investimento previsto de R\$ 505 milhões – R\$ 119,9 mi para máquinas e R\$ 385 mi disponíveis para obras, a ideia do MS é comprar 80 equipamentos para rastreamento de neoplasias e instalação destas em hospitais habilitados em oncologia de 23 unidades federativas.

O representante do MS, José Eduardo Fogolin, alegou que a distribuição foi escolhida por grupo gestor em 2012. Dos 65 municípios contemplados, 47 ainda estão em fase de reanálise ou sofrem de inviabilidade técnica. Fogolin garantiu que o MS está em conversa com a Controladoria-Geral da União (CGU) para a possibilidade de realocamento de equipamentos, caso haja necessidade.

Esse é o primeiro caso civil de compra estilo *offset*, diante de novo cenário de aquisições públicas. O acordo contempla obras, equipamentos, transferência de tecnologia e construção da primeira fábrica de aceleradores lineares da América Latina para a expansão do tratamento do câncer no país, com a internacionalização da empresa estadunidense Varian.

O orçamento do plano inclui tanto a expansão de 36 serviços nas unidades de saúde quanto a criação de 44 novos serviços para contemplar a máquina. O MS afirma que a distribuição privilegia as demandas regionais e “vazios” da assistência social.

## Comissão aprova auxílio financeiro para mulheres vítimas de violência

PL altera a Lei Maria da Penha para combater violência doméstica

Mulheres vítimas de violência doméstica podem receber um auxílio financeiro temporário do Estado para garantirem a sua autonomia. O Projeto de Lei (PL) 8.330/15 (PLS 443/2011), de autoria do Senador Humberto Costa, foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) em reunião deliberativa da última quarta-feira.

Julgada vítima de violência cometida por seu parceiro, a mulher pode receber benefício eventual pelo prazo de, no mínimo, seis meses. O PL relatado pelo deputado Geraldo Resende (PMDB/MS) faz parte do pacote de propostas para alterar a Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

### Vulnerabilidade temporária

Outra proposta de alteração da lei Maria da Penha é a definição do termo “situação de vulnerabilidade temporária” para se aplicar à mulher em condição de hipossuficiência. Ela es-

taria inserida na categoria caso, por exemplo, seja ameaçada, privada de bens materiais, ofendida ou impossibilitada de garantir os abrigos aos filhos.

“É importante este projeto quando comemoramos nove anos da lei Maria da Penha. Coloca a importância do Suas [Sistema Único de Assistência Social] para auxiliar as vítimas de violência considerando que, muitas vezes, a dependência econômica as impede de abandonar os seus agressores”, comentou Resende durante a reunião deliberativa.

Na deliberação dos projetos, o PL 395/15 foi rejeitado por parlamentares sob sugestão também de Resende, no momento relator. A proposta exigia acompanhamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de mulheres com mais de 45 anos que sofrem artrite ou artrose. O relator justificou que tal acesso já é garantido pela constituição federal, independente de sexo e faixa etária, e que o projeto poderia denotar a restrição de direitos.

## Naturólogos pedem regularização para atuar no SUS

Ante pareceres contrários do Ministério da Saúde, profissionais querem mostrar importância da saúde integral

Reprodução



O maior desejo dos naturólogos é por em prática no Sistema Único de Saúde (SUS) o cuidado integral da saúde dos pacientes. Para isso, eles esperam que o Ministério da Saúde (MS) os regularizem profissionalmente para o trabalho. Mais uma vez, o apelo

foi realizado pela categoria em audiência pública da CSSF, no último dia 3. O evento foi presidido por Odorico Monteiro (PT-CE) e Adelman Leão (PT-MG)

A naturologia se baseia em um conjunto de diferentes sistemas terapêuticos com o objetivo de buscar um olhar

ampliado e abordar muitos aspectos que envolvem a tríade vida-saúde-doença. Existem duas instituições de ensino superior com graduação, ambas privadas.

“Queremos desenvolver a naturologia como reconhecimento profissional para que se tenha um maior acesso democrático às práticas de uma forma segura para a população”, explicou o naturólogo Fernando Hellmann.

O Ministério da Saúde, representada pelo secretário de Gestão de Trabalho e Educação em Saúde do MS, Heider Aurélio Pinto, acredita que ainda não há um número de cursos consolidados no país para garantir uma cobertura nacional.

A depender de Heider Aurélio, medidas como as Práticas Integrativas Complementares (PIC) já são o suficiente para englobar as terapias não convencionais. “Antes da implantação de um novo mercado de profissionais, é necessária uma integração multidisciplinar do cenário já atuante no SUS”, responde o representante da pasta.

## Convidados querem mais investimento para a doença

Pacientes de ELA tem sobrevivência de até cinco anos após diagnósticos; doença faz perder movimentos musculares

A falta de financiamento federal específico para os centros de tratamento da Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) e em pesquisas foi pontuada em audiência pública do último dia 1º. Para os especialistas, o investimento no tratamento multidisciplinar melhora a qualidade de vida dos portadores de ELA, doença considerada incurável e com fatores causadores ainda inexplicáveis pela medicina. Isso envolve medicação, acompanhamento nutricional, fisioterapia, entre outros.

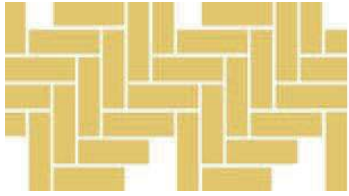
A audiência foi conduzida pelo deputado João Campos (PSDB-GO). A ELA é uma doença neuromuscular que se caracteriza pela lesão degenerativa dos neurônios motores. Os pacientes perdem progressivamente movimentos musculares, causando por muitas vezes atrofia. A média de sobrevivência após o diagnóstico é de 2,5 a cinco anos.



Antonio Araujo/ Câmara dos Deputados

O professor da Faculdade de Medicina da USP, Gerson Chadi, criticou a falta de recursos para pesquisar a doença, principalmente no uso de biomarcadores. Já a coordenadora do Centro de

Referência de Doenças Neuromusculares da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Mirian Moura, expressou sua vontade de ter mais fontes de financiamento federal para os centros especializados.



# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo N° 23

Comissão de Seguridade Social e Família

16 de setembro de 2015

## Seminário da CSSF questiona novos conceitos de família

Argumentos contrários ao aborto predominaram no auditório Nereu Ramos em evento de Valorização da Vida



Gilmar Felix/Câmara dos Deputados

Remodelar o conceito de família foi o objetivo de fundações americanas para o controle populacional no século XX. A conclusão, tirada por convidados do seminário de Valorização da Vida, foi um dos caminhos para questionar a ideia de uso do aborto para fins legais de contracepção ou qualquer medida que interfira no atual projeto do estatuto da família. O seminário, que ocorreu entre os últimos dias 8 e 9 no auditório Nereu Ramos (Câmara Federal), foi promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) por meio de requerimento do deputado João Campos (PSDB-MG).

De acordo com a proposta do estatuto da família – versada pelo Projeto de Lei (PL) 6.583/13 – a constituição de família brasileira pode ser legitimada somente se formada especificamente por um homem e uma mulher, indo contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre união estável de homoafetivos.

Para o padre Paulo Ricardo Azevedo, o núcleo familiar passou por seu completo questionamento após influência de grandes “instituições meta-capitalistas” estadunidenses, como a Rockfeller e a Ford, com o objetivo de reduzir a natalidade no mundo. “Eles quiseram mudar artificialmente a complementariedade entre homem e mulher. Porque a ideia de homem com mulher é natural”, argumentou o sacerdote. “O que há por trás é um grande projeto de engenharia social com a finalidade de descompor aquilo que é a célula básica, que é a família”, concluiu.

De acordo com a pesquisadora Fernanda Takitani, os grupos estadunidenses viam o descontrole populacional como uma ameaça à paz mundial. “Essa estratégia passa por capacitar pessoas para que elas possam fazer pesquisa e estudos em demografia de modo que praticamente essa cadeira seja criada por doações destas fundações [...] o segundo momento, uma

vez tendo já este capital intelectual fomentando estudos de população, seria o incentivo de medidas médicas, com o dinheiro americano para realizar esterilização em mulheres e aborto”, argumentou Takitani.

### Empoderamento feminino

Segundo os participantes, estimular a questão do que, para eles, seria um suposto empoderamento feminino ou até mesmo a ideia da homossexualidade, entre outros discursos do século, serve como meio de reduzir a reprodução no mundo. Estimativas sobre a prática de aborto no Brasil apresentadas por movimentos pró-descriminalização também foram alvo de críticas e questionamentos pelo seu teor supostamente inverídico.

O evento também contou com a presença do deputado Eduardo Bolsonaro como um dos palestrantes. A mesa em que participou teve como objetivo tratar e criticar o pensamento marxista nas famílias brasileiras.



# Hemobrás promete dobro de produção durante crise

Combate aos efeitos da hemofilia foi o centro de debates em audiência pública da Comissão

Alex Ferreira/ Câmara dos Deputados



Saúde do Ministério Público do Distrito Federal (MP-DF), Jairo Bisol, indagou quais são os desafios da estatal que podem comprometer a sua trajetória. Em momento de crise econômica e alta do dólar, Bisol alertou que os contratos da Hemobrás com empresas estrangeiras – a americana Baxter e a francesa LFB – e com o Ministério da Saúde (MS) para venda de produtos podem causar um desequilíbrio comercial. Rômulo Maciel Filho admitiu a previsão do déficit financeiro para a estatal por conta dos contratos. A Hemobrás, todavia, recebe a diferença da fatura pelo próprio MS sob certo limite de contabilidade.

A atual conjuntura econômica também foi um receio de parlamentares e expectadores. Não se limitando a isso, contudo, o grupo questionou se a atual proposta do MS de 3 U.I per capita no Brasil do Fator VIII r é o suficiente para o tratamento dos hemofílicos. O coordenador-Geral de Sangue e Hemoderivados do MS, João Paulo Baccara, respondeu que é um padrão mundial e uma nova consultoria será realizada para se articular um novo modelo de fornecimento baseado em fatores da doença. Também participou a presidente da Federação Brasileira de Hemofílicos, Mariana Ferreira.

A Hemobrás, empresa estatal que produz e subsidia hemoderivados para o Sistema Único de Saúde (SUS), prometeu pelo menos o dobro da entrega de Fator VIII r ao sistema público em 2020 em comparação ao total de unidades em 2014. No ano passado, a produção foi de 341,96 milhões de Unidades Internacionais (UI).

O Fator VIII r é componente necessário para o tratamento de hemofílicos, por meio da profilaxia. A expectativa de 685 milhões para daqui a cinco anos foi revela-

da pelo presidente da companhia, Rômulo Maciel Filho, durante audiência pública da última quinta-feira. O evento foi presidido pelo deputado Paulo Foleto (PSB-ES). Apesar da perspectiva otimista, convidados e parlamentares ficaram receosos quanto à viabilização financeira tanto da empresa quanto da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados, ou lei nº 10.205/11, diante de novo cenário econômico.

O Promotor de Justiça Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da

## Reunião Deliberativa

### PROJETOS APROVADOS ✓

**PL 4.537/12** - Proposta obriga que, em programas, debates ou qualquer informação televisionada que trata sobre candidatos durante eleições a Linguagem Brasileira de Sinais seja utilizada. Relatoria de Paulo Foleto (PSB-ES)

**PL 1.600/11** - O projeto obriga os estabelecimentos de saúde da rede pública e privada a notificar os casos de atendimentos que envolvam acidentes de jovens entre 0 e 14 anos. Conta com a relatoria de Eduardo Barbosa (PSDB-MG)

**PL 5.430/13** - Semana de Conscientização, Prevenção e Combate à Verminose. Flávia Moraes (PDT-GO) é relatora.

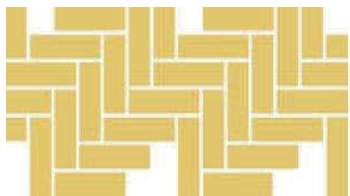
**PL 337/15** - Restaurantes e lanchonetes devem afixar cartazes que demonstrem aplicação de socorro em caso de sufocamento (manobra de Heimlich). Relatoria de Conceição Sampaio (PP-AM)

**PL 2.388/11** - Assegura unificação de inscrição de empregadas domésticas. Relatoria por Benedita da Silva (PT-RJ)

### PROJETO REJEITADO ✗

**PL 1.660/11** - A proposta de autoria do Senado Federal (PLS 39/2011) faz incidir sobre a receita bruta proveniente do faturamento a contribuição patronal destinada à Seguridade Social e a contribuição para o custeio do seguro de acidente de trabalho e das aposentadorias especiais pelas empresas do setor de transporte público urbano e metropolitano.

Relatoria da deputada Benedita da Silva (PT-RJ)



# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 24  
Comissão de Seguridade Social e Família

23 de setembro de 2015

Reprodução



## Seguridade aprova considerar transexualidade como erro essencial

Desconhecimento por cônjuge pode levar à anulação do casamento

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aprovou o Projeto de Lei (PL) 3.875/12, que estabelece como nova hipótese para a anulação do casamento o desconhecimento a respeito da situação de transexualidade de um dos cônjuges. A proposta, relatada pelo deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) visa alterar artigo do Código Civil e considerar tal situação como “erro essencial”.

O artigo 1.557 do Código Civil versa sobre o erro essencial: “diz respeito à identidade, sua honra e boa fama [...] a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável, ou de moléstia grave e transmissível, pelo contágio ou herança, capaz de pôr em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência”.

### Transtornos psicológicos

Em sua justificativa, o autor do PL, deputado Manato (SD-ES), considerou que a situação pode causar transtornos psicológicos àqueles que souberem, somente após o casamento, que não podem constituir

família com filhos biológicos.

Como forma de ampliar o leque de debates sobre o tema, o projeto foi eixo central de audiência pública no dia 13 de agosto, presidida por Jean Wyllys (PSOL-RJ). Em evento, os convidados criticaram a possível carga discriminatória contra a comunidade transgênera, o direito do transexual ao esquecimento e o fato de documentos prévios ao casamento civil já denotarem a mudança de gênero.

Pestana sinalizou durante o debate a sua preferência pela aprovação do projeto. Em reunião deliberativa da última quarta-feira, o relator reiterou a sua decisão e enfatizou que não houve qualquer ato discriminatório em sua análise.

“A rigor, não há nenhuma manifestação de preconceito transexual, mas sim só o fato de não ter comunicado ao parceiro e isso tornar a relação inviável”, justificou o parlamentar. O projeto segue para a Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC).

## Dívida Pública

### Auditora quer avaliação

A auditora fiscal aposentada da Receita Federal, Maria Lucia Fatorelli, enfatizou aos parlamentares da CSSF a necessidade de auditar a dívida pública prevista pela Constituição Federal. “O país está vivendo em função de pagar juros sobre uma dívida gerada por diversos mecanismos sem contrapartida. Isso que é grave. Pagamos os maiores juros do mundo, e sobre que dívida?”, questionou a auditora.

Diante de cenário de crise na Europa, Fatorelli foi uma das convidadas pelo atual partido vencedor das eleições gregas, o Sryza, para compor o Comitê pela Auditoria da Dívida Grega com mais outros 30 especialistas internacionais. Ela também é a representante máxima do Movimento Auditoria Cidadã, com sede em São Paulo.

Segundo a especialista, a dívida Interna bruta alcançou R\$ 3,301 trilhões neste ano por conta de políticas do Banco Central (BC) para alimentar o setor financeiro. Algumas das medidas apontadas por Fatorelli seriam a emissão de títulos para pagar juros – atualização monetária paralela à dívida – estabelecimento de taxa de juros alta (Selic) para “superremunerar” dívidas e operações de *swap cambial* (mudança na operação de câmbio) que trouxe resultados negativos ao orçamento, somados em R\$ 158 bilhões entre setembro de 2014 e julho de 2015.

### Seguridade Superavitária

A partir de dados da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, a Anfp, Maria Lucia também afirmou que o orçamento da Seguridade Social é superavitária e considera falacioso o discurso de rombo da previdência social. Somente em 2014, a Seguridade fechou as contas com mais de R\$ 53 bilhões em caixa.

## Maconha: Segurança segue discussão do STF

Embate de ideias marca audiência para discutir sobre descriminalização do consumo próprio da droga

Antonio Araujo/ Câmara dos Deputados



usuários que transportam ou trazem consigo certa quantidade de maconha, porém, determina certas penas. O STF analisa se a lei fere ou não os direitos fundamentais à intimidade e à vida privada. Até o momento, o Judiciário conta com três votos favoráveis à descriminalização e nenhum contra.

### Os lados

As professoras da Universidade de Brasília (UNB), Andrea Galassi e Beatriz Vargas, associaram a política de drogas brasileira ao reforço da marginalização racial, econômica daqueles que são politicamente inexpressíveis. Elas apontaram para os critérios subjetivos da lei brasileira, cujos limites que distinguem entre consumo e tráfico ainda não foram determinados.

Já o deputado Osmar Terra (PMDB/RS) e Valderi Ribeiro, do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (Fenasp), negaram que a liberalização diminui o consumo e focaram na dependência química da droga.

A possibilidade de descriminalizar o consumo próprio de maconha foi alvo de repressão e apoio entre convidados de audiência pública do último dia 15. Enquanto os defensores criticaram o atual sistema penal de repressão de drogas, os opositores previram a possibilidade de a descriminalização aumentar a depen-

dência química na sociedade e, assim, o consumo de drogas ilícitas. A audiência foi presidida por Assis Carvalho (PT-PI).

A audiência entrou em sincronia com a avaliação de inconstitucionalidade do artigo 28 da lei nº 11.343/06, realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A norma prevê penas que não encarceram os

## Câncer do Intestino

## Convidados discordam do MS quanto ao investimento do SUS

Especialistas falam que rastreamento aumenta o diagnóstico precoce; MS acredita que conceito de 'tempo ganho' é falso

Convidados de audiência pública da CSSF se consideraram contrários à política do Ministério da Saúde (MS) de não priorizar o investimento do rastreamento para o diagnóstico precoce do câncer de intestino. O evento, presidido por Raquel Muniz (PS-C-MG) e Carmen Zanotto (PPS-SC), ocorreu no mês do Setembro Verde, campanha focada no combate desse tipo de câncer.

A presidente da Associação Brasileira de Prevenção ao Câncer de Intestino, Angelita Habr-Gama e o oncologista Marcelo Fanelli acreditam que o diagnóstico precoce evita que pacientes só venham ao Sistema Único de Saúde (SUS) em fases mais tardias da doença, quando o tratamento e as cirurgias podem ser mais custosos. Angelita Habr-Gama enfatizou o fato da progressão da doença ser de 10 anos, o que facilitaria a identificação desta em caso de rastreios recorrentes. "Os testes deviam ser feitos todos os anos, apesar de grande incidência de falsos negativos", afirmou a presidente da associação.

A diretora-substituta do Departamento de Atenção Hospitalar e de Emergência

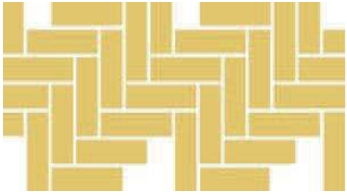


Abrapec/Divulgação

do MS, Inez Gadelha, justificou que investir no rastreamento não necessariamente significa a diminuição da mortalidade. Ademais, falsos-positivos – ou erros do exame que apontam doença em um paciente saudável – podem causar ansiedade e procedimentos desnecessários.

A presidente do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz, apresentou iniciativas de associações para a prevenção do câncer. Neste ano, os grupos instalaram a reprodução de um intestino doente (foto) em exposição que rodou nas capitais brasileiras São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e contou com apoio do MS.





# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 25

Comissão de Seguridade Social e Família

30 de setembro de 2015

Fotos: Carlos Costa/Assembleia Legislativa de Goiás



## Seguridade comemora em Goiânia os 10 anos do SUAS

Parlamentar membro da Comissão elencou desafios e conquistas que poderão ser enfrentados nos próximos anos

Especialistas, convidados e trabalhadores avaliaram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como fundamental na melhoria da qualidade de vida da população brasileira. O encontro do último dia 22 foi promovido para comemorar os 10 anos do sistema, na Assembleia Legislativa de Goiás, com a deputada Flávia Moraes (PDT-GO) como representante da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

A parlamentar ressaltou as conquistas e os desafios que poderão ser enfrentados nos próximos anos. Já o secretário nacional de Assistência Social do estado de

Goiás, José Dirceu Galão Júnior, frisou que o momento é de celebração pelas conquistas do SUAS nos últimos 10 anos. “Em 2005 atingíamos apenas 24,5% dos municípios brasileiros. Após 10 anos ampliamos, o serviço e estamos presentes em 99,6% dos municípios (de Goiás)”, enfatizou o administrador.

O presidente do Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS), Edivaldo Ramos, e a presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas-GO), Maria Joaquina de Jesus, também compareceram à reunião.



### Categoria da assistência social faz reivindicações

A presidente do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Denise Barra, apresentou uma pauta de reivindicações da categoria e afirmou que ainda há percalços estruturais que impedem o mais efetivo serviço do SUAS. Entre os pontos elencados por ela, destaque para a capacitação de conselheiros municipais e cofinanciamento estatal nas atividades de assistência social.

## Agenda da CSSF

Reprodução/The Times



### 06 e 07/10 - Parlamentar britânico fala de luta contra Tuberculose

Co-presidente do grupo parlamentar *All Party on Global Tuberculosis*, o deputado britânico conservador Nick Herbert é o próximo palestrante internacional da CSSF. Pela manhã, a partir das 9h, Herbert falará sobre as políticas mundiais de combate à doença que, no Brasil, afeta 70 mil pessoas.

### 06/10 - Subcomed apresenta relatório final sobre Carreira Médica

Com o fim dos trabalhos, a Subcomissão especial para tratar sobre Carreira Médica (Subcomed) apresentará o relatório final às 10h. O local ainda será definido.

## Seguridade aprova benefício em contribuição da previdência para a indústria pesqueira

Projeto prevê que empresas de pesca e agroindústria tenham regra optativa para o recolhimento

A CSSF aprovou na última quarta-feira o substitutivo do relator ao Projeto de Lei (PL) que estende às empresas de captura e indústria de pesca as regras de recolhimento das contribuições previdenciárias da agroindústria. A proposta assegura a desoneração da contribuição previdenciária desse setor.

De autoria do deputado Cleber Verde, o PL pretendia a mudança de regra apenas para a piscicultura. Sua proposta foi alterada pelo deputado relator Fábio Mitidieri (PSD-ES). Agora, é previsto as formas de contribuição não apenas às empresas do setor pesqueiro mas a todas referenciadas na lei nº 8.212/1991, como suinocultura e avicultura.

Caso aprovado o projeto, tais categorias da agroindústria poderão optar por dois modelos de contribuição: o desconto de 20% sobre a folha de pagamento dos empregados, além de uma alíquota de até 3% por empregado avulso, ou 2,5% incidente sobre o valor da receita bruta proveniente de comercialização da produção e 0,1% para cobertura dos riscos ambien-



Reprodução/Secom do Estado do RJ

tais. O último formato é considerado como um incentivo à indústria agrícola. A lei 8.212/1991 – que institui o plano de custeio da Seguridade – não estende tal benefício aos ramos da agricultura citados acima.

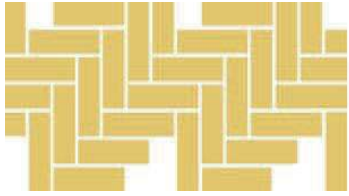
De acordo com Mitidieri, a piscicultura – ou o cultivo de peixes em cativeiro –

emprega pouca mão de obra, o que faria com que a proposta ocasionasse um efeito inverso ao esperado. Em vez de ser beneficiada, viria a sofrer com a carga de contribuição à previdência. Por isso, ainda segundo o deputado, a liberdade em optar pela contribuição que for mais vantajosa “evitaria maiores prejuízos”.

### Indústrias sim, agroindústria também

“Registramos que a prática de assegurar a opção entre a contribuição previdenciária sobre receita bruta ou sobre a folha de pagamentos foi recentemente adotada por meio da Medida Provisória nº 669 [...] Neste aspecto, assim como as indústrias poderão realizar o planejamento tributário do que lhes é mais vantajoso [...] julgamos que o mesmo direito deverá ser assegurado às agroindústrias de qualquer setor econômico”, argumentou o parlamentar, em justificativa. O projeto, junto com o substitutivo, ainda será avaliado por comissões de mérito e pela de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), além de aprovação pelo Senado Federal.





# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 26

Comissão de Seguridade Social e Família

7 de outubro de 2015

Fotos: Roberval Martins/ Gabinete dep. Conceição Sampaio



## Barbosa pede a deputados uso de emendas para a Saúde

Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, afirmou que contribuição da Câmara compensaria os R\$ 3,8 bi de corte

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, reforçou em reunião da última quinta-feira a possibilidade de os deputados da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) apresentarem emendas parlamentares para compensar a redução de gastos de R\$ 3,8 bi na Saúde. O corte, anunciado em setembro por Barbosa e Joaquim Levy (Fazenda), piora o déficit primário total previsto no Orçamento da União de 2016, que é de R\$ 30,5 bi.

Na sede do ministério, Barbosa afirmou esperar a arrecadação pelas emendas de pelo menos R\$ 4,6 bi, ou o total de 0,5% da Receita Corrente Líquida (RCL) da Saúde. Ainda segundo o ministro, o governo se esforça para minorar o déficit no setor da Média e Alta Complexidade da Saúde ainda em 2015, mas não garante sucesso.

### Ações tímidas

Parlamentares criticaram as ações do governo, qualificando-as como “tímidas” e “fracas” diante do cenário de crise econômica. Também alertaram ao ministro que emendas parlamentares não cobrem os problemas dos custos, principalmente nos municípios e estados. Deputados acreditam que o repasse da

possível CPMF seria mais adequado para as contas da Saúde, e não da Previdência Social. Barbosa respondeu que está avaliando com a sua equipe a possibilidade de emendas irem para o custeio da máquina de Saúde, e afirmou que medidas para aumentar a tributação já foram realizadas – a exemplo do aumento da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSSL).

Barbosa negou que o programa Farmácia Popular será suspenso. A iniciativa do governo desde 2004 para subsidiar medicamentos, segundo o ministro, terá reduzida a co-participação de financiamento em re-

médios vendidos na rede privada. A gratuidade, contudo, será integralmente mantida. “Nós ainda precisamos concluir se a relação com a co-participação é realmente efetiva”, respondeu.

A comitiva da CSSF foi composta pelos deputados Toninho Pinheiro, Carmen Zannoto, Jorge Silva, Miguel Lombardi, Geraldo Resende, Paulo Folleto, Leandre, Odorico Monteiro, Rosângela Curado, Jandira Feghali, Dulce Miranda, Zenaide Maia, Adelman Carneiro, Conceição Sampaio, Christiane Yared, Raimundo Gomes de Matos, Darcísio Perondi, Flávia Moraes e o presidente da comissão, Antônio Brito.



## Relatório setorial da Carreira Médica apresenta recomendações



Parlamentares da Subcomissão Especial destinada a tratar da Carreira Médica (Subcamed) apresentaram seus respectivos relatórios setoriais na última terça-feira. O deputado Sinval Malheiros Jr. (PV-SP) acredita que, para a graduação, é necessário aprovar o Projeto de Lei (PL) 7841/2014 que transforma em política de Estado a revalidação de diplomas de graduação em instituições superiores estrangeiras. Já o deputado Antônio Jácome

(PMN-RN) recomendou, para a pós-graduação, alterações do Programa Mais Médicos (12.871/13) aumentando de 9 para 23 especialidades de acesso direto aos programas de residência médica, entre outros pontos.

Responsável pela visão da Carreira Médica, Luciano Ducci (PSB-PR) sugeriu a aprovação da PEC 454/09, que cria a carreira de médico de Estado. O relatório final será apreciado amanhã.

## Seguridade aprova teleassistência ao idoso

Com um dispositivo eletrônico enlaçado no pulso, o idoso que mora sozinho poderá apertar o botão em emergência e acionar ajuda a qualquer hora. Esse é o resumo do previsto no Programa de Teleassistência ao idoso, Projeto de Lei (PL) 7179/14 aprovado na última quarta-feira pela CSSF. Ele segue para a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

A relatora do projeto, Shéridan (PSDB-RR), fez um substitutivo também aprovado pelos parlamentares que estende o benefício para pessoas também com deficiência em situação de perigo, risco emergencial ou social que tenham renda familiar per capita de até três salários mínimos. “Sugerimos que o serviço seja estendido para os deficientes por serem também mais vulneráveis em situações de perigo”, justificou Shéridan em relatoria. O PL foi debatido em audiência pública realizada em agosto.

## Fórum pede epilepsia como prioridade

Associações de cuidado à pessoa com epilepsia pediram prioridade do tratamento da epilepsia pelo Ministério da Saúde (MS) no I Fórum Nacional de Epilepsia. O evento do último dia 29 foi requerido pelo deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS). A presidente da Associação Brasileira de Epilepsia, Laura Guillhoto, afirmou que 50% daqueles que têm epilepsia no mundo contam com o tratamento adequado. Quando não é tratado de forma eficiente, o enfermo corre mais risco de morte súbita ou podem se acentuar os riscos de problemas físicos e psicológicos.

Representando o Ministério da Saúde (MS), a técnica do Departamento de Média e Alta Especialidade, Vânia Keli, confirmou que um manual de orientações a profissionais sobre a epilepsia está em etapa de finalização. O caderno visa direcionar os médicos da área no tratamento de epiléticos.

## Depois de um ano, crise de abastecimento de Penicilina Benzantina continua



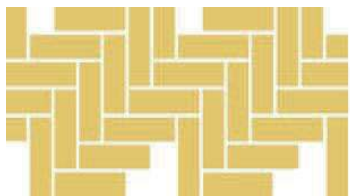
Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Em meio a um aumento de casos de sífilis congênita nos últimos anos, o Brasil ainda sofre com o desabastecimento de Penicilina Benzantina tanto no Sistema Único de Saúde (SUS) quanto na rede privada. O principal remédio para o combate da doença está com problemas de estoque no país desde junho de 2014. Tais questões foram avaliadas em audiência pública da CSSF na último dia 29, com a presidência

do deputado Dr. Jorge Silva (PROS-ES).

O departamento de DST do Ministério da Saúde afirmou que, em julho, 41% dos estados estavam com estoque zero do medicamento. Segundo o diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do MS, José Miguel Júnior, está em fase final o processo de aquisição de dois milhões de frascos do remédio, ou 1,2 milhões de U.I (Unidades Internacionais) pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).





# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 27

Comissão de Seguridade Social e Família

14 de outubro de 2015

Luis Bernardo/ Câmara dos Deputados



## Reuniões

### Subcomissões apresentam relatórios finais

Após meses de encontros, debates e trabalhos, as três subcomissões especiais da CSSF apresentaram os seus respectivos relatórios finais durante a semana. Os pareceres desenvolvidos pelos parlamentares indicaram proposições e medidas que a Câmara Federal pode tomar para firmar políticas públicas mais precisas dentro do momento atual.

A Subcomissão Especial para tratar da Carreira Médica (Subcamed) concluiu que a Câmara Federal deve aprovar o Projeto de Lei (PL) 7841/2014, institucionalizando o processo de revalidação de diplomas de médicos em instituições estrangeiras. A Subcamed também quer o aumento de quantidades de especialidades de acesso direto, modificações nos termos da avaliação para os programas de Residência Médica e a elevação da mais recente redação do Decreto das Especialidades ao status de lei após diálogo e reformulação entre as entidades médicas.

Já a Subcomissão destinada a tratar da Reestruturação da Organização, Funcionamento e Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) identificou o já conhecido subfinanciamento do SUS e sugere, entre outras propostas que o sistema seja poupado de cortes orçamentários. O grupo quer a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 451/2015, que obriga todos os empregadores brasileiros a garantir planos de assistência à saúde aos seus empregados. Das três PEC's propostas pela subcomissão, uma delas visa alterar a Constituição Federal (CF) para que emendas parlamentares não sejam computadas no percentual mínimo de aplicação dos recursos à Saúde no exercício financeiro da União.

Entendendo que há uma forte relação entre a pobreza e questões raciais, a Subcomissão destinada a tratar da Assistência Social e da Saúde da População Negra diagnosticou que medidas de priorização das comunidades quilombolas em políticas públicas e certas leis benéficas para a população negra não são efetivas. Com isso, o grupo propôs requerimentos, indicações e um PL. Este visa estender o acompanhamento da saúde dos beneficiários do Programa Bolsa Família até os jovens com 17 anos.

## Senador britânico propõe investimento mundial contra a tuberculose

Parlamentar fala sobre o papel do parlamento na luta contra a doença no mundo

De acordo com dados alarmantes do grupo *Review on Antimicrobial Resistance*, um total de \$ 100,2 trilhões em potencial produção econômica pode ser desperdiçado até 2050 por conta da resistência às superbactérias. Como forma de subverter tal presságio, o senador britânico e economista à frente do grupo Jim O'neil sugeriu aos parlamentares na última quarta-feira que a comunidade internacional invista, pelo menos, entre \$ 16 e \$ 37 bilhões para a ajuda na fabricação de 15 novos antibióticos. A China, segundo o O'neil, pode ser uma liderança neste movimento de combate às doenças. Uma delas é a tuberculose. Até 2050, cerca de 10 milhões de pessoas por ano podem morrer. 392 mil destas seriam na América Latina.

“Muitos especialistas políticos sabem os desafios, mas acharam difícil conseguir essa coordenação mundial para fazer com que este risco no mundo diminua ou até mesmo se extinga”, comentou o economista. *Lord O'neil* é considerado um dos principais especialistas sobre economias emergentes no mundo. É de sua responsabilidade a criação do acrônimo BRIC, cunhado às prováveis futuras

potências econômicas - Brasil, Rússia, Índia e China. Atualmente, tais nações, com a posterior inclusão da África do Sul (BRICS) reuniram-se em um novo bloco econômico e propõem a abertura de um novo banco mundial.

### Mobilização parlamentar

Integrando a bancada de britânicos engajados na luta contra a tuberculose estiveram a conselheira de Saúde Dame Sally e o deputado da Grã Bretanha Nick Herbert. O britânico estimulou os parlamentares brasileiros a assinar a Declaração de Barcelona com o compromisso de promover ações que mobilizem o combate à tuberculose. Tal documento foi criado em 2014, na 45ª Conferência Mundial sobre Saúde Pulmonar na Espanha. O presidente da CSSF e da Frente Parlamentar da Luta Contra a Tuberculose, Antônio Brito (PTB-BA), é um dos signatários.

Já Sally aconselhou que haja uma política brasileira que foque na distribuição de medicamentos contra a tuberculose para toda a população, como uma das iniciativas de luta contra a enfermidade.

## Convidados contestam Conitec sobre exclusão de remédio

Medicamento é utilizado para o tratamento de Esclerose Múltipla; Embate de ideias ocorreu em audiência

Palestrantes questionaram no último dia 6 o parecer da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) para excluir o medicamento betainterferona 1A – ou Avonex – da lista de oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) durante audiência pública presidida pelo deputado Alexandre Serfiotis (PSD-RJ). Tal remédio é um dos utilizados por pacientes de Esclerose Múltipla (EM) para modificar de forma benéfica a evolução da doença. Apesar da comissão consultiva do Ministério da Saúde (MS) alegar que o medicamento tem significativa inferioridade em relação aos outros, palestrantes garantiram que o Avonex é o de menor custo no mercado e apoiado pela comunidade médica.



Luis Macedo/Câmara dos Deputados

representante da Associação Brasileira de Esclerose Múltipla (Abem), Sumaya Caldas Affif.

Três mil pacientes utilizam o Avonex no Brasil. Criado em 1996 nos Estados Unidos, o remédio se tornou um dos mais consumidos entre os da categoria betainterferona e é conhecido pelo seu baixo custo, segundo o diretor de Acesso ao Mercado para América Latina do Biogen Idec Brasil, Márcio Machado.

A diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologia em Saúde do MS, Clarice, Petramale, garantiu a integridade e objetividade do relatório produzido pela Conitec e reiterou ser verdadeira a falta de evidências de que o remédio realmente é o mais adequado para o tratamento da EM.

A EM é uma doença do sistema nervoso central que afeta o cérebro e a medula espinhal e que interfere na capacidade destes órgãos para controlar funções do corpo, como enxergar, caminhar, falar, entre outros. A doença não é mental, contagiosa, hereditária ou fatal, mas exige devidos cuidados.

### Avaliação técnica

Após solicitação de laboratório concorrente, o remédio foi submetido à avaliação técnica da Conitec. Em relatório de julho deste ano, a comissão sugeriu a exclusão do remédio na lista de oferta do SUS.

O representante da Amigos Múltiplos pela Esclerose (AME), Marco Aurélio Torronteguy, declarou ser inconstitucional a retirada do remédio pois regride uma conquista de interesse público. Também engrossaram o coro o médico neurologista André Palma Matta e a

## Fórum discute saúde do casal

Um conjunto de palestras sobre a saúde do homem, da mulher e dos casais de modo geral foi a proposta do I Fórum da Saúde do Casal no último dia 8. A iniciativa integrou temas importantes da saúde, como a incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISF), doenças que podem afetar a vida sexual e social do homem e o impacto psicológico no casal de doenças sérias a exemplo do câncer. O Fórum foi presidido pelo deputado Jorge Silva (PROS-ES).

A Diretora Adjunta do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde (MS), Adele Benzaken afirmou que as ISF's ainda trazem um estigma social às pessoas, e cônjuges ainda têm receio de revelar seu estado aos parceiros sexuais. Já o urologista Rômulo Marocco Filho disse que homens ainda escondem problemas como disfunção erétil. Para a psicóloga Mariza Monteiro, "o câncer coloca a família diante da finitude da vida e do luto. Se a família dialoga, ela consegue melhor superar".

## Seguridade colabora com movimento para pautar Tuberculose na agenda mundial

Zeca Ribeiro/ Câmara dos Deputados

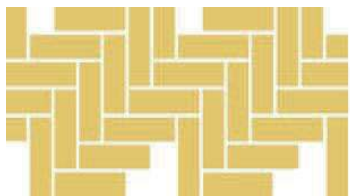


A CSSF proporcionou na última quinta-feira um encontro entre ativistas e autoridades para mobilizar o parlamento brasileiro a entrar na agenda de luta contra a Tuberculose. O deputado britânico Nick Herbert, que também participou de evento com a comissão (ver matéria principal), foi um dos principais articuladores. Ele se reencontrou com Carlos Brasília, secretário executivo da Parceria Brasileira Contra a Tu-

berculose, desde que tiveram o primeiro encontro na capital do Rio de Janeiro no último dia 5. Na ocasião, Herbert passeou pelo bairro da Rocinha e conheceu as condições de saúde da população.

Também estiveram presentes o secretário de vigilância do Ministério da Saúde (MS), Antonio Nardi, e o representante adjunto da OPAS/OMS no Brasil, Luis Codina, com presidência da audiência pelo deputado Antônio Brito.





# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 28

Comissão de Seguridade Social e Família

21 de outubro de 2015

Assembleia Legislativa da Paraíba

**PLQA 2016** .....

## Seguridade aprova quatro sugestões de emendas

A CSSF aprovou na quarta-feira passada um total de quatro sugestões de emendas parlamentares para o Projeto de Lei Orçamentária (PLQA) de 2016. Juntas, tais propostas significam um total aproximado de R\$ 2,3 bi de recursos destinados às áreas da Média e Alta Complexidade, Previdência Social, Farmácia Popular e Proteção Social Básica.

As emendas aprovadas decorreram da junção de sugestões apresentadas por parlamentares. As deputadas Mariana Carvalho (PSDB-RO) e Leandre (PV-PR) apresentaram medida para a assistência social, na área de proteção social básica, no valor de R\$ 250 milhões. Já para a Previdência Social, tomaram a frente os parlamentares Flavia Moraes (PDT-GO) e Geraldo Resende (PMDB-MS). Ambos deputados focaram a sugestão na instalação de unidades de funcionamento do INSS, com o investimento de R\$ 200 milhões.

Resende também sugeriu com Carmen Zanotto (PPS-SC) e Odorico Monteiro (PT-CE) as emendas para a Saúde. No recurso destinado para a área, um total de R\$ 830 milhões pode ser direcionado à Farmácia Popular. O programa de subsídio a medicamentos passa por revisão do governo federal e sofre cortes no seu orçamento. Segundo o ministério do Planejamento, é possível que se mantenha a gratuidade de certos remédios, contudo, alguns vendidos pela rede privada podem não ser mais financiados pelo Estado.

A emenda parlamentar com maior oneração foi proposta também por Geraldo Resende. Até R\$ 1 bilhão pode ser transferido para o custeio de unidades de Saúde. Deputados apontam a manutenção das existentes unidades como um dos grandes desafios de administrações municipais e estaduais na área da Saúde.

No mesmo dia, a secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Esther Dweck, afirmou que o governo enviará até 4 de novembro uma lista de propostas de emendas parlamentares aos deputados, indicando prioridades do Executivo para suprir o contingenciamento de gastos na Saúde previsto no PLQA.



## Deputados fazem visita técnica a unidades de saúde de João Pessoa

Parlamentares estiveram na Paraíba também para participar de audiência pública

Uma comitiva da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) formada pelos deputados Antonio Brito (PTB/BA) – Presidente, Odorico Monteiro (PT/CE), Mandetta (DEM/MS), Wilson Filho (PTB/PB) e André Fufuca (PEN/MA), visitou na última segunda-feira (19) instalações de unidades de saúde de João Pessoa, capital da Paraíba. O objetivo foi avaliar as condições do serviço de saúde pública na região.

A comitiva foi acompanhada pelo Deputado Federal Manoel Júnior, por parlamentares do Estado e do Município, representantes do Ministério Público Federal e Estadual, Conselho Regional de Medicina e do Conselho Regional de Saúde, em visita ao Hospital Ortotrauma de Mangabeira (Trauminha), ao Hospital Santa Isabel e ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Huberto Lucena.

### Desabastecimento

A presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sônia Lacerda, denunciou que “faltam médicos, medicamentos e materiais necessários para a realização de alguns serviços. No Orto-

trauma de Mangabeira existem problemas graves na higiene do hospital. Aqui encontramos até baratas, acompanhantes de pacientes dormindo no chão. Nós queremos saber porque não está sendo cumprido o que manda a lei”, disse.

Os parlamentares, mais tarde, também participaram de audiência pública no auditório do Ministério Público Estadual da Paraíba. Na ocasião, Brito informou que um relatório será produzido pela comissão apontando as irregularidades encontradas. “Estamos anotando tudo e estas denúncias serão levadas à Comissão para que sejam apuradas. Estamos realizando a inspeção, mas o nosso objetivo é também apresentar soluções dos problemas para que possamos ter a melhoria do sistema de saúde”, destacou o deputado.

O procurador-geral de Justiça, Bertrand Asfóra, garantiu que todas as denúncias e irregularidades encontradas na inspeção serão encaminhadas para as Promotorias de Saúde da Capital. “Além das inspeções, a discussão de ações para a melhoria do serviço é relevante. Assim, a gente pode ter os resultados que a legislação impõe”, salientou.



## 'Sistema S' apenas para a Saúde é avaliado em audiência pública

Projeto propõe reestruturação no modelo atual do sistema do SESC/SENAC; formação para saúde teria administração própria

Rafael Rodrigues/ Ascom Jorge Solla



Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). O evento foi presidido por Solla.

### R\$ 400 milhões em arrecadação

Segundo convidados, o sistema seria sustentado por mais de 130 mil estabelecimentos de Saúde e contaria com um fundo inicial estimado de R\$ 400 milhões.

Convidados consideraram que o projeto não vai gerar novos encargos aos trabalhadores e acham vantajoso deslocar o processo decisório das mãos dos dirigentes do comércio para os de saúde. Entre os que apoiam o projeto, está o Ministério da Saúde (MS).

O único que refutou o processo foi o deputado Láercio José de Oliveira. O parlamentar é também vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. "É tão necessária essa divisão? Vamos deixar de atender trabalhadores pelo Sesc/Senac. Será que vale a pena?", questionou Oliveira.

O Projeto de Lei (PL) 559/2015, de autoria do deputado Jorge Solla (PT-BA), adota uma nova organização do sistema que abrange os serviços de qualificação de trabalhadores. O Sistema S (Sesc/Senac) pode ser reestruturada com a criação do Serviço Social de Saúde (Sess) e do Serviço Nacional

de Aprendizagem à Saúde (Senass), ambos vinculados à Comissão Nacional de Saúde (CNS) e com contribuição própria – 2,5% da folha salarial de entidades da Saúde.

A proposta foi avaliada por convidados e parlamentares em audiência pública da última quinta-feira, promovida pela

## Trânsito

## Acidente é maior motivo de morte por causa externa entre jovens

Audiência Pública mostra preocupação de convidados a respeito do aumento de acidentes, principalmente em moto

Acidentes de trânsito são o maior motivo de morte por causa externa entre indivíduos entre 10-14 anos e 40-59 anos. Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS) revelam a necessidade de adotar medidas mais rigorosas para frear o número de acidentados.

Em audiência pública do último dia 13 presidida pela deputada Christiane Yared (PTN-PR), convidados estimaram os custos dos acidentes de trânsito para os ministérios e principalmente para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Antes das informações quantitativas, porém, o consultor da OMS especialista em trânsito, Roberto Pavarino Filho, comentou sobre os custos menos tangenciáveis como o sofrimento humano. "Como é que eu contabilizo isso? E não posso deixar de contar", disse Pavarino Filho.

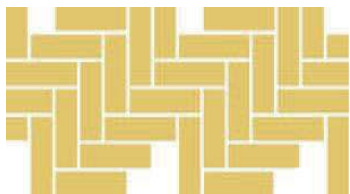
O diretor do departamento de Políticas de Saúde e Segurança ocupacional do Ministério do Trabalho e Previdência, Marco Antônio Perez, alertou para o aumento



de casos nos últimos anos e em como isso onera o sistema previdenciário. Entre 2008 e 2011, cresceu em 11% o número absoluto de acidentes de trajeto, ou seja, aqueles que ocorrem enquanto um trabalhador está indo para a ocupação. De 2012 a 2013, o aumento do mesmo índice foi de 8%.

Para o diretor de Relações Insti-

tucionais da Seguradora Líder, que integra o consórcio das seguradoras que administram o DPVAT, o quadro de invalidez preocupa mais até que o número de óbitos, principalmente entre as motocicletas. "Cerca de 76% dos acidentados são motociclistas, sendo que eles são apenas 25% da frota geral", informou o diretor.



# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 29

Comissão de Seguridade Social e Família

28 de outubro de 2015

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



## Seminário debate formas para apoiar núcleo familiar

Debatedores propõem valorizar a família como foco de desenvolvimento social\*

Em celebração ao Dia Nacional de Valorização da Família (21 de outubro), deputados e especialistas afirmaram na última quarta-feira que valorar o núcleo familiar é uma maneira de impulsionar o desenvolvimento da sociedade. O seminário da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), que

tratou o tema sob diversos ângulos, atraiu interessados ao auditório Nereu Ramos.

O deputado Diego Garcia (PHS-PR) defendeu ações públicas voltadas para a família com a finalidade de evitar a vulnerabilidade social de menores. Uma das propostas do deputado é permitir que as trabalhadoras que são mães

possam passar mais tempo com os seus filhos. “O foco é colocar a família como protagonista de novas políticas públicas que tragam proteção, e as condições para a sociedade brasileira se desenvolver”, disse o relator do Estatuto da Família.

Também o consultor da Organização das Nações Unidas (ONU), Ignacio Socías, defendeu a família como base social de forma permitir o cuidado com os mais velhos. “As famílias estáveis e saudáveis são o fundamento das sociedades fortes. Quando uma família se rompe, a sociedade sofre e o papel do governo tende a expandir-se”, observou.

### Mudanças globais

Entre as autoridades internacionais presentes, o ex-ministro de Desenvolvimento Social do Chile, Bruno Baranda Ferrán, apontou a globalização e a migração como alguns dos efeitos de destruturação da família. Ele avaliou que o crescimento desordenado das cidades afeta as famílias, uma vez que as mais pobres passam a morar em bolsões de pobreza longe dos locais de trabalho. Assim, os pais passam mais tempo longe dos filhos.

Em tom mais teórico, professores da Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) também apontaram as mudanças de paradigma e suas consequências.

## Audiência apoia período de conscientização do Aleitamento

Projetos de lei em tramitação na Casa propõem que o dia mundial do aleitamento materno se torne lei no Brasil

Gabinete Dep. Dulce Miranda



Comemorado em 120 países no mundo, a Semana Mundial da Amamentação é reservada à primeira semana de agosto e promove a importância do aleitamento. A institucionalização de um dia do Aleitamento Materno no Brasil (3 de agosto) foi pauta de audiência no último dia 20.

Convidadas disseram ter receio de que apenas um dia de comemoração possa enfraquecer as atuais mobilizações. Apoiaram, também, a licença-maternidade de seis meses para todas as mulheres. O evento foi presidido pela deputada Dulce Miranda.



## CSSF aprova imagens realistas em rótulos de agrotóxicos

Brasil é o país que mais consome agrotóxicos por pessoa no mundo desde 2008; mais projetos foram aprovados



### Projetos Aprovados ✓

PL 4.537/12 (PLS 231/02) - garante recursos no desenvolvimento tecnológico para tratar doenças raras ou negligenciadas. **Relator:** Jorge Solla (PT/BA)

PL 6856/13 - inclui mulheres da agricultura familiar na prioridade do Pnae. **Relatora:** Benedita da Silva (PT-BA)

PL 347/15 - Torna obrigatória informação sobre condições de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica. **Relatora:** Dâmina Pereira (PMN-MG)

PL 1994/15 - Inclui emissão de carteira de identidade para crianças a partir de 06 anos como condição para garantir o bolsa família. **Relatora:** Geovânia de Sá (PSDB-SC)

O alarmante consumo da substância tóxica e seus já notórios efeitos maléficos à população podem ser de conhecimento dos agricultores após aprovação de Projeto de Lei (PL) na última quarta-feira. Parlamentares votaram o PL 49/15, na forma de substitutivo, que inclui nos rótulos de agrotóxicos as imagens revelan-

do os potenciais prejuízos à saúde humana.

O relator, Marx Beltrão (PMDB-AL), acatou a proposta de substitutivo do deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG). Desde 2008, o Brasil é primeiro no ranking dos maiores consumidores de pesticida agrícola, com média de 5,2 kg de veneno por habitante.

### Guarda Compartilhada

## 'É a melhor proteção do interesse dos filhos', diz ministra

Convidados da audiência se preocuparam por lei não ser efetiva nos tribunais, além de engessamento de papéis

A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Fátima Nancy Andrihgi, acredita que a guarda compartilhada é o melhor regime de custódia dos filhos após a separação. Para Andrihgi, o método quebra a "monoparentalidade" na criação dos filhos, fato que seria corriqueiro na adoção da guarda unilateral.

"Busca-se a plena proteção do interesse dos filhos, pois reflete com muito mais acuidade a organização da sociedade atual que caminha para o fim das rígidas divisões de papéis sociais definidos pelos gêneros dos pais", afirmou a ministra durante audiência pública da CSSF da última quinta-feira. O evento foi presidido pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).



Luis Bernardo Junior/ Câmara dos Deputados

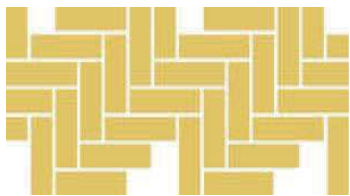
### Papéis culturais

Segundo a ministra e convidados, o objetivo primário da guarda compartilhada é sobrepor o interesse dos filhos acima de qualquer outro em um cenário naturalmente conturbado. Eles também concordaram que a medida evita a alienação parental de uma

das partes e assume a co-responsabilidade de ambos os pais, independente das determinações culturais de cada gênero. Andrihgi pontuou a questão. "Abstraindo por certo das limitações biológicas como é a capacidade de amamentação, não há circunstância em que um gênero seja melhor do que

o outro com a prole", comentou a ministra.

A Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Cuiabá (MT), Angela Gimenez, baseou-se em dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para afirmar que somente 7,2% praticam a guarda compartilhada.



# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 30

Comissão de Seguridade Social e Família

4 de novembro de 2015

## Especialistas criticam liminares judiciais para a Saúde

Representante de pacientes afirma que a judicialização é apenas um sintoma de um problema maior\*

Alex Ferreira/ Câmara dos Deputados



Lorena Baia propôs implantar câmaras técnicas no Judiciário para tratar questão

A judicialização do acesso a medicamentos de alto custo prejudica o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), na opinião de participantes de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família, realizada no último dia 27.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o governo federal gastou mais de R\$ 840 milhões em 2014 com o pagamento de medicamentos, tratamentos, cirurgias e

equipamentos garantidos judicialmente.

Para o diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, José Nascimento, entrar na justiça não é a melhor alternativa, pois representa um aumento de gastos que prejudica o orçamento do ministério e que acaba afetando outros programas governamentais da própria pasta. Na opinião de Nascimento, o gestor público deve ser ouvido pela justiça antes de a liminar de acesso aos medicamentos ser emitida.

O deputado Assis Carvalho (PT-PI), que presidiu a audiência, questionou o preço dos remédios. “Os 2 milhões de brasileiro devem estar à altura de sua necessidade. Mas estes remédios não são caros? Seria algum oportunismo de laboratórios que aproveitam o desespero das famílias para obter dinheiro do contribuinte brasileiro?”, perguntou o deputado, sugerindo políticas públicas que controlem possíveis excessos das empresas.

Já a representante do Conselho Nacional de Saúde, Lorena Baia, sugeriu outras medidas a serem tomadas antes do conflito jurídico: a implantação de câmaras técnicas no Judiciário “onde as secretarias estaduais e municipais pudessem disponibilizar os recursos humanos envolvidos, para avaliação dessas decisões antes delas serem tomadas, pois representa um grande impacto econômico aos cofres públicos”, explicou.

Representando os pacientes, o assessor da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (Afa), Walter Bittar, ressaltou que as liminares por muitas vezes são a última medida para sobreviver e pontuou que a judicialização é um sintoma de um problema maior.

## CSSF discute fosfoetanolamina

O polêmico uso da fosfoetanolamina sintética para o tratamento do câncer será o tema de audiência da CSSF no próximo dia 12. Um dos responsáveis pela formulação do medicamento, o professor e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), Gilberto Chierice, estará presente em mesa que se inicia às 9h.

Além dele, foram convidados Jarbas da Silva Júnior (Anvisa), Maria Cecília de Oliveira (Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves), Gustavo Fernandes (Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica) e Jorge Venâncio (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP)

A partir das 11h, uma nova leva

de especialistas tratarão do assunto. São eles o promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal, Jairo Bisol, o médico da pesquisa Renato Meneguelo, o oncologista clínico do Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo, Antonio Buzaid e Antonio Brito Filho (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa - Interfarma).

Sem ter passado ainda por um teste clínico, o medicamento é cada vez mais requisitado por pacientes que chegam a entrar com ação na Justiça em busca das cápsulas. Os convidados trarão suas visões sobre o tema em audiência requirida pelos deputados Adelmo Leão, Diego Garcia, Carlos Andrade, Carlos Manato e Silas Câmara.

## AGENDA

### 10 DE NOVEMBRO (Terça-feira)

Audiência Pública para discutir PL 4389/2004, que dispõe sobre gratuidade do traslado de cadáveres 14h30. Plenário 7

### 11 DE NOVEMBRO (Quarta-feira)

Audiência para tratar sobre a idade que a pessoa com deficiência deva ser considerada idosa 14h30, Plenário 7

### 19 DE NOVEMBRO (Quinta-feira)

Audiência Pública para discutir cortes do Programa Farmácia Popular 9h. Plenário a Definir



# Corrupção de menor pode se tornar crime hediondo

Antes de aprovação em reunião deliberativa, deputados discutiram sobre o mérito da proposta

Alexssandro Loyola / PSDB na Câmara



Projeto de Lei contou com a relatoria da deputada Shéridan (PSDB-RR)

Submeter a criança ou o adolescente à prática de uma infração penal poderá ser enquadrado como crime hediondo. O Projeto de Lei (PL) 1234/2015, de autoria do deputado Larte Bessa, foi aprovado pela Comissão de Segurança Social e Família (CSSF) em reunião deliberativa da última quarta-feira. Qualquer crime hediondo é inafiançável e a pena não pode ser cumprida inicialmente em regime aberto.

Coube à deputada Shéridan (PSDB-RR) a relatoria do projeto.

A proposta também aumenta a pena para dois a seis anos de prisão.

## Banalização

Apesar de ser favorável ao projeto, o deputado Mandetta (DEM-MS) alertou os colegas quanto à elevação de crimes ao patamar mais repreensível. “Há uma série de projetos de lei tipificando determinadas situações como crime hediondo, o que denota que a sociedade brasileira quer aumentar o conceito de gravidade. Mas a gente precisa ter atenção com o fato de

não banalizarmos a questão”, comentou.

O sobreaviso foi defendido também pelo deputado Jean Willys (PSOL-RJ). “Peço também para ficarmos alertas quanto a esse populismo penal de sempre oferecer como solução problemas mais sistêmicos e transformá-las em crimes hediondos, deixando de investir em políticas públicas que mudem a sociedade”, disse.

Sérgio Reis (PRB-SP) mencionou a sua luta com outros artistas para que a presidente Dilma Rousseff sancionasse, ano passado, a Lei 12.789/13 que considera a exploração sexual de jovens crime hediondo. Antes disso, já estava previsto o estupro de vulneráveis no arcabouço normativo.

O parlamentar concordou com o apresentado pelos seus colegas, mas defendeu que delitos contra menores devem ser duramente combatidos. “Eu concordo que nesta área nós temos que ser muito rígidos”, comentou Reis após contar casos cujas vítimas foram crianças. A deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) também se posicionou sobre o assunto. Ela destacou que “tipificar crimes contra crianças mostra como ainda devemos avançar na proteção desta faixa etária”.

**PL 8.403/14** - Tipifica o estupro de vulnerável independente do consentimento da vítima ou desta já ter mantido relações sexuais anteriores. **Relator:** Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

**PL 6853/13 (PLS 241/08)** - Inclui entre os beneficiários do Projovem jovens de 15 a 17 anos em situação de rua. **Relatora:** Erika Kokay (PT-DF)

**PL 6098/13** - Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas. **Relator:** Pompeo de Mattos (PDT-RS)

**PL 1994/15** - Obriga empresas de transporte a manter funcionários treinados para auxiliar idoso no embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo. **Relator:** Carlos Gomes (PHS-RR)

↳ Mais Projetos Aprovados

## CSSF promove VIII Fórum de Saúde do Homem

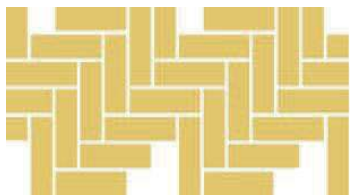
Em celebração ao Novembro Azul, movimento mundial de alerta sobre o câncer de próstata, a CSSF com apoio da Frente Parlamentar de Atenção Integral à Saúde do Homem receberá o VIII Fórum de Políticas Públicas e Saúde do Homem. O eixo central do debate será o bem-estar e qualidade de vida do homem, indicando males que podem afetar o gênero masculino.

A iniciativa está prevista para ocorrer no próxima

dia 17, às 14h, no Plenário 7.

Foram convidados para participar o Dr. Evanius Garcia Wiermann (Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica), Dr. Carlos Corradi (Sociedade Brasileira de Urologia), a professora Dr<sup>a</sup> Carmita Abdo (Sociedade Brasileira de Psiquiatria) e o Dr. Ângelo Amato Vincenzo de Paola (Sociedade Brasileira de Cardiologia). O Congresso Nacional também receberá banho de luz azul durante todo o mês.





# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 31

Comissão de Seguridade Social e Família

11 de novembro de 2015

## Reconhecimento do cuidador de idoso recebe apoio

Convidados defendem que regular a profissão do cuidador é importante para determinar as atribuições\*

Maria Salim/ Câmara dos Deputados



Projeto de lei conta com apoio da relatora, a deputada Benedita da Silva (Centro)

Especialistas da área de saúde apoiam o Projeto de Lei (PL) 4702/12, de autoria do Senado, que regulamenta a profissão de cuidador de idosos. Além disso, eles destacaram a necessidade de definir a atuação do cuidador de idosos para o bem estar da pessoa que está sendo atendida. Conselhos, opiniões e questionamentos ocorreram durante audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) no último dia 3.

Segundo dados do IBGE de 2013, 13,6% da população brasileira está acima dos

60 anos, o que equivale a 26 milhões de pessoas.

Para os debatedores, é necessário definir a atuação do cuidador de idosos não só para uma correta atuação do profissional e definição das atribuições, mas também para prezar pela qualidade de vida da pessoa atendida.

Para a coordenadora-geral de saúde da pessoa idosa do Ministério da Saúde, Maria Cristina Hoffmann, os cuidadores de idosos são necessários e fundamentais na vida dessas pessoas devido ao nível de deterioração das capacidades mo-

toras e cognitivas com o passar dos anos. “Com o aumento da idade, o número de pessoas com alguma limitação funcional também aumenta”, afirmou.

Hoffman destacou, entretanto, que a legalização da profissão não deve ser apenas em prol dos cuidadores de idosos, mas de todos os tipos de pessoas que sofrem algum tipo de transtorno e precisam de cuidados específicos.

### Importância

O representante do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Daniel Groisman, entende que o projeto de lei é importante para derrubar as barreiras que existem em relação aos cuidadores. Já a presidente da Associação de Cuidadores da Pessoa Idosa, da Saúde Mental e com Deficiência do estado do Rio de Janeiro, Anna Lúcia Alves dos Santos, contou que a atuação direta com essa população a fez entender a importância destes profissionais: “Eu faço esse trabalho dentro do hospital e vejo a necessidade de dar apoio psicológico, fazer a comunicação entre o paciente e a equipe médica”.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) solicitou a audiência e mostrou seu apoio ao PL em plenário lotado.

## Audiência Pública

## Cortes no Programa Farmácia Popular é tema de evento

Ministério da Saúde detalhará onde serão os cortes; Associações e sindicato opinarão sobre decisão do governo

Após rumores de que o Farmácia Popular seria suspenso, o ministro do Planejamento Nelson Barbosa confirmou a membros da CSSF em outubro que o programa passaria por cortes nos recursos. Tais restrições financeiras serão detalhadas em audiência pública no próximo dia 19.

O evento foi solicitado pelos depu-

tados Flávia Moraes (PDT-GO), Paulo Follato (PSB-ES) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

### Mudanças

Foram convidados representantes do Ministério da Saúde, Associação Médica Brasileira, Sindicato dos Farmacêuticos e Associação

Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. Instituído em 2004 por meio de decreto, o programa se tornou uma iniciativa para subsidiar medicamentos. Segundo Barbosa, o Farmácia Popular sofrerá redução no setor de co-participação do financiamento de remédios vendidos na rede privada. A gratuidade, contudo, será integralmente mantida.

# Atendimento policial à mulher pode ser ininterrupto

Comissão aprova o direito da mulher vítima de violência doméstica a ter o acesso à polícia especializada 24 horas por dia

## Reprodução



Projeto de Lei abre interpretação para atendimento especializado 24 horas por dia

A mulher pode ter garantido o direito fundamental de acessar ininterruptamente o atendimento policial especializado caso seja vítima de violência doméstica. O PL 42/2015, de autoria

do deputado Sérgio Vidigal, foi aprovado pela CSSF na última quarta-feira.

A relatoria da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ) recebeu sugestões dos deputados em reunião deliberativa,

para fins de aperfeiçoar o instrumento legislativo. Segundo a parlamentar, os casos de feminicídio são recorrentes nos fins-de-semana, o que enfatiza a necessidade de atendimento integral.

“É notório que a violência contra a mulher apresenta maior ocorrência nos chamados horários de descanso, correspondentes ao período noturno, durante a semana, e aos sábados e domingos, durante todo o dia, quando os agressores mostram-se mais propensos a atacar suas vítimas”, pontuou a parlamentar.

Ela mencionou dados da pesquisa “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revelando que 36% dos feminicídios ocorreram nos finais de semana no período entre 2009 e 2011.

## Município de Itanhaém



## Outros projetos aprovados:

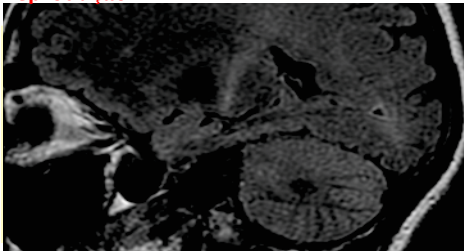
- O PROJETO DE LEI 37/15 ESTABELECE QUE TODAS AS FARMÁCIAS DO PAÍS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA FEDERAL “FARMÁCIA POPULAR” AFIXEM EM SUAS DEPENDÊNCIAS A RELAÇÃO DE REMÉDIOS CONTEMPLADOS. O PL SEGUE PARA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) E FOI RELATADO POR POMPEO DE MATTOS (PDT-RS).

Otávio Noqueira

- COM O OBJETIVO DE ALTERAR A LEI Nº 11.977/09, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, O PL 239/15 APERFEIÇO A CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR PARA DEFINIR OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA. SEGUE PARA A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E CONTOU COM RELATORIA DE BENEDITA DA SILVA (PT-RJ);



## Reprodução



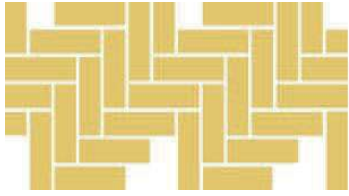
- O PROJETO DE LEI 4082/2012 ATUALIZA A LISTA DE DOENÇAS CONSIDERADAS GRAVES, CONTAGIOSAS E INCURÁVEIS, INCLUINDO ENFERMIDADES. SEGUE AGORA A PROPOSTA PARA A COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT). A RELATORIA DO PROJETO FOI DO DEPUTADO CARLOS MANATO (SD-ES)

Tribunal de Justiça de Goiás

- PODE SE TORNAR OBRIGATÓRIA A CONSULTA PELA AUTORIDADE JUDICIAL DOS CADASTROS ESTADUAIS E NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS PROCESSOS DE ADOÇÃO, ALTERANDO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). O PROJETO 5547/13, CUJO RELATOR TAMBÉM FOI POMPEO DE MATTOR, SEGUE PARA A CCJC.







# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 32

Comissão de Seguridade Social e Família

18 de novembro de 2015

## Seguridade discute eficácia da fosfoetanolamina

Substância descoberta há 20 anos por pesquisador da USP é alardeado como solução no tratamento do câncer

Fotos: Luis Bernardo Junior/ Câmara dos Deputados



**Parlamentares concordaram com criação de Subcomissão para acompanhar caso**

O Plenário 7 da Comissão de Seguridade Social e Família (CCSF) foi palco, no último dia 12, de um extenso debate sobre a fosfoetanolamina sintética, substância descoberta há 20 anos por um pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) que é uma aposta para o tratamento do câncer e ainda não foi submetida às etapas necessárias para sua liberação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Os parlamentares cobraram do governo a liberação ou uma maior agilidade no processo de registro e pesquisa clínica da fosfoetanolamina. Mesmo não autorizado pela Anvisa sob o argumento de que não foram feitas pesquisas conclusivas sobre seus efeitos em seres humanos, o “remédio” é utilizado por pacientes nas duas décadas desde que ele foi elaborado.

O fornecimento do medicamento se transformou em questão judicial desde que uma portaria deste ano da USP, onde ele é produzido, impediu a distribuição do produto, o que fez com que pacientes recorressem à Justiça. Mais de 700 pessoas entraram com ações para obter a droga, que depois teve sua distribuição suspensa por decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo.

**Pacientes** - O debate foi acompanhado por aqueles que enfrentam o câncer e parentes, que exibiam faixas e cartazes a favor da liberação do produto. Uma das manifestantes, Patrícia

Peixoto, passou mal durante a exposição e foi socorrida pelo Departamento Médico da Câmara, depois liberada. Portadora de câncer, ela havia sido submetida a quimioterapia um dia antes.

A partir de sugestão do deputado Arlindo Chinaglia, parlamentares concordaram em levar à reunião deliberativa a proposta de criar uma subcomissão destinada a acompanhar as ações de um grupo de trabalho criado pelo Ministério da Saúde. O objetivo é apressar as etapas de aprovação e desenvolvimento clínico do medicamento formulado em São Paulo.



### Burocracia vira alvo e Anvisa se defende

O químico Gilberto Orivaldo Chierice, que patenteou a substância, informou que procurou a Anvisa há quatro anos para dar início ao processo que poderia liberar a droga para o tratamento de câncer. Segundo ele, a fosfoetanolamina não causa efeitos colaterais.

Já a superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa, Meiruze Souza Freitas, defendeu o respeito aos protocolos para análise do medicamento em seres humanos e disse que o órgão não recebeu as informações necessárias. “Houve uma reunião em 2010 na Anvisa, com a participação de técnicos que solicitaram informações sobre os dados obtidos até então para uma avaliação prévia. Não consta, porém, o recebimento desses dados”, informou.

**Liminares** - O defensor público Daniel Macedo, que tem ajuizado ações judiciais para garantir a pacientes de câncer o fornecimento da pela USP, destacou que pessoas estão morrendo sem o produto.

Apesar do alarme, o médico Sandro Martins, representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, pontuou que a droga ainda precisa passar por ensaios clínicos para determinar se é segura para uso humano.



**Mairuze Freitas, da Anvisa, defendeu os protocolos para análise de medicamentos**

## Deficiente pode dispensar laudo pela 2ª vez para isenção

Segundo PL, deficientes que não pagam IPI para veículos não precisariam provar pela segunda vez o problema permanente

Maurilio Cheli/SMCS



Isenção de imposto a automóveis de deficientes é garantido por Lei no Brasil

Com o objetivo de aliviar a burocracia, os deficientes beneficiados com isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) na compra de veículos podem deixar de apresentar pela segunda vez ou mais o laudo acusando o dano irreversível. Parlamentares da CSSF aprovaram na última quarta-feira o Projeto de Lei (PL) 3696/2012, do Senado Federal (Projeto de

Lei do Senado 323/2011) que acrescenta tal condição a artigo da Lei 8989/1995. O dispositivo regula a isenção fiscal, e permite que o benefício também alcance taxistas.

Conforme determinado pelo regimento atual, é exigido que a cada aquisição de um automóvel o deficiente precisa apresentar laudos circunstanciados, além da realização de perícias médi-

cas, para atestar sua condição permanente.

O relator do PL, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), acredita que este processo seja dispensável. “Além do beneficiário da isenção fiscal ter de se submeter periodicamente a uma via crucis burocrática e constrangedora para reiterar a irreversibilidade de sua lesão permanente, o adquirente do veículo ocupa desnecessariamente a pericia pública médica, que poderia ser utilizada para casos que realmente demandem a efetiva atuação dos serviços de saúde”, comentou Barbosa ao parafrasear o autor e senador Pedro Taques. A proposta segue para a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD).

### Relatório final

Dentre outros trâmites da reunião, o relator da Subcomissão Especial para tratar da Reestruturação do Sistema Único da Saúde (SubSUS), Paulo Folleto (PSB-ES), apresentou relatório final do grupo com diagnósticos sobre o sistema público. O deputado Mandetta (DEM-MS) pediu vista para avaliar melhor o texto.

## Translado gratuito de cadáveres

## Proposta merece mais estudo, indicam convidados

Especialistas participaram de audiência pública para debater viabilidade de Projeto de Lei em tramitação

O impacto financeiro do traslado de cadáveres para o Sistema Único de Saúde (SUS) foi a principal justificativa usada por especialistas para demandar uma avaliação mais cautelosa do PL 4389/2004, em tramitação na CSSF. O projeto criado pelo deputado João Campos (PSDB-GO) propõe tanto a gratuidade para a população do transporte de corpos humanos e restos mortais quanto de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante pelas empresas aéreas privadas.

### Translado custo zero

A última medida já é de praxe desde que foi consolidada a parceria público-privada entre as companhias aéreas e o governo federal, em 2000. Orgulhosa pelo sucesso do acordo, a representante da coordenação-geral do Sistema Nacional de Transplantes do

Nilson Bastian/ Câmara dos Deputados

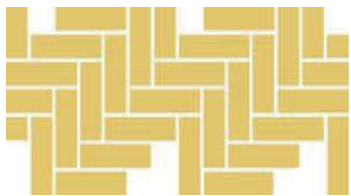


Ministério da Saúde (MS), Patrícia dos Santos, animou-se ao informar que entre 2013 e 2015 não houve perda de órgãos nem negativa por parte das empresas. “O custo para o SUS é zero”, disse Santos. Já o transporte de cadáveres, segundo ela, pede atenção.

Quem concordou com Patrícia foi o representante da Abear, Coronel Paulo Roberto Alonso. “É um transporte complexo porque requer uma preparação bastante sofisticada do corpo de uma pessoa falecida. É necessária uma urna capaz de reter qualquer vazamento de líquido corporal, e documentos bastante específicos que precisam ser retirados. Tudo isso somado acaba sendo mais caro que o próprio transporte”, comentou.

O autor, João Campos, garante que o projeto beneficiará famílias sem renda para arcar com os custos do serviço privado de traslado de cadáveres. O deputado, contudo, acatou sugestão de Roberto Alonso e concordou que a lei pode ser simplificada visando mais dinamismo nas regulamentações realizadas posteriormente pelos órgãos responsáveis.





# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 32

Comissão de Seguridade Social e Família

25 de novembro de 2015

## Comissão acompanha casos de microcefalia no Brasil

Parlamentares monitorarão as ações do Ministério da Saúde que visam a frear o número dos casos

Rondon Vellozo/Ministério da Saúde



Marcelo Castro recebe deputados para falar sobre os casos de microcefalia

Atenta ao aumento vertiginoso dos casos de microcefalia em recém-nascidos, a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) mobilizou nomes do Ministério da Saúde para relatar as medidas toma-

das no combate à situação. Um total de 399 casos já foram notificados em sete estados da região Nordeste, quadro que levou o Executivo a decretar emergência sanitária nacional. Os parlamentares designaram o deputado

Osmar Terra para acompanhar as ações do Ministério da Saúde. Em reunião na última quinta-feira, o ministro da pasta, Marcelo Castro, disse que sua equipe já entrou em contato com especialistas nacionais e internacionais para preencher as lacunas informativas.

**Relação** - A principal hipótese do ministério para o aumento nos casos de má formação congênita é a sua relação com o vírus Zika. O vírus carece de ampla literatura científica, o que dificulta o conhecimento mais aprofundado da doença e dos seus desdobramentos. O chefe da pasta ainda afirmou que brevemente o Ministério da Saúde terá informações mais precisas sobre a correlação entre os dois fatores. Até então, continuam as ações de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, conhecido do brasileiro como transmissor da dengue e também vetor do vírus Zika.

Fotos: Antonio Augusto/CD



## Deputados pedem mais recursos

Integrantes da comissão se pronunciaram depois de palestra com diretor

O diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde (MS), Cláudio Maierovitch, foi recebido por parlamentares em reunião deliberativa do último dia 18. Deputados questionaram quais seriam as efetivas ações do MS no controle e combate ao problema, e quais são as perspectivas futuras do órgão.

O deputado Osmar Terra (PMDB/RS) sugeriu a criação de um Comitê de Crise para apressar políticas em uma situação de emergência de saúde pública, como a estabelecida neste momento. A proposta foi apoiada também pelo deputado Zeca Cavalcanti (PTB-PE). Já Jorge Solla (PT-BA) se mostrou receoso quanto à recomendação oficial da pasta para as mulheres adiarem a gestação.

**Contingenciamento** - O deputado Darci Perondi (PMDB-RS) afirmou que o governo precisa intensificar o

combate ao mosquito transmissor. “Organizado o Ministério está, junto com as secretarias estaduais e municipais. O Ministério precisa é de mais dinheiro, porque isso é uma novidade no mundo - e é o Brasil - então precisa de mais recursos”, completou Perondi. A deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), que está entre os parlamentares que pediram a realização do debate, concordou. Ela cobrou a liberação dos 13 bilhões de reais que foram contingenciados do orçamento do Ministério da Saúde.

**Resposta** - Também participaram do diálogo, Mandetta (DEM-MS), Arlindo Chinaglia (PT-SP), Raquel Muniz (PSC-MG), Pompeo de Mattos (PDT-RS) e Odorico Monteiro (PT-CE). O diretor comentou que as orientações dirigidas a gestantes neste momento podem ser as mais eficazes e que as gestantes estão sob cuidado.



## Saúde do Homem: Especialistas apontam dificuldades

Falta de insumos no SUS e barreiras sociais para o acesso distanciam o homem da busca pela saúde, dizem

Luis Bernardo Junior / Câmara dos Deputados



Mesa indica áreas da saúde do homem que precisam ser foco de políticas

Homens são internados quase duas vezes mais que mulheres e sofrem mais com neoplasias e doenças do aparelho circulatório. O motivo? Diversos. Entre eles, barreiras institucionais e sociais são desafios para o acesso do gênero masculino à Saúde no Brasil, de acordo com especialistas presentes no 8º Fórum de Políticas Públicas de Saúde do Homem realizado pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) no último dia 17.

O evento foi promovido pelo deputado Dr. Jorge Silva (PROS-ES) e

contribuiu para as atividades do Novembro Azul, movimento internacional de prevenção do câncer de próstata.

**Barreiras** - Para a Coordenadora da Área Técnica de Atenção à Saúde do Homem do Ministério da Saúde, Angelita Elisabete, o homem deve ser um dos focos de estratégias de comunicação por não ser estimulado a procurar sozinho meios para manter a sua saúde. Ela elencou como dificuldades o pensamento machista que desvincula o homem às

necessidades de seus filhos, ou à noção de “invencibilidade” da ala masculina.

De acordo com a professora doutora e representante da Associação Brasileira de Psiquiatria, Dra. Carmita Abdo, homens em geral são os mais afetados com transtornos psiquiátricos, cujos casos na maioria das vezes são depressão, alcoolismo, transtorno bipolar e transtorno obsessivo compulsivo. O gênero masculino representa 75% dos casos de suicídio no mundo e dois terços dos desaparecidos, segundo pesquisa da *National Mental Health Development Unit* (2011).

Abdo explicou que o diagnóstico de um problema mental para um homem ainda carrega um sério estigma, pois diverge da função de provedor. “Não vamos a curto prazo mudar essa cultura, mas vamos trabalhar com aqueles que estão no serviço de saúde para que, a partir deles, o estigma da doença mental possa esmaecer e ser superada”, concluiu.

Também participaram o Dr. Sandro José Martins, a presidente da Oncoguia, Luciana Holtz e representante da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), Rômulo Marocco Filho. **Saiba mais em:** [www.camara.leg.br/cssf](http://www.camara.leg.br/cssf)



### AGENDA



**26 DE NOVEMBRO (Quinta-feira)**

Audiência Pública para Debater as condições técnicas de trabalho e a valorização do exercício profissional da categoria dos assistentes sociais

**9h, Auditório Nereu Ramos**

**03 DE DEZEMBRO (Quarta-feira)**

Audiência pública para discutir os cortes orçamentários previstos para os Programas Farmácia Popular do Brasil e sua extensão, Aqui Tem Farmácia Popular, às Unidades de Pronto Atendimento (Upas) e ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

**14h30, Plenário 7**

## GT da fosfoetanolamina se reúne

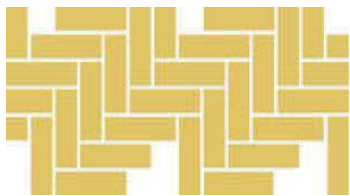


Maria Garcia/Ascom CSSF

Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) inicia a coordenação do Grupo de Trabalho

Fruto de audiência pública, o Grupo de Trabalho (GT) da fosfoetanolamina iniciou com o objetivo de acompanhar o processo de registro da substância. A formação da equipe foi aprovada em reunião deliberativa na última

quarta-feira, com primeiro encontro na sala da presidência da CSSF. A coordenação das atividades é do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), mesmo parlamentar que sugeriu a criação do GT. São, ao todo, 21 membros.



# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 33

Comissão de Seguridade Social e Família

02 de dezembro de 2015

Reprodução Aventuras da História/Arquivo Pessoal



Bebês que foram separados dos seus pais por conta do isolamento compulsório

Subpasne .....

## Aprovado Relatório Final

“O que foi verificado é que há uma correlação direta dos programas sociais e a população negra”, pontuou o relator da Subcomissão Especial para tratar das Políticas de Assistência Social e Saúde da População Negra (Subpasne) e presidente da CSSF, Antônio Brito (PTB-BA), ao apresentar na última quarta-feira o relatório final do grupo.

Brito também indicou o já conhecido “racismo institucional” dos órgãos do Estado, que carecem de representação negra. Na área de Saúde, a população tem manifestações mais severas e precoces de glaucoma, diabetes e hipertensão arterial, com sequelas graves como cegueira, insuficiência renal, acidente vascular cerebral. É também de preocupação parlamentar a anemia falciforme, que atinge diretamente o grupo.

O texto foi aprovado pelos parlamentares durante a reunião deliberativa. A redação consta de orientações aos deputados. Entre estas, houve propostas de requerimentos, requerimentos, indicações e um Projeto de Lei (PL) que propõe estender o acompanhamento da saúde dos beneficiários do Programa Bolsa Família até os jovens com 17 anos.

**Orçamento da Saúde** - A CSSF cedeu espaço em reunião deliberativa para apresentação de proposta de corte no Programa Bolsa Família do Relator Geral do Orçamento, deputado Ricardo Barros. O Relator Setorial da Saúde, deputado João Arruda, falou sobre possíveis soluções para o déficit no orçamento da Saúde em 2016, acenando com a possibilidade de compensação do déficit de R\$ 7 bilhões com valores previstos no PL sobre a repatriação de capitais.

° Agora nós também temos:  

° Para acessar SoundCloud e Youtube, busque: Comissão de Seguridade Social e Família.

## Filhos de atingidos por hanseníase podem receber pensão especial

Relator considerou tratamento dado a enfermos pelo Estado como ‘iníquo’

Durante as décadas de 50 a 80, pelo menos 8,7 mil pessoas contraíram hanseníase nas décadas de 1950 até 1986 e foram internadas compulsoriamente em hospitais-colônias por decisão do Estado. Os dados foram levantados pela Secretaria de Direitos da Presidência da República para por em vigor a Lei Federal nº 11.520/2007, que indeniza os antigos enfermos com um salário mínimo e meio.

O Projeto de Lei (PL) 2.104/11, aprovado na última quarta-feira pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), autoriza o Executivo a conceder essa pensão especial também aos filhos dos afetados.

**Morhan** - A proposta seria uma forma de minorar os sofrimentos psicológicos e sociais das crianças abandonadas após separação de seus entes. Quem participou da apreciação do projeto pelos parlamentares foi o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan). O grupo, que tem como um dos propósitos garantir que o PL prossiga a tramitação e se

transforme em lei, comemorou a aprovação.

O relator, Sinval Malheiros (PV-SP), considera as antigas medidas do Estado como “iníquas”, “restritivas” e “arbitrárias”, e lamentou que o valor de longe não será o suficiente para dirimir os efeitos repressivos do passado aos filhos dos enfermos. Contudo, é uma forma de reparação. “Acreditamos que as medidas sugeridas, além de carregarem o sentimento de justiça e de reparação, possibilitam a garantia de uma vida digna a pessoas que tanto sofreram, direta ou indiretamente, com essa grave doença”, pontuou Malheiros, em relatório.

A proposta seguiu para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

**Doença** - A hanseníase é uma doença crônica e infectocontagiosa que atinge a pele e os nervos periféricos, levando a graves incapacidades físicas. O seu principal agente causador é o *Mycobacterium leprae* (*M. Leprae*), bactéria que tem a capacidade de infectar um grande número de pessoas, porém, adoecer poucas.



## Especialistas divergem sobre medicamentos para jovens

‘Ex-autista’, estudante Bernardo Martinez diz ter desenvolvimento normal depois de tratamento em idade precoce\*

Maria Salim/ Câmara dos Deputados



Em mesa, especialistas divergiram quanto ao suposto uso abusivo de psicofármacos

O uso inadequado e excessivo de remédios em crianças e adolescentes e a necessidade de diagnóstico precoce para tratar doenças psíquicas foram discutidos no último dia 24 na CSSF. Debatedores divergiram sobre a necessidade de prescrever medicamentos para crianças com problemas psíquicos.

Os participantes discutiram a proposta (PL 8324/14) que altera o Estatuto da

Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para prevenir o uso indevido de remédios como a ritalina, indicada para crianças com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

O Brasil é o segundo maior consumidor de ritalina no mundo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos. Segundo dados da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ),

houve aumento de 775% no consumo de ritalina no Brasil nos últimos dez anos. O analista de Políticas Sociais da Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, Rubens Bias, afirmou que os critérios de diagnóstico são muito abrangentes e a indicação abusiva de remédios gera problemas para o desenvolvimento das crianças.

**Prevenção** - As informações foram rebatidas pelo psiquiatra e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Luiz Augusto Rohde. Na opinião de Rohde, poucas pessoas recebem o tratamento para transtornos mentais, o que revela a necessidade de investir mais em prevenção e diagnóstico.

O estudante Bernardo Martinez foi diagnosticado com autismo com um ano de idade. Ele emocionou os participantes da audiência pública ao contar que só foi possível ter um desenvolvimento normal devido ao tratamento que recebeu desde cedo. A mãe de Bernardo, Luciana Mendina, relata essa história no livro “O autismo tem cura?“, lançado na Câmara. O evento contou com apoio da CSSF.

## Fosfoetanolamina

### GT se reúne com Ministro em sede

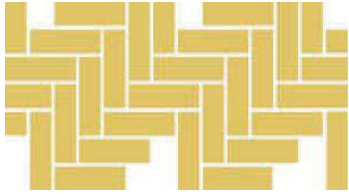
O Grupo de Trabalho (GT) da fosfoetanolamina já teve reunião fora dos limites da Câmara. Na última quarta-feira, o ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera, recebeu o grupo na sede do ministério. Pansera anunciou que contratos seriam firmados com laboratórios para iniciar os estudos pré-clínicos de avaliação da fosfoetanolamina sintética.

O prometido foi realizado no mesmo dia, quando liberou R\$ 2 milhões para esta etapa. Membros do GT viajarão para visitar laboratórios das Universidades Federais de Santa Catarina (UFSC) e Ceará (UFC), responsáveis pelos estudos.



Gabriel Barbosa

**FOTO-LEGENDA:** Assistentes sociais aproveitaram o canal com a Câmara dos Deputados para reivindicar e pedir valorização. Audiência da última quinta-feira, no auditório Nereu Ramos, foi presidida pelo dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE).



# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 34

Comissão de Seguridade Social e Família

09 de dezembro de 2015

Luis Bernardo Junior/ Câmara dos Deputados



Após palestra da ministra Tereza Campello, parlamentares tomaram atitude política quanto ao previsto ao programa em 2016

## Ministra Campello apresenta balanço do Bolsa Família

Membros da Comissão de Seguridade Social e Família aprovaram moção de repúdio contra previsão orçamentária\*

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aprovou na última quarta-feira uma moção de repúdio ao anúncio do relator-geral do Orçamento de 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), de que pretende cortar R\$ 10 bilhões dos R\$ 28,8 bilhões previstos para o programa Bolsa Família no próximo ano.

Sugerida pelo deputado Danilo Forte (PSB-CE), a moção foi votada em reunião que contou com a presença da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello.

Campello destacou que o governo discorda do corte no orçamento do Bolsa Família. Segundo ela, os R\$ 10 bilhões a menos podem significar 23 milhões de pessoas a menos no programa. Dessas, oito milhões voltam à situação de extrema pobreza. A ministra alertou ainda que isso pode tirar crianças da escola e ocasionar o aumento do trabalho infantil. “O Brasil avançou muito, vem reduzindo trabalho infantil. Hoje nós temos

como comprovar uma redução de 60% da mortalidade infantil no público do Bolsa Família”, destacou Tereza Campello.

**Sem emoção** - O relator-geral do orçamento, Ricardo Barros, participou da reunião da Comissão; Segundo o deputado, existem dados da Controladoria Geral da União que apontam fraudes no recebimento do benefício.

**Cortes equivalem a**

**22 milhões** de pessoas fora do programa

**11 milhões** menores de 18 anos

A cada **2 minutos** uma criança deixa de frequentar a escola

Fonte: MDS

“Das famílias visitadas pela controladoria, só 61% estavam com renda dentro do que a lei autoriza. E eu estou deixando 65% dos recursos. Ninguém que está com direito de receber deixará de receber o Bolsa Família. Não adianta vir com esse emocional, comoção”, afirmou Barros.

Nas explicações dadas à Comissão de Seguridade Social, a ministra Tereza Campello disse que os próprios relatórios da CGU mencionam o fato de que os dados ainda requerem estudos e interpretações sobre se, de fato, há fraudes. A ministra acrescentou que, em relatório de outubro de 2012, a Controladoria informou que em apenas 12% das escolas com beneficiários havia pelo menos um aluno com frequência inferior à estipulada pelo programa. Sobre a permanência de beneficiários acima do teto da renda per capita familiar exigida, a ministra enfatizou que a legislação permite que as famílias permaneçam recebendo a bolsa por mais dois anos após ultrapassar o limite.



# Aprovado critérios mais rígidos para procuradores de segurados do INSS

Projeto de Lei visa a preencher lacunas legislativas da Lei nº 8.213/1991

JB/Blog da Previdência



## Projeto evita que pessoas de má-fé lesem os segurados na Previdência Social

A CSSF aprovou na última quarta-feira um Projeto de Lei (PL) que coibe fraudes no Regime Geral de Previdência Social, determinando regras mais rígidas aos procuradores dos segurados. De acordo com PL 1044/07, somente o cônjuge, companheiros, parentes legais até 3º grau, assistente social que represente a instituição e advogado podem representar os beneficiários da Pre-

vidência Social. A proposta, relatada pelo deputado Silval Malheiros (PV-SP), segue para a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

**Cardiopatia** - Também foi aprovado o PL 1853/15, que institui o dia 12 de junho para o Dia Nacional de Conscientização da Cardiopatia Congênita. Segue para a CCJC.

## Fórum .....

### Financiamento do SUS é desafio, dizem convidados

Na mesa de abertura do Fórum Internacional de Sistemas de Saúde Comparados, debatedores destacaram no último da 1º que o financiamento da saúde é um dos grandes desafios do Sistema Único de Saúde (SUS). O fórum foi realizado pela CSSF.

O coordenador da unidade técnica de Sistemas e Serviços de Saúde da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/ OMS), Geraldo Alfaro, citou alguns desafios do sistema de saúde brasileiro, como fortalecer a atenção primária integral às famílias; fortalecer a governança do sistema público e universal; aumentar e melhorar o financiamento; e fortalecer a coordenação multissetorial.

**Outros Sistemas** - Além de comentários sobre o SUS, os especialistas também fizeram comparações com sistemas de Saúde mexicano, Espanhol, Inglês, entre outros. Além disso, apontaram atitudes de Estado em momentos de crise .

Leia mais: [www.camara.leg.br/cssf](http://www.camara.leg.br/cssf)



## AGENDA

10 DE DEZEMBRO (Quinta-feira)

Audiência Pública para Debater os cortes no Programa Farmácia Popular e a sua extensão Aqui Tem Farmácia.

14h30, Plenário 7

Audiência pública para debater sobre a Síndrome de Bournout

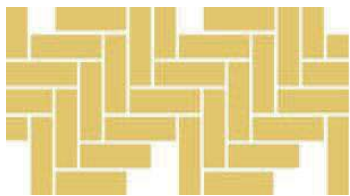
9h, Plenário ainda a definir



Luis Macedo/Câmara dos Deputados

**FOTO-LEGENDA:** As Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP) do setor de Saúde foram tema de audiência pública na última quinta-feira, presidida pelos deputados Odorico Monteiro (PT) e o presidente da CSSF, Antônio Brito (PTB-BA).





# PLENÁRIO 7



Boletim Informativo Nº 35

Comissão de Seguridade Social e Família

15 de dezembro de 2015

## Reprodução



Conjunto de políticas públicas visa a combater o mosquito *Aedes Aegypti* (foto)

## Carreira Médica .....

### Relatório da Subcomissão recebe aval da Seguridade

Mudanças na lei que institui o programa Mais Médicos foram sugeridas pelos membros da Subcomissão Especial destinada a tratar da Carreira Médica (Subcamed). O texto final foi aprovado pela CSSF na última quarta-feira.

A subcomissão foi instalada em 16 de abril deste ano para discutir a carreira médica, dividindo os debates em três áreas: graduação médica, pós-graduação e carreira em geral. Coube ao deputado Mandetta a presidência das atividades.

Entre as propostas que visam a alteração da lei 12.871/2013 (institui o Programa Mais Médicos) uma inclui a determinação de competência à Comissão Nacional de Residência Médica para normatizar, regular, e implantar as vagas de Residência Médica.

Outra mudança visa a aumentar de dez para 23 o número de especialidades de acesso direto ao programa, incluindo Medicina Interna, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Cirurgia Geral, Psiquiatria, Medicina Preventiva e Social, Neurocirurgia, Ortopedia, Anestesiologia, Medicina de Urgência; Geriatria; Oftalmologia e Infectologia. Além disso, modifica critérios do programa de Residência em Medicina Geral de Família e Comunidade para corresponder somente a 30% do total de vagas ofertadas entre as especialidades de acesso direto.

Um objetivo dos membros é elevar ao status de lei o Decreto nº 8.516/2015, conhecido como o Cadastro Nacional de Especialistas.

**Balanco:** A reunião deliberativa também serviu para os presidentes das Subcomissões Permanentes apresentarem os balanços dos grupos específicos, sendo eles os deputados Eduardo Barbosa (Assistência Social), Arnaldo Faria de Sá (Previdência) e Odorico Monteiro (Saúde). O presidente da CSSF, Antônio Brito, também levou os dados gerais da comissão para apresentar.

## Projeto de Política contra Zika, Dengue e Chikungunya é aprovado

Proposta segue para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Um conjunto de políticas públicas para combater doenças cujo vetor é o mosquito *Aedes Aegypti* foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) na última quarta-feira. Relatada pelo deputado Jorge Solla (PT-BA), a iniciativa do deputado Luiz Lauro Filho direciona ao Ministério da Saúde a obrigatoriedade de promover articulações interministeriais (Educação, Saúde e Comunicação) com o fim de prevenir os brasileiros.

A proposta também traça como diretrizes o incentivo à pesquisa científica para o combate à transmissão, proliferação e extinção do Ciclo da Dengue, e prioriza campanha de conscientização.

**Imóvel multado** - De acordo com o Projeto de Lei (PL) 1.861/15, constatado que um imóvel privado apresenta criadouro do mosquito o proprietário será notificado para realizar as devidas manutenções em um prazo de 48h ou, caso contrário, será sujeito a multa de R\$

2,5 mil por metro quadrado. Também poderá receber a punição monetária caso impeça um agente de saúde de entrar no imóvel. Pelo menos 50% dos recursos arrecadados deverá ser investido nos programas de combate ao mosquito. O projeto segue para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Solla parabenizou, em reunião, a proatividade do deputado de elaborar a política considerando o cenário atual dessas doenças no Brasil. Apontando a relação entre o vírus Zika e o nascimento de bebês com microcefalia, o Ministério da Saúde investiga formas de frear o aumento de recém-nascidos com a condição.

**Voluntariado** - Outro projeto aprovado pelos membros da CSSF, sob forma de substitutivo, contou com a relatoria da deputada Leandre (PV-PR). O PL 3963/2008 determina que instituições de ensino superior aceitem como atividades extracurriculares o voluntariado em áreas sociais.

## Emenda da Seguridade pode garantir Farmácia Popular, diz ministério

Ano de 2016 pode iniciar sem o programa Farmácia Popular Coparticipação

Lucio Bernardo Junior/Câmara dos Deputados



Representante do Ministério da Saúde, Arinaldo Rosendo (foto) fala sobre o Farmácia

Segundo o Ministério da Saúde (MS), a proposta orçamentária enviada ao Congresso não tinha previsão para o programa federal Farmácia Popular. O que pode garantir recursos à iniciativa foi uma emenda apresentada pela Comissão de Segurança Social e Família (CSSF).

A informação veio do representante do MS, Arinaldo Rosendo, em au-

diência pública na última quinta-feira para esclarecer os cortes no programa.

Ainda segundo Rosendo, o Farmácia Popular continuará em 2016, contudo, sem ações que não faziam parte de serviços públicos de saúde foram excluídas. É o caso do programa Farmácia Popular Coparticipação, no qual o governo entra com 90% e o usuário paga apenas 10% do preço.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



**FOTO-LEGENDA:** Especialistas comentam a Síndrome de Burnout, doença que se manifesta do estresse contínuo do profissional no trabalho. O evento foi presidido pela deputada Geovânia de Sá (PSDB-SC). Saiba mais: [www.camara.leg.br/cssf](http://www.camara.leg.br/cssf)

Até o Substitutivo apresentado à Comissão Mista, ainda não aprovado, o Ministério da Saúde recebeu R\$ 8,5 milhões a mais. Percebe-se a concentração de emendas em despesas com estruturações, com procedimentos de média e alta complexidade (MAC) e no farmácia popular.

### PISO CONSTITUCIONAL - APURAÇÃO

Ao menos para 2016, a aplicação da regra prevista na Emenda Constitucional (EC) 86, de 2015, implica menos recursos que os que seriam alocados segundo a antiga regra prevista na EC nº 29, de 2000.

Entretanto, no Substitutivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), há dispositivo originado de emenda aprovada pela CSSF à LDO 2016 que prevê para o próximo exercício a aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) de, no mínimo, o valor apurado segundo a regra prevista na Lei Complementar (LC) nº 141, de 2012 (na prática, a regra antiga). Sendo aprovado o dispositivo sem veto, os recursos a serem aplicados em ASPS para 2016 sobem de R\$ 100,2 bilhões para R\$ 104,7 bilhões.

### RECURSOS PARA MAC

A proposta de lei orçamentária para 2016 (PLOA 2016) previa déficit nas dotações afetas MAC (ação 8585) de R\$ 5,4 bilhões, além de solicitação do Planejamento para corte de R\$ 3,8 bilhões para fins de ajuste fiscal. Em função da CSSF e da frente da Saúde, o relator geral concordou em não efetuar o corte e de ainda acrescentar as dotações em R\$ 2,6 bilhões.

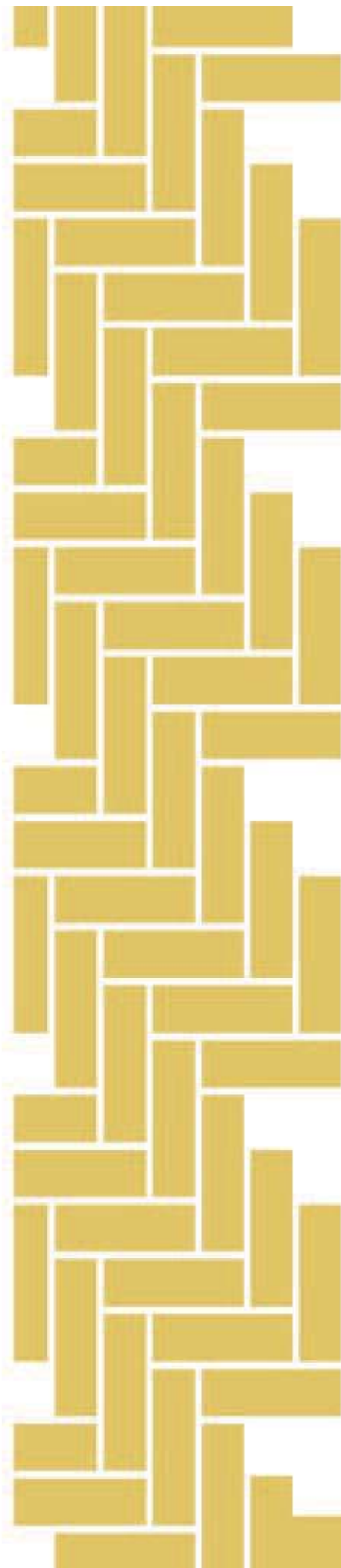
### RECURSOS PARA O FARMÁCIA POPULAR

Também em função da atuação da CSSF e da frente da Saúde, o relator geral concordou em complementar os recursos disponibilizados pela emenda da CSSF em mais de R\$ 500 milhões.

### RECURSOS PARA SANEAMENTO RURAL EM PEQUENAS LOCALIDADES

Atendendo indicação do relator setorial, o relatório geral complementa a emenda da Comissão de Assuntos Sociais do Senado em mais de R\$ 100 milhões.





**REALIZAÇÃO:**

Comissão de  
Seguridade Social  
e Família



Informações:  
<http://www2.camara.leg.br/cssf>  
Tel.: (61) 32166784

